

Língua e Literatura



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: i
Vice-Reitor:

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretora: Prof^ª. Dr^ª. Sandra Margarida Nitrini

Vice-Diretor: i

DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof. Dr. Benjamin Abdala Júnior

DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS

Chefe: Prof^ª. Dr^ª. Eloá di Pierro Heise

DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ORIENTAIS

Chefe: Prof^ª. Dr^ª. Arlete Orlando Cavalieri

DEPARTAMENTO DE LINGÜÍSTICA

Chefe: Prof^ª. Dr^ª. Diana Luz Pessoa de Barros

DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LIT. COMPARADA

Chefe: Prof^ª. Dr^ª. Iná Camargo Costalere

LÍNGUA E LITERATURA

Comissão Editorial:

Aida Ramezá Hanania (DLO)

Ana Szpiczkowski (DLO)

Cleusa Rios Pinheiro Passos (DTLLC)

Elizabeth Brait (DL)

Flávio Wolf de Aguiar (DLCV)

Maria Adélia Ferreira Mauro (DL)

Maria Augusta Abramo (DTLLC)

Mariarosaria Fabris (DLM)

Munira Hamud Mutran (DLM)

Nancy Rozenchan (DLO)

Oswaldo Ceschin (DLCV)

Salette de Almeida Cara (DL)

Zélia de Almeida Cardoso (DLCV)

Zenir Campos Reis (DLCV)

Endereço para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL

LÍNGUA E LITERATURA – Centro Ángel Rama – FFLCH/USP

Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, sala 37

05508-010 – São Paulo, SP – Brasil

e-mail: carama@edu.usp.br

VENDAS

LIVRARIA HUMANITAS-DISCURSO

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – Cid. Universitária

05508-910 – São Paulo – SP – Brasil

Tel: 3091-3728 / 3091-3796

HUMANITAS – DISTRIBUIÇÃO

Rua do Lago, 717 – Cid. Universitária

05508-080 – São Paulo – SP – Brasil

Telefax: 3091-4589

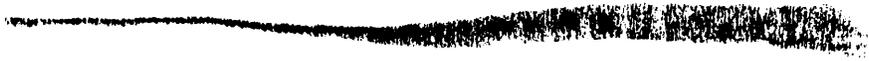
e-mail: pubfflch@edu.usp.br

http://www.fflch.usp.br/humanitas



ISSN: 0101-4862

Língua e Literatura



FFLCH
USP

DEPARTAMENTOS DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
N. 27, p. 1-xxx, 2001/2002/2003

Copyright © 2003 dos autores

É proibida a reprodução parcial ou integral
sem autorização prévia dos detentores do *copyright*

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP

Língua e Literatura/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas. Universidade de São Paulo. – n.1 (1972) – . –
São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1972 –

Anual

Descrição baseada no n. 24, 1998

ISSN 0101-4862

1. Língua 2. Literatura 3. Teoria literária I. Universidade
de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Huma-
nas.

CDD 400

800

Esta publicação é indexada por GeoDados: Indexador <<http://www.geodados.uem.br>>

ASSOCIAÇÃO EDITORIAL HUMANITAS

Editor Responsável

Prof. Dr. Milton Meira do Nascimento

Coordenação Editorial

M^a. Helena G. Rodrigues – MTb n. 28.840

Diagramação

José Antônio Barbosa

Projeto de capa

Moema Cavalcanti

Arte da capa

Luciano Gaubatz Borges

Revisão

Os autores

LÍNGUA E LITERATURA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 09

ARTIGOS

Modos da paixão em trovadores e modernos

Luís Antônio Lindo 13

Uma chave para o conhecimento geográfico

Gabino Ribeiro Moraes 35

Por uma “arqueologia” dos discursos científicos: a reformulação de livros nas ciências humanas

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva 67

Alencar e a formação do pensamento crítico sobre o português do Brasil

Marli Quadros Leite 83

Gabriela Mistral: a formação da literatura infantil na América Hispânica

Sandra Trabucco Valenzuela 123

A vitalidade da retórica: atravessando os séculos

Lineide Salvador Mosca 149

Votos de juízes: embates de interpretações quanto à adoção por homossexuais

Angela Plath da Costa 171

<i>Guarde-se de falar: prudência e linguagem em Confúcio</i>	
Chen Tsung Jye;	
Antonio J. B. de Menezes Jr.	199
<i>No entremeio do funcionamento do discurso do cordel: o ritmo e a estereotipia</i>	
Fernanda Moraes D'Oliveiro;	
Suzy Lagazzi	221
<i>Atavismo neoclássico de Gonçalves Dias</i>	
Cilaine Alves Cunha	239
<i>Percursos de Don Juan nas Américas</i>	
André Cesar Pereira	257
<i>Fraseologia: conceitos e características para a identificação das locuções verbais</i>	
Monissa Mattos	283
<i>Aplicações da teoria dos signos na Onomástica</i>	
Patrícia de Jesus Carvalhinhos	313
<i>As línguas de Timor Leste: perspectivas e prospectivas</i>	
Davi Borges de Albuquerque.....	325
<i>O estabelecimento da empatia através do ethos: um mecanismo de persuasão</i>	
Ivani Cristina Silva Fernandes.....	349

RESENHAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado.*

Maira Coutinho Ferreira

TRADUÇÕES

O Corista Europeu - Tradução de um texto anônimo, em língua geral da Amazônia, do século XVIII

Eduardo de Almeida Navarro 395

Tradução de Ad Familiares 5, 12^a De Marco Túlio Cícero

Adriano Scatolin 413

Tradução do Poema Stufen (1941), de Hermann Hesse (1877-1962)

Karin Bakke de Araújo 423

APRESENTAÇÃO

Temos a imensa satisfação de trazer ao prelo o número 27 de *Língua e Literatura*, a mais antiga revista da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, elaborada pelo Centro Angel Rama.

Por infaustos motivos, ela não foi publicada nos últimos anos. O presente número corresponde aos anos de 2001, 2002 e 2003.

Este número 27 tem por tema “As línguas e as literaturas como peças de uma arqueologia do saber humano”. Publicamos artigos que tratam de questões que estejam na interface do saber linguístico-literário e do de outras ciências humanas: literatura e História, língua e Geografia, literatura e Sociologia etc. Também publicamos artigos que não se enquadram na temática acima proposta, mas que se inserem no campo das Letras. Algumas resenhas e traduções também vão aqui enfeixadas.

Dado o grande número de periódicos que hodiernamente existem nas diferentes áreas de estudo acadêmico, fruto de um processo de especialização excessiva do conhecimento humano, é verdade que uma revista supradepartamental como é a *Língua e Literatura* padece dos próprios males de sua nascença, a saber, ter surgido numa época em que a fragmentação do saber não era ainda tão intensa como nos tempos atuais.

Acreditamos, dessarte, que, mais do que nunca, faz-se mister uma revista que tem na interdisciplinaridade seu traço definidor.

São Paulo, 20 de dezembro de 2009

Eduardo de Almeida Navarro (editor)

Artigos

MODOS DA PAIXÃO EM TROVADORES E MODERNOS

Lúis Antônio Lindo (FFLCH – USP)

RESUMO: A poesia provençal, no seu culto ao amor, fez da paixão a expressão cultural dum grupo entusiasmado de amantes e aficionados. Praticando a limitação do ato libidinoso na relação amorosa, os trovadores colocaram a paixão acima da ação e inovaram em matéria de costumes. Neste aspecto podem ser considerados precursores do moderno pensamento social que, igualmente destacando o papel da paixão na moralidade, privilegia os direitos sobre os deveres.

Palavras-chave: poesia provençal; paixão x ação, direitos x deveres na moralidade; movimento precursor da modernidade.

Em “O poder do amor”, Bernart de Ventadour proclama o seu credo sentimental: “Este amor me fere tão gentil / O coração com um doce sabor / Que cem vezes ao dia morro de dor / E revivo de alegria outras cem. / Este meu mal tão belo parece / Que mais vale este mal que outro bem; / E como meu mal tão bem me faz, / Bom é o bem após o afã.”¹

Na “Invectiva contra o falso amor”, Marcabru adverte sobre o poder nefasto deste sentimento: “O Amor é de muito

¹ Aquest’amors me fer tan gen / Al cor d’una dousa sabor: / Cen vetz mor lo jorn de dolor / E reviu de joi outras cen. / Ben es mos mals de bel semblan, / que mais val nos mals qu’autre bes; / E pois mos mals aitan bos m’es, / Bos er lo bes après l’afan.

má índole; / Mil homens matou sem espada, / Deus não fez maior mago; / - Escutai! - / Que um néscio do mais sábio / Faz, se o tem a seu lado.”²

Essas estrofes exibem dois pontos de vista opostos sobre o amor, o assunto magno da poesia provençal³, embora concordem em lhe atribuir grande poder. Os versos de Bernart de Ventadour representam um lugar comum da poesia provençal devotada à paixão, enquanto os de Marcabru fazem o contraponto ao credo da maioria. Para nós, essas visões discrepantes mostram que o chamado “amor cortês”⁴ representou ao mesmo tempo uma conquista e um desafio para o mundo que o viu nascer e crescer, bem como para a crítica que leva adiante a sua discussão, forçada a solucionar mistérios e a ocupar posições extremadas para dar conta do significado de motivos quase sempre obscuros e do caráter por vezes indócil dos seus criadores. J. Denomy, sintetizando as opiniões correntes em busca dum significado geral, considerava o amor cortês “uma espécie daquele movimento inerente à alma humana em direção a um objeto desejado”⁵. Conquanto sucinto e vago, o comentário faz menção a um traço seu essencial, qual seja o de ser intrinsecamente sensual, alheio à mística e à divindade, ao menos nos seus mo-

² “Amors es mout de mal avi; / Mil homes a mortz ses glavi, / Dieus non fetz tant fort gramavi; -Escoutatz! - / Que tot nesci de plus savi / Non fassa, s’il ten al latz.”

³ “A poesia trovadoresca tratou de guerra, política, sátira pessoal e outros temas; mas o assunto que predominou e no qual mostrou a sua originalidade é o amor. Os trovadores foram os primeiros poetas líricos da Europa medieval a lidar exaustivamente com este assunto, e como a sua atitude foi imitada com algumas modificações por poetas franceses, italianos, portugueses e alemães, a natureza do seu tratamento é uma questão de importância considerável.” H. J. Chaytor, *The Troubadours*, p. 14.

⁴ Para a crítica filológica e literária o assunto “amor” na poesia provençal em geral é tratado sob o epíteto “cortês”. Esta qualificação insinuou-se desde que G. Paris a empregou em 1883, num estudo sobre os romances da *Table Ronde (Romania, XII)*. Ressalve-se que, devido às associações indevidas que costuma suscitar, conquanto já incorporada em larga escala na literatura crítica, é preciso empregá-la com cautela.

⁵ A. J. Denomy, “Courtly love and courtliness”, *Speculum*, 28, 1, 1953, p. 44.

numentos mais representativos. Mas atenção, porque lhe é inerente um gesto decisivo em relação à sensualidade, que é o veto à consumação do ato carnal. Nelli, depois de citar uma passagem de Peire Cardenal, o poeta do amor puro, observa que na “idéia de que o desejo ‘eternizado’ é preferível ao gozo (que mata o amor), se reconhece um dos princípios mais elevados da ética dos trovadores”⁶. De fato, é possível pensar que um amor sensual ao qual falta a abastança venérea há de cobrar sua dívida à abstinência, requerendo a obediência de servos e exaltando a honra de cavaleiros. Nas fórmulas rituais duma poesia devotada por vezes à desventura e à mágoa do desterro, suspensa entre a terra e o céu, talvez se possa descobrir algo das razões que levaram os poetas a ficarem amigos da saudade, lutarem contra o dragão da luxúria e até sonharem com algum lugar distante, como no célebre poema de Jaufre Rudel, “Princesa de longe”: “Diz a verdade quem me chama de ávido / E desejoso deste amor de longe, / Pois nenhuma outra alegria me agrada tanto / Quanto o gozo deste amor de longe. / Mas o que quero me é negado, / Pois assim quis meu protetor / Que eu ame e não seja amado.”⁷

Várias hipóteses já foram levantadas acerca das matrizes da poesia provençal: o neoplatonismo na Idade Média latina (Denomy), a imagística de São Bernardo (Errante), a escola árabe de Toledo (Nykl), as festas de maio (Paris), a emulação de Apuleio e de Asclépio (Silverstein) e ainda outras. Nenhuma delas foi comprovada. Não pretendemos entrar nessa disputa, bastando-nos endossar o ponto de vista decisivo de J. Anglade sobre o assunto: “A antiga poesia provençal se faz notar, desde o princípio, por uma profunda originalidade. Quer pelo fundo, quer pela forma, ela não se assemelha a nada do que a antecedeu. A forma é perfeita, e

⁶ René Nelli, “*L’Érotique des Troubadours*”, cap. V.

⁷ “Ver ditz qui m’apella lechay / Ni deziron d’amor de lonh, / Car nulhs autres joys tan noÿm play / Cum jauzimens d’amor de lonh. / Mas so qu’ieu vuelh m’es atahis, / Qu’enaissiȳm fadet mos pairis / Qu’ieu ames e nos fos amatz.”

no entanto ela não tem modelos na poesia clássica dos gregos e dos latinos. As idéias poéticas e os sentimentos expressos pelos primeiros trovadores não denunciam nenhuma imitação; dum extremo ao outro esta poesia viverá por si mesma e não de empréstimos. Esta originalidade, que acabou sendo um elemento de fraqueza, fez no início a sua força.”⁸ A. Jeanroy, por dizer algo parecido, também merece ser citado: “A criação própria da França meridional é de uma poesia lírica: criação extremamente original, cuja admiração e imitação impuseram-se à Europa maravilhada até o limiar do Renascimento. Este fascínio se explica pela novidade da tentativa, a primeira feita desde o fim das literaturas clássicas, para encerrar numa forma erudita concepções nobres ou refinadas.”⁹ Outros fatores determinantes para a originalidade também devem ser considerados: a *langue d’oc*, o primeiro idioma empregado na produção de alta poesia em língua vulgar no Ocidente medieval, e, saindo do seu ventre como um filho igualmente prolífico, um vocabulário cristalinamente poético, que se tornará o modelo para a emulação lírica nas demais línguas românicas em formação¹⁰. Ademais, cumpre estar atento ao que forneceu a paisagem física e humana da França meridional, herdeira da civilização romana. Os que contam o que lá existiu, como Capecigue, falam dum magnífico ambiente onde a graça e os afetos bem puderam habitar os espíritos mais sensíveis e tecer histórias entre a realidade e a fantasia. “Os romanos, diz ele, assinalaram tudo em sua pas-

⁸ J. Anglade, *Les Troubadours*, p. 74.

⁹ A. Jeanroy, *La Poésie Lyrique des Troubadours*, I, p. 61.

¹⁰ A esse propósito, o trabalho pioneiro de F. J. M. Raynouard em reintroduzir na filologia moderna o interesse por tudo que a língua provençal e o seu rebento literário significaram será sempre lembrado, através de obras como *Des Troubadours et des Cours d’Amour; Éléments de la Grammaire de la Langue Romane, avant l’An 1000; Grammaire Romane, ou Grammaire de la Langue des Troubadours; Influence de la Langue Romane Rustique sur les Langues de l’Europe Latine; Recherches sur l’Ancienneté de la Langue Romane; e o Lexique Roman ou Dictionnaire de la Langue des Troubadours*.

sagem dum caráter de grandeza e de beleza particular. Apenas tinham ocupado o vasto e fértil território das Gálias, chamado Provincia, encerrado entre os Alpes, o mar, o Var e o Rhône, elevam opulentas cidades e fundam ricas colônias: Forum Julii (Fréjus) com seus templos de mármore branco; Antipolis (Antibes), célebre por seus banhos gregos, seus circos, seus teatros; Saint-Maximin, estação militar; Aix, a cidade das águas borbulhantes com suas vinte fontes, que davam saúde e vida aos veteranos das legiões; Apt sobre os pequenos Alpes, Apta Julia, a cidade querida de César; Avignon, filha grega de Marselha; Arles, cidade imperial que possuía a obra-prima da escultura antiga, a Vênus de formas divinas; Saint-Rémy, com seu mausoléu de esbeltas cúpulas, de esguios colunelos, modelo eterno do belo, e Saint-Chamas, orgulhosa de seus pórticos.”¹¹

De todos os ingredientes que entram na composição da poesia provençal, o amor é o que menos admite mistura¹². Os poetas que guardavam o seu segredo tinham-no por ouro de altíssima pureza e não o retratavam em seus episódios líricos senão junto à matéria poética mais refinada que podiam apreender e expressar. Sua mensagem está engastada em delicados arranjos de versos zelosamente metrificadas e dirigida exclusivamente às almas gêmeas preparadas para entoar o seu hino de salvação. O *trobar clus*, o *senhal*, a divinização da mulher e as cortes de amor são marcas distintivas suas que sugerem um ambiente esotérico adequado à sua produção e fruição. É preciso ver porém que a semente da sua vitalidade reside em grande parte no controle imposto à sexualidade. Embora sensual, lascivo, carnal, o amor cortês congela ante as portas do sexo. Vejamos alguns exemplos tirados de poemas que nos permitam perceber algo da sua real natureza:

¹¹ In *Les Cours d'Amour Les Comtesses et Châtelaines de Provence*, pp. 1-2.

¹² Daí a impropriedade de chamá-lo de “cortês” indistintamente, como sugerido na nota 3.

Aquele que o amor puro pronuncia / Vive leve, cortês e sábio.¹³

Toda façanha cortês: / Deleite, canção e diversão e riso / Me vem do amor, assim me parece.¹⁴

Que o amor faz bem tudo o que deve fazer, / Pois ele entra nas amadas e nos amantes / Donde neles nasce cortesia e valor / E tudo o que ao verdadeiro mérito pertence.¹⁵

Se o servi, muito por causa do amor mudei, / Se bem que não possa ter mais que isso. / Pois em tantos lugares me fez tão alto e grande / onde sem ele não poderia ter valor, / e muitas vezes me livro da vilania / que sem amor me livrar não saberia.¹⁶

Por amor estou tão enamorado, / Que de amor são todas as minhas vontades, / Por amor sou cortês e jovem, / Porque de amor são meus feitos e aparência.¹⁷

Todos os que estimam o valor / Devem saber que de amor / Procedem grandeza e alegre deleite, / Franqueza e humildade, / O prestígio do amor, a submissão honrada, / A gentil estima, alegria, cortesia.¹⁸

Nos dois versos dos parágrafos iniciais, como vimos, Bernart de Ventadour manifesta o desejo de renovar continuamente o sentimento nele suscitado pelo amor, enquanto Marcabru, ao contrário, repudia esse sentimento, por ver nele

¹³ “Aicel cui fin’amors causitz / Viu letz, cortes e sapiens.” (Marcabru)

¹⁴ “Tota corteza fazenda: / Solatz, chanz e jocs e ris, / Mou ben d’amor, so m’es vis.” (Pons de la Gardia)

¹⁵ “Qu’Amors fai ben tot aisso que deu far, / Qu’en amairitz intr’ez en amadors / Don nays ez ieys cortezi’ e valors / E tot aisso qu’en verai pretz perte.” (Aimeric de Peguilhan)

¹⁶ “S’ieu l’ai servit, pro n’ai canje d’Amor, / Ab que je puois non agues mas aitan; / Q’en mains luocs m’a faich tant aut e tant gran / Don ja ses lieis non pogra aver honor, / E maintas vetz m’engart de vilania / Que ses Amor gardar no m’en sabria.” (Aimeric de Peguilhan)

¹⁷ “Per amor sui tan fort enamoratz, / Que d’amor son totas mas voluntatz, / Per amor am cortezi’ e joven, / Quar d’amor son mei fag e mei parven.” (Peire Vidal)

¹⁸ “Tug cilh que amon valor / Devon saber que d’amor / Mou larguez’ e guais solatz, / Franchez’ et humilitatz, Pretz d’amor, servirs d’onor, / Gen teners, joi, cortezia.” (Gaucelm Faidit)

uma ameaça à sanidade física e mental. Seu repúdio porém é contra o que chama de *amors falsa*, e não contra o seu oposto, o *amors fina* ou *veraia*¹⁹. O amor falso seria um sentimento eivado daquele tipo de vício de comportamento que leva a tratar a outra pessoa como um meio e não um fim. Marcabru parece pensar que o amor falso acaba prevalecendo sobre o verdadeiro, independentemente das intenções dos amantes. Num poema seu em que expõe a luta da realidade contra a aparência durante o jogo de sedução, um nobre que insiste e uma pastora que resiste conversam, até que, a um último e inútil aceno do galante gentil-homem, a pastora encerra a cena com esta resposta: “*Senhor, a coruja lhe é de mau agouro. / Que se um boquiaberto está ante a pintura (a aparência), / O outro espera o cesto (a realidade).*”²⁰

Os limites entre o amor verdadeiro e o falso, tal como foram traçados na poesia provençal, já eram objeto de debate para pensadores da época, como por exemplo Avicena. Na sua doutrina sobre o amor, na parte em que trata das potências da alma, ao falar das várias possibilidades de organizar as faculdades, ele expõe a opinião de que a melhor organização é aquela em que as faculdades superiores sujeitam as inferiores. Uma transgressão nessa hierarquia é comparada à ação dum criado que não obedece a seu amo²¹. A razão para isso é que, entregue aos desejos, o homem se corrompe, sendo “uma verdade incontroversa que, quando um homem deseja à maneira animal, cobre-se de vício e prejudica sua alma

¹⁹ Sobre a posição de Marcabru, vide A. Jeanroy, “La première génération des troubadours”, III, p. 494, in *Romania*, 1930.

²⁰ “Don, lo cavecs vos ahura, / que tals bad'en la pintura / Qu'autre n'espera la mana.”

²¹ “Em tudo isso (a faculdade da imaginação) age como um mau criado que seu amo mandou acompanhá-lo como assistente numa empresa importante e que pensa, após a conclusão bem sucedida do trabalho, que foi ele que atingiu o fim almejado, ele sem o seu amo; que seu amo teria sido incapaz de fazê-lo e que ele é o verdadeiro amo -, ao passo que, na verdade, ele apenas contribuiu para o fim almejado, cuja consecução foi planejada por seu amo; mas disto ele nada sabe.” Avicena, *A Treatise on Love*, trad. de E. L. Fackenheim, V, p. 219.

racional”²². O amor sensual não é inteiramente desaprovado, porém. “Se um homem ama uma forma bela com desejo animal, merece reprovação, até mesmo a condenação e a acusação de pecado, como acontece com aqueles que cometem adultério não natural e em geral com as pessoas que se desencaminham. Mas toda vez que ele ama uma forma agradável com consideração intelectual, da maneira que explicamos, então isto deve ser considerado uma aproximação à nobreza e um aumento do bem.”²³ O melhor amor desconhece os impulsos da faculdade animal e exclui o sexo fora da união conjugal. O sexo se justifica apenas em nome da propagação da espécie. Quanto ao abraçar e ao beijar, “o propósito aí é se aproximar e se unir. A alma do amante deseja tocar o objeto de seu amor com os sentidos do tato e da visão, e assim se deleita em abraçá-lo. E anseia por ter a verdadeira essência de sua faculdade anímica, seu coração unido ao do objeto de seu amor, e assim deseja beijá-lo. Essas ações não são pois em si mesmas condenáveis.”²⁴

À luz dessa doutrina, Marcabru certamente, mas também os poetas cultores do amor passam todos por sensatos. Pois ela vale tanto para os que rejeitam o amor, quanto para os que nos seus enleios amorosos se limitam à corte e às carícias. Entretanto, a diferença que continua a existir entre as suas opiniões é bastante para separá-los em dois partidos. Pode-se dizer que dum lado, alinhados com Marcabru, estão os que se guiam pela moral, partindo do pressuposto de que o amor e a moral são incompatíveis. Para estes, o importante é saber evitar danos, ainda mais os previsíveis. O outro partido, que não vê incompatibilidade entre o amor e a moral, ou então simplesmente se despreocupa da questão, abriga os que se dispõem a correr riscos junto à paixão e enfrentar os seus

²² *Ib.*, p. 221.

²³ *Ib.*, p. 221.

²⁴ *Ib.*, p. 222.

efeitos deletérios, conquanto dentro de certos limites. Este grupo parece entender que o enamoramento constitui uma forma elevada de viver e que a satisfação dos sentidos atrai até mesmo os detratores do amor, que, não obstante se empenharem em desencorajá-lo, estão mais obcecados por ele do que gostariam. Mas vejamos como a posição de cada um dos lados se coaduna com o fato de se tratar de poetas. Nesta condição, não cabe falar numa escala de razoabilidade para aplicação a fatos concernentes à criação poética. Os poetas são poetas independentemente de se mostrarem ou não razoáveis em sua vida prática. Tanto Marcabru quanto os amigos da paixão tiram proveito de o amor seguir o seu curso natural através do coração dos homens e fornecer os episódios que julgam dignos de ilustrar em sua poesia. É pois a distância que há entre o que os sensibiliza que causa a divergência mútua. O fato de um rejeitar o amor e o grupo dos apaixonados aderir à sua causa, louvando-o e ainda se envolvendo pessoalmente numa relação amorosa, oferece não mais que uma ocasião para separá-los em admiradores da sensatez, dum lado, e admiradores do amor sensual, de outro²⁵. O culto ao amor, que não é senão a veneração das mulheres (e não a quaisquer mulheres), pela qual o homem-poeta sensual, ao perseguir o objeto de sua paixão, se vê diante de algo digno de admiração e vela continuamente pelo alto conceito que quer ver atribuído à amada, nos ensina algo a respeito dos liames

²⁵ Vale lembrar que estes últimos amenizam o seu comprometimento sensual ao lançarem mão do princípio da medida justa (*mesura*) que caracteriza o bom amante (*fis amans*), cujos afetos transitam entre os pólos do desejo e da veneração. Como mostra J. Anglade, “este amor não é um amor desregrado, passional, como diríamos; as leis a que está submetido se resumem numa lei superior a todas as outras, tal é a “medida”. Pensar, falar, agir com “medida”, isto é, com sabedoria, conhecimento, reflexão, é o ideal para onde deve dirigir-se o perfeito amante.” *Op. cit.*, p. 86. Nestes versos de Marcabru se nota como o critério da ponderação moral age antes mesmo de se cogitar da sensualidade: “No lugar onde falta o senso / O homem não observa medida, / Assim diz a gente antiga.” “En tal loc fai sens fraitura / On hom non garda mezura, / So ditz la gens anciana.”

que unem admiração e poesia. Assim como o poeta que canta as façanhas do herói o faz por lhe admirar a bravura, não estando ele próprio obrigado a repetir as façanhas e possuir a mesma bravura, conquanto demonstre possuir em si o que de melhor possui o herói, o poeta provençal também admira a sua amada, cujas virtudes quer expressar, e ainda compartilha essas virtudes e as conserva como um prêmio no amor que é capaz de nutrir por ela. O que ela é conclamada a fazer para se mostrar admirável requer o que ele próprio faz enquanto a admira, ou seja, amar. Neste caso, o seu pendor para ela acrescenta ao desejo a admiração, fazendo-o gozar, além do querer sensual, as maravilhas que descobre na natureza da amada, ser admirável aos seus olhos de poeta admirador. E desse êxtase de encantamento brota a poesia, e se compreende afinal o que significa servi-la. A arte de Marcabru, por sua vez, deveria ser julgada pelo mesmo critério da admiração que a anima, apesar da figura invertida do amor que oferece.

A exaltação do amor casto, possibilitado pela distinção entre o amor que tem seu fim no ato carnal e o que a tal renuncia, mostra não só o quanto os poetas tinham consciência das nuances que cercam esse sentimento e dos riscos que corriam, mas também o quanto mergulharam dentro de si mesmos a fim de operarem modificações profundas do pensar e do sentir. Os novos patamares sentimentais que atingiram propiciaram uma ampliação dos horizontes sentimentais demarcados pela arte, algo que esta está sempre pronta a fazer e da qual costuma se servir a civilização. Num primeiro momento, a renúncia que possibilitou passar de grau na escola sentimental almejava fazer perdurar o sentimento amoroso e transformá-lo no cimento do culto ao amor. Com o tempo, esse gesto se revelou mais poderoso do que parecia à primeira vista. O seu resultado mais impressionante se deu nas esferas da moralidade e da cultura, onde contribuiu para o surgimento de novos costumes e modelos. Por isso, vale a pena conhecer melhor a equação do desejo no amor cortês,

pois foi em torno deste eixo que passou a girar a iniciativa de introduzir novos hábitos e referências ligados ao relacionamento amoroso. Manter o desejo sob controle, para introduzir em seu lugar uma vontade que trate o seu objeto com reservas, ou seja, vetar a ultimação erótica, mediante o freio ao ímpeto libidinoso, é um procedimento tido por necessário à implantação do culto ao amor, o qual requer estimar no mais alto grau o mérito da amada. A exaltação do amor inocente que mantém a coesão do grupo encarregado do culto se traduz num aumento da emotividade. O desgaste emocional diante da interrupção voluntária do ato que realizaria o desejo é recompensado por uma motivação tendente a encorajar atitudes enobrecedoras do sentimento amoroso, enquanto se evita o malefício causado por uma ação lesiva à dignidade do amor. A compensação pela coarctação do gesto antinatural de controlar o desejo toma forma nos ritos do culto e na expressão maravilhada das transfigurações do espírito tomado pela paixão. Um estado sentimental parecido com esse experimentado pelos poetas e que pode servir como referência é o dos que devotam um permanente amor à divindade. Como mostram estes casos, um sentimento que aspira a fundir uma natureza limitada a um ser situado além dos limites de realização da vontade humana pode sofrer uma amplificação antes que o contrário, conquanto possa se mostrar perturbador do ponto de vista da economia psicológica. Da mesma maneira, pode-se afirmar que a divinização da mulher na poesia provençal gerou emoções que se traduziram em motivação para os padecentes do amor perseguirem o seu ideal particular, guardadas as devidas proporções.

As emoções tal como as despertou o culto ao amor têm uma outra peculiaridade que permite associá-las a disposições psicológicas que acabaram por tomar formas culturais características. Refiro-me ao lugar conferido à passividade, em consequência da não realização da vontade e a concomitante suspensão da ação ligada à consumação do ato sexual. Aqueles versos de Bernart de Ventadour do início são

eloquentes a respeito: “Este amor me fere tão gentil / O coração com um doce sabor / Que cem vezes ao dia morro de dor.” Mas atenção, porque esse sofrer tem um “doce sabor” que realimenta incessantemente o ânimo do poeta, que pode então dizer: “*E revivo de alegria outras cem. / Este meu mal tão belo parece / Que mais vale este mal que outro bem; / E como meu mal tão bem me faz, / Bom é o bem após o afã.*” O lamento pelo amor não realizado, tão comum nas canções provençais, nos faz ver um dado fundamental: a paixão que subordina a ação e estende o seu domínio sobre a imaginação e a vontade²⁶. É mais ou menos natural que a poesia privilegie o momento apaixonado, quando o *pathos* inclina o espírito a sensações duradouras e sedutoras e cria as condições para a expressão poética, mas é inusitado ver o *pathos* dominar a vida espiritual a ponto de estabelecer regras próprias tendentes a criar um hábito. Na poesia provençal, porém, é exatamente isso o que acontece. A paixão constitui a lei que governa a vontade, devendo tornar-se o padrão para a conduta dos associados ao seu círculo²⁷. Poetas, amadas e seus maridos (muitas vezes), assistentes jograis e audiência estão desse modo reunidos em corpo e espírito para reverenciar o amor e sobretudo para reivindicar o direito a sofrer por amor. O mais extraordinário é que essa fraternidade de amantes, já nos albores da Europa medieval, consegue prenunciar uma moralidade e costumes que só nos tempos modernos serão generalizados. Nesse sentido, constituem um prelúdio do que estará em voga muitos séculos mais tarde.

²⁶ “Uma vez que a complacência na conquista da amada pode levar ao repouso no objeto amado e daí à saciedade, o amor trovadoresco deve permanecer desejo, um anelo implacável. Em sua forma mais pura, ele rejeita a posse física porque, uma vez consumado, o desejo diminui e tende a desaparecer.” (A. J. Denomy, “Courtly love and courtliness”, *op. cit.*, p. 44.

²⁷ A organização material do movimento trovadoresco é bastante eloquente a respeito das práticas orientadas pela paixão. Sobre a ampla difusão da literatura e da moda provençal e a modificação de costumes que trouxe aos seus aficionados, leia-se, de C. Fauriel, *Histoire de la Poésie Provençale*, t. 3, cap. XXXVIII, p. 219 ss.

Para se entenderem os elos aqui sugeridos entre dois períodos históricos distantes entre si é preciso chegar ao que os une. O fato que nos parece mais visível a esse propósito é o estatuto dado em ambos à paixão. No amor cortês, o desejo marca a relação do apaixonado com o mundo exterior, criando a perspectiva cognitiva que vai do mundo para a mente. O poeta faz ao mundo solicitações que não podem ser atendidas, de modo que inexistente uma contrapartida no mundo real para tudo o que a sua mente apaixonada está disposta a conhecer ou perceber, sob a influência da emotividade. Na verdade, pode-se dizer que as coisas no mundo que não correspondem ao seu desejo são-lhe muitas vezes irrelevantes ou mesmo desconhecidas. Isto porque a vontade, nesses casos, anseia pelo que não existe e porfia para que o mundo se faça à sua imagem. Parte do que o apaixonado guarda para si na forma de fundo emocional individual serve para criar o seu mundo, o reino da subjetividade expresso pelo poeta (como é o caso aqui) por meio de palavras de emoção. Se pensarmos na relação amante-amada, temos uma situação em que o amor do amante mais determina a amabilidade da amada do que o contrário. Isso é coerente com a disposição dos trovadores em fortalecer o lado da subjetividade, em face do desacordo gerado entre subjetividade e objetividade na relação mente-mundo. Sob o influxo do desejo agindo em suas mentes é pensada a relação com o mundo exterior, de modo que o foco passa para o mundo interior do indivíduo, mais especificamente, na poesia provençal, para a vida emotiva ligada primeiramente ao sentimento do amor dirigido ao objeto amado. Ao induzir à direção de adequação do mundo à mente - a nota fundamental da passividade e da subjetividade -, a paixão empenha o seu padecente na busca do sentido correspondente ao sentimento que experimenta. Nessa forma, entra no vocabulário estético, quando então passa a alimentar a poesia e se torna expressão.

O que vemos acontecer na cultura trovadoresca se repete de certo modo na cultura moderna, onde a mesma palavra paixão dá o tom da subjetividade e da autonomia que a caracteriza. Nesta passagem de Hobbes já se descobre a mesma perspectiva de adequação do mundo à mente que é central para se estabelecer o primado do mundo interior: “E como “ir”, “falar” e os movimentos voluntários similares dependem sempre dum pensamento anterior sobre onde, de que maneira e o que, segue-se evidentemente que a imaginação é o primeiro início interior de todo movimento voluntário” (*Leviatã* VI). A descoberta da intencionalidade como o posto de observação privilegiado que coloca o mundo em desvantagem ou ao menos em alteridade constitui um lugar comum no pensamento dos autores modernos, uma certeza dos novos tempos adquirida porém através dum longo processo de marchas e contramarchas. J. B. Schneewind mostra em que momento essa visão se insinuou na moral: “Durante os séculos XVII e XVIII as concepções adotadas de moralidade como obediência foram cada vez mais contestadas pelas concepções emergentes de moralidade como autogoverno. Na concepção mais antiga, a moralidade deve ser entendida na sua profundidade como um aspecto da obediência que devemos a Deus. Além disso, a maioria de nós está numa posição moral na qual devemos obedecer a outros homens. (...) A nova perspectiva que emergiu no fim do século XVIII centrava-se na crença de que todos os indivíduos normais são igualmente capazes de viver juntos numa moralidade de autogoverno. Todos nós, nessa visão, temos uma capacidade igual de ver por nós mesmos o que a moralidade requer e somos em princípio igualmente capazes de agir de acordo com isso, independentemente das ameaças ou recompensas que venham dos outros. (...) A concepção de moralidade como autogoverno proporciona uma moldura conceitual para um espaço social no qual cada um de nós pode pretender dirigir suas ações sem a interferência do estado, da igreja, dos vizinhos ou dos que se pretendam me-

lhores ou mais sábios que nós. A concepção mais antiga de moralidade como obediência não tinha essas implicações.”²⁸

A nova orientação revela o caráter antropocêntrico da cultura moderna, em contraste com o caráter teocêntrico da Idade Média e cosmocêntrico da antiguidade clássica. O conhecimento do homem significa agora centrar no indivíduo a busca da verdade, da beleza, em suma, dos significados necessários ao funcionamento da nova cultura. Uma mudança correlativa na orientação moral que podemos perceber é a substituição do antigo conceito de deveres pelo novo conceito de direitos, cujo revigoramento praticamente apagou a importância antes atribuída às normas e diretrizes traçadas visando à prestação de contas ao coletivo social. Essa mudança só foi possível porque no lugar do antigo conceito de virtude, essencial à ordem política nos tempos pré-modernos, passou a imperar a paixão, a qual está no cerne da nova moral dos direitos. As ações definidas pela posse da virtude perdem o sentido diante da ânsia de liberdade que vai marcar os novos horizontes da conduta regulada pela paixão. Nesse cenário, o isolamento torna-se um ideal de vida para o indivíduo que se supõe dotado duma personalidade inviolável e propenso a cumprir a função de tabu diante do coletivo esparsa a sua volta e reduzido se possível à condição de público. A grande diferença para com a moral pregressa está em que a virtude tinha nela um papel no controle das atitudes. A moral aristotélica, por exemplo, ao dividir as virtudes em morais (*ethikai aretai*) - as que têm por objeto os atos da vida prática, como justiça, magnanimidade, liberalidade, coragem e amizade -, e intelectuais (*dianoetikai aretai*) - as que têm por objeto o saber e a contemplação²⁹ -, ligava-as intimamente às

²⁸ In *The Invention of Autonomy A History of Modern Moral Philosophy*, Introdução, p. 3.

²⁹ “A virtude, então, sendo de dois tipos, intelectual e moral, a virtude intelectual deve tanto a sua origem como o seu desenvolvimento à instrução (razão pela qual requer experiência e tempo), enquanto a virtude moral procede sobretudo do hábito.” *Ética a Nicômaco*, II, 1103 a, trad. de W. D. Ross.

paixões e às ações, procurando adequá-las à medida justa. Nesse caso, a virtude operaria como uma espécie de meio (*Ética a Nicômaco*, II.6, 1106b.) capaz de evitar, por exemplo, o excesso de sofrimento. A recusa manifestada na cultura moderna em reconhecer o primado da ação virtuosa nos atos morais corre a par da luta pela liberdade de buscar a própria autonomia. Mas a conquista da autonomia implica por sua vez depender dum exame constante das realizações pessoais, a fim de se aquilatar a eficiência da conduta. A relação mantida com a história, para a qual a modernidade se voltou como a um tribunal montado para o julgamento das atitudes tomadas em prol da liberdade, representa algo de fundamental que explica em parte essa dependência. A confrontação com o tempo histórico passa a inquietar as consciências, porque a cada novo passo supostamente dado à frente vem a desconfiança sobre o quanto e como se avançou em relação ao passado.

Diante desses fatos, os paralelos entre o movimento trovadoresco e o estado de espírito moderno saltam à vista: ambos experimentam a mesma escalada sentimental promovida pela entrega à paixão. Assim como a poesia provençal se caracterizou pelo relativo desprezo dos amantes pelo que não estivesse circunscrito ao seu próprio círculo pessoal³⁰, o espí-

³⁰ Uma manifestação clara disso era a chamada cultura da vassalagem, que ligava os amantes entre si através dum código de conduta alheio ao que predominava no resto da sociedade. A vassalagem devida pelo amante à amada é um dos traços mais notáveis do “serviço” amoroso. Como diz J. Anglade: “O amante se torna o servo da gleba da pessoa amada, ou mesmo do amor personificado; cumpre suas vontades, obedece a suas ordens, executa seus menores caprichos. Estar enamorado, na poesia dos trovadores, é prestar um juramento, como um cavaleiro.” *Op. cit.*, p. 77. Estes versos de Bernart de Ventadour ilustram esse ponto: “Boa senhora, nada vos peço / Senão que me tomeis por servidor, / Pois vos servirei como a bom senhor, / Qualquer que seja o ganho. / Eis-me aqui às vossas ordens, / Franco coração humilde, alegre e cortês!” “Bona domna, re noÿus deman / Mas queÿm prendatz per servidor, / Qu’eÿus servivai com bo senhor, / Cossi que del gazardo m’an. / Veÿus m’al vostre comandamen, / Francs cors umils, gais e cortes!” Outro pormenor a destacar sobre a exclusividade requerida na relação entre os amantes é a preocupação em manter distantes os ciumentos e invejosos, donde o surgimento de obrigações estritas entre os amantes e a prática do *senhal* para ocultar a identidade das amadas.

rito moderno conhece um fechamento semelhante, na forma de reposicionamento da moral, que passa a ter por eixo a autonomia e a entronização dos direitos. Neste particular, o *ethos* trovadoresco também pregava o direito de seus membros viverem plenamente a experiência do arrebatamento amoroso. Com tendência a se generalizar entre os trovadores e o homem moderno, a moral baseada na reivindicação de direitos compete com a moral do dever, apoiada na prerrogativa da ação. Na prática isso se mostra possível porque o eixo da moralidade, ao tender para a paixão em prejuízo da ação, continua fazendo funcionar o mecanismo das relações sociais que dela dependem. O pensamento motriz do ato moral e fonte da formação de regras de conduta tanto pode guiar-se pelo princípio da ação e o cumprimento do dever, quanto, ao contrário, render-se aos apelos dos sentimentos e à solicitação dos direitos, uma vez que é plausível pensar a intercomunicação entre a ação e a paixão³¹.

Como consequência do papel exercido pela passividade na exaltação do indivíduo, quer no círculo restrito do movimento trovadoresco, quer no contexto social da moral moderna, estamos diante do interesse por instituir uma ordem de valores particular. A nova ordem tal como a conceberam os trovadores, a qual tomava da paixão as regras de prudência, está insinuada nos poemas e tem sido registrada nos relatos históricos e na literatura crítica acerca do movimento. Por exemplo, uma importante norma de conduta tradicional que chegou a ser contestada sob a moda do amor foi a obrigação de respeitar o matrimônio, ficando-se à beira de admitir o

³¹ Vale lembrar, por aplicável a este caso, o tratamento dispensado por Descartes à relação entre ação e paixão: “Tudo o que se faz ou acontece de novo, disse ele, é geralmente chamado pelos filósofos uma paixão em relação ao sujeito a quem acontece, e uma ação em relação a quem faz com que aconteça; de modo que embora o agente e o paciente sejam em geral muito diferentes, a ação e a paixão não deixam de ser sempre uma mesma coisa que possui esses dois nomes, em virtude dos dois sujeitos diferentes aos quais se pode relacioná-la.” *Passions de l’Âme*, 1, art. 1.

adultério³². Chegar a esse termo implica o repúdio aos deveres que preservam os costumes dos que optaram por se casar. Desse modo, um grupo restrito, por sua atitude extravagante, propõe o direito de viver como ordenado pela vontade. À medida que o dever de respeitar o matrimônio recua ante o direito de amar, nas situações particulares regidas pelo mandamento do êxtase amoroso, observa-se uma reação à cultura dominante ainda devotada ao cumprimento das obrigações próprias à vida social, o que importa em reduzir ou ao menos modificar uma importante gama de ações até então consideradas parte do plano geral dos deveres que rege a vida em comum. Se essa sociedade se sente de fato ameaçada ou se está disposta a tolerar as transgressões não nos importa aqui tanto quanto assinalar o efeito causado pela nova moda

³² O uso frequente do *senhal* que dá um nome fictício às damas serve para despistar os bisbilhoteiros de toda índole e proteger as amadas. Este artifício torna-se necessário, pois, como nota J. Anglade, “os trovadores só dirigem suas homenagens a mulheres casadas; cantar o amor duma donzela é excepcional na poesia provençal.” *Les Troubadours, op. cit.*, p. 79.

³³ Quando Aristóteles distinguiu entre virtudes intelectuais e virtudes morais, via nestas as que são implantadas por meio da repetição daqueles atos sociais que levam à fixação de costumes. Por esse prisma, a virtude, que consiste numa disposição para cumprir certos atos morais, traz consigo um imperativo de ordem. O repúdio à regulamentação explica em parte por que a moral no pensamento moderno procura livrar-se da virtude, enquanto investe contra a ordem estabelecida e dá ênfase à experiência dos grupos restritos e do indivíduo isolado. Percebe-se então como a transgressão das regras de prudência estabelecidas pela maioria implica um abalo nas estruturas tradicionais. Uma figura que por muito tempo encarnara a virtude, como o sábio, o qual devia a sua sabedoria à posse de qualidades que tornavam os seus atos benéficos ao meio social, é pouco a pouco substituída por figuras novas possuidoras de outros méritos. No seu lugar, sobretudo nas primeiras afirmações da modernidade, surge a figura do gentil-homem e do *dandy*, dentre outros espécimes similares, cuja extravagância e singularidade são elevadas ao grau de qualidades máximas presentes tão-só nos indivíduos considerados especiais. No período em que a posse da virtude ainda traçava os objetivos morais, os autores líderes na introdução da modernidade a reverenciavam, conquanto se possa vislumbrar em suas referências a ela algo que não lhe diz exatamente respeito, quando comparado com o que tinham afirmado autores que efetivamente a defendiam, como, por exemplo, os estóicos, pensadores importantes para a compreensão desse tópico. Como representante do novo pensamento,

sobre a prática tradicional. Essa mudança de orientação moral observada na poesia trovadoresca nada tem de estranho para o pensamento social moderno, no qual a mesma ênfase nos direitos e o rechaço dos deveres é geralmente alardeada por grupos com forte presença cultural e política. O caso da virtude também aproxima os dois campos. Ambos encontram um estado de coisas moral em que a virtude ainda é considerada um valor nas atribuições da vida prática, pela sua função de ordenar a ação. Mas a virtude acaba por perder o seu estatuto em meio ao esforço por reconhecer o primado do individual, à medida que os valores são contados como fazendo parte da esfera da interioridade, como resultado da luta por emancipar a paixão³³. Também, não se trata mais de controlar os desejos, temendo o mal que possam causar³⁴, mas de dar vazão aos sentimentos e tomar a atitude que melhor corresponda aos interesses particulares. Sobretudo nos tempos atuais, a questão não é mais saber ajustar a conduta a regras de prudência pré-estabelecidas, mas deixar-se levar pelo impulso de liberdade³⁵. Ao tomar vulto o propósito de erigir uma moralidade legitimada em primeiro lugar pela defesa

temos, por exemplo, Voltaire, que no *Dictionnaire Philosophique* dizia que a virtude não é tão boa para aquele que a possui, quanto para os outros que a podem aproveitar. Se isto for ponderado, bem se pode entender que a virtude, sob o signo da paixão, venha a ser afinal abandonada como conceito útil pelos grupos propugnadores de conduta excêntrica. Vale lembrar ainda a frase de Rousseau, na *Nouvelle Heloise*, III, 18, que revela um aceno à perenidade da virtude no momento em que esta estava para ser soterrada sob a avalanche da nova moda moral que se firmava: “A virtude é tão necessária a nossos corações que, quando abandonamos a verdadeira, fazemos uma a nosso modo, e a retemos talvez com mais força ainda, porque ela representa a nossa escolha.”

³⁴ Ressalve-se que o respeito à medida justa na poesia provençal amenizava essa tendência.

³⁵ No plano político, isto se manifesta no esforço feito pelos grupos combatentes para resolver a questão da formação de governo, no sentido de resolver as contradições inerentes ao problema de ser ao mesmo tempo virtuoso e tecnicamente viável, ou seja, à dificuldade de manter uma administração dos negócios públicos que satisfaça o interesse de minorias, de um lado, e da maioria, de outro. Sobre o tema, ver o comentário que acompanha minha tradução dos *Paradoxos dos Estoicos*, de Cícero.

dos direitos e não mais pelo cumprimento dos deveres, fica cada vez mais difícil reconhecer a validade dum código ético inequivocamente voltado para o bem coletivo. Em contrapartida, aumenta a prerrogativa do legal como campo de definição para um “deveria” que responda à instabilidade das regras da vida social, aliás, à imposição de novas regras casuísticas em conformidade com os impulsos que caracterizam a vivência do indivíduo e dos grupos formados sob o lema da ética passional³⁶. A “política” dos direitos que a isso corresponde promove uma difusão da chamada ética aplicada, a qual opera prudentemente dentro de bolsões sociais onde as reivindicações particularistas se mostrem factíveis e causem uma impressão favorável de comportamento ao mesmo tempo compassivo e progressista. Ao invés do antigo plano de vida emoldurado por deveres de aplicação praticamente universal, passa a valer a experimentação e o incondicionado na conformação das atitudes, exceto pelas condições que oferecem o interesse em usufruir um conceito de vida plena.

Os paralelos que traçamos entre a poesia provençal e o seu culto ao amor e certos aspectos da cultura da modernidade nos levaram a afirmar algumas identidades entre ambas e até mesmo a ver a primeira como precursora da segunda, sobretudo no que diz respeito à importância que veio a adquirir nesta a passionalidade e a concomitante tendência a colocar os direitos acima dos deveres, fenômenos já típicos no movimento trovadoresco. Pudemos expor certas peculiaridades duma virada cultural que tomou forma primeiramente no

³⁶ Vale lembrar que entre os provençais este fenômeno ter-se-ia insinuado através da suposta instituição das “cortes de amor”, em que o *judicio dominarum* (citado por Andreas Capellanus in *De Amore*), emitido por damas da corte sobre assuntos amorosos, formaria com o tempo uma jurisprudência vinculante. Sobre as “cortes de amor” falaram extensamente Raynouard (*Des Troubadours et des Cours d'Amour*) e Caesar de Nostradamus (*L'Histoire et Chronique de Provence*). Digno de nota também é o *Essai sur les Cours d'Amours* (trad. de F. de Roisin) de F. Diez. Outra curiosidade relacionada com a propensão à criação de normas específicas na cultura trovadoresca é o título *Leys d'Amors* dado às regras da poesia provençal compiladas em Toulouse, no século XIV.

campo estético, até alcançar setores importantes da vida social. Pela dimensão que tomou como movimento literário, cultural e moral, pelo primado que atingiu em matéria de arte e sobretudo pela intuição que tiveram os seus criadores originais, ao fazerem da paixão o cerne da existência, por meio do culto ao amor, a poesia provençal merece ser estudada e analisada mais atentamente nos dias que correm.

BIBLIOGRAFIA

- ANGLADE, Joseph, *Les Troubadours, Leurs Vies, Leurs Oeuvres, Leur Influence*, Armand Colin, Paris, 1929.
- ARISTÓTELES, *Ethica Nicomachea*, trad. de W. D. Ross, Oxford, 1925.
- AVICENA, *A Treatise on Love*, trad. de E. L. Fackenheim, *Mediaeval Studies*
- CAPEFIGUE, *Les Cours d'Amour Les Comtesses et Châtelaines de Provence*, Amyot, Paris, 1863
- CHAYTOR, H. J. , *The Troubadours*, Cambridge, 1912
- DENOMY, A. J., "Courtly love and courtliness", *Speculum*, 1953
- DESCARTES, *Passions de l'Âme, Oeuvres*, v. 11, ed. C. Adam e P. Tannery, Paris, 1909
- FAURIEL, C., C., *Histoire de la Poésie Provençale*, Paris, 1847
- JEANROY, Alfred, *La Poésie Lyrique des Troubadours*, Privat/Didier, Toulouse, 1934
- SCHNEEWIND, J. B., *The Invention of Autonomy A History of Modern Moral Philosophy*, Cambridge Univ. Press, 2005

ABSTRACT: provençal poetry, through its love worship, made passion the cultural expression of a elated body of lovers and ardent followers. By refusing to perform the sexual intercourse during the love affair, the troubadours put passion in place of action and innovated in the field of usage. From this viewpoint, they may be considered forerunners of the modern social thought, which, in distinguishing the role of passion in the morality, raised rights above the duties.

Keywords: provençal poetry; passion vs.action, rights vs. duties and the morality; troubadours as forerunners of modernity.

UMA CHAVE PARA O CONHECIMENTO GEOGRÁFICO

Gabino Ribeiro Moraes*

RESUMO: Este artigo caracteriza-se por uma proposta de instrumentalização do ensino de Geografia na perspectiva da interdisciplinaridade. Uma experiência de simbiose entre Geografia e Literatura para alunos do terceiro ciclo do Ensino Fundamental. Os dados levantados sugerem a viabilização da obra *A chave do tamanho*, de Monteiro Lobato, como recurso didático na prática do ensino de Geografia. Além de facilitar o entendimento da noção de escala geográfica, esta proposta oferece, também, novas oportunidades para facilitar a compreensão da realidade local e global.

Palavras-chave: currículo; ensino de geografia; escala geográfica; literatura.

INTRODUÇÃO

Este artigo procura estabelecer e esclarecer percepções escalares. O raciocínio por escala em dimensão espacial ou temporal nasce da tentativa de instrumentalizar o ensino de Geografia, mais especificamente para discentes do 3º ciclo do Ensino Fundamental, na vigência de um provável currículo oculto. A Literatura de Monteiro Lobato foi o instrumento pedagógico utilizado.

* Universidade Nacional do Timor Leste

Nas mãos de uma criança a Literatura é um brinquedo, enquanto a Geografia tem importância singular na vida dos alunos, como seres espaciais. Seus lugares de convivência possibilitam o estabelecimento das primeiras relações com o local ou com o global. Monteiro Lobato, com sua literatura de espaço¹, concretiza a necessidade de se criar histórias novas em espaço brasileiro. Movido pela paixão, foi político, nacionalista e sensível ao mundo infantil, transformou o capricho da imaginação em realidade, antecipou a descoberta da ciência na fantasia. Focalizado no processo de aprendizagem das crianças e aproveitando a curiosidade epistemológica infantil, ele potencializou a imaginação ao investigar como ocorre o processo de construção imagética de uma sociedade, como estão sendo interpretando os símbolos evocados para compor o imaginário social, os quais estão intrinsecamente relacionados com o lugar, ou seja, com o seu componente geográfico. Como aponta Corrêa (1999, p.178):

reafirmamos, como desdobramento das discussões acima, que todo imaginário social é também um imaginário geográfico, porque, embora fruto de um atributo humano – a imaginação – é alimentado pelos atributos espaciais não havendo como dissociá-los.

No vasto campo de pesquisa que o ensino de Geografia oferece, é importante que o professor/pesquisador, ao eleger uma área específica para estudo, o faça a partir da sua experiência. No caso deste trabalho, tornou-se explícita a ligação entre Geografia e Literatura e busca-se concretizar a noção de que não existe docência sem discentes. Com essa experiência, começou-se a aceitar que o “formador” é o sujeito em relação a quem me considero o objeto, que o “educando” é o sujeito que me forma, e o “eu” é o objeto por ele formado. Ou seja, o educador, ou o formador, se forma e se re-forma ao

¹ Tomada aqui como descrição dos espaços através da literatura.

formar; quem é formado, forma a si mesmo ao ser formado. Propõe-se, com este trabalho, instrumentalizar o ensino de Geografia através da literatura.

RACIOCÍNIO POR ESCALA

Como recurso matemático fundamental da cartografia, a escala é e sempre foi uma fração que indica a relação entre as medidas do real e aquelas da sua representação gráfica. O conceito de escala pode assumir valores contínuos.

Nas últimas décadas, porém, exigências teóricas e conceituais impuseram-se a todos os campos da Geografia, e o problema da escala, embora ainda pouco discutido, começa a ir além de uma medida de proporção da representação gráfica do território, ganhando novos contornos para expressar a representação dos diferentes modos de percepção e de concepção do real. (CASTRO, 1995, p.129)

A discussão sobre o conceito de escala excede os limites da analogia geográfico-cartográfica, evidenciando outras possibilidades diante de novos níveis de abstração e de objetivação. Assim, a escala será problematizada como uma estratégia de aproximação do real, que inclui tanto a inseparabilidade entre tamanho e ambiente, o que a define como problema dimensional, como a complexidade dos fenômenos e a impossibilidade de apreendê-los diretamente, o que a coloca, também, como um problema fenomenológico.

A abordagem geográfica do real enfrenta o problema básico do tamanho, que varia do espaço local ao planetário. Esta variação de tamanhos e de problemas não é prerrogativa da geografia. Os gregos já afirmavam que, quando o tamanho muda, as coisas mudam: a arquitetura, a física, a biologia, a geomorfologia, a geologia, além de outras disciplinas, enfrentam esta mesma situação. Recentemente, as descobertas da microfísica e da microbiologia colocaram em evidência que na

relação entre fenômeno e tamanho não se transferem leis de um tamanho a outro sem problemas e isto é válido para qualquer disciplina. (CASTRO, 1995, p.133)

O mundo de hoje está globalizado em todas as dimensões espaciais, sejam elas o bairro ou o país: o local e o global se encontram em uma íntima relação de proximidade. As abordagens teórico-metodológicas sintéticas e analíticas encontram-se desnorteadas com esta nova relação estabelecida entre o local e o global. Não é o ponto de partida – o bairro ou o mundo – que é significativo, mas, sim, o estabelecimento de relações entre eles.

Desta forma, para compreender o lugar de convivência, a criança precisa estabelecer muito mais relações do que sugerem os livros didáticos e o ensino tradicional.

O lugar assume na atualidade uma nova dimensão, sendo entendido como “o ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso de tecnologias do capital e do trabalho”. O lugar é o ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, locais e globais. (SANTOS, 1996, p.18-19)

Mudar de escala, em certo sentido, implica olhar algo de outro modo, mas, então, esse algo já não será o mesmo: aparecerá com nova fisionomia, dentro de outro contexto. A Segunda Guerra Mundial, na década de 40 do século XX, por exemplo, teve fortes e variados significados, não necessariamente os mesmos nas diversas dimensões: localmente, representou uma grande intervenção nas paisagens e maiores preocupações em diversas proporções – do local ao global.

Estes raciocínios por escala quebram a lógica do pensamento binário simplista, aquele que somente lida com “sim” ou “não”, com “é” ou “não é”, com classificações estáticas e permanentes (naturalizadas), tais como “fulano é rico e beltrano é pobre”, “tal lugar é alto ou baixo”.

Raciocinar por escala é exercer o pensamento localizando-o claramente em um contexto. No livro *A chave do tamanho*, a personagem Emilia reduz toda a humanidade. Trata-se de uma “reinação” da boneca, que insiste em querer acabar com a II Guerra Mundial, e decide, para tanto, buscar as chaves que regulam o mundo. Para chegar até elas, a boneca faz uso do *pó de pirlimpimpim*, que a leva até a casa das chaves. Lá encontra várias chaves, e, sem saber qual delas é a da guerra, acaba por desligar a do tamanho. A humanidade fica pequena e o mundo se transforma. O livro de Monteiro Lobato, escrito durante a guerra, reflete, na tristeza de Dona Benta com o conflito, o sentimento do autor. Mesmo assim, as crianças se divertem com ele, que mostra a relatividade dos valores humanos e ensina política, organização social, ou ainda, escala geográfica com uma didática singular. Note-se que os critérios de classificação aparecem tão destacados quanto as referências ao contexto espacial, o que possibilita compreender a classificação, investigar suas origens culturais e, ainda, discordar da classificação: em outros termos, colocar em discussão aquilo que seria naturalizado.

A questão da naturalização solicita o estudo dos processos sociais e naturais no espaço e no tempo, o que remete à questão do raciocínio por escala em suas dimensões espacial e temporal, buscando justamente negar ou evitar que acontecimentos e fenômenos sejam vistos como “dados do real”, neutros, objetivos, eternos e imutáveis.

Quando se pensa em escala geográfica, considera-se a dimensão espacial dos processos, já a escala temporal diz respeito à abrangência temporal, ou duração dos processos – rapidez e lentidão, ritmo e intensidade são noções associadas. Não se pode deixar de, também, colocar em primeiro plano a experiência subjetiva do tempo.

Tem-se a tendência de tratar separadamente a escala espacial e a escala temporal, porém, em qualquer estudo é preciso integrá-las, investigando suas relações. Comumente, os

livros didáticos trazem uma sequência de atividades sobre a casa do aluno, a rua onde mora, seu bairro, sua cidade, município, etc., seguindo exatamente esta ordem. A casa é muito próxima do aluno, significativa, no entanto, o trajeto casa-escola, o bairro e, até mesmo, a cidade, de modo mais ou menos limitado, também fazem parte de suas experiências corporais, então, pode-se perguntar se esta sequência, entendida como sendo do menor para o maior (ou do mais próximo e significativo para o mais distante) constitui a única via de estudo.

Na mesma sequência de atividades, rua, bairro e cidade são, habitualmente, pensados separadamente. Com o eixo do raciocínio por escala pretende-se, com inspiração em Yves Lacoste (1988), apresentar uma outra possibilidade: refletir sobre o espaço, com seus processos sociais e naturais, por meio da articulação de escalas.

Um modo simples de introduzir a questão é chamar a atenção dos alunos para a dimensão espacial daquilo que já vivenciam ou estudam. Em uma planta da cidade, eles podem delimitar o bairro onde moram e também a área que mais conhecem, aquela realmente percorrida, experimentada cotidianamente. Talvez exista um estabelecimento comercial ou uma festa popular (típicos de certos locais da cidade) restritos a este bairro, que, talvez, abrigue comunidades de migrantes (e aqui entra a relação com outros espaços, exigindo trabalho em mais de uma escala). Em um dia de inverno, talvez seja possível observar a neblina localizada apenas sobre um rio, ou no fundo de um pequeno vale, e em outro dia, um nevoeiro tomando toda a cidade.

Na sequência de atividades comentada há pouco, se a rua é pensada não apenas de modo isolado, mas no contexto do bairro, dentro da cidade, articulada a estes espaços maiores, fica facilitada, por exemplo, a compreensão do movimento de pessoas e de veículos, uma vez que este movimento não é apenas dos que moram no bairro, mas também dos que vêm até ele comprar, passear ou visitar, ou dos que

passam por ele a caminho de outros bairros. Aqui também se pode trabalhar as alterações de sentido: para os moradores, o bairro é local de moradia, para os moradores da cidade, é passagem (é sempre importante lembrar que, se os sentidos mudam, mudam também as ações realizadas no lugar, as possibilidades de permanência e transformações). Por outro lado, se se quer aprender sobre as pessoas, as famílias dos moradores, as relações cotidianas entre os moradores, certamente sente-se necessidade da história e ampliasse a escala do estudo (no sentido espacial e no temporal): de onde vieram? quando nasceram?

A imagem que as crianças constróem de um córrego, e dos problemas a ele relacionados, permanece a mesma depois que visitam e estudam não apenas o pequeno trecho próximo à escola, mas toda, ou grande parte de sua extensão? Viver as duas experiências, compará-las e integrá-las constitui rica reflexão sobre escala geográfica. O que viram na primeira experiência? Quais problemas foram apontados? E na segunda experiência? O que foi diferente? Mudaram as explicações?

O interessante não é apenas realizar um estudo desta ou daquela maneira, seguir este ou aquele caminho, utilizar um ou outro procedimento trabalhando nesta ou naquela escala e articulando escalas, mas, sim, construir os caminhos com os alunos, promovendo discussões sobre os próprios caminhos, sobre os porquês de suas escolhas, sobre seus limites, sobre os conhecimentos produzidos daquela maneira (se são suficientes, se deixam dúvidas, quais dúvidas, o que se pode afirmar com certeza e o que se afirma sem tanta certeza, entre outros questionamentos).

Também é preciso esclarecer que não se defende a idéia de uma simples imposição dos processos de grande escala sobre os de pequena escala. O que está sendo proposto é o estudo de como se relacionam as diversas escalas, ou melhor, os fenômenos e processos de diversas escalas, em cada situação.

Quanto à escala temporal, já se afirmou que ela se refere à duração dos processos. Neste sentido, raciocinar por escala temporal é colocar a questão do tempo, mais especificamente de sua duração, na definição e na investigação de qualquer problemática. E este pode ser o tempo da natureza, o tempo histórico e também o tempo subjetivo.

Todos os jogos e brincadeiras têm a mesma duração? Por quê? (O questionamento do motivo foi colocado para estimular a elaboração de interpretações e não a enunciação de verdades.) E as atividades na escola? Quanto tempo cada uma delas ocupa? Como se pode interpretar tal organização do tempo? Como é o dia de cada aluno? Quais são suas atividades diárias? Qual a duração dessas atividades? Que diferenças existem em relação à rotina de seus pais? Por quê? A partir de entrevistas, filmes, textos de jornais e livros, é interessante comparar o cotidiano dos alunos com o de crianças de outras classes sociais, de outros contextos culturais ou de outros períodos históricos.

O tempo subjetivo frequentemente emerge por meio da expressão dos próprios alunos: em um dado dia, uma atividade rotineira é sentida como “mais demorada” para alguns, um determinado intervalo de tempo é muito longo, para outros, muito curto, alguém pode questionar um limite assinalado pelo tempo, etc. Estas são ocasiões riquíssimas para que se discuta sobre o que os alunos sentem e pensam a respeito do tempo. As discussões podem ser continuadas, de modo a levá-los a pensar sobre como estas idéias de duração (e também de extensão) são construídas nos mais diversos contextos culturais: o que é longe, o que é perto, o que é rápido, o que é demorado, em diversas situações, para pessoas que moram em Porto Alegre, para pessoas que moram em Viamão, para ricos e para pobres, para jovens e para velhos.

Quem vive em cidades grandes, como Porto Alegre, dizer que um lugar a vinte minutos de distância, de carro, é perto. Para quem vive em Viamão, um lugar a estes mesmos vinte minutos de distância, de carro, é sentido como distante.

A inconveniência da analogia entre as escalas cartográficas e geográficas existe em virtude do fato de que a Geografia não dispõe de um conceito próprio de escala e adotou o conceito cartográfico. Não é evidente, contudo, que esta noção lhe seja apropriada, pois a escala cartográfica exprime a representação do espaço como forma geométrica, enquanto a escala geográfica exprime a representação das relações que as sociedades mantêm com esta forma geométrica.

Cada um a seu jeito, os geógrafos behavioristas e os marxistas baseiam seus estudos dos processos na escolha de escalas geográficas diferentes, sem que infelizmente seja explicitada, pelo menos na maioria dos casos, essa distinção fundamental entre escala cartográfica e geográfica. (RACINE et.al., 1983, p.125)

Este é um problema fundamental na busca de compreensão da articulação de fenômenos em diferentes escalas, bem como na constatação de que os fatos sociais são necessariamente relacionais.

ESCALA GEOGRÁFICA E LITERATURA

Um ponto de partida relevante para se refletir a construção de conhecimentos geográficos, na escola, parece ser o papel e a importância da Geografia para a vida dos alunos. Há um certo consenso entre os estudiosos de metodologia de ensino de que o papel da Geografia é o de prover bases e meios de desenvolvimento para a ampliação da capacidade de apreensão da realidade dos alunos sob o ponto de vista da espacialidade, ou seja, da compreensão do papel do espaço nas práticas sociais e destas práticas na configuração do espaço.

Ao longo da História, os seres humanos organizaram-se em sociedade e produziram sua subsistência, constituindo, assim, seu espaço, que se configura conforme os modos cultu-

rais e materiais de organização dessa sociedade. Há, neste sentido, um caráter de espacialidade em toda prática social, assim como há um caráter social na espacialidade.

Além disso, o pensar geográfico contribui para a contextualização do próprio aluno como cidadão do mundo ao contextualizar espacialmente os fenômenos, levando-o a conhecer o mundo em que vive, desde a escala local às escalas regional, nacional e mundial. O conhecimento geográfico é, pois, indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social na medida em que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel deste espaço nas práticas sociais.

A espacialidade em que os alunos vivem na sociedade atual, como cidadãos, é bastante complexa. Seu espaço, diante dos processos de mundialização e multiculturalismo da sociedade, extrapola o lugar de convívio imediato, sendo traçado por uma figura espacial fluida, sem limites definidos. Em razão desta complexidade crescente, o cidadão não consegue, espontaneamente, compreender seu espaço de modo mais articulado e crítico. Sua prática diária permite-lhe apenas um conhecimento parcial e frequentemente impreciso do espaço. O conhecimento mais integrado da espacialidade requer uma instrumentalização.

A construção e a reconstrução do conhecimento geográfico pelo aluno ocorrem não apenas na escola, mas também fora dela. Entretanto, a ampliação de tais conhecimentos, a ultrapassagem dos limites do senso comum, o confronto de diferentes tipos de conhecimento e o desenvolvimento de capacidades operacionais do pensamento abstrato são processos que podem ser potencializados com práticas intencionais de intervenção pedagógica. A obra *A chave do tamanho* pode ser utilizada como um instrumento facilitador de obra literária, de livro didático, de chamariz, de âncora afetiva e de canal de entrada para o lúdico. A utilização do texto de Monteiro Lobato justifica-se pela multiplicidade de etnias

dos personagens do Sítio do Pica-pau Amarelo, pela democratização das relações intersubjetivas, sem que se escamoteiem os conflitos, aspectos que norteiam o projeto de literatura infantil de Lobato. Estas e outras são características da sociedade anunciada como uma espécie de contraponto à complexa montagem, discursiva e tecnológica, de controle das consciências presente nas formas organizacionais típicas da atualidade.

LOBATO E A EDUCAÇÃO

A aproximação entre a Literatura e a Geografia permite estabelecer relações intertextuais e reconhecer as divergências entre os discursos. Em outras palavras, ao se trabalhar com conceitos da geografia literária², revela-se o que há de literário na própria produção da Geografia. Esta prática possibilita reconhecer as estratégias argumentativas, as marcas da escritura e os tipos de metáfora empregados, permitindo uma leitura e uma redação mais precisas sem dispensar, é claro, a consciência epistemológica e metodológica.

O objeto geográfico é contemplado pela obra literária. O devaneio poético³ descortina significados mais abrangentes do que aqueles forçosamente coerentes e racionais da Ciência, insuflando a imaginação geográfica. Nas palavras de Monteiro, a noção de lugar, embora sendo obra de imaginação e de criação literária, contém uma verdade que pode estar além daquela advinda da observação acurada, do registro sistemático de fatos:

² Essa geografia literária, entretanto, pode se referir a duas coisas muito diferentes. Pode indicar o estudo do espaço na literatura ou, ainda, da literatura no espaço.

³ Todos os sentidos despertam e se harmonizam no devaneio poético. É essa polifonia dos sentidos que o devaneio poético escuta e que a consciência poética deve registrar (BACHELARD, 1988, p.2).

Esta capacidade paradoxal encontrável na Literatura, ou a ela conferida pelo geógrafo, brota de um reconhecimento de que a essência ou a verdade do mundo transcende à interpretação de dados coligidos por geógrafos, historiadores e sociólogos. (MONTEIRO, 2002, p.65)

A imagem de Monteiro Lobato está encoberta por um tipo de fama que mais atrapalha do que ajuda, seja na iluminação dos méritos do autor, seja na leitura atual de sua obra, cujo quadro de referência já se vai tornando longínquo demais para nós. Lobato foi, acima de tudo, um agitador de idéias, um polemista agressivo e irreverente que dedicou a vida à missão de denunciar as mazelas do atraso nacional. Pouco dessa efervescência de espírito restou sob a aura convencional, verde-e-amarela, que lhe imputaram à medida que ele passou a ocupar, nos anos 50 do século XX, posição central no sistema escolar brasileiro.

A partir dos anos 70, Lobato foi deslocado por uma geração de educadores que submeteu sua obra a uma revisão de cunho progressista. Influenciados pelo *revival* de Oswald de Andrade e da vertente modernista mais radical, então em curso, estes professores passaram a incriminar Lobato por seu conservadorismo acerca da pintura, fixado desde a crítica feroz que ele publicou em 1917 contra a pintora Anita Malfatti. Realçaram-se, ao mesmo tempo, os supostos traços de racismo encontrados nos livros do escritor⁴ e que, se o desabonavam junto ao público adulto, tornavam-no proibitivo, segundo aqueles educadores, para as crianças. O amoralismo de Emília, sua maior personagem, voltou a incomodar, só que dessa vez não pela insolência crítica da boneca, mas pelo alegado reacionarismo de Lobato⁵.

⁴ Racismo suposto devido ao fato de Tia Anastácia, personagem afro-descendente, ser representada como uma pessoa simplória, tola e supersticiosa.

⁵ Devido à sua postura diante dos jovens criadores da Semana de 1922.

Em vez de desfazer a anterior, a nova imagem se combinou àquela para inverter seu sinal: Lobato passou a ser tudo o que ele mais abominara em vida e jamais supôs que a posteridade poderia associar a seu nome, a saber, um autor oficialesco, de panteão, conformista tanto do ponto de vista social quanto ideológico e literário. Como sintoma, talvez, deste ambiente refratário, uma série de brincadeiras malévolas surgiu em torno de sua literatura para crianças (associando o pó mágico da ficção com a cocaína), e o autor – com seu pó de pirlimpimpim, seus narizinhos e rabicós – chegou a ser tomado como um autor não apenas secundário e ultrapassado, mas francamente ridículo.

Furacão na Botocúndia, perfil biográfico e intelectual do Lobato, parece imbuído desta abordagem e bem-sucedido ao executá-la. O livro estabelece uma série de correções a respeito da posição do autor no contexto do Modernismo dos anos 20 e extrai, da figura da estátua de bronze, uma fisionomia outra vez de carne e osso. A biografia clássica de Lobato, monumental à sua maneira, é de 1955, escrita pelo amigo e apologista Edgard Cavalheiro⁶. *Furacão na Botocúndia* é, possivelmente, o primeiro trabalho com o mesmo escopo que se publica desde então.

Um dos aspectos que mais se destaca, nas narrativas biográficas, é a paixão de Lobato pelo empreendimento produtivo, pelo trabalho voltado à multiplicação da técnica e da riqueza, pelo capitalismo, em suma, na sua feição mais intrépida, que só encontra paralelo na completa inaptidão do autor para qualquer atividade prática. É como se ele fosse escritor em excesso para que pudesse ser homem de negócios, e vice-versa. Na vida prática e material, Lobato fracassou sucessivamente como fazendeiro, como editor de livros e como explorador de petróleo. Têm razão os biógrafos que alegam

⁶ CAVALHEIRO, E. **Monteiro Lobato**: vida e obra. Vol. 1 e 2. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

ter ele deixado, com suas campanhas fulgurantes, sementes que, de uma forma ou de outra, frutificaram mais tarde. Quase nunca como ele gostaria. Podem ter razão, ainda, quando invocam motivos externos, de força maior, para os fracassos empresariais de Lobato.

Para Lobato, o Brasil autêntico não era o do litoral, muito influenciado pelas modas parisienses, mas o do interior. Seu único mal era a pobreza, imposta pelo poder do latifúndio. Acusaram Lobato de separatista, de vendido aos Estados Unidos, e, por fim, de comunista, mas ele passou a vida a lutar pelo progresso, pela riqueza do Brasil, sem cuidar de si, sem tirar nenhum proveito pessoal das campanhas a que se atirou. Segundo Anísio Teixeira, grande educador que foi uma das numerosas descobertas beneméritas de Lobato, o grande drama do criador de Narizinho foi nunca ter podido dar “toda a medida do seu gênio”. (NUNES, 2000, p.25)

Embora fosse um editor brilhante, no âmbito da literatura adulta, seus empreendimentos se esboroaram como se fossem reflexos de suas aventuras no mundo dos negócios. A literatura talvez requeira um afastamento, em face da dimensão prático-normativa da vida e uma capacidade de criar todo um tecido de intermediação, cerne de sua autonomia, que Lobato, tomado pelo sentido da urgência mais imediata, não podia alcançar. Sua ficção para adultos é aplicada, mas protocolar. Seus contos raras vezes transcendem o *causo* interiorano, a ansiedade por suscitar efeitos de terror ou humorismo aflorando a todo momento. Pode-se falar, como acerca de tudo o que Lobato escreveu, que sua literatura não-infantil era uma literatura de intenções.

O impasse contido neste diagrama, que enclausura Lobato em uma zona morta a meio caminho entre vida literária e vida prática, forçando-o a uma atividade tão incessante quanto aparentemente estéril, encontrou seu ponto de fuga na literatura para crianças. Já se observou que esta literatura serviu simultaneamente a Lobato como desaguadouro de

ressentimento e como suave vingança, implantada na mentalidade das gerações futuras, sobre seus adversários e detratores. O que não foi suficientemente ressaltado é que a literatura para crianças, ao contrário do que parece, está mais próxima da vida prática do que a literatura para adultos, devido ao seu conteúdo inevitavelmente formativo e às suas finalidades não-literárias. Além disso, esta literatura também se encontra suspensa em um ponto intermediário entre ação e representação, entre atitude moral e obra de arte.

De escrever para marmanjos, já enjoei. Bichos sem graça. Mas, para as crianças, um livro é todo um mundo. Ainda acabo fazendo livros onde nossas crianças possam morar, como morei no “Robinson” e nos “Filhos do Capitão Grant”. (LOBATO, 1972, p.334)

Esta declaração de José Bento Monteiro Lobato, feita em 1926, cinco anos depois do lançamento de sua primeira obra infantil, *Reinações de Narizinho*, era bastante profética. Até praticamente a década de 80, as crianças continuaram lendo e “morando” nas suas obras. Uma pesquisa realizada em 1974 demonstrou que 140 em 200 crianças preferiam as obras de Monteiro Lobato às histórias [historinhas] em quadrinhos de Walt Disney. Levada para a televisão em meados da década de 70, a série *O Sítio do Pica-pau Amarelo* veio confirmar esta preferência. Atualmente, existe uma nova adaptação televisiva da obra, acompanhada por um imenso leque de produtos de consumo (desde brinquedos e itens de vestuário infantil até histórias em quadrinhos).

Com Lobato, surgiu uma literatura brasileira para crianças que até então se conformavam (e se formavam) apenas com histórias de príncipes e princesas encantadas com nomes estrangeiros de difícil pronúncia. Anticonvencional por natureza e com idéias avançadas para sua época, Monteiro Lobato criou um mundo de faz-de-conta, onde realidade e sonho não tinham fronteiras definidas, e o pó de pirlimpimpim

era tão aceito e digno de crédito quanto os célebres bolinhos da Tia Nastácia, devorados pelos habitantes do Sítio do Pica-pau Amarelo.

Monteiro Lobato reconhecia não haver uma fórmula definida de sucesso para um livro infantil. Na tentativa de não menosprezar a inteligência infanto-juvenil, e reformulando a pedagogia da sua época, o escritor afastou-se do misticismo, da superstição e da fantasia mórbida, presentes no imaginário das crianças brasileiras durante séculos. Para surpresa geral, demonstrou para seus pequenos leitores que a inteligência bem orientada acaba sempre vencendo a força bruta, e que um plano bem executado vale mil vezes mais do que o mais potente dos muques.

A situação era tão nova que as suas velhas idéias não serviam mais. Emília compreendeu um ponto que Dona Benta havia explicado, isto é, que nossas idéias são filhas da nossa experiência. Ora, a mudança do tamanho da humanidade vinha tornar as idéias tão inúteis como um tostão furado. A idéia dum caixa de fósforos, por exemplo, era a idéia dum coisinha que os homens carregavam no bolso. Mas com as criaturas diminuídas a ponto de uma caixa de fósforos ficar do tamanho dum pedestal de estátua, a “idéia de caixa-de-fósforos” já não vale coisa nenhuma. A “idéia-de-leão” era a dum terrível e perigosíssimo animal, comedor de gente; e a “idéia-de-pinto” era a dum bichinho inofensivo. Agora é o contrário. O perigoso é o pinto.

Emília sentiu um friozinho no coração. Começou a desconfiar que havia feito uma coisa tremenda, a coisa mais tremenda jamais acontecia no mundo.

Pensou, pensou, pensou. Depois resolveu calcular que tamanho teria. (LOBATO, 1972, p.18)

Acima de tudo, seus livros tinham como objetivo ensinar a criança a ter raciocínio próprio e visão crítica do mundo.

Por meio dos personagens de *O Sítio do Pica-pau Amarelo*, Monteiro Lobato revelava sua visão de mundo. Inconveniente e franca, Emília, uma boneca de trapos, diz sempre a verdade, pois nunca viveu em sociedade e ainda não sabe mentir. O Visconde de Sabugosa, apesar de sábio e pedante, verdadeiro “rato de biblioteca” e desligado da vida, sabe das coisas e as antecipa, como, por exemplo, a existência de petróleo no Brasil, em uma época em que ninguém acreditava nesta possibilidade (com exceção de Monteiro Lobato), “descobrimo” um poço no Sítio. Pedrinho e Narizinho representam a infância normal e livre, e Dona Benta, a avó sonhada por todos, expõe os fatos direta e claramente.

No decorrer de 22 livros, o escritor contou, com seu modo descontraído e saboroso, fatos mitológicos, políticos, sociais, históricos, científicos. Ensinou Matemática, Português, Geografia e Astronomia, e, mesmo escrevendo para crianças, manteve o estilo claro e objetivo de sua obra para adultos, acrescentando-lhe uma abertura para subverter as regras da gramática e do dicionário ao inserir elementos da oralidade em sua prosa. Um dos traços mais visíveis a garantir o êxito da obra é o caráter imediato da narração: tudo é descrito vivamente e de modo rápido.

A obra infantil de Lobato caracteriza-se pela vontade de libertação. O moralismo convencional foi abolido, como o foram as sugestões religiosas. Lobato, antes de tudo, louvou a vida, e não será difícil descobrir em seus textos em prosa uma filosofia de vida. Através de seus livros, percebe-se que ele acreditava na inteligência das crianças, mas seu desligamento das convenções da época gerou uma fanática e mesquinha campanha contra seus livros: um sacerdote chegou a escrever um volume tentando provar que Lobato pregava o comunismo para as crianças.

Livres, tanto em estilo quanto em inspiração, as obras para crianças de Monteiro Lobato foram, em uma determinada época, perseguidas por alguns educadores e pedagogos

limitados. Na verdade, a Emília inconveniente e franca – considerada, em certos aspectos, um *alter ego* de seu criador – não podia agradar a espíritos conservadores. Tampouco Dona Benta, com a sua lucidez não-repressora, ou qualquer outro dos personagens: Tia Nastácia, a cozinheira; o Marquês de Rabicó, um porco falante; o rinoceronte Quindim; Pedrinho e Narizinho; ou o cientificista Visconde de Sabugosa. Também os setores ultraconservadores da Igreja Católica atacaram Lobato, acusando-o de ateísmo por dar vida a bonecas de pano e a sabugos de milho.

Na dinâmica dos personagens de Monteiro Lobato cabe à fantasia da criança-leitora (e, mais tarde, telespectadora) um espaço ativo de criação, ou de complementação criativa frente aos personagens. Ele comprovou que uma boneca de pano ou um sabugo de milho (Emília e o Visconde de Sabugosa) podem estimular a criatividade das crianças exatamente por sua forma incompleta, inacabada. A boneca de pano – velha, amassada e mal-feita – permite à criança realizar personificações inusitadas, muito mais ricas e criativas do que aquelas permitidas pelos brinquedos bem-acabados industrializados e comercializados atualmente, que “dizem mamãe”, “sabem mamar” e até “fazem xixi”.

Uma espiga de milho, com toda a sua carga simbólica, estimula a fantasia infantil, pois pode tornar-se aquilo que a criança desejar em suas brincadeiras, ao passo que o produto industrial completo e acabado, embora tenha uma aparência deslumbrante, deixa pouco ou nenhum espaço para a complementação criativa da criança. Brinquedos ou bonecos, por mais bonitos e sofisticados que sejam, quando apresentam signos acabados e fechados empobrecem a relação da criança com o próprio imaginário. Felizmente o computador, de certa maneira, pode despertar e libertar o imaginário da criança, assim como o livro ou o rádio (este último pouco utilizado pelas crianças no Brasil).

Um time de botões acaba por ser mais usado que um trem elétrico, exatamente porque cada uso implica novas

mensagens e surpresas. O brinquedo sofisticado é deslumbrante para a criança na hora que o recebe, em seguida, porém, reduz-se o nível de interesse, porque a mensagem se esgota no breve uso: não o transcende, como ocorre em “invenções” semi-acabadas, toscas, ajustadas ou feitas pelas crianças. (É claro que o brinquedo industrial tem e pode ter outras qualidades. Com o advento da eletrônica, brinquedos industrializados recuperaram parte de seu efeito criativo e de sua função de ativadores tanto do imaginário quanto do raciocínio.)

Lobato alcançou intuitivamente o efeito do acima descrito, pois viveu em um Brasil pré-industrial, época em que o brinquedo sofisticado era apenas o brinquedo importado, exclusivamente ao alcance de crianças com maior poder aquisitivo. Daí haver criado, na boneca de pano e no sabugo do milho, alguns personagens em permanente “fazer-se”, incompletos, estimulando uma espécie de fetichismo às avessas.

A televisão pretendeu mostrar o Lobato educador mais do que o Lobato professor, instrutor, por isso foram preferidas as obras mistas e de diversão. Fazer predominar o equilíbrio entre a diversão e a instrução mostra que a decisão pedagógica do grupo encarregado de tele-encenar Lobato foi a de operar sobre a idéia de educação da sensibilidade e da cidadania como prioritária e melhor condutora dos valores de vida.

Se houvessem optado pelo didatismo ou pela mera instrução, seguramente ter-se-ia chegado ao segundo ano de programa com um desinteresse cruel ou um didatismo condenável, em se tratando de televisão. O programa alcançou nove anos com crescente interesse, apesar de ser exibido em horários de baixa audiência. E, anos depois, em plena década de 90, a TVE continuou a apresentar reprises de episódios do *Sítio*.

Visionário, Lobato imagina, por exemplo, uma espécie de Internet em uma de suas obras infantis. O autor prevê a violência do trânsito, clama por uma nova escrita da história, antecipa relações comerciais e literárias no mercado literário brasileiro (implanta a consignação neste mercado), forja a

industrialização e critica o Rio de Janeiro como sede da capital federal. Em *A reforma da natureza*, de 1941, escreve sobre plantas e animais transgênicos, e quando narra *O poço do Visconde*, de 1937, prevê até o local do primeiro poço de petróleo brasileiro, encontrado em 1939 em uma localidade baiana, ironicamente denominada Lobato.

Em uma carta enviada a seu amigo Godofredo Rangel, em 1904, resume as forças em jogo em sua vida: “Eu sou um homem-toupeira que cava subterraneamente as veneráveis raízes das mais sólidas verdades absolutas”. O contista José Bento metamorfoseia-se na contadora de história Dona Benta, uma entre seus *alter egos*, a desfiar para as crianças um mundo de histórias mágicas, recheadas de conhecimento.

Para mudar o Brasil, Lobato transforma-se em pedagogo, e não é por acaso que um de seus melhores amigos, o homem que mais admirava depois de Machado de Assis, era o educador Anísio Teixeira. Esta simbiose entre ensino e literatura cria uma enciclopédia do saber.

Mas, afinal, a literatura infantil de Monteiro Lobato é composta por obras literárias ou por livros didáticos? Para analisar as relações entre obra literária e livro didático é indispensável refletir sobre uma percepção do sistema escolar:

Esta dificuldade – nosso embaraço em encontrar as formas de luta adequadas – não virá de que ainda ignoramos o que é poder? Afinal de contas foi preciso esperar o século XIX para saber o que era a exploração, mas talvez ainda não se saiba o que é poder... Sabe-se muito bem que não são os governantes que o detêm. Mas a noção de “classe dirigente” não é nem muito clara nem muito elaborada. Dominar, dirigir, governar, grupos no poder, aparelho de Estado, etc. é todo um conjunto de noções que exige análise. Além disso, seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos, e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibição, de coerção. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e

outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém, mas se sabe quem não o possui. (FOUCAULT, 1988, p.46)

O fragmento acima aponta para uma questão atualmente essencial: como entender a escola – e, no seu interior, o livro didático – no papel de relação social de dominação e de poder. Evidenciando o problema fundamental da escola e do material didático, estas relações sociais se revelam através do conteúdo de tais livros: burguês ou proletário, ideológico ou científico.

Graças a autores como Michel Foucault, entre outros, sabe-se que tal percepção é enganosa e simplificadora. A escola como *locus* de poder não se resume ao conteúdo que transmite aos alunos. Aliás, o conteúdo é provavelmente menos importante do que outros procedimentos característicos do sistema escolar, tais como a hierarquia e a autoridade, a crença nos fatos objetivos, a avaliação e a promoção, os diversos gêneros de escola e suas relações com a reprodução das desigualdades sociais, a divisão acadêmica do conhecimento. No fundo, não existem conteúdos que sejam em si revolucionários: qualquer conhecimento, qualquer teoria ou conceito pode servir como instrumento para a dominação cultural.

Também há, por exemplo, a inculcação sub-reptícia de uma visão burguesa do tempo, na exigência de pontualidade, na importância das horas e minutos, na passagem do tempo vivido para tempo gasto, como valor de troca e não mais apenas valor de uso. (THOMPSON, 1979, p.239-293)

Do mesmo modo, transmite-se a percepção dos objetos e das pessoas (carteiras, alunos, quadro-verde, lugar do professor, etc.) em uma sala de aula característica do final do século XVIII. E, independentemente do conteúdo transmitido (que pode ser modos de produção, escala, burguesia *versus* proletariado ou globalização, entre outros), a própria forma de apresentar estes conteúdos já revela e reforça uma faceta da dominação: a verdade pronta, reproduzida pelo professor e assimilada pelo aluno como produção do saber alheia à prática educativa.

O livro didático constitui um elo importante na corrente do discurso da competência: é o lugar do saber definido, pronto, acabado, correto e, dessa forma, fonte última de referência e contrapartida dos “erros” das experiências de vida. Este “manual”, apesar de não ser (como pretendem alguns teóricos da educação) o grande culpado pelo autoritarismo e pela precariedade no ensino, acaba consubstanciando a sua forma usual e institucionalizada como o saber competente alheio à prática educativa, e passa a ser assimilado pelos alunos.

Contudo, é possível manter uma outra relação com o livro didático. O professor pode e deve encarar o “manual” não como o definidor de todo o seu curso, de todas as suas aulas, mas fundamentalmente como um instrumento que está à serviço dos seus objetivos e de suas propostas de trabalho. Trata-se de usar criticamente o “manual”, relativizando-o, confrontando-o com outros livros didáticos ou literários.

O ENSINO DA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

A Geografia como ciência social está diretamente implicada nessas transformações. Já no início dos anos 90, o discurso que ficou conhecido com o rótulo de Geografia Crítica, que postulava uma ciência geográfica de cunho marxista, começou a ser abalado. Surgiram outros enfoques de explicação e interpretação da realidade. Na Geografia, a análise marxista não desapareceu, assim como não desapareceram as chamadas Geografias Tradicionais e Quantitativa, mas como a epistemologia da Geografia está em constante construção, tem-se a linha da Geografia Cultural, com tendências aos métodos fenomenológicos. A tendência, recente em Geografia, dos estudos fenomenológicos procura apreender o significado do lugar, por exemplo, para os seres humanos. Isto é, o lugar não é apenas algo que objetivamente se dá, mas algo que é construído pelo sujeito no decorrer de

sua experiência. Por isso, a realidade não é apenas dado objetivo, mas inclui a percepção do meio ambiente enquanto experiência vivida e sentida.

Este enriquecimento das diferentes interpretações na Geografia conduz à necessidade de reformular categorias e conceitos para compreender melhor o movimento da sociedade e para refletir sobre a problemática espacial à luz das contribuições de uma teoria social crítica. Conceitos como os de Estado, Nação, cultura, imperialismo, dependência, centro, periferia e marginalidade – muito importantes no pensamento geográfico – estão sendo questionados, sobretudo com a globalização da sociedade, seja por ganharem conotações substancialmente novas, seja por terem perdido seu poder explicativo. O mapeamento da narrativa geográfica também não se dá em um único local, mas perpassa as fronteiras linguísticas e geográficas.

GEOGRAFIA ESPAÇO-TEMPORAL

A Geografia defronta-se, assim, com a tarefa de entender o espaço geográfico em um contexto pós-moderno. O avanço das técnicas, a maior e mais acelerada circulação de mercadorias, de pessoas e de idéias distanciam os homens do tempo e da natureza e provocam um certo “encolhimento” do espaço de relação entre estes homens. Na sociedade pós-moderna, baseada em princípios de circulação e de racionalidade, há um domínio do tempo e do espaço, mecanizados e padronizados, que se tornaram fonte de poder material e social em uma sociedade que se constitui com base no Industrialismo e no Capitalismo.

O controle do tempo e do espaço liga-se estreitamente ao processo produtivo e à vida social. O tempo relaciona-se tanto com a disciplina e a regularidade exigidas no mundo do trabalho quanto com o giro de capital na produção. O espaço

está vinculado à criação de um mercado mundial e à redução de barreiras para a expansão do sistema produtivo. Perde, assim, sua significação absoluta no lugar para ganhá-la na lógica do poder da expansão capitalista. Da mesma forma, o tempo concebido progressiva e linearmente foi sendo substituído por um tempo cíclico e instável, em função de que seu sentido passou a ser ligado ao próprio processo produtivo. Instalou-se, assim, uma compreensão e uma vivência de espaço e de tempo relativos.

O tempo é uma categoria cultural construída historicamente. O lugar e o tempo são realidades construídas individual e grupalmente. Todos os lugares e tempos de nossas vidas como indivíduos ou membros dos grupos são construídos socialmente e neles nos construímos. Alguns são mais evidentes: a escola, por exemplo, é um lugar e um tempo de construção histórica, social e geográfica (construídos na vivência e na representação cultural). Em outros termos, o tempo de escola não é uma mera realidade objetiva, é uma realidade psicológica e cultural construída na vivência e representação coletiva. A escola não é apenas o lugar objetivo onde se aprende, é o tempo-espaço subjetivo, vivido culturalmente onde apreendemos a nós mesmos de forma objetiva e subjetiva, individual e coletiva.

Na prática educativa, não é o tempo em si que se tenta apreender, mas a sua relação com o sujeito na medida em que é capaz de questionar e colocar em debate o próprio conceito de sujeito e de participar de sua formação ou de seu esfacelamento:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá (SANTOS, 1996, p.51).

Na evolução histórica, a escola, enquanto instituição social, está perpassada por um eixo central à ocupação orga-

nizada de um tempo vazio: o tempo infanto-juvenil, definido, desta forma, a história educacional como um dos aspectos centrais das transformações socioculturais das formas e das estruturas mais amplas.

É a partir deste ponto que surge uma nova instituição para os novos tempos: a escola atual. Os estabelecimentos de ensino passam a se configurar como uma etapa de um eixo temporal central da vida moderna.

O LUGAR COMO PONTO DE PARTIDA

No Ensino Fundamental, uma nova fase da vida infanto-juvenil se inicia. Tudo o que a criança mais deseja é tomar conhecimento das coisas, e esta ansiedade não se resume à vontade de ler, de escrever e de fazer operações matemáticas, mas também à de descrever suas inúmeras indagações sobre o mundo que a cerca, sobre as coisas naturais e humanas, sobre o mundo da televisão, do rádio e do jornal: um mundo que é distante, mas ao mesmo tempo próximo à criança, enfim, um mundo mais complexo do que o ensino tradicional presume. Infelizmente, a escola subtrai as dúvidas das crianças, estabelecendo limites para a possibilidade de pensar. A hierarquia das diferentes escalas espaciais não pode ser ultrapassada e tampouco relacionada com a realidade.

Santos (1977, p.6), em seus estudos sobre o processo ensino-aprendizagem na área de Geografia, verificou duas abordagens teórico-metodológicas. A primeira abordagem é a sintética, que se caracteriza por apresentar o estudo da localidade como ponto de partida para o ensino de Geografia e ampliar, gradualmente, as porções do espaço terrestre a serem estudados. A segunda abordagem é a analítica, na qual se trabalha, nos primeiros anos de escolaridade, a superfície terrestre no seu conjunto (ou seja, o que é desconhecido e distante), para depois se chegar ao lugar de convivência. Dentre essas duas abordagens, tem prevalecido, principalmente no

final dos anos 80 e anos 90, a abordagem sintética, mesmo porque esta é a que mais se aproxima do Construtivismo, em que a ação do indivíduo sobre o objeto é fundamental para a construção do conhecimento.

Todavia, o que pode ser verificado na prática pedagógica do professor é uma hierarquização linear e mecânica do espaço. Assim, estuda-se primeiramente a família, depois a escola, a rua, o bairro, a cidade, o campo, o município, o estado, a nação, o continente e, por fim, o mundo. Há uma sequência que não pode ser transgredida e, na melhor das hipóteses, a criança conseguirá compreender a dimensão do mundo no final do segundo ciclo do Ensino Fundamental (quarta série). Cada escala espacial é ensinada de forma isolada, sem nenhuma relação entre o espaço imediato, próximo e o longínquo, distante.

A aceleração técnica dos meios de comunicação fez da mídia o maior instrumento de informação da maioria da população. A televisão adentra os lares vorazmente, mas as emissoras pouco estão preocupadas se as crianças constroem o conceito de espaço a partir de suas experiências próximas, e muito menos respeitam essa linearidade escalar apregoada pela escola.

Segundo Almeida e Passini (1991), os avanços tecnológicos dos meios de comunicação e circulação proporcionam a aproximação dos espaços pelas interligações existentes entre as diferentes escalas espaciais. Para Ianni (1999), o avanço dos meios de comunicação está atrelado ao mercado mundial, os meios de comunicação foram tomados pelas empresas como o instrumento para concretizar seus objetivos. Para o autor, essa ansiedade do mercado mundial em criar idéias, padrões, valores socioculturais e imaginários planetários através dos meios de comunicação leva à noção de que se vive numa aldeia global. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, editados pelo Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 1998, p.116), torna-se cada vez mais claro para os educadores que

não se deve mais trabalhar do nível local ao mundial hierarquicamente. (...) A compreensão de como a realidade local relaciona-se com o contexto global é um trabalho que deve ser desenvolvido durante toda a escolaridade de modo cada vez mais abrangente, desde os ciclos iniciais.

Neste sentido, as diferentes escalas não podem ser compreendidas como objetos únicos e isolados. Não é possível esconder das crianças o mundo quando a televisão apresenta os acontecimentos mundiais em tempo real diante de seus olhos.

O conceito de espaço do cotidiano, ou o imediato concreto utilizado na escola (o que, na Geografia, chama-se de lugar) não abrange a sua dimensão atual. Com a globalização e os avanços técnicos, científicos e informacionais, o lugar não pode ser entendido como uma categoria ou uma entidade que se encerra em si. Segundo SANTOS (1997, p.273), ele é cada vez mais “objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”.

Não se espera que uma criança de dez anos possa compreender toda a complexidade das relações do mundo com o seu lugar de convívio e vice-versa, no entanto, privá-la de estabelecer hipóteses, observar, descrever, representar e construir suas explicações é uma prática que já não condiz com o mundo atual e com uma educação voltada para a cidadania.

Na verdade, a idéia seria de uma adaptação na aprendizagem dos conteúdos curriculares. Nos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental o currículo se baseia na paisagem local e no espaço vivido pelas crianças. Conforme Almeida e Passini (1991, p.13), a realidade continua sendo “o ponto de partida e de chegada”. Todavia, esse ensino só será transformador na medida em que o lugar de convivência possibilite à criança o estabelecimento das primeiras relações desse conhecimento com o mundo e vice-versa.

CURRÍCULO OCULTO

A organicidade curricular pode provocar mudanças por parte dos professores e nos fundamentos do currículo, mais especificamente no que diz respeito às relações entre conhecimento, cultura e poder na educação. O currículo é entendido por muitos professores como sinônimo de programas de ensino, lista de conteúdos ou matriz curricular. Na realidade, existe uma pluralidade de definições e cada uma dessas definições pressupõe valores e concepções implícitas.

Aqui, é preciso reintroduzir uma rápida reflexão sobre a questão do “currículo oculto”. Ao fazê-lo, precisa-se ressignificar este importante conceito, uma vez que sua formulação clássica estava estreitamente relacionada à sociedade industrial, e agora se vive em uma sociedade pós-industrial, em um mundo no qual a atividade econômica dominante são os “serviços”, onde o industrial e o rural constituem atividades subsidiárias. A questão do consumo no mundo contemporâneo se tornou bem mais significativa do que a questão da produção. Na sociedade dos serviços, a ideologia consumista (concebida aqui como forma de domínio cultural, de exercício de poder e de direcionamento sobre o inconsciente individual e coletivo) torna-se onipresente, mais hipnótica e mais complexa e multifacetada do que as formas que a precederam.

Isso leva a reconhecer o mérito da teoria do currículo oculto em seu contexto histórico, mas trazendo-a para uma nova amplitude, menos relacionada ao adestramento para o mercado de trabalho e mais direcionada ao condicionamento para o mundo consumidor. Assim supera-se a crítica realizada por Apple:

Pois poderíamos descrever a realidade do que é ensinado aos estudantes com clareza excepcional e ainda assim estarmos errados quanto aos reais efeitos que esse ensino tem, se as normas e os valores que organizam e orientam as vidas subjetivas cotidianas dos trabalhadores não fossem as mesmas encontradas na escola.

A literatura sobre o currículo oculto, por causa de seu modelo claramente determinista de socialização e seu foco exclusivo na reprodução, com exclusão de outras coisas que podem estar ocorrendo, tem uma tendência a retratar os trabalhadores como se fossem autômatos inteiramente controlados pelos modos de produção. (APPLE, 1994, p.171)

Ora, em um mundo cuja produção tende a não mais se basear (sequer no segmento industrial) em princípios tayloristas, em que a “linha de montagem” cega, acrítica e obediente é substituída ou pela mecanização ou pela coordenação-supervisão inteligente, é preciso repensar a teoria do currículo oculto em termos de adequação do estudante aos mais complexos esquemas de manutenção do mundo do consumo, com suas prioridades, seus “valores”, seus objetivos e, subsequentemente, suas formas de relações interpessoais desejadas.

Assim, o currículo oculto se mantém mais ativo do que nunca, fundado em um anacronismo taylorista, mas já tingido pelas cores da nova ordem global. Seu impacto se dá em um campo mais sutil, subjetivo e ideológico, a partir das demandas da competitividade, da globalização, do domínio-dominado da cibernética e do mais desenfreado consumo desejado ou realizável. Em outras palavras, são os exemplos que damos, as utopias pelas quais nos movemos (ou a falta destas utopias), o que valoramos, as entrelinhas de nossos discursos, a forma como tratamos os demais, a abordagem que fazemos da ciência, a conduta que temos em relação aos processos de aquisição do conhecimento, os elementos mais importantes de nossa ação na escola (ou na família, no que a tange). Os conteúdos são apenas importantes ferramentas, ainda que pareçam, ingenuamente, o foco de nossas ações como professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Geografia e a Literatura têm muito em comum: em ambas a comparação e o estudo são de fundamental impor-

tância. O artista, assim como o professor geógrafo, necessita de imaginação e de intuição. A imaginação e a intuição preenchem os vazios que os elos desconhecidos deixam na corrente dos fatos e permitem ao cientista criar hipóteses e teorias que dirigem, com maior ou menor correção e êxito, a busca da mente em seu estudo das forças e dos fenômenos da natureza, submetendo-os, gradualmente, à vontade humana e criando, dessa forma, cultura – esta “segunda natureza” que nos é própria, forjada por nossa vontade e por nossa inteligência.

No presente artigo, todas as escalas se superpõem e estão intimamente relacionadas. As escalas explicativas não se dão de forma linear. Ou seja, não se estuda primeiro a casa, depois o quarteirão, o bairro e assim sucessivamente, até se chegar ao mundo. Todas as escalas estão relacionadas e fazem parte da explicação de qualquer evento ou situação geográfica.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, R.D.; PASSINI, E.Y. Espaço geográfico: ensino e representação. 6.ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- APPLE, M.W. Políticas culturais e educação. Porto: Porto Editora, 1994.
- ÁRIES, P. (1981). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar
- BACHELARD, G. (1884-1962). A poética do devaneio. São Paulo: Martins Fontes: 1988.
- BENJAMIN, W. Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.
- BRASIL. Constituição (1988). 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CASTRO, I.E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C.C.; CORRÊA, R.I. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.
- CORRÊA, R.L.; ROSENDHAL, Z. Geografia cultural: um século. Volumes 1 e 2. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- CAVALCANTI, L. de S. Geografia, escola e construção de conhecimento. São Paulo: Papirus, 1998.(Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.)

- CAVALHEIRO, Edgard. Monteiro Lobato: vida e obra. 2.v. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LACOSTE, Y. A geografia. In: CHARLET, F. Filosofia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- LOBATO, M. A chave do tamanho. São Paulo: Brasiliense, 1947.
- MONTEIRO, C.A. de F. O mapa e a trama: ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: EDUFSC, 2002.
- MORETI, F. Atlas do romance europeu 1800-1900. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- NUNES, C. Monteiro Lobato: o editor do Brasil. Rio de Janeiro: Editora Contraponto: Petrobrás, 2000.
- RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação: contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 1983.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- _____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim paulista de Geografia*. São Paulo, n.54, 1977.
- THOMPSON, E.P. Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial. In: _____. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Editorial Critica, 1979.

ABSTRACT: This article presents a proposal to assist in the teaching of geography based on an interdisciplinary perspective. Geography and Literature were combined in order to enrich students' curriculum in the last stage of secondary education. The data collected suggest the book *A chave do tamanho*, by Monteiro Lobato, can be used as a relevant didactic resource for the teaching of geography. In addition to facilitating the understanding of the idea of geographic scale, the proposal also opens new doors for the comprehension of the local and global realities.

Keywords: curriculum; Geography teaching; geographic scale; literature

POR UMA “ARQUEOLOGIA” DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS: A REFORMULAÇÃO DE LIVROS NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Adriana Pozzani de La Vielle e Silva

RESUMO: O presente artigo baseia-se em minha Dissertação de Mestrado e toma o processo discursivo de reformulação de livros como objeto de análise. Inscrevendo-se na linha franco-brasileira de Análise do Discurso, este texto procura a “gênese” do referido processo, examinando, para tanto, o funcionamento da autoria. A reflexão permite explicitar as relações entre a reformulação de livros – responsável por fomentar a continuidade das ciências – e as condições sócio-históricas em que é produzida tal reformulação. Toma-se por pressuposto a indissociabilidade entre prática de linguagem (discurso) e sociedade.

Palavras-chave: saber; domínio de memória; acontecimento

INTRODUÇÃO

Este artigo, inscrito na linha franco-brasileira de Análise do Discurso, trata-se de um pequeno recorte adaptado de minha Dissertação de Mestrado, Pesquisa esta que, tendo sido produzida sob a orientação segura da Prof.^a Dr.^a Freda Indursky, foi defendida em janeiro de 2009 no Programa de

Pós-graduação em Letras da UFRGS, sob o título “Entretexutualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros” (cf. Silva, 2009). Sendo o presente artigo apenas um recorte de um trabalho mais amplo, o propósito que aqui nos mobiliza consiste apenas em examinar as condições sócio-históricas, ideológicas, responsáveis por engendrar a chamada “edição revista”. Para tanto, faz-se necessário inscrever esta última na historicidade, buscar seu domínio de memória, a fim de compreender os “novos” movimentos interpretativos do sujeito-autor, sujeito este que, por meio de uma contra-identificação, traz, ao interior do campo científico no qual se inscreve, saberes das mais variadas procedências interdiscursivas. Por aí se instaura um *acontecimento enunciativo*, tal como este é concebido por Indursky (2008).

Diante do que precede, seguem-se as questões norteadoras da presente reflexão: como se podem entrever as relações entre a reformulação de livros – responsável por fomentar a continuidade das ciências – e as condições sócio-históricas (ideológicas) em que é produzida tal reformulação? Que relação se estabelece entre o sujeito-autor-revisor e as distintas versões de um livro seu (justamente, o livro a ser reformulado)? Interessa-nos capturar os modos pelos quais o sujeito se relaciona com saberes da formação discursiva (campo de conhecimento) no interior da qual se inscreve.

Tal como pressupõe toda posição investigativa que se pretenda inscrita no quadro teórico da Análise do Discurso tradicionalmente pecheutiana (AD), defende-se aqui o fato de que é impossível estudar as práticas de linguagem se estas forem dissociadas da sociedade no interior da qual ocorrem. No caso da reformulação de livros, por exemplo, a necessidade de tomar conjuntamente os fatores *prática de linguagem* (ou seja, discurso) e *sociedade* revela-se ainda mais evidente, sobretudo em razão de relações existentes entre a autoria como função de um sujeito e as exigências a este imputadas pela sociedade quanto ao texto produzido.

Constitui-se, pois, enquanto objeto analítico o *processo discursivo* de reformulação de livros, ou seja, reformulações autorais que, efetuadas em livros impressos basilares, incidem sobre *metalinguagem* ao ressignificar conceitos fundantes e implicam *redimensionamento de determinadas parcelas do saber próprio à ciência* no interior da qual o sujeito-autor do livro se situa. Como se pode facilmente constatar desde já, tal modalidade de reformulação nada tem de “capricho” de um único sujeito; muito pelo contrário: ela convoca e atravessa toda uma rede sócio-histórica de práticas discursivas anteriores e simultâneas, as quais, por sua vez, instaurarão as condições para novas práticas.

A FUNÇÃO-AUTOR: DOS ASPECTOS SOCIAIS AOS EFEITOS IDEOLÓGICOS

O que origina, de modo geral, esse processo de reformulação que aqui nos mobiliza é não apenas a rede de práticas discursivas referida mais acima, mas, igualmente, a exigência social que recai sobre o sujeito-autor, visto como responsável pelos livros que figuram sob seu nome. Nessa direção, mais do que sobre a função-autor, as exigências da Formação Social atuam precisamente sobre o que Pêcheux (1975/1988), a partir de Althusser (1975/1987), designa por “evidência do sujeito”, isto é, a evidência de que “eu sou eu”. Logo, é na medida em que o sujeito se reconhece como “eu sou o autor X que, perante a sociedade, responde por um livro Y já desatualizado”, que ele se faz leitor de sua obra desde novo posicionamento ideológico e, então, reescreve um livro que produzira anteriormente (vale dizer: em outra conjuntura sócio-histórica). Lembre-se que a autoria enquanto função assumida por um sujeito é, conforme Orlandi (2007), a que está mais determinada pela exterioridade, ou seja, pelo contexto sócio-histórico: “Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está

mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares” (*idem*, p.75). Ainda segundo Orlandi, “a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto sócio-histórico” (*idem*, p.76).

A arena de posicionamentos instaurada durante a elaboração da edição revista permite investigar embates discursivos, oscilações, reformulações que fazem ressoar linguisticamente o que é da ordem do ideológico. Antes de prosseguir, porém, impõe-se enfatizar desde já o que se entende, em AD, por “ideologia”, conceito este que costuma ser injustamente mal visto por sujeitos não-inscritos no grupo da Análise do Discurso franco-brasileira. Esclareçamos, portanto, que, no quadro da referida teoria, o termo *ideologia* nada tem de negativo, de subversivo, de distorcido. Podemos dizer, com Pêcheux (1975/1988, p.157), que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos de seu discurso, e o faz de tal modo que “todos os indivíduos *recebem como evidente* o sentido do que ouvem e dizem, leem ou escrevem (do que eles *querem* e do que se *quer* lhes dizer)” [grifos do autor]. Radicalmente atravessada pela alteridade, a ideologia, além de funcionar na constituição do sujeito, direciona – de modo não homogêneo, mas singular – a atribuição de sentidos em uma dada direção (e não outras), direção essa que se faz dissimulada sob a ilusão de evidência, de “naturalidade” do sentido. A ideologia está ligada às formações ideológicas (FIs), que se materializam através das formações discursivas (os domínios de saber). Como apontam Haroche *et al.* (1971), uma formação ideológica constitui um complexo conjunto de atitudes que, situadas num entremeio entre o individual e o universal, se relacionam “mais ou menos diretamente” a posições de classes em conflito umas com as outras. De todo o exposto resulta poder afirmar que esse conflito de posições pode ocorrer no âmbito de uma única formação discursiva, segundo acreditamos acontecer no caso que pretendemos examinar. A ideologia materializa-se no discurso, e este, por sua vez, materializa-

za-se pelo texto. Devemos então distinguir o discurso enquanto objeto *teórico* da AD e o texto enquanto objeto *analítico*, suporte material por que se pode acessar o discurso.

De acordo com Indursky (2001, p.30), o objeto analítico *texto* deve ser tomado como um “espaço discursivo heterogêneo”, visto que ali diferentes discursos, subjetividades, textos encontram-se presentes. Conforme a autora, todo texto aponta para a dispersão: seja a de discursos e posicionamentos no interior de uma formação discursiva, seja a dispersão do próprio sujeito, diante das várias posições que este – interpelado enquanto tal pela ideologia – pode vir a assumir no interior dessa formação discursiva na qual se inscreve.

A assunção da autoria implica, portanto, uma posição do sujeito no contexto sócio-histórico (Orlandi, 2007, p.76). Atravessado por *n* discursos, o sujeito desprende-se de seu lugar de autor, ocupa o lugar de leitor e, a partir daí, reformula o texto desde um novo posicionamento ideológico e uma nova conjuntura sócio-histórica. A função-autor é, pois, exercida a partir do lugar em que o sujeito se faz leitor de si.

A REFORMULAÇÃO DE LIVROS EXAMINADA À LUZ DA ANÁLISE DO DISCURSO

O acontecimento enunciativo – concebido por Indursky (2008) enquanto um novo modo enunciativo que, pelo viés da contra-identificação, instaura conflito interno na formação discursiva em que emerge – é inerente à elaboração da edição revista. Portanto, só há edição revista (tal como a temos entendido aqui), porque houve um acontecimento enunciativo que passou a impedir a identificação subjetiva com determinadas parcelas de saber anteriormente formuladas na edição de partida (através do que, conseqüentemente, ele impôs a identificação subjetiva com parcelas outras, “novas”). Nessa perspectiva, as justificativas pela existência da nova edição

(edição revista) viabilizam tangenciar o processo de interpelação que permite ao sujeito apropriar-se de novas parcelas de saber e, num movimento simultâneo, desapropriar-se de parcelas antigas por contra-identificação. Observem-se agora as sequências discursivas de referência (Courtine, 1981) a seguir (metodologicamente, EP remete à edição de partida, e ER, à edição revista):

(SD1)EP – *Este livro reúne ensaios que foram escritos sob grande tensão intelectual e moral. O golpe de Estado de 1964 não me apanhou desprevenido. Todavia, como outros intelectuais, não tive meios concretos para fazer algum tipo de oposição válida e eficaz à ditadura militar, que então se estabeleceu. Onde e quando surgiram oportunidades, procurei aproveitá-las, manifestando o meu inconformismo diante da ruptura com as pequenas e superficiais conquistas do regime democrático em nosso País. (FERNANDES, 1968, p.7). [grifos nossos]*

ER – Ø

(SD2)EP – Ø

ER – *O texto que se segue é bastante diferente do que, escrito em 1967, figurava sob o mesmo título [...]. A razão disso é dupla: o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira. Mas um texto totalmente novo não poderia mais integrar-se em nosso projeto inicial Preservei, portanto, a intenção geral e o quadro da primeira versão [...], modificando, contudo, o enunciado cada vez que isso se tornou necessário para prestar contas do atual estado da Poética. (TODOROV, 1976, p.7) [grifos nossos]*

(SD3)EP – Ø

ER – *Amadurecido pela leitura atenta dos teóricos da linguagem, da produção acadêmica universitária, das críticas e sugestões gentilmente formuladas por companheiros da mesma seara e da leitura demorada de nossos melhores escritores, verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro. Dificilmente haverá seção da *Moder-na Gramática Portuguesa* que não tenha passado por uma*

consciente atualização e enriquecimento [...] (BECHARA, 2005, p.19) [grifos nossos]

Analisemos a SD1, do Prefácio de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, de Florestan Fernandes, Prefácio esse que figura apenas em EP. O apagamento, na ER, do Prefácio da edição anterior (bem como a inexistência de outro que lhe substitua) caracteriza o apagamento de explicações acerca das condições de produção de cada um dos ensaios que compõem o livro. Relegam-se, pois, ao silêncio a tensão moral/intelectual, o contato com certas pessoas, o grau de recepção em eventos, os objetivos básicos. Diante de tão curto intervalo temporal (1968-1972) entre uma edição e outra, interessamos lembrar que EP foi publicada no mesmo ano em que ocorreu a imposição do AI-5, o qual, marcando o período mais cruel do regime militar, estendeu-se até 1979. Como se vê, também ER não escapou de ser produzida sob a vigência do militarismo, o qual, alegando livrar da corrupção/subversão o Brasil, promoveu indigestos episódios sobretudo no meio acadêmico, onde muitos professores, técnicos, alunos tiveram suas carreiras violentadas, se não estraçalhadas pelo regime ditatorial. Diante de tal contexto, é bastante compreensível que um Prefácio do porte daquele de Fernandes seja apagado em nome de um “silêncio” político favorável à publicação dos ensaios comportados pelo livro em pauta.

Passando agora às SDs 2 e 3, temos em ambas o caso em que o sujeito-autor-revisor pontua claramente sua contra-identificação com o posicionamento que assumira na EP, e, com isto, coloca de modo explícito a nova conjuntura. Nessas duas SDs, figura o alerta de que o texto de ER é, na verdade, outro, diferente daquele da EP e assumido como algo que é, de fato, uma reelaboração. Seguindo a ordem de apresentação das sequências discursivas acima, falemos primeiramente da SD2, cujas formulações provêm da “Nota sobre esta edição”, escrita por Todorov para a edição revista de *Estruturalismo e Poética* (1976).

É dominante, nessa SD, o *lugar de entremeio* de um sujeito-autor-revisor *oscilante* entre dizer do mesmo e dizer do outro, na medida em que há um limite para a diferença, senão o texto já não poderia inscrever-se num “projeto inicial” semelhante ao da versão anterior (pensar a Poética em sua relação com o Estruturalismo). Veja-se a formulação de Todorov (1976): “o campo da Poética não é mais hoje o que era há seis anos e eu próprio não o encaro sempre da mesma maneira” (cf.SD2). Constata-se, a partir daí, o fato de que antes mesmo de revelar um compromisso social com o sujeito-leitor e com a produção de conhecimento, o processo de reformulação sinaliza o compromisso do sujeito-autor com sua própria condição. Isto porque tal sujeito só se reconhece como autor se aquilo que ele produz lhe aparece como algo de que se possa enunciar: “faz sentido publicar isso”; ora, EP já não se enquadra mais neste perfil. Já Bechara parece assumir o posicionamento que categoricamente situa a edição revista como um livro verdadeiramente outro. Observe-se a SD3, cujas formulações figuram no Prefácio escrito por Bechara à 37ª edição (a edição revista, justamente) de sua *Moderna Gramática Portuguesa* (2005). A afirmação de que se trata efetivamente de um outro livro em nada semelhante à edição anterior (como se lê em “verá facilmente o leitor que se trata aqui de um novo livro”) permite flagrar mais facilmente o novo acontecimento enunciativo que se instaura no interior da FD.

A análise dos distintos posicionamentos assumidos pelos sujeitos viabiliza alcançar o funcionamento da heterogênea forma-sujeito de cada uma das formações discursivas em questão (quais sejam: Sociologia, Poética e Gramática, respectivamente), no modo como esse funcionamento se vê subordinado a condições de ordem sócio-histórica (ideológica, mas também jurídica e mesmo econômica, para citar alguns fatores). Vê-se que Prefácios e Notas do Autor constituem espaços privilegiados para observação das diferentes relações entre sujeitos, livros, saberes. Avançando na reflexão, o fato é que o sujeito não tem como negar que anteriormente cons-

truiu de modo diverso o livro que ali está, e por aí se instaura uma contradição no processo de reformular o texto. Isto porque, se por um lado, é necessária a evidência ideológica de um novo texto homogêneo, por outro, é igualmente necessário desconstruir o efeito-texto da edição de partida (EP) na edição revista (ER) e, ao fazer isto, o sujeito, consciente ou não disso, acaba por igualmente fazer esvaecer o efeito-texto da ER. O fato em pauta é o de que ao explicitar a ocorrência da reformulação, a edição revista abre espaço à deriva de sentidos resultantes de outras relações entre sujeito, língua e história: há outros sentidos em algum lugar, no caso em questão, na EP.

Orlandi (1996b), ao falar a respeito de texto, compara-o a um “bólide”, isto é, a um – citaremos a definição apontada por Silveira Bueno (2000, p.125) – “aerólito, espécie de meteoro ígneo que atravessa o espaço em grande velocidade”. De acordo com Orlandi (1996b, p.14), qualquer modificação na materialidade textual “corresponde a diferentes gestos de interpretação, compromisso com diferentes posições do sujeito, com diferentes formações discursivas [ou até com a mesma, enfatizamos], distintos recortes de memória, distintas relações com a exterioridade”. É de modificações na materialidade discursiva (modificações linguístico-históricas, portanto) que se tratará a seguir. A leitura comparativa das edições traz logo à tona confrontos de sentidos, e tais confrontos não são outra coisa senão um atestado de que mudaram não só as formas de os sujeitos-autores relacionarem-se com a ideologia, mas a própria conjuntura que marca a produção de conhecimentos. Justificada a existência da edição revista (por meio de prefácio e/ou nota do Autor), o restante do texto flui então sob a ilusão da homogeneidade. É esta impressão de que o texto corresponde a um todo homogêneo (ou seja, o “efeito-texto”) que será examinada abaixo. Vejamos:

(SD4)EP – Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho. *Contudo, não há*

inconveniente em colocá-los. (Carreter; Lara, 1962, p.67)
[grifos nossos]

ER – Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho. *Isto pode prejudicar a unidade da redação.* (Carreter; Lara, 1963, p.67) [grifos nossos]

Tome-se a SD4, extraída do par de edições (1962; 1963) do *Manual de Explicação de Textos*, de Carreter e Lara. Com base nos parágrafos precedentes, há que se convir que, nessa SD, “Não somos partidários de pôr epígrafes nem títulos nas diversas partes do trabalho” significa diferentemente na EP e na ER; aliás, os posicionamentos que marcam a enunciação são divergentes. Na EP, há um vacilo pelo qual o sujeito-autor, embora não concorde com a colocação de epígrafes, abre espaço à concessão, por meio da formulação sucessora, aquela que inicia com “Contudo, não há inconveniente em colocá-los”. Já na ER, a discordância é radical: no processo de reformulação, o sujeito-autor (agora constituído como sujeito-autor-revisor) fecha aquele espaço da concessão, reafirmando sua discordância na formulação que sucede “Não somos partidários...”, qual seja, “Isto pode prejudicar a unidade da redação”. O enunciado “Não somos partidários...” tornou-se outro, é verdade, devido a um novo posicionamento do sujeito-autor; porém, evidentemente, tal posicionamento não é assim tão significativo ao domínio de saber como um todo. Outro caso, em que o posicionamento de fato o é, será abordado agora. Observe-se a seguinte sequência discursiva de referência:

(SD5)EP – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, a crítica diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, a crítica suprime aquele de que fala. / *Há graus nessa transgressão da imanência.* / *No caso da descrição, o objeto de estudo é esta ou aquela obra literária particular; o objetivo é permanecer tão próximo quanto possível da obra propriamente dita.* (Todorov, 1970, p.13) [grifos nossos]

ER – Pelo fato de haver escritura e não mais somente leitura, *o crítico* diz algo que a obra estudada não diz, mesmo que pretenda dizer a mesma coisa. Pelo fato de elaborar um novo livro, *o crítico* suprime aquele de que fala. / *O que não quer dizer que essa transgressão da imanência não tenha graus.* / *Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva. Desde o século XIX, formularam-se projetos de uma “crítica científica” que, tendo banido toda “interpretação”, não seria mais que pura “descrição” das obras. [...] (Todorov, 1976, p.12-13) [grifos nossos]*

A SD5, extraída do primeiro capítulo em ambas as edições de *Estruturalismo e Poética*, de Todorov, permite refletir, inicialmente, sobre a questão pessoa/instituição, na medida em que se tome como ponto de partida a mudança de “a crítica” (EP) para “o crítico” (ER). Vê-se um deslocamento do geral, qual seja, a crítica enquanto coletividade, para o mais ou menos específico, a saber, o crítico enquanto um sujeito institucionalmente inserido; aliás, neste caso, um sujeito ocupante de um lugar discursivo que o permite enunciar um posicionamento X em relação a um livro Y. Observando-se, na SD5, a amplitude que não fazemos mais do que esboçar, vê-se a inserção de reflexões sobre o Positivismo, reflexões estas que não figuram na edição anterior visto que ali não havia a preocupação em construir grandes explicações sobre interpretação. Ora, a edição de 1970 (EP) focaliza basicamente a descrição, ao passo que a de 1976 (ER), enfatizando a interpretação, traz em sua materialidade textual os novos saberes costurados por meio de um gancho feito com o que estava sendo dito sobre interpretação; veja-se: “Um dos sonhos do Positivismo em Ciências Humanas é a distinção, ou seja, a oposição entre interpretação – subjetiva, vulnerável, enfim, arbitrária – e descrição, atividade certa e definitiva.”. A partir daqui, são inseridas considerações em torno da relação entre ciência, interpretação, obra literária e Poética, numa

busca por esclarecer o objeto e o método próprios a este domínio de saber.

PARA CONCLUIR

Diante de todo o exposto, impõe-se reconhecer o processo discursivo de reformulação de livros como reorganização essencial constitutiva de todo trabalho de produção/reprodução/ transformação de conhecimentos efetuado por um sujeito que não realiza essa tarefa sozinho, e sim inserido em uma conjuntura sócio-histórica que não só engendra, mas corrobora suas práticas discursivas.

Constatar na ER o diferente entrelaçado àquilo que da EP se repete, normalmente exige comparar longos trechos; mas, ao longo das análises que efetuamos até aqui, buscamos sequências que, apesar de serem “mais breves”, possibilitassem ver a emergência de saberes ausentes da edição de partida. Sendo assim, importando-nos o *como se diz* enquanto ponto de partida para a compreensão do funcionamento da autoria em nosso objeto de reflexão, tivemos o propósito de examinar os mecanismos sócio-históricos, ideológicos subjacentes à (re)textualização de saberes (efetuada por apropriação, reprodução, transformação).

Mesmo situado no interior do confronto entre o que podia/devia ser dito antes e aquilo que pode/deve ser dito agora, o sujeito procura construir uma unidade de sentido fechada, da qual os sentidos possam emergir como evidentes, como se não houvessem sido outros. Se, por um lado, a homogeneidade ilusória da ER emerge enquanto condição *sine qua non* de sua leitura, por outro, a análise viabilizou mostrar que a palavra denuncia a equivocidade do sentido; o discurso, a heterogeneidade da formação discursiva; e o novo posicionamento do sujeito, a cisão da ideologia. O novo livro desconstrói a unidade aparente da edição de partida e, ao fazê-lo atestando a incompletude dessa, acaba por acentuar a sua própria.

Referir a reformulação enquanto *processo discursivo* autorizou a inscrever a edição revista, assim como a edição de partida, na historicidade da ordem do discurso e, desse modo, pensar os redimensionamentos internos de domínios de saber. Nessa direção, o *acontecimento enunciativo* (Indursky, 2008), do qual resulta a edição revista, não só fomenta a continuidade do campo de conhecimento no interior do qual surge, mas, sobretudo, instaura novas filiações de sentido e, com isso, reconfigura as redes de memória, fazendo trabalhar as fronteiras do enunciável de uma dada formação discursiva. Pôde-se, pois, entrever através de análises o papel desse acontecimento nas disputas interpretativas das quais a edição revista é o palco privilegiado... até que ela se torne uma edição de partida e também figure no memorial de uma outra edição. A produção de conhecimento, sendo parte de um processo discursivo mais amplo, existe em constante mutação, prova incontestável de que, antes de outra coisa, ela envolve sujeitos e prática de linguagem, enfim, palavras em movimento, discursos.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado* – Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. 3.ed. Trad. por Walter J. Evangelista e M^a Laura V. de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1987. (Trad. de: *Positions*, 1975)
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, *Langages* 62, p.9-127, juin 1981.
- HAROCHE, Claudine; HENRY, Paul; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, Paris, n.24, p.93-106, 1971.
- INDURSKY, Freda. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: ERNST-PEIREIRA, A.; FUNCK, S.B. (Orgs.). *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. Pelotas: Educat, 2001. p.27-42.

- _____. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, S.; CAZARIN, E.; GRIGOLETTO, E. (Orgs.) *Práticas discursivas e identitárias – Sujeito e língua*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p.9-33.
- ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4.ed. Campinas: Pontes, 1996a.
- _____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996b.
- _____. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. 7.ed. Campinas: Pontes, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. por Eni P. Orlandi [et al.]. Campinas: Unicamp, 1988. (Trad. de: *Les vérités de la Palice*, 1975)
- SILVA, Adriana P. L. V. *Entretexualidade nas fronteiras do enunciável: um olhar sobre o processo discursivo de reformulação de livros*. Porto Alegre: UFRGS, 2009. (Dissertação de Mestrado)
- SILVEIRA BUENO, Francisco da. *Mini-dicionário da língua portuguesa*. ed.rev. e atual. São Paulo: FTD, 2000.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 31.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.
- _____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37.ed.rev. e ampl., 15.reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- CARRETER, Fernando L.; LARA, Cecília de. *Manual de Explicação de Textos – Cursos Médio e Superior*. São Paulo: Centro Universitário, 1962.
- _____. *Manual de Explicação de Textos – Cursos Médio e Superior*. 2.ed.rev. São Paulo: Centro Universitário, 1963.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 2.ed.rev. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- TODOROV, Tzvetan. *Estruturalismo e Poética*. Trad. por José P. Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.
- _____. *Estruturalismo e Poética*. 4.ed. rev. e ampl. cf. ed. franc. de 1973. Trad. por José P. Paes e Frederico P. de Barros. São Paulo: Cultrix, 1976.

ABSTRACT: This article is based on my Dissertation of Master in Science Course (see Silva, 2009) and it takes the discursive process of books reformulation as an analytical object. Once inscribed on the French-Brazilian line of Discourse Analysis, this paper searches for the “genesis” of the mentioned process, by examining, for that purpose, the authorship functioning. The discussion makes possible the explicitation of the relations between books reformulation – responsible for the continuity of sciences – and the social-historical conditions in which such reformulation is done. We take by presupposed the indissociability between language practice (discourse) and society.

Keywords: knowledge; memory domain; event

ALENCAR E A FORMAÇÃO DO PENSAMENTO CRÍTICO SOBRE O PORTUGUÊS DO BRASIL

Marli Quadros Leite*

RESUMO: Neste artigo, nosso objetivo é o de estudar, no quadro da historiografia linguística, a metalinguagem de José de Alencar, produzida entre 1865 e 1870. O texto mostra que, embora o discurso de Alencar constitua o discurso fundador da crítica à variedade brasileira do português, seu pensamento linguístico era confuso e seu objetivo, mais que lutar pela autonomia e independência da “língua brasileira”, em face da variedade europeia, era o de justificar e defender sua própria linguagem literária.

Palavras-chave: Português do Brasil; historiografia linguística; variedade linguística; metalinguagem.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

O estudo do pensamento crítico sobre o português do Brasil (PB) permite ao leitor conhecer não somente os principais temas que ensejam a discussão sobre características linguísticas, propriamente ditas, citadas nos textos, como também dados sociais e científicos a respeito dos quais se assentam os comentários. Os autores, bem ou mal, referem-se à literatura filosófica, sociológica e linguística em voga em cada época, para argumentar em favor das teses que, a cada mo-

* (FFLCH - USP)

mento, defendem. Por isso, por meio desses ensaios metalinguísticos é possível perceber que teorias e filosofias vigoram em cada época. Especificamente, porém, nosso objetivo será o de investigar a metalinguagem e, subsidiariamente, comentar essas ideias e sua influência no campo dos estudos linguísticos, quando relevantes à compreensão da posição assumida pelo autor.

A produção metalinguística sobre o PB é extensa e importante ao conhecimento histórico por que passou a língua no Brasil. A leitura dos mais importantes textos de interpretação, produzidos sobre a variedade brasileira do português, levou-nos à conclusão de que ela pode ser dividida em dois grandes blocos: o primeiro estende-se de 1825-26, com a publicação do texto do Visconde de Pedra Branca até metade do século XX, depois da Semana de Arte Moderna; o segundo inicia-se com a publicação do livro *Introdução à língua portuguesa no Brasil*, de Serafim da Silva Neto, em 1950, e, pode-se dizer, continua até hoje porque suas ideias ainda são debatidas.

A produção desse pensamento crítico configurou três estágios distintos de interpretação sobre o português do Brasil: **a.** levantamento de diferenças (léxicas) entre o PB e o português europeu (PE); **b.** constituição da ideologia nacionalista sobre a língua; **c.** levantamento de características - léxicas e gramaticais - sobre o PB; **d.** constituição da metalinguagem científica sobre o PB. Neste artigo, voltaremos nossa atenção sobre o estágio b, analisando o pensamento crítico de José de Alencar sobre a língua portuguesa praticada no Brasil

Privilegiamos examinar a metalinguagem de José de Alencar, dentre outras, pela importância histórica que ela adquiriu, já que a literatura que praticava simultaneamente à produção metalinguística, ou o inverso, representa o “discurso fundador” da literatura brasileira. Nossa tese aqui, contudo, é a de que o discurso metalinguístico do autor não defende com propriedade o discurso literário que produziu,

porque se fez na base da defesa de usos próprios¹ e de comentários teóricos nem sempre corretos ou claros. Além disso, a tese do nacionalismo, de que a língua é a nacionalidade do povo, foi profícua até começos do século XX. O nacionalismo alencariano era alicerçado na proclamação da liberdade linguística brasileira em face das normas quinhentistas portuguesas que, então, eram praticadas na língua escrita no Brasil.

JOSÉ DE ALENCAR

O papel de José de Alencar no cenário da literatura brasileira é indiscutível. Pode-se não gostar de sua produção, reputá-la irregular e inconsistente, mas não se pode negar a ele o mérito de ter introduzido o discurso brasileiro na literatura. Em que consiste esse discurso? Consiste, realmente, da utilização de um repertório léxico e gramatical brasileiro? Responder a essas indagações não é fácil, porque, no imaginário brasileiro, Alencar é o “introdutor da língua brasileira” na literatura. Mas vamos nos lançar aqui à tarefa de negar parcialmente essa afirmação, usando para isso a metalinguagem do próprio Alencar. Mas se ele não empregou em sua literatura a língua do povo, a língua da rua, aquela realmente usada pelo brasileiro na prática linguística diária, e nem empregou a língua portuguesa calcada nos moldes do classicismo português, que era, até então, o modelo dos literatos brasileiros, que língua usou, e por que muitos de seus livros fizeram tanto sucesso? A nossa hipótese é a de que

¹ Cf. Pinto (s.d., p. 55-6): “Assim, partindo como sempre de seus usos, visto que se considera um legítimo representante da variante brasileira da língua portuguesa, e, portanto, credenciado a teorizar sobre ela, Alencar se empenha em estabelecer regras de uma nova gramática, baseada, de maneira mediata, no uso popular e, de maneira imediata no uso literário, pois depurar a ‘língua inculta’ do povo era, a seu ver, função do escritor.”

Alencar introduziu mais “o discurso brasileiro” em seus textos e não uma “língua brasileira”, vale dizer, introduziu mais uma maneira de falar, ou uma prática enunciativa, e menos uma gramática brasileira. É o que tentaremos mostrar pelo exame da metalinguagem que o autor produziu ao longo de dez anos de polêmicas linguísticas.

As marcas de Alencar são o gosto pela polêmica e a contradição. Embora suas provocações e suas respostas sobre questões linguísticas sejam apaixonadas e façam parecer que o escritor tem plena convicção sobre o que afirma, suas opiniões ou posições nem sempre são coerentes, como veremos a seguir.

Alencar representa a era romântica. É um romântico, vive e morre como um romântico (de tuberculose, inclusive). Cearense, foi para a capital do Império estudar, mas, ainda adolescente, mudou-se para São Paulo a fim de começar seu curso de Direito. Foi colega de tipos como Álvares de Azevedo, Bernardo Guimarães e Aureliano Lessa, todos jovens boêmios e agitadores da noite; Alencar, todavia, nunca se agregou nem a esse nem a nenhum outro grupo de estudantes. Era distante e reservado. Isolado, sempre, sofria em São Paulo com o frio, a umidade e a solidão, por isso, e para ficar mais perto do pai que estava, então, no Ceará, mudou-se para Olinda depois de dois anos de sua estada em São Paulo, onde demorou pouco, um ano. Contava nessa época dezenove anos, quando teve manifestados os primeiros sintomas da tuberculose que o atormentou vida afora. Resolveu, em razão da doença, voltar a São Paulo para terminar o curso, pois ficaria mais perto da família, mãe e irmãos, que moravam no Rio de Janeiro.

Alencar, segundo ele próprio conta no texto em que faz uma autodefinição, *Como e porque sou romancista*, diz que desde menino teve gosto pela literatura. Quando jovem escreveu alguns textos que deixou esquecidos na gaveta e, quando estava na faculdade, já pensava na literatura nacional. Sen-

tia-se frustrado porque o francês, clássico, que aprendera na escola não o possibilitava a ler “a obra monumental de Balzac”. Mas, certa vez, um seu colega de faculdade, o carioca Francisco Otaviano de Almeida Rosa, emprestou-lhe o volume das obras completas de Balzac. Alencar, então, pôs-se a estudar aquele francês e não demorou a dominá-lo. Em oito dias leu a *Grenadière*, e em um mês deu conta de todo o volume de Balzac. Depois disso, percorreu muitos títulos da literatura francesa romântica e, como ele mesmo afirmou, leu “o que havia de Alexandre Dumas e Alfredo Vigny, além de muito Chateaubriand e Victor Hugo.” (Lira Neto, 2006, p. 72)

Esse contato foi literariamente decisivo para Alencar. O “choque de língua” que tomou o fez logo imaginar que o mesmo processo deveria acontecer no Brasil. Lira Neto (id., p. 73) escreve sobre isso:

Foi uma revelação. Para Alencar, desde já, o grande desafio seria alguém escrever, em português, obras que representassem para o Brasil o que Balzac, Dumas, Chateaubriand e Hugo representavam para a França. Em outras palavras, inventar uma literatura com sabor nacional. No caso do Brasil, criar um estilo tropical.

Mas ainda era cedo para Alencar. E seguindo esse filão, no Brasil, apareceu Joaquim Manuel de Macedo que, em 1849, publicou seu único romance, *A moreninha*. Esse foi talvez o primeiro livro de grande sucesso popular no Brasil, e os críticos atribuem o fato exatamente às suas características de romance romântico urbano brasileiro, além de ter sido, o que é mais importante, vazado em linguagem próxima à da realidade linguística do Brasil.

Ainda na faculdade, Alencar escreveu alguns ensaios que enviou à revista estudantil *Ensaio Literários*. Em seu segundo ensaio, publicado em 1849, com o título *Sobre a vida de d. Antônio Felipe Camarão*, narra fatos, colhidos na biblioteca de Olinda, da vida de um índio que participou das lutas con-

tra os holandeses em Pernambuco. Nesse texto, diz Lira Neto (id., p. 83), Alencar manifesta sua indignação contra o massacre a que foram submetidos os índios brasileiros.

Foi em 1850, contudo, que escreveu um artigo em que, pela primeira vez, tratou de literatura. Já nesse artigo, intitulado *O estilo na literatura brasileira*, defendia a ideia nascida da leitura dos românticos franceses: a literatura brasileira tem de refletir “a cor local”. Assim, disse:

Nunca a dicção do estilo quinhentista poderia exprimir, com a doce facilidade do espírito, uma cena encantada de nossa terra, um suave retiro de nossas florestas, uma tarde pura de nosso céu, com esses tons maviosos, com esses timbres sonoros que lhe reflete o sol decaindo no ocidente. (Apud Lira Neto, p. 84)

Terminado o curso de Direito, Alencar foi morar no Rio de Janeiro. Informa-nos Lira Neto (op. cit., p. 88) que, imediatamente à sua chegada, de 1851 a 1854, trabalhou em um escritório de advocacia, como assistente. Depois, ainda em 1854, começou carreira como jornalista, contratado pelo *Diário do Rio de Janeiro*, como folhetinista. Escreveu quatro folhetins, intitulados *Álbum*, publicados anonimamente aos domingos. O biógrafo de Alencar informa que esses textos são raríssimos, jamais foram publicados em suas coletâneas nem nas *Obras completas*. A linguagem aí praticada era coloquial, leve, próxima o quanto possível da prática linguística brasileira, para cativar os leitores.

Depois disso, deslançou a carreira de jornalista de Alencar quando, ainda em 1854, assumiu o posto no *Jornal do Comércio*, como responsável pela coluna *Ao correr da pena* e pela seção forense. Ali criou seu estilo - linguagem leve, contemporânea - e, também, inaugurou o gênero *polêmicas linguísticas*, a respeito do português do Brasil. A contemporaneidade da linguagem implicava o uso de termos franceses, o *it* do momento, em Portugal e no Brasil. Essa característica,

inclusive, ensejou uma primeira polêmica linguística, no jornal. Um leitor incomodado com os galicismos de Alencar reclamou, coberto pelo pseudônimo *Monsieur de Tal*, por carta endereçada à seção do jornal *Pergunta inocente*, para a qual faz a seguinte indagação (op. cit., p. 114-115): “Vários jornais que falaram ontem do carnaval parecem muito desejosos de que fique entre nós nacionalizado o entrudo. (...) Mas não acham os senhores redatores que seria melhor primeiro nacionalizar a língua?”. O mote para a polêmica estava dado. Alencar reagiu, indignado com a crítica, e fez afirmações que, lidas depois de se conhecer o teor de suas discussões linguísticas, posteriores a esse fato, revelam a ponta do iceberg de suas contradições. Assim é a reação do jornalista:

Mas que quer dizer nacionalizar a língua portuguesa? Será misturá-la com a tupi? Ou será dizer em português aquilo que é intraduzível, e que tem cunho particular nas línguas estrangeiras? Mãos à obra. Daqui em diante, em vez de dizer passei num coupé, se dirá andei num cortado.²

(...)

Quem não quiser por isso, pode agarrar-se à língua tupi, e achará nela uma mina ainda não explorada de imagens poéticas, uma multidão de nomes fanhos, de frutas, de coquinhos, de bichinhos, de cipós, que devem ser de uma originalidade encantadora. Teremos então cabelos de samambaia, lábios de uricuri, olhos de guajirú, et reliquia commitante caterva.³

Esse folhetim, todavia, não se encontra entre os demais publicados no livro *Ao correr da pena*; como disse Lira Neto, “foi providencialmente expurgado” (ib.). A partir daí, as polêmicas das quais Alencar tomou parte, como ação ou reação, foram incontáveis. Por isso, vamo-nos fixar naquelas em que o autor se restringiu a comentar ou a defender seus usos

² Correio Mercantil, 21 de janeiro de 1885 (Apud Lira Neto, p. 115).

³ Correio Mercantil, 28 de janeiro de 1885 (Apud Lira Neto, p. 115).

linguísticos, a partir de 1865, quando surdiu a segunda edição do romance *Diva*. A essa altura, Alencar já havia publicado em folhetins *Cinco minutos*, que depois saiu na forma de livro como brinde aos leitores do *Diário do Rio de Janeiro*, jornal do qual se tornara diretor, com a incumbência de reverter o marasmo financeiro e a pré-falência em que se encontrava a empresa. Publicar novelas folhetinescas populares foi a estratégia de Alencar. Nisso foi vitorioso porque o público reagiu muito bem à novela, publicada em oito capítulos. A reação favorável do público ficou clara porque as pessoas procuravam a redação do jornal para obter um volume do livro que havia sido distribuído gratuitamente aos leitores. Isso levou Alencar a publicar outra novela. Dessa vez, *O Guarani* que, muito mais que a anterior, repercutiu favoravelmente, no país inteiro.

Por ocasião da publicação de *Diva*, Alencar já era escritor experiente. Havia também se dedicado ao teatro e já publicado outros três romances, os já citados e mais *A viuvinha* e *Lucíola* (esse publicado sob o pseudônimo GM). As críticas sobre *Diva* foram muitas, mas o que levou José de Alencar à reação foram as linguísticas. Fora acusado de empregar muitos estrangeirismos e de “estropiar a língua portuguesa”. Isso o levou a inaugurar a prática de agregar aos romances suas defesas linguísticas. Por duas vezes, assim procedeu, por reação à crítica, e redigiu posfácios aos romances *Diva* e *Iracema*. Como ação, visando a responder preventivamente a possíveis críticas, escreveu *Bênção Paterna*, prefácio ao livro *Sonhos d’Ouro*. Seu pensamento sobre a língua aparece também em outros textos, por exemplo, nas polêmicas que travou com: Joaquim Nabuco, pelo jornal *O Globo*, durante dois meses, em uma coluna que intitulou *Às quintas*, uma referência ao dia em que respondia ao seu contendor, que escrevia *Aos domingos*; Joaquim Serra, por cartas, depois publicadas no livro *Nosso Cancioneiro*; Pinheiro Chagas e Antônio Henriques Leal, publicados no livro *Iracema*, edição de 1965, p. 218-240. Esse conjunto constitui o *corpus* que iremos examinar.

O LUGAR DE ONDE FALA ALENCAR

A formação discursiva de Alencar foi romântica. Ele se fez do encantamento e admiração dos românticos estrangeiros ingleses e franceses. Uma crítica que sempre lhe imputaram, a qual não deu ressonância, foi aquela a respeito do decalque de estruturas de romances estrangeiros. Nabuco, por exemplo, reafirmou a crítica que então se fazia sobre o fato de *O Guarani* ser plágio dos romances indianistas de Chateaubriand e, ainda teceu críticas novas sobre a fragilidade especialmente de Cecília.

Do romantismo, portanto, vieram a afirmação da nacionalidade e a prática da linguagem mais próxima da realidade linguística brasileira. Quanto a essa característica, vimos acima como, efetivamente, o autor se inspirou especialmente nos românticos franceses. O que se pode dizer, certamente, é que Alencar praticava naturalmente em seus textos essa linguagem leve e mais informal, ou pelo menos diferente da linguagem portuguesa quinhentista que se praticava no Brasil e que nem em Portugal tinha mais vigor. Sobre essa questão voltaremos adiante.

O nacionalismo de Alencar era baseado em dois pilares: a valorização da natureza brasileira e o aproveitamento da contribuição linguística indigenista. De passagem, o autor se refere a outras contribuições, como a africana e a devida à imigração estrangeira. O que é fato é a ligação direta que Alencar faz entre *língua* e *pátria*, como aparece logo no início do *Poscrito a Diva*,⁴ “A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo”. A literatura, e não somente a língua, segundo José de Alencar, tem de ser o espelho da nacionalidade. Isso ele afirma em *Bênção paterna*⁵, num diálogo simulado com o livro, para antecipar as de-

⁴ Apud Pinto (1978).

⁵ Apud Pinto (1978).

fesas que poderiam vir dos críticos. Nesse texto, Alencar propõe uma periodização da literatura brasileira em três fases – primitiva, histórica, política - todas preenchidas (iniciadas e limitadas) com e por suas obras. A reflexão sobre o nacionalismo dessa literatura, que é expressada em discurso direto, entre aspas, cria o efeito da realidade das palavras do autor que “sussura”:

A literatura nacional que outra cousa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço: e cada dia se enriquece ao contacto de outros povos ao influxo da civilização? (Bênção, 91)

A respeito da influência que as raças indígenas exerceram sobre a língua praticada no Brasil afirmou:

Cumpram não esquecer que o filho do Novo Mundo recebe as tradições das raças indígenas e vive ao contato de quase todas as raças civilizadas e suas plagas trazidas pela emigração. (Iracema, 76)

Sobre a influência indígena no português afirmou, também, que faltava um estudo minucioso para definir-lhe o contorno e a extensão. Mesmo assim, transcreve, concordando, um trecho do *Ensaio de antropologia*, de Couto de Magalhães, que relata haver, na linguagem brasileira das províncias do Pará, Goiás e do Mato Grosso, não somente vocábulos indígenas mas também ‘frases, figuras, idiotismos e construções peculiares ao tupi’.

Essa ideologia da diferença reflete-se, embora claudicantemente, na denominação que o escritor tenta dar à língua portuguesa do Brasil. Denominá-la “língua portuguesa” pelo menos no mesmo texto, Pós-escrito a Iracema, em que fez a afirmação transcrita acima seria incoerência demais. Por isso, preferiu aí usar a expressão *dialeto*, como se vê a seguir:

O Brasil já está nestas condições, a influência nacional já se faz sentir na pronúncia muito suave do nosso dialeto. (Iracema, 77)

Outras denominações, porém, inclusive *língua portuguesa*, aparecem nos comentários de Alencar, conforme já havia registrado Pinto (op. cit., p. XXIV): *dialeto brasileiro*, em face de um dialeto português, quando, portanto, os termos *dialeto* e *língua* são equivalentes; *português (...) novo idioma*; *nosso português americano* e o português europeu; *língua portuguesa*. O autor usa, também, o termo *dialeto* na acepção de “língua vulgar do povo”, num sentido próximo ao que hoje daríamos à variedade social popular.

O lugar a partir do qual Alencar fala é o do escritor. Essa opção fica muito clara em seu discurso, porque as relações *escritor x público* e *escritor x língua* são o ponto mais consistente de sua discussão. Desse campo saem também algumas afirmações um pouco mais firmes sobre língua e suas diferentes realizações e sobre o papel do escritor na seleção do registro adequado ao texto literário.

Ao escritor, diz ele, cabe trabalhar com uma linguagem que reflita a realidade do povo que a pratica. Assim, rejeita, e essa é uma opinião firme e constante, a ideia de que a literatura tenha de ser talhada em linguagem arcaizante, em benefício da manutenção da origem clássica da língua. O outro extremo, a reprodução cega, na literatura, da realidade linguística também não é cabível. Desse paradoxo, então, sugere Alencar, nasce a importância do escritor, que é, como ele diz, um mediador entre o antigo e o novo. Nesse sentido, afirma:

A linguagem literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem sedida e comum que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das ideias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma da expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa

expressar as ideias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece. (Diva, 56) (Grifamos)

Essa passagem é, no que se refere à teorização da linguagem por parte do autor, uma das mais felizes. Aqui ficam diferenciadas a linguagem literária, que é arte, e a linguagem corrente, que é atividade, necessidade. Também o reconhecimento, e até a formulação dos conceitos, dos *planos da expressão* e do *conteúdo*, explicam sua prática discursiva e definem o motivo do sucesso de seus textos, não somente os literários mas também os jornalísticos. O argumento mais forte de Alencar em defesa de sua tese contra o passadismo da língua praticado na literatura, ou na escrita, já que o mesmo estilo era adotado nos textos jornalísticos, por exemplo, foi mais “estético-nacionalista”, na expressão de Pinto (op., cit., p. XXVIII), que gramatical. Era do lugar de escritor que sua voz era mais firme. Como crítico da língua, seus argumentos foram fracos e confusos. Os pormenores ortográficos e gramaticais discutidos não caracterizavam a linguagem brasileira nem contribuíam para o sucesso (ou o insucesso) de seus romances.

A interação escritor / público foi outro ponto sobre o qual demonstrou lucidez. Seu ponto de partida para o desenvolvimento desse tema é a recriminação à importância que “a escola clássica” atribui ao escritor. Alencar reconhece que não é o escritor que a detém e que, portanto, a constroi. Ele não hesita em afirmar que os bons escritores operam artisticamente sobre a língua e podem usar termos antigos, que buscam nos textos tradicionais, ou mesmos novos, que criam a partir das possibilidades da língua, mas sua inspiração vem da linguagem do público. Entende, portanto, que entre escritor e leitor tem de haver interação constante. Num diálogo com a teoria naturalista, assim resume seu pensamento sobre a questão:

Em conclusão, o público e o leitor exercem uma influência recíproca: e essa lei moral tem um exemplo muito frisante em um fenômeno físico. A atmosfera atrai os átomos que sobem das águas estagnadas pela evaporação, e depois os esparze sobre a terra em puro cristalino rocío. São da mesma forma as belezas literárias dos bons livros: o escritor as inspira do público, e as depura de sua vulgaridade. (Diva, p. 58)

A análise de Alencar sobre o circuito interacional escritor/público foi completa. Como diz Bakhtin (1992), à interação é inerente a atitude *responsiva ativa* dos interactantes, portanto, o escritor escreve, o público responde de algum modo e o escritor, por sua vez reage a essa reação. Isso, evidentemente não nesses termos, Alencar percebeu e comentou. Disse ele que ao público cabe a sanção, o desprezo ou o aplauso, sobre a literatura apresentada:

Não há contestar: é o direito da inspiração e do gosto, exerça-se ele sobre a ideia ou sobre a palavra. Ao público cabe a sanção: ele desprezará o autor que abuse da língua e a truçide, como despreza aquele que é arrastado às monstruosidades e aleijões do pensamento. Da mesma forma aplaudirá as ousadias felizes da linguagem, como aplaude as harmonias originais e os arrojos do pincel inspirado. (Diva , 59)

Como ressaltou Pinto (op. cit., p. XXVI), Alencar diferenciou-se de seus pares neste quesito: “a profunda consciência da missão específica do artista ante o instrumento artesanal que é a língua”.

CONCEITO DE LÍNGUA

Já no terreno da língua e da gramática Alencar não foi tão feliz. Suas opiniões são impressionistas e confusas, quando não contraditórias. Como já ressaltaram Pinto (op. cit.) e

Leite (1999), Alencar não conseguiu defender uma tese ampla sobre a língua portuguesa do Brasil, embora aparentemente esse fosse o tema da discussão. Todos os esforços que envidou em defesa do que parecia ser da língua do Brasil foram, em verdade, em defesa de usos pessoais. Também, essas defesas não apareceram relacionadas com o que enunciara sobre o escritor e seu papel diante da língua e da literatura. A cada polêmica, formulava argumentos que não se coadunavam, ou que não mostravam coerência conceitual sobre os temas fundamentais a respeito do que discutia: língua, uso, dialeto, gramática.

O maior conflito nasceu da miscelânea teórica que o autor fez quando tratou de *língua*. Seu ponto de partida conceitual pareceu ser humboldiano, mas como a fonte que suporta a definição não foi declarada, não se pode afirmar se Alencar tinha ou não consciência sobre o que afirmava, embora tudo leve a crer que não tinha. Para Humboldt⁶, “a linguagem, que é uma criação contínua e só existe como manifestação do espírito humano, é *energeia* e não *ergon*; é o órgão criador do espírito humano”. Humboldt acreditava, também, que “a forma interna da linguagem (*innere Sprachform*) é um constituinte fundamental do espírito humano e que cada forma da linguagem pode ser considerada como caracterização do povo que a fala”. Pois Alencar diz:

Entende [o autor deste volume] que sendo *a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve.*

(...)

Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim *fazendo que acompanhe o progresso das ideias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter sua índole e abastardar-se.*

⁶ Apud Leroy, (1987, p. 49).

(...)

Quanto à frase ou estilo, também *não se pode imobilizar quando o espírito, de que ela é a expressão, varia com os séculos de aspirações e hábitos.*

(Diva, 55-6)

Depois, no pós-escrito a *Iracema*, ainda retomou essa ideia, para combater a opinião do crítico português Pinheiro Chagas, que, esteado na teoria naturalista, por Max Muller, afirmara ser “a Filologia uma ciência natural, regida por leis invariáveis como a rotação dos astros”. Primeiro, há a apresentação do argumento de que é o povo que tem o poder de transformar a língua, pelo uso, pelo costume; depois, a reafirmação da ligação linguagem/espírito e que, por isso, o escritor não poderia interferir no sentido de alterar a língua. Nesse sentido diz:

A linguagem, porém, *a única das artes que fala ao espírito, é um marco imutável, sobre o qual nenhuma ação têm os escritores, esses obreiros da palavra, que a nova teoria reduz à condição de mecânicos, mais ou menos destros no manejo de um instrumento bruto!* (Iracema, 74)

Nega, pois, a teoria naturalista. Alencar, contudo, contradiz-se imediatamente, quando, para dizer que Pinheiro Chagas entendeu mal a teoria de Max Muller, voltou a falar da atuação do povo no sentido de alterar a língua e, também, da atuação do escritor sobre a língua, no sentido de “aperfeiçoá-la”. E assim, manifestou-se, na sequência do trecho anteriormente transcrito:

Suponho eu que há grande equivocação na interpretação dada à teoria de Max Muller. O corpo de uma língua, a sua substância material, que se compõe de sons e vozes peculiares, *esta só a pode modificar a soberania do povo, que nesses assuntos legisla diretamente pelo uso.* Entretanto, mesmo *nesta parte física é infalível a influencia dos bons*

escritores: eles talham e pulem o grosseiro dialeto do vulgo, como o escultor cinzela o rudo troço de mármore e dele extrai o fino lavor. (Iracema, 74)

O pior não é essa “pequena” contradição, porque, de qualquer forma, a crença na atuação do escritor relativamente à construção da linguagem literária, a partir do aproveitamento e recriação da linguagem comum, é a premissa do autor. Aqui foi esquisita a primeira negação.

Muito contraditória é a afirmação, por demais conhecida e repetida, que encerra o comentário *Bênção Paterna*. Nesse caso, como se verá, a teoria naturalista foi completamente absorvida. No trecho a seguir, o que se vê é uma confusão só: primeiro Alencar põe no mesmo caldeirão teórico Jacob Grimm e Max Muller. Ora, os neogramáticos não comungavam as ideias de Schleicher nem de seu seguidor Max Muller, opunham-se às ideias naturalistas e, ao contrário delas, entendiam que as línguas eram produto coletivo, e o método que empregavam na análise das línguas era totalmente positivista, até referido como “leis fonéticas”⁷. Além disso, Alencar apresenta uma proposta, quase “teórica”, completamente fundada no princípio naturalista, por Max Muller, quando se manifesta, negando tudo que antes dissera:

Estando provado pelas sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Muller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão:

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e na nêspera? (Bênção, 96)

⁷ Cf. Leroy, p. 54.

Alencar tem razão quando diz que as pesquisas sobre a evolução fonética havia começado com Grimm e continuado com Max Muller (depois de Schleicher), mas as bases teóricas sobre as quais os trabalhos desses investigadores se desenvolveram eram diferentes, pois os neogramáticos se “opunham à concepção schleicheriana da linguagem como organismo natural, [e] consideravam a língua, pelo contrário, um produto coletivo dos grupos humanos”⁸. Em outras passagens, Alencar insiste no caráter naturalista das leis fonéticas e da filiação naturalista de Grimm. Ao responder a Nabuco, exatamente sobre a crítica à “brincadeira” do parágrafo acima reproduzido, esse argumento é usado inclusive com alguma arrogância:

O crítico nunca ouviu falar das leis fonéticas de Grimm: se não compreenderia o remoque do meu prólogo aos Sonhos de Ouro.

O grande filólogo alemão demonstrou que o clima e com estas as condições peculiares à vida de um povo, influindo no organismo, necessariamente, modificavam os órgãos da voz; e dessa modificação resultavam as alterações fonéticas de uma língua transportada a outra região diversa daquela onde teve origem. (Quintas, 141)

Depois disso, recorreu também a Muller, para justificar a evolução da língua. Sobre o fato da diferença do português do Brasil, escreveu a Joaquim Serra, de quem se disse amigo, para explicar por que o português do Brasil, que ele denominou, nessa carta, *dialeto brasileiro*, não era mais o mesmo de Portugal. Aqui todos os argumentos naturalistas eram convenientes: influência do meio, do clima, de outras raças etc. É assim que fala em *progresso*, alinhado às teses de Spencer, e, então, já completamente de acordo com Max Muller, comparou a língua à natureza, afirmação indireta na pergunta que formulou, como se poder ler a seguir:

⁸ Idem.

A transformação contínua que se opera na história filológica e que Muller compara à vegetação, cessou de todo para o português de que se pretende fazer uma múmia clássica? (sic) (Cancioneiro, 126)

A resposta à pergunta auto-endereçada fecha o raciocínio naturalista:

As línguas, como todo o instrumento da atividade humana, *obedecem à lei providencial do progresso*: não podem parar definitivamente. (ib.)

Em meio à relação *língua/natureza* há também a relação *língua/costume*. No mesmo texto em que assume a tese naturalista, mistura a tese sociológica. Essa parece apenas intuitiva, já que não chama nenhum teórico para apoiar sua afirmação. O argumento do autor em favor do costume é diluído com a ideia de gosto. Talvez aqui haja também um fundo de determinismo social: gostamos daquilo de que todos gostam. Assim defende a diferença do português do Brasil frente ao de Portugal:

A manga, da primeira vez que a prova, acha-lhe o estrangeiro gosto de terebentina: depois de habituado, regula-se com o sabor delicioso. Assim acontece com os poucos livros realmente brasileiros: o paladar português sente nelas um travo; mas se aqui vivem conosco, sob o mesmo clima, atraídos pelo costume da família e da pátria irmãs (sic), logo ressoam docemente aos ouvidos lusos os nossos idiotismos brasileiros, que dantes lhes destoavam a ponto de os ter em conta de senões. (Bênção, 95)

Mas a língua como costume, no sentido de *uso*, sempre foi evocada por Alencar. Desde seus primeiros textos, dizia, como já mostramos antes quando falamos do pensamento de Alencar sobre o papel do escritor, que o povo é que tem o poder de alterar a língua pelo *uso* que dela faz. Por isso disse,

ao retrucar aquela crítica que Pinheiro Chagas formulou com base em argumento naturalista, que “só o povo tem a força de transformar uma língua, modificar sua índole” (p. 74). Outra afirmação, porém, foi ainda mais incisiva, quando mais uma vez falava do uso e do papel do escritor. Esse trecho, inclusive, foi motivo de uma crítica por parte de Antônio Henriques Leal, brasileiro, do Maranhão, que morava em Portugal. Mas é preciso registrar que o crítico maranhense deturpou o sentido da frase, porque não considerou exatamente o que Alencar afirmou sobre a atuação do povo na criação de novos termos. O trecho em questão é o seguinte:

Antes de tudo uma observação. *Desde que uma palavra for introduzida na língua por iniciativa de um escritor ou pelo uso geral*, entendo eu que torna-se nacional como qualquer outra e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou: portanto, pode ela, como qualquer vocábulo originário, ser empregada nos vários sentidos figurados a que se apresente com propriedade e elegância. (Iracema, 80)

Para encerrar esse tópico, vamos nos arriscar a recuperar alguns argumentos de Alencar que indicam, de certa maneira, o reconhecimento de que a língua se organizava como um *sistema*. Quando o autor diz da possibilidade de o povo e o escritor criarem termos para nomear as novidades americanas, “sem abastardar e perverter a índole” da língua, parece ter pensado numa arrumação própria da língua, que, em linguagem atual, seria dita como organização sistêmica. Ao defender todos os seus neologismos e galicismos, também, é à potencialidade e à possibilidade que a língua oferece para que se criem novas palavras que o escritor recorre. Quando defende a palavra “garrular” diz “Da propriedade que tem nossa língua de criar novos vocábulos já falou o autor de *Gênio da língua portuguesa* (Leoni). Facilmente se adapta uma desinência verbal a qualquer nome, verbo.”. Do mesmo modo, quando se refere à variação temporal da frase, e aí inclui o estilo, fala do *gênio* da língua, o que é, igualmente, equivalen-

te à ideia de sistema. Esses conceitos encontram-se nos seguintes trechos:

Não é obrigando-a [a língua] a estacionar que não de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer: mas sim fazendo que acompanhe o progresso das ideias e se molde às novas tendências do espírito, *sem contudo perverter sua índole e abastardar-se*. (Diva, 55)

Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis, e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas: essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classismo. (Diva, 56)

Quanto à frase ou estilos, também não se pode imobilizar quando o espírito, de que ela é expressão varia com os séculos de aspirações e hábitos. (...) *devem as línguas aceitar novas maneiras de dizer*, graciosas e elegantes, *que não repugnem o seu gênio e organismo*. (Ib.)

Tudo o que até aqui foi dito é suficiente para mostrar que Alencar não tinha convicção sobre as propriedades e a natureza da língua. Falava por intuição. Por isso, não conseguiu conceituar precisamente seu objeto de análise e claudicou no assunto. No fim, não é possível, pela leitura de sua produção metalinguística, chegar a um conceito de língua com o qual operou. Muitos são os conceitos que pululam em seus textos, simultaneamente, mesmo sendo incompatíveis entre si. Para resumir a situação, apresentamos alguns deles, pressupostos nos argumentos que o autor formula para defender-se:

Natureza do argumento

Psicológica
Sociológica

Conceito de língua

A língua é um instrumento do espírito.
A língua é produto social, de uso geral do povo. É a expressão de fatos morais e sociais.

Política	<i>A língua é a expressão da nacionalidade.</i>
Naturalista	<i>A língua é um organismo vivo que se transforma por influência do ambiente, do clima e da ação da física nos órgãos fonadores.</i>
Literária	<i>A língua é arte.</i>
Linguística	<i>A língua é possibilidade de realização de palavras e organização da frase (gênio e organismo).</i>
Pragmática	<i>A língua é mister.</i>

Uma última reflexão sobre esse ponto. A língua, segundo o autor, progride, evolui. Isso é tema do primeiro parágrafo do *Poscrito* (Diva): “O autor desse volume e do que o precedeu com o título *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta de progresso em tudo, até mesmo na língua que fala.”. A palavra *progresso* aqui não tem o sentido naturalista, mas sociológico. Esse é, então, um manifesto sociológico de Alencar. O argumento usado para defendê-lo é o de que a língua progride porque acompanha o desenvolvimento social: a criação de inventos, a expressão de novas ideias etc.

A palavra *progresso* é empregada, também, como acima mostramos, no sentido naturalista. Quer dizer, nesse caso, a língua nasce e progride sob certas condições climáticas, ambientais e físicas, como diz na seguinte passagem:

Se o português, transferindo-se para a América, desenvolvendo-se no seio de uma natureza tão opulenta como aquela onde se enriqueceu o sânscrito seu antepassado: se o português nessas condições não tivesse o viço e a seiva necessários para brotar de si um novo idioma sonoro, exuberante e vigoroso, triste dele: seria uma língua exausta, votada a breve e rápida extinção. (Cancioneiro, 127)

Em que consiste “a transformação profunda [por que passa o] idioma de Portugal no Brasil”, como declarou o au-

tor? Resposta afirmativa não deu, mas vemos diluída pelos textos, a ideia de que serão as mesmas transformações que foram operadas nas línguas românicas a partir do latim. Quer por ação da natureza, quer por ação social.

CONCEITO DE GRAMÁTICA

Poder-se-ia pensar que o conceito mais perceptível de Alencar, sobre gramática, fosse o da tradicional. Isso, contudo, não se confirma porque o autor, embora consulte gramáticas e cite seus autores (Sotero dos Reis, Gramática da língua portuguesa; Madvig, Gramática latina), subverte as regras e propõe algumas que, em seu entender, seriam mais coerentes com a natureza da língua portuguesa. Além, disso, percebe-se, subliminar às suas afirmações sobre o papel do escritor, como vimos, a tarefa de fazer uma gramática a partir da linguagem “do vulgo ignorante”. Isso significa, como veremos a seguir, que reconhece a existência da *gramática natural*, inerente à língua correntemente praticada. Nesse caso os conceitos de gramática e língua se confundem. Esclareça-se, contudo, que Alencar atribui um valor negativo a essa gramática, que passará a ser valorizada positivamente depois da operação do escritor. Observe-se, no excerto exposto a seguir a seguinte afirmação: “O mesmo sucede com a *gramática*: saída da infância do povo, rude e incoerente, são os escritores que a vão corrigindo e limando”.

Alencar, ao se defender das críticas de Pinheiro Chagas, fala da gramática como filosofia e como ciência. Nesse caso, entende que a língua tem uma materialidade fonética, que lhe forma o corpo, a que corresponde uma parte lógica. A união desses dois aspectos forma a gramática. Nesse caso, opera com o conceito psicológico de língua, e diz que esse lado lógico é o espírito da língua. Mas a gramática é também uma *filosofia*: a *filosofia da palavra*. O que queria dizer com isso, porém, não declarou. Por fim, a gramática é ciência, mas

a explicação que dá para esse fato não é coerente com o conceito de ciência. Afinal, a formulação é tão confusa que é impossível ser dissecada. Somente a leitura do trecho completo permite que se tenha ideia da situação a que nos referimos. O trecho é longo, mas tem de ser inteiramente reproduzido pois sua falta de clareza não admite cortes:

Mas além dessa parte fonética da língua, que forma seu corpo, há a parte lógica, o seu espírito, ou para usar a terminologia da ciência, a gramática. Essa não é, como se pretende, mera rotina ou usança confiada à ignorância do vulgo, que somente a pode alterar. Aqui está o ponto fraco da teoria invocada .⁹

A gramática, ou a filosofia da palavra, é incontestavelmente uma ciência. Como todas as ciências, ela deve ter em cada raça e em cada povo um período rudimentário: ainda mesmo depois de largo desenvolvimento, existirá algum ramo de conhecimentos humanos que não esteja imbuído de falsas noções e até de erros crassos?

O mesmo sucede com a gramática: saída da infância do povo, rude e incoerente, são os escritores que a vão corrigindo e limando. Cotejem-se as regras atuais das línguas modernas com as regras que predominavam no período da formação dessas línguas, e se conhecerá a transformação por que passaram sob a ação dos poetas prosadores. (Iracema, p. 74)¹⁰

Desse amontoado de ideias é difícil fazer uma formulação única porque os termos são incompatíveis. Então, a saída é dizer que Alencar não tem clara formulação sobre o conceito de gramática e, pois, ao mesmo tempo, a gramática é: lógica, filosofia, ciência e a própria língua, uso (gramática natural). As teses que Alencar conseguiu formular e sustentar metalinguisticamente, até o fim foram duas: a do papel do escritor na construção da língua literária; e a do passadismo da língua literária que se praticava então.

⁹ O naturalismo de Max Muller, citado por Pinheiro Chagas.

¹⁰ Apud Pinto (1978).

No mesmo texto (p. 73), Alencar diz que suas opiniões a respeito de gramática têm-lhe valido a pecha de inovador ou de escritor incorreto e descuidado. Isso, contudo, não se refere aos conceitos aqui já comentados, mas ao de gramática tradicional. Antes dessa afirmação ele se explica sobre falhas tipográficas e sobre alguns de seus usos, considerados incorretos pelos críticos. Nesse caso, o que se vê não é uma defesa dos erros cometidos por descuido ou pelo aproveitamento de usos populares na literatura. Não. São defesas de algumas regras que o autor criou para seu uso. Muitas vezes são regras ortográficas que Alencar modificou, por não concordar com a convenção vigente. Outras vezes são regras gramaticais que ele cria e justifica com argumentos diversos, desde a fidelidade ao latim e ao português clássico, até preferência pessoal. Vejamos alguns desses problemas e suas justificativas:

Natureza do fato criticado: ortográfica	Justificativa
1º grafia -ão/am.	<p>Opção por -am, por afinidade etimológica. Na edição aparecem simultaneamente as duas formas. Critério para escolha da forma: “quantidade da sílaba e não natureza da palavra”.</p> <p>Exemplos: <i>vazão</i> / <i>vizam</i>. Se o som nasal for breve deve optar-se por -am, se for longo, por -ão.</p>
2º Grafia do à:	<p>Inconformidade com a regra do acento grave na contração do artigo com a preposição. Regra particular: “<i>É portanto minha regra acentuar a</i></p>

2º Grafia do à:	<p>Inconformidade com a regra do acento grave na contração do artigo com a preposição. Regra particular: “<i>É portanto minha regra acentuar a preposição à sempre que ela entra no discurso isolado de qualquer outra partícula: seja embora seguida de nome masculino, de verbo ou pronome pessoal. Só quando essa preposição adere a ou outra palavra, como por exemplo - ao, torna-se inútil o sinal ortográfico</i>”.</p> <ul style="list-style-type: none"> • → Português: dialeto derivado da língua romana. • → argumento comparatista sobre o uso do acento grave, para justificar sua opção: <ol style="list-style-type: none"> a) no francês b) no italiano c) no espanhol <p>Indagação sobre o motivo do uso do acento grave: evitar ambiguidade? Indicar a contração do artigo? Sugestão: se for esse último o caso, deveria ser usado o apóstrofo.</p> <p>Observação final: No livro, há ambos os casos.</p>
3º Grafia dos ditongos.	<p>a) -eo / -eu.</p> <p>Preferência de Alencar:</p> <ul style="list-style-type: none"> -eo: desinência aberta (chapeo, boleo, aspeo) -eu: desinência fechada (meu, perdeu, deus, ateu)

	<p>b) <i>-iu / -io</i> <i>-io</i>: para ditongo imperfeito, que a rigor constitui duas sílabas, como <i>rio</i>, <i>frio</i>, <i>alvedrio</i>. <i>-iu</i>: para o verdadeiro ditongo: <i>riu</i>, <i>feriu</i>.</p>
4º Grafia da conjunção se por si.	<p>fidelidade à etimologia (latina). - discriminação da conjunção do pronome pessoal (não importa a homografia com os pronomes que vêm antecidos / regidos de preposição) se (a si, de si, por si, etc.)</p>

O autor não formulou os problemas acima comentados para responder à crítica de um determinado contendor, mas para refutar críticas dispersas que recebeu depois da publicação da primeira edição de *Iracema*. No mesmo texto, há, contudo, aquelas respostas diretamente endereçadas a Pinheiro Chagas, já tantas vezes evocadas aqui. Como as críticas de Chagas basearam-se também no argumento gramatical, de caráter tradicional, Alencar obrigou-se a fazer uma incursão por esse território, o que não era, decididamente, seu forte. No quadro abaixo, apresentaremos, resumidos, os temas trazidos à luz, assim como os principais argumentos que o autor escolheu para defender-se.

Natureza do fato criticado: gramatical	Justificativa
Emprego do artigo definido	<p>Parcimônia no uso, só empregado quando exigido pela clareza ou estilo. Argumento: o latim não tinha artigo, sua omissão, portanto, antes de ser galicismo é um latinismo. Clássicos omitiam artigo.</p>

<p>Verbos reflexivos sem o pronome se (recolher, enroscar, destacar).</p>	<p>Argumentos: Uso clássico: recolher (João de Barros, Clarimundo) Estilo: concisão e simplicidade Gramática: verbos figurativamente neutros têm atributos distintos e outras relações íntimas com atributo. Como ocorre no latim, logo o uso não é neológico, mas arcaico.</p>
<p>Colocação dos pronomes.</p>	<p>Regra é a clareza e elegância, eufonia e fidelidade na reprodução do pensamento. Sobre a regra tradicional: “tal regra não passa do arbítrio que sem fundamento algum se arrogam certos gramáticos.” Em latim, coloca-se ao gosto do escritor e segundo o estilo e clareza. Usos variados nos clássicos.</p>
<p>Galicismos (inovações).</p>	<p>Princípio: “Desde que uma palavra... elegância.” Repúdio ao estrangeirismo só deve ser aceito quando: 1º a nova aceção é um idiotismo da língua estrangeira e se afasta do sentido usual da palavra, como <i>tratamento do emprego por estipêndio</i>;</p>

	<p>2º a palavra só foi adotada em uma acepção peculiar, como verdadeiro idiotismo, como <i>endossar a letra</i>. Seria inadmissível ampliar o uso do vocábulo e aplicá-lo em outro sentido, como endossar o casaco, da frase endossar <i>l'habit</i>. Brusco; flanco abandonar; emoção.</p>
--	---

Outras respostas, no mesmo diapasão, foram dirigidas ao brasileiro Antônio Henriques Leal, que criticou o “estilo frouxo e desleixado” de Alencar, no livro *O Guarani*. O crítico referiu-se ao *estilo*, especificamente no que se refere à coesão das frases pelos conectores, abundantemente usados pelos clássicos e escassos nos textos de Alencar. Essa foi, segundo entendemos, a resposta mais coerente que o escritor dirigiu a um contendor. Nesse caso, Alencar, articulou os campos do estilo e da gramática e, aí, pôde mostrar um pouco *como* o discurso atualizado pelo brasileiro, em português, causa estranhamento aos portugueses e aos brasileiros mais conservadores.

Alencar observou que o estilo do período clássico, carregado de conjunções, dificulta a leitura rápida e compreensiva do texto. Por isso, preferia escrever usando períodos, sob essa perspectiva, mais enxutos. A simplificação, dizia, recuperando o conceito de língua como expressão do pensamento, torna a frase “mais flexível para moldar-se a todos os relevos do pensamento”. Para ilustrar seu ponto de vista, o autor trabalhou um período/parágrafo do português clássico, de Fr. Luís de Sousa, alterando seu estilo de clássico para moderno, e

um trecho de O Guarani, fazendo o inverso, para mostrar, de um lado, a diferença de estilo e, de outro, o impacto que cada estilo tem sobre o leitor. Pela importância do procedimento e por entendermos que essa é a resposta-chave para explicar o sucesso de público da literatura alencariana, reproduzimos um dos exemplos¹¹:

Fr. Luís de Sousa

Era uma árvore de tão desmesurada grandeza, *que* dentro do tronco, *que* de muita antiguidade tinha aberto e oco se armou uma mesa, e o arcebispo se assentou a ela em uma cadeira, e por memória no mesmo sítio e assento visitou a freguesia, e tinha também lugar dentro a testemunha *que* vinha dizer seu dito. (Iracema, 82-83) (Grifos de Alencar)

José de Alencar

Era uma árvore de tão desmesurada grandeza, que dentro no tronco da muita antiguidade aberto e oco, armou-se uma mesa: a ela assentou-se o arcebispo em uma cadeira, onde por memória visitou a freguesia, havendo aí lugar também para a testemunha que vinha dizer seu dito. (id.)

A explicação de Alencar para o processo de estilização do período a que submeteu o período é pobre. Para ele contou apenas a eliminação das conjunções, e os cortes de sequência; as inversões na ordem dos elementos e a alteração da colocação pronominal, a eliminação e inserção da pontuação, nada disso foi explicado. Foi o conjunto de procedimentos, todavia, que deu o “tom brasileiro” e não apenas a eliminação das conjunções, não obstante algumas trocas que *a priori* são mais de caráter lusitanizante, como a colocação enclítica do pronome (antes proclítica) e a escolha do verbo *haver* (havendo aí lugar) em substituição a *ter* (tinha lugar).

¹¹ Apud Pinto (1978).

Para concluir, lembramos que, em geral, o caráter dos argumentos de José de Alencar é, de um lado, arbitrário e, de outro, conservador, quando se trata de defender, do ponto de vista ortográfico e gramatical, sua linguagem, pois o que se vê, em resumo, é:

1. preferência por uma regra sua, em detrimento da convenção (tanto no campo ortográfico quanto gramatical);
2. recorrência ao latim e a línguas românicas, para justificar-se perante críticas;
3. recorrência ao português antigo e clássico, para justificar-se perante críticas.

Não se veem, na produção metalinguística do escritor, argumentos baseados no *uso real* da língua.

CONCEITO DE USO

As referências de Alencar ao *uso* ocorrem na maioria das vezes quando trata da relação do escritor com a língua. Como já comentamos, para ele, o papel do escritor é “organizar a língua” a partir do uso de que dela faz o povo, talvez pudéssemos falar em estilizar a língua a partir do uso. Por isso, em seu texto essa ideia de que o uso é a base da linguagem literária fica subliminar, mas o autor não esclarece como seria esse aproveitamento. Aliás, referências feitas ao uso, em geral, são sempre depreciativas.

Em um trecho do texto *Bênção paterna*, no qual trata, ainda, de falar da tarefa do escritor diante da língua, por exemplo, aparece uma referência nada abonadora ao uso que o povo faz da língua. Leiamos o trecho que fala por si só:

Sobretudo compreendam os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade

que se vai esboçando no viver do povo. *Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso*, caprichos que surgem no *espírito do idiota inspirado*; tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para *escoimá-lo das fezes* que porventura lhe ficaram *do chão* onde esteve, e apurar o ouro fino. (Bênção, p. 94) (Grifamos)

A que uso se refere o autor? Somente o da língua falada? Ou “a palavra do idiota inspirado” remete a algum uso escrito também? Sobre essa questão não é possível fazer afirmação definitiva, mas a impressão que dá tal declaração, e outras de mesmo diapasão, é que o sentido de *uso*, nesse caso, seja: a prática linguística popular, não importa em que modalidade.

Na *Questão filológica*,¹² o autor, para responder às críticas gramaticais que Antônio Henriques Leal formulou, recorreu a outro conceito de uso, como se vê em:

O uso tem admitido porém um artigo em alguns casos, especialmente quando o nome é plural feminino regido pela preposição *a*. Como às *pressas*, às *carreiras*, às *rebatinhas*; ainda que também se diz *a bragas enxutas*, *a trechos* e *aos trancos*; *ao certo*; *na verdade* etc. (Questões, 106) (Grifos do autor)

Aqui o sentido do termo parece claro: uso culto escrito, já que na fala a presença ou ausência do acento grave não é sentida. Também a expressão “uso geral” é empregada nesse mesmo sentido, quando, em resposta ao mesmo contendor, disse: “(...) concluiu o autor das *Locubrações* (sic), que eu não estou firme nas regras por mim estabelecidas, ao avesso do *uso geral*; tanto que não as sigo na prática, e as transgriro frequentemente.” (id., 115).

Em outro trecho, parece que a palavra é empregada no sentido do *falar corrente*. Nesse caso o autor trata da regência

¹² Apud Pinto (1978).

de alguns verbos, uns de movimento e outros de estado, como *moro na rua de...*, *estou na janela* e *cheguei em casa*, regidos preferencialmente com a preposição *em*, no português do Brasil, diferentemente do uso europeu, que a realiza com a preposição *a*. E aí diz:

Como, porém, *os dous melhores mestres que eu conheço da arte de falar são o bom senso e o uso*: e eu todos os dias tomo lição com eles, considero-me habilitado para afirmar que nesta questão damos quinau nos nossos irmãos mais velhos. (Cancioneiro, 124)

Alencar diz isso para defender sua preferência pela maneira de dizer brasileira. Para defender sua posição, primeiro confessa não ser filólogo nem gramático, mas como “todo homem tem por força uma duela de doudo e outra de médico”, ele arrisca-se na tarefa de condenar o uso português. Os argumentos de que lança mão são do emprego da preposição no latim: “Releva contudo observar que os bons autores [latinos] preferiam geralmente empregar com verbos de repouso e permanência a preposição *in*, de preferência a *ad*.”. A preferência pelo uso brasileiro tem, então, uma justificativa erudita, não popular. A conclusão de tudo, porém, é a preferência pela regra que formula para *uso pessoal*:

Eu direi, pois, *estar à janela*, de uma pessoa que avizinhou-se dela, ou a ocupou de passagem ligeiramente: a *estar na janela*, da que se acha positivamente nela e aí se demora. Da mesma forma, *chegar à casa* é tocar-lhe a soleira: e *chegar em casa*, achar-se dentro. (Cancioneiro, 125)¹³ (Grifos do autor)

Em síntese, também nessa questão é impossível não dizer da contradição de Alencar. O que se pode concluir é que o

¹³ Apud Pinto (1978).

autor trabalhou com várias acepções para a palavra uso, sem oferecer ao leitor nenhum esclarecimento sobre cada uma delas. Dentre as acepções mais recorrentes anotamos: *uso vulgar*, deve ser rejeitado; *uso geral*, deve ser corrigido; *uso literário*, deve ser imitado; *uso pessoal*, oferecido à imitação .

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

É lugar comum dizer que Alencar “preparou o caminho” por onde passou o Modernismo, ou que ele foi o Mário de Andrade do século XIX. No sentido de “brigar” pela autonomia da língua portuguesa do Brasil, sim, ele foi um precursor. Foi um bandeirante. Mas entre Alencar e Mário há diferenças imensas. Fiquemos apenas com duas: Mário foi mais pesquisador, Alencar foi mais intuitivo. Mário conseguiu levar o escritor brasileiro a, aos poucos, libertar-se do passadismo. Alencar, não, bradou por uma língua “menos passadista”, mas foi contraditório e, ele próprio, praticava o passadismo, como suas justificativas, para os “erros” dos quais foi condenado, revelam¹⁴. Alencar fez um trabalho meio quixotesco, sozinho, sem nem ao menos um Sancho Pança.

Além do mais, depois de Alencar veio Machado de Assis.

Machado e Alencar eram amigos, distantes, é certo, porque Alencar não era de amizades. Lira Neto (2006, p. 137) conta como os dois se conheceram, diz que José de Alencar publicou, como diretor do *Diário do Rio de Janeiro*, no dia 7

¹⁴ Bechara (2001) não concorda com as posições aqui defendidas, mas seu artigo mostra quanto Alencar permaneceu ligado ao português clássico. Com os mesmos textos aqui analisados, mas não tomados sistematicamente, Bechara desenvolve raciocínio diverso deste aqui apresentado. Também Melo (1972), ocupa-se em mostrar o quanto Alencar foi “correto” em sua linguagem literária (com o que não nos ocupamos aqui), mas afirma que “é preciso distinguir entre a *posição teórica* de Alencar e a *posição prática*, isto é, examinar as suas *ideias* a propósito da questão e observar *como* ele escreveu, *como* ele usou a língua culta.”. Em se tratando de Alencar, vale a polêmica.

de fevereiro de 1856, o primeiro poema de Machado. O próprio Machado conta esse encontro no texto *A estátua de José de Alencar*, em que diz: “A sensação que recebi no primeiro encontro pessoal com ele foi extraordinária; creio agora que não lhe disse nada, contentando-me de fitá-lo com olhos assombrados do menino Heine ao ver passar Napoleão.”.

Machado acompanhava a carreira de Alencar e o apoiava, comparecendo às apresentações de suas peças e trocando ideias, de vez em quando, com ele. Também, fazendo-lhe críticas, amenas, como registra Lira Neto. No famoso texto *Notícia da atual literatura brasileira – Instinto de nacionalidade*, de 24 de março de 1873, Machado elogia Alencar, quando, tratando do teatro, diz: “Apareceram então os dramas e comédias do Sr. José de Alencar, que ocupou o primeiro lugar na nossa escola realista e cujas obras *Demônio familiar* e *Mãe* são de notável merecimento.”. O teatro de Alencar é também assunto da crítica de Machado em 1866, no Diário do Rio de Janeiro. No mesmo jornal, em 23 de fevereiro de 1866, Machado elogiou *Iracema*,¹⁵ dizendo que o livro era “um poema em prosa”, embora tivesse dito que o poema havia perdido força na forma de romance. E, temeroso dos melindres do autor, que ele conhecia, finalizou a crítica pedindo que Alencar não parasse de escrever, como prometera, se o público não reagisse bem, ou não reagisse, ao romance recém-publicado. Mas *Iracema* foi um sucesso de público e de crítica, à exceção daquelas que lhe condenaram a linguagem, como mostramos. E as críticas de Machado eram econômicas.

No *Instinto de Nacionalidade* vemos que Machado de Assis dialoga com tudo o que se falava na época sobre a língua. *A língua*, inclusive, é o item final do texto. Em uma página, o autor passa em revista toda a discussão linguística que tinha curso na época, respondendo às dúvidas que iam ficando no ar. Sua posição fica clara na primeira frase: “En-

¹⁵ Texto também publicado em Machado de Assis - Obra Completa, vol. III, p. 848.

tre os muitos méritos dos nossos livros nem sempre figura o da pureza da linguagem”. Depois, põe-se atualizado com o fato da “variação” temporal e social da linguagem¹⁶ e nega o apego ao passadismo, embora declare ser favorável à leitura dos clássicos e ao aproveitamento do que têm a oferecer ao escritor.¹⁷ Quanto ao aproveitamento da linguagem corrente é bastante restritivo, mas deixou clara a sua opinião de que o escritor não deve incorporar todas as nuances do uso corrente da língua.¹⁸

Dentre tantas afirmações de Machado sobre assuntos que interagem claramente com a discussão que se desenrolava com Alencar e seus contendores, uma, em especial, denuncia esse dialogismo: o fato de ser Alencar um “fabricante de livros”¹⁹. Machado dá o seguinte conselho aos jovens:

Outra coisa que eu quisera persuadir a mocidade é que a precipitação não lhe afiança muita vida aos seus escritos. Há um prurido de escrever muito e depressa; tira-se disso glória, e não posso negar que é caminho de aplausos. (...) Faça muito embora um homem a volta ao mundo em oitenta dias; para uma obra-prima do espírito são precisos alguns mais.

As características da literatura brasileira arroladas por Machado, para concluir sua análise sobre a literatura brasileira até aquela época, revelam, de um lado, suas posições

¹⁶ “Não há dúvida que as línguas se aumentam e alteram com o tempo e as necessidades dos usos e costumes”.

¹⁷ “Querer que a nossa língua pare no século de quinhentos, é um erro igual ao de afirmar que sua transplantação para a América não lhe inseriu riquezas novas.”

¹⁸ “A influência popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrário, ele exerce também uma grande parte de influência a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão”.

¹⁹ Não tratamos de críticas dessa natureza neste trabalho porque não há conexão direta com o problema da língua.

diante da literatura e da língua, e, de outro, denunciam sua opinião, também sobre Alencar, não somente pelos adjetivos positivos como pelos negativos que lhe atribui. No cenário da época, a estrela era Alencar, além disso, seus defeitos mais comuns ficaram conhecidos do público pelas polêmicas divulgadas nos jornais. Ouçamos a voz de Machado e vejamos resumidas as críticas aqui comentadas:

Viva imaginação, delicadeza e força de sentimentos, graça de estilo, dotes de observação e análise, ausência às vezes de gosto, carência às vezes de reflexão e pausa, *língua nem sempre pura, nem sempre copiosa, muita cor local*, eis aqui por alto os defeitos de as excelências da atual literatura brasileira, que há dado bastante e tem certíssimo futuro.

As opiniões de Machado de Assis nesse trecho de avaliação da literatura da época não deixam dúvidas de que o projeto literário de Alencar não teria sequência.

BIBLIOGRAFIA

- ASSIS, Machado. *Machado de Assis – obra completa* (vol. III). Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1986.
- BAKHTIN, Mikail. *Estética da criação verbal*. Tradução do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo : Martins Fontes, 1992. [1979, Moscou]
- BECHARA, Evanildo. José de Alencar e a língua do Brasil. *Revista Brasileira*, Jul./Ago./Set., Ano VII, 2001.
- LEITE, Marli Quadros. *Metalinguagem e discurso – a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo : Humanitas, 1999.
- LEROY, Maurice. *As grandes correntes da linguística moderna*. 2. ed. Trad. Izidoro Blikstein et al. São Paulo : Cultrix, 1982.
- LIRA NETO. *O inimigo do rei*. Uma biografia de José de Alencar, ou uma mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil. São Paulo : Globo, 2006.

- MELO, Gladstone Chaves de. *Alencar e a "língua brasileira"*. 3. ed. Conselho Federal de Cultura, 1972.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1820/1920 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978.
- _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1981.
- _____. A contribuição de Alencar para uma expressão brasileira. In: José de Alencar: sua contribuição para a expressão brasileira. Edições Cadernos da Serra, Col. Imbuí, Ensaios e Crônicas, n. 4. s/d e s/l.
- RIBEIRO, João. A língua nacional - notas aproveitáveis. São Paulo : Monteiro Lobato & Cia, 1921.
- SILVA NETO, Serafim da. *A língua portuguesa no Brasil - problemas*. Rio de Janeiro : Acadêmica, 1960.
- _____. *História da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro : Presença, 1986b. [1ª ed. 1957]
- _____. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro : Presença, 1986a. [1ª ed. 1950]

FONTES

- ALENCAR, José (1865). Poscrito. Diva, perfil de mulher. 4. ed. Rio de Janeiro : Garnier, 1891, p. 193-215. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p. 55-67.
- ALENCAR, José (1870). Pós-escrito (à 2ª ed. de Iracema). Iracema. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1965, p. 161-181. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p. 67-86.
- ALENCAR, José (1872). Bênção paterna. Sonhos d'Ouro. 2. ed. São Paulo : Melhoramentos, s. d. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p. 86-96.

- ALENCAR, José (1873). Questão filológica. Iracema. Rio de Janeiro : José Olímpio, 1965, p. 218-240. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p.96-121.
- ALENCAR, José (1874). Nosso cancionero. O nosso cancionero. Cartas ao Sr, Joaquim Serra. Introdução e notas de Manuel Esteves e M. Cavalcanti Proença. Rio de Janeiro : Livr. S. José, 1962, p. 22-24; 27-30;53-60;61-70. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p. 122-142..
- BARROS, Domingos Borges (Visconde de Pedra Branca) (1824-1825). Brasileirismos. Introduction à l'Atlas ethnographique du globe, p. 172-75. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p. 5-7.
- DIAS, Gonçalves (1857). Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal. Estante clássica da revista da língua portuguesa. Dir. de Laudelino Freire. Rio de Janeiro : dez. de 1921, vol. VII, p. 127-132. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, p. 33-38.
- SOARES, Macedo (1860). *Diccionario brasileiro da lingua portugueza. Elucidario etymologico - critico. Palavras e phrases que, originarias do Brazil, ou aqui populares, se não encontram nos dictionarios da lingua portuguesa, ou neles vêm com forma ou signifficação differente* (1875-1888). S.l.
- VARNHAGEN (1847). Prólogo. Florilégio da poesia brasileira. Lisboa : Impr. Nacional, 1850, p. V a X e XIX a XX. In: _____. *O português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1- 1920/1945 - fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro/São Paulo : Livros Técnicos e Científicos/EDUSP, 1978, p. 19-22.

ABSTRACT: This article aims to study, within the linguistic historiography, the metalanguage of José de Alencar produced in the period of 1865 and 1870. Despite the fact that Alencar's speech is still the *founding speech* of criticism of the Brazilian Portuguese variety, the text reveals that his linguistic thought was unclear and his objective,

beyond fighting for the “Brazilian language” autonomy and independency in opposition to the European variety, was to justify and defend his own literary language.

Keywords: Brazilian Portuguese, linguistic historiography, linguistic variety, metalanguage.

GABRIELA MISTRAL: A FORMAÇÃO DA LITERATURA INFANTIL NA AMÉRICA HISPÂNICA

Sandra Trabucco Valenzuela*

RESUMO: O presente trabalho objetiva discutir aspectos da obra da escritora chilena Gabriela Mistral, ganhadora, em 1945, do primeiro Prêmio Nobel de Literatura concedido a um escritor latino-americano. Mistral é conhecida por sua poesia lírica, intimista, e por alguns poemas destinados às crianças. O trabalho aborda a trajetória da escritora, que é determinante em sua obra, para, a seguir, destacar aspectos teóricos e trechos de ensaios escritos por Mistral que apontam para os conceitos de Literatura Infantil por ela defendidos, tais como a relação do infantil com o popular, o narrador, a questão dos temas e do gosto infantil e a criança como receptor. O trabalho inclui a análise de dois poemas do livro *Ternura*, edição de 1945, de Gabriela Mistral, são eles “Invitación” e “Ronda de los colores”.

Palavras-chaves: Literatura Hispano-Americana; Literatura Infantil; Gabriela Mistral; Poesia Infantil.

GABRIELA MISTRAL E SUA OBRA

Lucila Godoy y Alcayaga, ou Gabriela Mistral (pseudônimo adotado em 1913), nasceu no norte do Chile, na pequena cidade de Vicuña, em 1889. A história e a obra de Gabriela Mistral ganhariam o mundo e, como afirmou Hjalmar Gullberg, no discurso pronunciado por ocasião da entrega do Prêmio

* Universidade Potiguar - RN; Universidade Anhembí Morumbi - SP

Nobel de Literatura a Mistral em 1945, sua história se tornaria quase uma lenda na América do Sul¹.

Trabalhando como professora em um vilarejo, deu início ao que seria, posteriormente, uma revolução na estrutura de ensino dos países latino-americanos. Desde os catorze anos, Mistral já publicava prosa e poesia em jornais de La Serena (capital da região, próxima à cidade natal da autora).

Seu primeiro reconhecimento veio em 1914 quando os seus “Sonetos de la Muerte” mereceram a premiação nos “Juegos Florales”, realizados em Santiago, incentivados pelo então Presidente da República Ramón Barros Luco. “Sonetos de la Muerte” encerram uma história de amor que Gabriela viveu entre 1907 e 1909 com o jovem ferroviário Romelio Ureta. Segundo se conta, Ureta teria tomado dinheiro da Empresa para emprestar a um amigo, certo de que logo poderia reembolsá-lo. O fato, porém, foi descoberto e, desesperado temendo perder sua honra, deu cabo de sua vida. No bolso do suicida, havia apenas uma carta para Lucila Godoy. É dessa história que resulta toda a dor presente nos “Sonetos de la Muerte” e que, sem dúvida, constitui uma marca na vida da escritora.

Em 1921, o Professor Federico de Onís da Universidade de Columbia, Nova Iorque, apresentou uma conferência no Instituto das Espanhas tendo como tema a poesia de Gabriela Mistral, até então com publicação esparsa de seus textos em jornais e livros de leitura (cartilhas de ensino básico de diversos autores, como César Bunster, Alfonso Escudero e Manuel Guzmán Maturana). Essa conferência despertou no público, formado principalmente por professores de Espanhol, o anseio de conhecer melhor a escritora. Assim, por intermédio de Federico de Onís, é publicado em Nova Iorque, 1922,

¹ MISTRAL, Gabriela. *Poesias Escollidas*. Rio de Janeiro: Delta, 1969. Col. Prêmios Nobel, p. 17.

Desolación,² um livro constituído principalmente por poemas líricos, divididos nas seções “Vida”, “La Escuela”, “Infantiles”, “Dolor” (inserem-se aqui os “Sonetos de la Muerte”), “Naturaleza”, “Prosa” e “Prosa Escolar - Cuentos Escolares”.

Em *Desolación*, destaca-se ainda o papel da mulher como “madre creadora”, como “mujer fuerte” que trabalha na terra e que se opõe à “mujer estéril”, o que introduz então o tema da “Naturaleza” e o da beleza da criação divina da paisagem natural, fundamental, segundo ela, para a formação do homem hispano-americano capaz de entender a terra que lhe pertence.

Em 1922, a convite oficial do Presidente mexicano Álvaro Obregón e do ministro da educação, mestre José Vasconcelos, Mistral segue para esse país para cooperar na reorganização do ensino básico. No México, publica o livro *Lecturas para Mujeres*³, destinado ao ensino básico feminino, no qual Mistral seleciona textos em verso e prosa de autores preferencialmente hispano-americanos, no intuito de, como ela própria afirma na Introdução, abordar temas como justiça social, trabalho e natureza, incluindo neste último aspectos geográficos, históricos e de ciências naturais, caracterizando a obra como de “índole hispano-americanista”⁴. A etapa vivenciada no México é fundamental para a compreensão do americanismo mistraliano, pois deu-se ali um processo de aprendizagem diária na busca da identidade hispano-americana ou, como ela muitas vezes preferia dizer, da “identidad indoamericana”. Mistral moldou uma concepção mais ampla da América, convencendo-se de que a educação seria a única possibilidade para melhorar as condições de vida do povo. Essa educação partiria de um princípio básico: o desenvolvimento do *americanismo*. Assim Mistral encontrou no governo da revolução mexicana a primeira tentativa de educar a par-

² MISTRAL, G. *Desolación*. Nova Iorque: Instituto de las Españas en los Estados Unidos, 1922. 248 p.

³ MISTRAL, G. *Lecturas para Mujeres*. México: Porrúa, 1988.

⁴ Idem. p. XVI.

tir da realidade americana, tomando a escola rural (ensino básico) como ponto de inicial para a “civilidade”. Afirma Mistral no prólogo de *Lecturas para Mujeres* a honra pelo convite para participar nesta empresa educativa, que só encontra paralelo na obra de Sarmiento:

No doy a las comisiones oficiales valor sino por la mano que la otorga, y he trabajado con complacencia bajo el Ministerio de un Secretario de Estado cuya capacidad, por extraña excepción en los hábitos políticos de nuestra América, está a la altura de su elevado rango, y, sobre todo, de un hombre a cual las juventudes de nuestros países empiezan a señalar como al pensador de la raza que ha sido capaz de una acción cívica tan valiosa como su pensamiento filosófico. Será en mí siempre un sereno orgullo haber recibido de la mano del licenciado señor Vasconcelos el don de una escuela en México y la ocasión de escribir para las mujeres de mi sangre (...).⁵

Com base nos 55 poemas publicados nos *Libros de Lectura e El Lector Chileno*⁶, de Manuel Guzmán Maturana – muitos destes poemas integraram a primeira edição de *Desolación* –, Mistral publica em Madri, 1924, o livro de poemas infantis *Ternura*,⁷ que consiste nos poemas da seção “Infantiles”, de *Desolación*, acrescidos de alterações na pontuação e na ortografia. Planejado desde 1915, *Ternura* é a obra que Gabriela Mistral escreveu desde a juventude e a qual nunca considerou acabada.

Auxiliada por Victoria Ocampo, Mistral publica em Buenos Aires, 1938, *Tala*⁸, obra em que Mistral demonstra ter incorporado culturas e geografia da América numa seção

⁵ SARAMATAN, Marta Elena. *Los Días y los Años de Gabriela Mistral*. Puebla, México: Cajica, 1973.

⁶ GUZMÁN MATORANA, M. *El lector chileno. Libros de Lecutra*. 1905. Cartilhas utilizadas nas escolas públicas de ensino básico no Chile

⁷ MISTRAL, G. *Ternura*. Madrid: Saturnino Calleja, 1924.

⁸ MISTRAL, G. *Tala*. Buenos Aires: Sur, 1938.

específica, intitulada “América”, formada por cinco cantos ao “estilo”, como reitera Mistral, “de Rubén Darío”, nos quais exalta a fecundidade da terra, a integração harmônica entre os indígenas e a natureza, a geografia e costumes autóctones.

Em *Tala*, por exemplo, Mistral chega a mesclar a mitologia clássica e a religiosidade dos aborígenes da América. Segundo Montes e Orlandi, Gabriela se refere à religião primitiva como se pertencesse a ela, participasse de suas crenças e de seus ritos⁹.

De vida errante desde a sua primeira permanência no México, e exercendo desde 1932 cargos diplomáticos em diversas partes do mundo, Mistral residia no Brasil, na cidade de Petrópolis, ao receber a notícia de que sua obra havia sido agraciada com o Prêmio Nobel de Literatura de 1945, tornando-se o primeiro escritor latino-americano a receber essa honraria. No mesmo ano, chocada pela morte violenta e misteriosa de seu sobrinho Yin Yin, a quem ela criara como filho, Mistral traslada-se então do Brasil para uma pequena cidade da Califórnia, Estados Unidos, tendo ali permanecido até seu falecimento em janeiro de 1957.

Em 1945, Gabriela Mistral lança em Buenos Aires uma nova edição de *Ternura*¹⁰, bastante modificada em relação à anterior, incluindo o texto “Colofón con cara de excusa”, que, a pedido do editor, foi escrito para explicar o seu *Ternura*. A intenção primeira de “Colofón con cara de excusa” é “desculpar-se” ante o leitor pela alteração de alguns poemas que já nesse momento eram muito conhecidos do público (principalmente o infantil) – “Esta ingenuidad un poco grotesca de corregir unos versos que andan en boca de tantos, me durará hasta el fin”¹¹ – bem como pela repetição dos mesmos nesta nova edição, embora acrescida de outros.

⁹ MONTES, Hugo; ORLANDI, J. *Historia de la literatura chilena*. Santiago: Zigzag, 1974. p. 92-3.

¹⁰ MISTRAL, G. *Ternura*. Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1965. 8 ed. Colección Austral.

¹¹ Idem, *ibid.* p. 23.

Em “Colofón con cara de excusa”, Mistral expõe de forma sucinta seus conceitos sobre a literatura infantil, sempre ligando a questão ao colonialismo europeu que terminou por gerar um

grupo de los mal aventurados que nacieron sin edad patriarcal y sin Edad Media (...) (de) rostro y expresión conturbados e irregulares, a causa del injerto (...); (...) esa cosa torcida que se llama una experiencia racial, mejor dicho, una violencia racial.¹²

Sua recusa em aceitar uma transferência absoluta dos valores espanhóis bem como a impossibilidade de se ressuscitar uma poesia nativa sob pena de inadequação ao mundo hispano-americano do momento, encaminha-a de certa maneira a buscar um consenso entre ambas as posições.

Durante a permanência de Gabriela no México, escreve o artigo “El Presidente Obregón y la situación de México”, no qual se refere às experiências realizadas naquele país como de grande transcendência, pois conseguem realizar uma síntese das ideias pedagógicas em voga na época. O que é mais louvável, porém, é

su esfuerzo en favor de la enseñanza del indio, la preponderancia de la educación primaria sobre la universitaria y la índole radicalmente práctica con la que se busca hacer de México un nación industrial de primer orden. (...) El movimiento educacional en México, el esfuerzo de cultura estupendo que significa un presupuesto aumentado en siete o diez veces superior al de guerra, son cosas que hacen volverse con respeto a la Argentina, Brasil y Centroamérica, hacia el calumniado país en el que sólo se quería ver una especie de histerismo político, sin el sentido social y hondamente humano, que tenía la agitación revolucionaria.¹³

¹² Idem, *ibid.* p. 24-5.

¹³ MISTRAL, G. *Croquis Mexicanos*. Cidade do México: 1957. Ed. chilena: Santiago: Nascimento, 1979.

Em 1954, Mistral publica *Lagar*¹⁴, último livro editado em vida. Aqui, Gabriela atinge um alto grau de despojamento retórico, valendo-se da musicalidade e da diversidade de acentos e ritmos. Mistral consolida com *Lagar* um processo que pode ser constatado desde *Desolación* e que prossegue em *Tala*: a desintegração da matéria¹⁵.

Em *Lagar*, o indigenismo revela-se, entre outros, em “Noel indio” e “Procesión india”, sendo este último um sincretismo entre o cristão e o aborígine. “Procesión india”, como o nome já diz, é uma procissão ao longo do continente americano, na qual são incorporados além dos diferentes costumes indígenas, também elementos climáticos, de vegetação, da terra e de seus animais, num tom de oração que se estende à eternidade.

*Poema de Chile*¹⁶ é lançado postumamente em 1967, incluindo alguns poemas já conhecidos em *Tala* e *Lagar*, mas que ganham uma nova significação, dada a estrutura trabalhada neste livro. *Poema de Chile* é um livro de poemas que relata a aventura de uma viagem de norte a sul do Chile, de um indiozinho e um *huemul* (pequeno cervo, símbolo nacional do Chile) guiados por uma voz feminina (“Mama”) que, como a criança e o *huemul*, são elementos fantasmáticos que revisam geografia, história e mitos autóctones chilenos. Inse-re-se neste livro uma re-criação da Pátria Chilena, constituindo uma homenagem à sua terra natal, a qual Mistral sempre cantou e amou, mesmo residindo desde 1922 no exterior.

Em prosa, Mistral editou, em 1950, *Poemas de las Madres*¹⁷, que provinha da primeira edição de *Desolación*; em 1957 é lançado *Croquis Mexicanos*¹⁸, reunião dos ensaios escritos ao longo de sua permanência de dois anos no México;

¹⁴ MISTRAL, G. *Lagar*. Santiago: Editorial del Pacífico, 1954

¹⁵ SANTANDREU, Cora. “Homenaje a Gabriela Mistral”. In: *ANALES DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE*. Santiago: Universidad de Chile, 1957. p. 125.

¹⁶ MISTRAL, G. *Poema de Chile*. Barcelona: Pomaire, 1967.

¹⁷ MISTRAL, G. *Poema de las Madres*. Santiago: 1950.

¹⁸ Idem. *Croquis Mexicanos*. Op. cit.

em 1965 é publicado *Motivos de San Francisco*¹⁹; em 1958 é lançada uma coletânea de “recados” sob o título *Recados Contando a Chile*²⁰. Em 1978, são recopiladas por Fernández Larrain *Cartas de Amor de Gabriela Mistral*²¹; a partir de 1978, Roque Esteban Scarpa reúne artigos esparsos e organizam diversos volumes, entre eles *Magisterio y Niño*, *Grandeza de los Oficios*, *Gabriela Mistral Piensa en...* e *Elogio de las Cosas de la Tierra*²², entre outros.

Muitas são as edições que apresentam antologias; dentre elas a mais destacada é *Poesías Completas*²³, prefaciada por Esther de Cáceres, que é comumente citada pelos diversos estudiosos da obra mistraliana.

O INFANTIL E O POPULAR

A identificação da literatura infantil com a literatura popular e, por extensão, com o folclore, é amplamente aceita e trabalhada. Exemplo disso é também *Alice no país das maravilhas*, de Lewis Carroll, cujas canções, como sustenta J. Held²⁴, que marcam e dão ritmo à narrativa, são inspiradas no folclore infantil dos *nursery rhymes* e do *nonsense* anglo-saxão.

¹⁹ Idem. *Motivos de San Francisco*. Santiago: 1965

²⁰ Idem. *Recados contando a Chile*. Seleção, prólogo e notas de Alfonso M. Escudero. Santiago: Pacífico, 1957. Obras Selectas IV.

²¹ Idem. *Cartas de Amor de Gabriela Mistral*. Introd., recopilación e notas de Sergio Fernández Larrain. Santiago: Andrés Bello, 1978.

²² Idem. *Elogio de las Cosas de la Tierra*. Pról. Roque Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1979. MISTRAL, G. *Gabriela Anda por el Mundo*. Seleção e prólogo de R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1978. MISTRAL, G. *Gabriela Piensa en ...*. Pról. R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1978. MISTRAL, G. *Grandeza de los Oficios*. Pról. R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1979. MISTRAL, G. *Magisterio y Niño*. Pról. R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1979.

²³ Idem. *Poesías Completas*. Madrid: Aguilar, 1962.

²⁴ HELD, Jacqueline. *O imaginário no poder*. São Paulo: Summus, 1980. p. 29

Portanto, é também do domínio das literaturas infantil e popular a presença do maravilhoso, da fábula, dos mitos ou lendas, carregadas de elementos metafóricos capazes de uma comunicação mais direta com o pensamento mágico infantil e popular.

Muitas obras escritas para adultos ganharam pouco a pouco espaço dentro do rol dos livros prediletos na literatura infantil. Algumas delas, como aponta Cecília Meireles²⁵, do início do séc. XVI, são *Robinson Crusoe*, de Defoe, e *As Viagens de Gulliver*, de Swift. Elementos comuns a tais obras são a popularidade e a exemplaridade²⁶. Algumas, a princípio clássicos inclusive do meio culto, foram popularizadas através de adaptações enquanto outras já se engendravam num meio popular, divulgando-se amplamente seja na forma de leitura, narrativas orais, ou, ainda, por meio de sua musicalização. Essa literatura popular visava primeiramente perpetuar e disseminar padrões ou valores que deveriam ser respeitados e incorporados pelos indivíduos de uma comunidade. Vale dizer ainda que a literatura infantil como tal, ou seja, escrita especificamente para crianças surgiu somente a partir do séc. XVII, inspirada em narrativas populares com intenções basicamente exemplares.

Citando Nelly Novaes Coelho, associamos a mentalidade popular e a infantil identificando-as

entre si por uma consciência primária na apreensão do eu interior ou da realidade exterior (seja o 'outro', seja o 'mundo'). Isto é, o sentimento do eu predomina sobre a percepção do outro (= seres ou coisas do mundo exterior). Em consequência, as relações entre o 'eu' e o 'outro' são estabelecidas, basicamente, através da sensibilidade, dos sentidos e/ou das emoções.

²⁵ MEIRELES, Cecília. *Problemas de Literatura Infantil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 34.

²⁶ COELHO, N. Novaes. *Literatura infantil*. São Paulo: Quíron, 1979. p. 21.

Em outras palavras, no povo (ou no homem primitivo) e na criança, o Conhecimento da realidade se dá através do sensível, do emotivo, da intuição... e não através do racional ou da inteligência intelectual (...).²⁷

Devemos lembrar ainda que, na sociedade antiga, a criança não tinha um espaço especial, ela trabalhava e vivenciava ao lado do adulto todas as experiências da vida natural, ou seja, nascimento, amor, morte e doenças. Assim, nas palavras de Dieter Richter,²⁸ a criança compartia também de festas, jogos, toda sorte de ritos religiosos, celebrações, além de participar das narrações de histórias. Dessa forma, transmitiam-se também as tradições culturais igualmente para adultos e crianças.

A exemplaridade é outro aspecto peculiar a ambas as literaturas, visto que é através dela que o autor pretende estabelecer e reafirmar valores humanos, sociais, éticos, políticos etc. expressos por intermédio de “verdades gerais”, isto é, verdades que se aplicam às mais diversas circunstâncias. Essas narrativas exemplares foram em muitos casos recolhidas da tradição oral e perpetuadas por escrito mais tarde. Como exemplo, podemos citar *El Conde Lucanor* (séc. XII) de D. Juan Manuel, bem como as fábulas de La Fontaine ou os contos dos irmãos Grimm.

Procede então a discussão se a literatura infantil é considerada obra pedagógica ou obra literária, considerando o momento histórico-literário em que a questão se coloca. Uma definição de literatura infantil levantada por Marc Soriano indica sua “tarefa de alegrar, divertir ou emocionar o espírito de seus pequenos leitores ou ouvintes”, levando-os “de maneira lúdica, fácil, a perceberem e a interrogarem a si mesmos e ao mundo que os rodeia, orientando seus interesses,

²⁷ Idem. p. 21.

²⁸ Richter citado em: ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. Rio de Janeiro: Global, 1987. p.44.

suas aspirações, sua necessidade de auto-afirmação ou de segurança, ao propor objetivos, ideais ou formas possíveis (ou desejáveis) de participação social”.²⁹

Até o início do séc. XX, era uma sociedade tradicional de raiz romântica, consolidada no séc. XIX, quem delineava os rumos da educação e da literatura infantil. Este conceito de literatura infantil ainda mantém um predomínio da Pedagogia, utilizando expressões como “orientando seus interesses”, ou “propor objetivos, ideais ou formas possíveis (ou desejáveis) de participação social”. Segundo esta definição, apresentada em um estudo já atualizado sobre a matéria, não podemos considerar como literatura infantil manifestações puramente artísticas, sem intenções pedagógicas, que não se obriguem a cumprir tais “objetivos”, visando apenas o prazer estético que uma criança, como ser sensível que é, pode sem dúvida desfrutar.

Retomamos novamente Novaes Coelho ao apontarmos, de maneira geral, os preceitos que regiam (ou, alguns ainda regem) o modelo de uma sociedade cristã-liberal-burguesa-capitalista-patriarcal: crença indiscutível no Poder e no Saber da autoridade; sistema social de classes; hierarquização da sociedade refletida também no lar; moral dogmática, maniqueísta, de caráter religioso; sociedade sexófoba; pragmática; racista; a criança era vista como um “adulto em miniatura”, e cujo período de imaturidade deveria ser encurtado ao máximo.

A enumeração desses itens nos permite imaginar o panorama tanto da Educação como da literatura infantil no qual se inseriram as contribuições de Gabriela Mistral na área infantil, considerando ainda que foi somente com os avanços da Psicologia e a consagração da Escola Nova como método de ensino que a literatura infantil vai adquirindo em definitivo seu status dentro dos estudos literários.

²⁹ Citado por Novaes Coelho, op. cit., p. 21.

LEITURA DE DOIS POEMAS DE *TERNURA*, DE *GABRIELA MISTRAL*

Somente em 1945, Buenos Aires, Mistral publica uma nova edição de *Ternura*³⁰, dedicada à mãe da poeta. Suas 190 páginas dividem-se em sete seções, a saber: Canciones de Cuna, Rondas, La Desvariadora, Jugarretas, Cuenta-Mundo, Casi Escolares e Cuentos.

A segunda seção de *Ternura*, Rondas, é formada por 15 composições que, como o título da seção já aponta, caracterizam-se formalmente por seu cunho popular. As canções de roda são acompanhadas invariavelmente por ritmos e andamentos marcantes que, por sua vez, estimulam o desempenho corporal, desenvolvendo coordenação motora e motricidade ampla.

Retomando a história, como anota Gino Stefani³¹, verifica-se nas culturas orais que a intermediação entre a palavra e a música dá-se por uma série de práticas intermediárias que cumprem funções sociais específicas, como a fala do pregador, o grito dos vendedores ambulantes, recitações de oradores, atores e poetas populares e, em especial, cantigas de celebrações litúrgicas ou de organização de trabalhos coletivos. O ritmo é um dos elementos fundamentais que marcarão a música e a poesia popular.

Câmara Cascudo³² assegura que a roda teria sido a primeira dança humana, expressão religiosa instintiva, oração inicial pelo ritmo, bailada ao redor de um ídolo. Muitos vestígios das pegadas em círculo em cavernas francesas e espanholas que datam do Paleolítico atestam já nessa época sua importância cultural. Com o movimento simples e uniforme da roda, possivelmente com um sacerdote ao centro, dirigindo o culto e animando o compasso, ao redor de esculturas

³⁰ MISTRAL, G. *Ternura*, 1945. Op. cit.

³¹ STEFANI, G. *Para entender a música*. Rio Janeiro: Globo, 1987. p. 48.

³² CÂMARA CASCUDO. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1988. p. 676 e s.

que simbolizariam bisões e renas, bailaram os caçadores, em súplica à abundância de presas e pela mira certa das lanças e dardos de pontas de pedra lascada, numa mescla de dança, poesia e religiosidade.

As cantigas de roda são herdeiras da tradição oral que une poesia e música, e assume uma função incitativa, onde o ritmo, como afirma Mário de Andrade em seu *Pequena História da Música*, opera como elemento socializador. As canções de roda terminam, então, por unir seus participantes incitados pelo valor sonoro das composições que implicam também, de forma consciente, a prática de movimentos corporais. Em geral, cada trabalho possuía variedades específicas de cantos: os cantos de trabalho, por exemplo, tratavam de expressões musicais primárias e simples constituídas por onomatopeias como *ei!*, *ai!*, *ó!*, *hum!*, interjeições de estímulo e reforço.

Como brincadeira, a roda é uma atividade apreciada por crianças até a pré-adolescência, idade em que se revela a racionalidade alicerçada no longo adestramento motriz e perceptivo.

“Invitación” é o primeiro poema da seção Rondas³³, composto por duas quadras de versos eneassílabos, de ritmo jâmbico, forma comum de canções populares e que ganhou novo fôlego com os modernistas.

INVITACIÓN

Qué niño no quiere a la ronda que está en las colinas venir?
Aquellos que se rezagaron se ven por la cuesta subir.

Vinimos buscando y buscando por viñas, majadas, pinar,
y todos se unieron cantando, y el corro hace el valle
blanquear...

³³ MISTRAL, G. *Ternura*, 1945. Op. cit.

O enunciador é uma criança que convida outras a participarem do jogo. Nesta estrofe, o enunciador vale-se de um discurso direto ao enunciatário (no qual pode incluir-se também o ouvinte/leitor), estendendo seu convite através do recurso formal do uso do travessão.

A primeira estrofe consiste na chegada das crianças à colina, espaço mágico de realização de roda. Simbolicamente, a colina representa a primeira manifestação da criação do mundo.

A união das crianças formando um círculo que, por sua vez, gira ao sabor da cantiga, ganha também o movimento descendente na segunda quadra, na medida em que vai “buscando y buscando por viñas, majadas, pinar”. Esse movimento circular é reiterado no primeiro verso da segunda estrofe pela repetição do verbo “buscar” bem como pelo uso do gerúndio que imprime movimento à ação. A consagração dessa união entre elementos da natureza, crianças e canto, termina, no último verso, por deixar o vale “branco”. O vale é o lugar das transformações fecundantes, onde a terra e a água do céu se encontram, representando um conagraçamento de Deus com a alma do homem no intuito de dar as revelações. A pureza, simbolizada pelo branco, cobre o vale. As reticências finais do poema reiteram a sua não-conclusão, sua reciclagem e circularidade.

“Ronda de los colores” é um vilancico escrito em 11 estrofes, cujas oito quadras são formadas por versos octossílabos e os três dísticos, em hexassílabos.

O vilancico é uma forma poemática semelhante à dança provençal que se destacou na Idade Média como a mais típica canção popular. O vilancico divide-se em duas partes: estribilho e pé. O estribilho compõe-se de um dístico inserido a cada duas quadras do poema. Distinguindo-se da forma tradicional, que varia entre seis ou sete versos em cada estrofe, temos, neste poema, um vilancico louvando as cores, cujo pé é formado por estrofes de quatro versos.

O enunciador vale-se do azul, verde, vermelho e amarelo para celebrar as cores. As diversas simbologias destas quatro cores, a partir das culturas, permitem uma ampla gama de possibilidades de leitura.

RONDA DE LOS COLORES

Azul loco y verde loco del lino en rama y en flor. Mareando de oleadas baila el lindo azuleador.

Cuando el azul se deshoja, sigue el verde danzador; verde-trébol, verde-oliva y el gayo verde-limón.

– ¡Vaya hermosura! – ¡Vaya el Color!

Rojo manso y rojo bravo – rosa y clavel reventón –. Cuando los verdes se rinden, él salta como un campeón.

Bailan uno tras el otro, no se sabe cuál mejor, y los rojos bailan tanto que se queman en su ardor.

– ¡Vaya locura! – ¡Vaya el Color!

El amarillo se viene grande y lleno de fervor y le abren paso todos como viendo a Agamenón.

A lo humano y lo divino baila el santo resplandor: aromas gajos dorados y el azafrán volador.

– ¡Vaya delirio! – ¡Vaya el Color!

Y por fin se van siguiendo al pavo-real del sol, que los recoge y los lleva como un padre o un ladrón.

Mano a mano con nosotros todos eran, ya no son: ¡ El cuento del mundo muere al morir el Contador!

Em “Ronda de los colores”³⁴, a força da natureza revela-se pela explosão das cores. Inicialmente o azul e o verde, consideradas cores frias, pintam o cenário composto do azul

³⁴ MISTRAL, G. *Ternura*, 1945. Op. cit.

do céu e da água e o verde da vegetação. Na segunda estrofe, o verde ganha mais movimento, unindo-se a substantivos que dão nome a plantas para identificar os diversos tons de verde na natureza e a riqueza vegetal. Assim, enquanto o mar exhibe em suas ondas diversos tons de azul, as plantas dão vida à gama de verdes, principiando por um escuro, terminando em um claro. Segue-se então o estribilho de exaltação à cor, mantendo as rimas assonantes nos versos pares desde a primeira estrofe.

O vermelho é a cor seguinte a ser destacada, tanto em sua tonalidade intensa como em uma clara, adjetivando botões de rosa e cravo. O verde e o vermelho unem-se para formar a flor. Estas duas cores, no espectro, constituem cores complementares, criando, pelo contraste, luz e sombra. Esse contraste, introduzido na pintura por Delacroix, provoca um forte impacto visual³⁵, motivando o estribilho.

As duas quadras seguintes destinam-se ao amarelo, cor que representa simbolicamente o ouro, a terra e a carne dos imortais. Como o vermelho, o amarelo é uma cor quente, que encerra a força vital do sol. A alusão a Agamênon revela a energia da cor associada à grandeza do herói grego.

A oitava estrofe incorpora o caráter humano e divino que as cores, a natureza e a roda das crianças (os enunciadores) sustentam. Essa transposição das fronteiras entre o humano e o divino, auxiliado por recursos olfativos da própria natureza (“aromas” é uma acácia cuja flor exala um forte perfume) e a capacidade de “voar” do açafreão, despertam a sensação de delírio, como aponta o estribilho.

As duas últimas estrofes marcam o fim do dia e, em consequência, o fim do colorido, que só existe graças à luz do sol. “Pavo-real” (pavão) é a imagem associada ao sol, o qual, como o pavão, abre seu leque de raios luminosos e coloridos.

³⁵ PARRAMÓN, J. M. *El gran libro de la acuarela*. Barcelona: Parramón, 1984. p. 117.

A tradição cristã assume o pavão como símbolo da roda solar e, por extensão, torna-se um signo de imortalidade. A cauda, por sua vez, evoca o céu estrelado, o que justifica, ao final da décima estrofe, a ação de recolhimento que o “pavo-real del sol” realiza, “guardando” os raios de luz como um “pai” ou um “ladrão”. Raras vezes a figura paterna aparece na poesia mistraliana. Aqui, porém, este “pai” associa-se ao sol, portanto, a uma figura divina de caráter masculino. A seguir, este pai torna-se um “ladrão”, roubando às crianças o colorido oferecido pela luz de que ele próprio dispõe, e a possibilidade de continuar dançando e cantando.

Na última estrofe, a noite finalmente chega e o que era cor, já não existe, pois perdeu-se nas trevas, terminando assim o motivo do canto. Os dois últimos versos trazem então uma inusitada conclusão, enfatizando a necessidade da existência e resgate do contador tradicional, da narrativa oral, porque é nele que residem as tradições populares e é ele um dos responsáveis pela disseminação e prosseguimento das tradições.

Como o fim da luz do dia provoca o término daquela cantiga de roda, assim também o fim do contador representa a extinção “del cuento del mundo”, o final da tradição oral.

Mano a mano con nosotros todos eran, ya no son: ¡El cuento del mundo muere al morir el Contador!

APONTAMENTOS SOBRE O NARRADOR E A CRIANÇA COMO RECEPTOR.

Gabriela Mistral empenhou-se em resgatar a origem dos livros infantis, remontando-se à literatura oral de cunho exemplar. Para Mistral, o contador, que se revela principalmente nos relatos folclóricos:

ha de ser sencillo y hasta humilde si ha de repetir sin añadidura fábula que no necesita adobo; (...) deberá reducirlo todo a imágenes, cuando describe además de

contar, (...) deberá renunciar a lo extenso, que en la narración es más gozo de adulto que de niño; (...) procurará que su cara y su gesto le ayuden fraternalmente el relato bello, porque el niño gusta de ver conmovido y muy vivo el rostro del que cuenta. Si su voz es fea, medios hay que la eduque (...).³⁶

Para Mistral, qualquer professor de primeiras letras, verdadeiro mestre condutor de espíritos, deve necessariamente ser um bom narrador.

Devemos recordar que o narrador oral, em sua origem, era um adulto que tomava para si o encargo de contar histórias para adultos e crianças ao mesmo tempo. O bom narrador seria aquele que acumulasse experiências e guardasse um conhecimento profundo da tradição cultural de seu povo. Para poder transmitir seus relatos, era preciso, portanto, dada a diversidade de seu público, o recurso de uma expressão sem excesso de preciosismos seja na forma, no assunto, no estilo ou na apresentação. Segundo W. Benjamin, em seu ensaio “O narrador”³⁷, o narrador deve ter sabedoria e autoridade, deve saber dar conselhos, ter um senso prático e saber usar a gestualidade.

Gabriela tem muito viva a presença do narrador seja no campo ou nos centros urbanos como agente cultural divulgador do folclore, por ela definido como de beleza pura, “clásicos por encima de todos los clásicos”³⁸.

Em um artigo escrito em 1926, “La reforma educacional de Méjico”³⁹, Mistral observa a tentativa de vivificação do narrador através da inauguração da “hora do conto” nas bibliotecas infantis, prática usual nos Estudos Unidos e Ingla-

³⁶ MISTRAL, G. *Magisterio y Niño*. Op. cit. p. 97.

³⁷ BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. vol. 1.

³⁸ MISTRAL, G. *Magisterio y Niño*. Op. cit. p. 96.

³⁹ Idem, *ibid.* p. 143.

terra. No México, as bibliotecas infantis – já contando com mais de 1500 unidades em funcionamento – participavam ativamente das reformas educacionais iniciadas em 1922, tendo como uma de suas metas básicas a criação de uma “civilización rural digna de su magnífica cultura urbana”.⁴⁰

No ensaio “Visão do livro infantil”, de Walter Benjamin escrito em 1926⁴¹, Benjamin discute a visão da criança como um leitor, considerando a dificuldade em definir qual é um livro infantil, isto é, um livro destinado às crianças e que realmente seja lido e apreciado por elas:

Não são as coisas que saltam das páginas em direção à criança que as contempla - a própria criança penetra-as no momento da contemplação, como nuvem que se sacia com o esplendor colorido desse mundo pictórico. Frente ao seu livro ilustrado a criança coloca em prática a arte dos taoístas consumados: vence a parede ilusória da superfície e, esgueirando-se entre tapetes e bastidores coloridos, penetra em um palco onde o conto de fadas vive. (...) Ao inventar estórias, as crianças são cenógrafos que não se deixam censurar pelo ‘sentido’. (...) De repente as palavras vestem seus disfarces e em um piscar de olhos estão envolvidas em batalhas, cenas de amor e brigas. Assim as crianças escrevem, mas assim elas também lêem seus textos.⁴²

De acordo com Cecília Meireles, não basta que um adulto adote um tema simples, estilo e linguagem fáceis para obter sucesso ante o público infantil. O adulto nem sempre escolhe conteúdos e formas que interessem aos pequenos leitores, pois nem sempre ele é capaz de descobrir a criança que existe nele próprio, e estabelecer a partir daí uma ponte de interesse com seu leitor. Meireles só aceita a consagração de um livro infantil através – não da crítica – do uso corrente que as crianças fazem dele e, o que é ainda mais importante,

⁴⁰ Idem, *ibid.* p. 143.

⁴¹ BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

⁴² Idem, *ibid.* p. 55.

é preciso que a criança viva a sua influência, fique carregando para sempre, através da vida, essa paisagem, essa música, esse descobrimento, essa comunicação. (...) só nesses termos interessa falar de Literatura Infantil (...). A Literatura não é como tantos supõe um passatempo. É uma nutrição. A Crítica, se existisse, e em relação aos livros infantis, deveria discriminar as qualidades de formação humana que apresentam os livros em condições de serem manuseados pelas crianças. Deixando sempre uma determinada margem para o mistério, para o que a infância descobre pela genialidade da sua intuição.⁴³

Em um ensaio cheio de poesia, Mistral revela todas as suas impressões sobre a criança:

El niño es loco, y si lo es, mejor anda y mejor vive así (...). Él inventa tanto como apreende, no es verdad que lo imite todo; quien se vuelve máquina de repeticiones es el hombre hecho y derecho.(...) Ahí va, borracho de aire y de luz, con el pelo suelto como una crin, y otra vez tiene razón, porque todo se vuelve vino para unos sentidos limpios y en vacaciones.

La libertad le gusta al niño más que el comer y el beber. (...) El muy liberal goza con lo rítmico y lo contrarrítmico, y le hace gracia lo suave y lo erizado; lo que él quiere son muchas vistas, colores y sabores. (...) Para construir, lo mismo le valen piedras que cartón, y corchos, y cañas rotas. No es que no sepa escoger; bien lo sabe; es que él quiere construir a toda costa, de cualquier laya. (...) Hierve de mitos, chisporrotea de 'casos' y 'encuentros', y su mitología no le trajina los sesos sino que le cosquillea en los sentidos y le agita también las potencias. (...) El mundo visible y el otro no los tiene separados el buen sabedor. La cara de su hermanito muerto le cae a la mano, revuelta con sus juguetes; el duende le vive dentro de la hojazón de la higuera.

⁴³ MEIRELES, C. *Problemas de Literatura infantil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 277

E concluí afirmando que

Sus alegrías las ensayaremos cuarenta años después, pero, por nuestro desvío, les perdimos el rastro y ya se nos olvidó la contraseña. El salto descuidado que el niño da sobre el pájaro o el pez muerto, es el mismo que nosotros, mayorcitos, deberíamos dar sobre la muerte, cuando nos rasa la mente o la vida.⁴⁴

Numa linha psicanalítica, Bruno Bettelheim destaca o carácter animista da mente infantil, que não distingue um objeto das coisas vivas, isto é, uma pedra tem vida porque é capaz de rolar de uma montanha. Esses objetos inanimados ganham um acento mágico, através de uma alma semelhante á dos seres humanos, capazes então de sentir e comunicar sentimentos. Para a criança, não compreender a linguagem destes seres inanimados significa estar desafinados com eles, e é através dessa harmonia que a criança começa a criar sua visão de mundo⁴⁵.

Finalmente, destacamos o conceito de poesia infantil expresso por Gabriela Mistral e que, a seu entender, vem de encontro ao gosto infantil:

Una definición de la clase de poesía que el chico quiere podría ser ésta: poesía que si no se canta podría cantarse. El poema no puede ser muy largo, a menos que se trate de anécdota heroica o religiosa; ha de quedarse en cantos o porciones cabales de sentido; ha de tener los ritmos exactos como los de su arquetipo melódico y han de ser sus temas de una emocionalidad desnuda como una entraña.⁴⁶

⁴⁴ MISTRAL, G. *Magisterio y Niño*. Op. cit. p. 55 e s.

⁴⁵ BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fada*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

⁴⁶ MISTRAL, G. *Magisterio y Niño*. Op. cit. p. 279.

No artigo de 1935, “Poesía infantil y Folklor”, Mistral afirma que cada povo tem o seu próprio folclore e por isso não necessita lançar mão de outro alheio ao seu temperamento e cultura, e que por isso parecem distantes. Para ela, não há maneira mais natural de se chegar à língua arcaica e aos clássicos nacionais que conhecendo primeiro o folclore, sua música, seu ritmo, sua poesia, sua singeleza e sua “graça” (no sentido religioso da palavra).

Mistral lamenta que certo tipo de romance apareça catalogado como “leitura popular”, incluindo-se aí romances policiais e de pseudomistério, que em nada recordam aos grandes escritores destes gêneros, como Edgar A. Poe. Afirma Gabriela:

La lectura, gran dama, se nos estaría bajando a recitadora de asesinatos, de ‘misterios’ y de chistes baratos (...). Uno de los peores daños que se puedan hacer al pueblo lector tal vez sea el de primarizarlo más aún y enviciarlo en el hábito del esfuerzo mínimo, y hacer que pierda lo poco que había ganado en buen gusto, en eso que llaman ‘el paladar del alma’. El pueblo nunca puede ser promovido a dignidad verdadera al margen de la cultura, y bueno sería que él mismo supiese esto, que lo entendiese.⁴⁷

Por sua vez, vale também destacar os termos com que o poeta e escritor francês Paul Valéry, ao prefaciá-la primeira edição francesa de uma coletânea de poemas mistralianos, afirma:

Esta mujer canta al niño como nadie lo ha hecho antes que ella. Mientras tantos poetas han exaltado, celebrado, maldecido o invocado la muerte, o edificado, ahondado, divinizado la pasión del amor, pocos hay que parezcan haber meditado en el hecho trascendente por excelencia, la producción del ser vivo por el ser vivo.⁴⁸

⁴⁷ MISTRAL, G. *Magisterio y Niño*. Op. cit. p. 85.

⁴⁸ MISTRAL, G. *Poemes Choisís*. Prólogo de Paul Valéry. Paris: Stock, 1946. Tradução para o espanhol in: IGLESIAS, Augusto. *Gabriela Mistral y el Modernismo en Chile*. Santiago: Universitaria, 1949. p.388.

A importância de Gabriela Mistral no âmbito da Literatura latino-americana é inegável. Tendo percorrido e residido em diversos países, “La Extranjera” (como ela se autodenominava) deixou sementes por todos os lugares que percorreu. No Brasil, Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa são nomes que, sem dúvida, se aproximaram à poesia mistraliana, tanto em seus aspectos formais quanto temáticos. Ao lado de Delmira Agustini, Alfonsina Storni, Victoria Ocampo, Juana de Ibarburu, Esther de Cáceres, Teresa de la Parra, Cecília Meireles e Henriqueta Lisboa, Gabriela conseguiu um de seus objetivos: consagrar, ainda nas primeiras décadas de nosso século XX, uma expressão literária feminina contundente, admirada e respeitada por sua qualidade e que revelasse, cada uma à sua maneira, a riqueza, diversidade e formação da cultura latino-americana para o resto do mundo.

BIBLIOGRAFIA

- BENJAMIN, W. *Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
- BENJAMIN, W. O narrador. In: BENJAMIN, W. *Obras Escolhidas. Magia e técnica, arte e política*. 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. vol. 1.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fada*. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- CÂMARA CASCUDO. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: EDUSP/Itatiaia, 1988. p. 676 e s.
- COELHO, N. Novaes. *Literatura infantil*. São Paulo: Quíron, 1979.
- HELD, Jacqueline. *O imaginário no poder*. São Paulo: Summus, 1980.
- IGLESIAS, Augusto. *Gabriela Mistral y el Modernismo en Chile*. Santiago: Universitaria, 1949.
- MEIRELES, Cecília. *Problemas de Literatura Infantil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- MISTRAL, Gabriela. *Cartas de Amor de Gabriela Mistral*. Introd., recopilação e notas de Sergio Fernández *Croquis Mexicanos*. Cidade do México: 1957. Edição chilena: Santiago: Nascimento, 1979.

- _____. *Desolación*. Nova York: Instituto de las Españas en los Estados Unidos, 1922.
- _____. *Elogio de las Cosas de la Tierra*. Pról. Roque Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1979.
- _____. *Gabriela Anda por el Mundo*. Seleção e prólogo de R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1978.
- _____. *Gabriela Piensa en ...* Pról. R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1978.
- _____. *Grandeza de los Oficios*. Pról. R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1979.
- _____. *Lagar*. Santiago: Editorial del Pacífico, 1954
- _____. *Lecturas para Mujeres*. México: Porrúa, 1988
- _____. *Magisterio y Niño*. Pról. R. Esteban Scarpa. Santiago: Andrés Bello, 1979.
- _____. *Motivos de San Francisco*. Santiago: 1965
- _____. *Poema de Chile*. Barcelona: Pomaire, 1967.
- _____. *Poema de las Madres*. Santiago: 1950.
- _____. *Poesías Completas*. Madrid: Aguilar, 1962.
- _____. *Poesías Escolhidas*. Rio de Janeiro: Delta, 1969. Col. Prêmios Nobel.
- _____. *Recados contando a Chile*. Seleção, prólogo e notas de Alfonso M. Escudero. Santiago: Pacífico, 1957. Obras Selectas IV.
- _____. *Tala*. Buenos Aires: Sur, 1938.
- _____. *Ternura*. Madrid: Saturnino Calleja, 1924.
- _____. *Ternura*. Buenos Aires: Espasa Calpe, 1945.
- MONTES, Hugo; ORLANDI, J. *Historia de la literatura chilena*. Santiago: Zig-zag, 1974.
- PARRAMÓN, J. M. *El gran libro de la acuarela*. Barcelona: Parramón, 1984.
- SANTANDREU, Cora. "Homenaje a Gabriela Mistral". In: *Anales de la Universidad de Chile*. Santiago: Universidad de Chile, 1957.
- SARAMATAN, Marta Elena. *Los Días y los Años de Gabriela Mistral*. Puebla, México: Cajica, 1973.
- STEFANI, G. *Para entender a música*. Rio Janeiro: Globo, 1987. p. 48.
- ZILBERMAN, R. *A literatura infantil na escola*. Rio de Janeiro: Global, 1987.

ABSTRACT: The present work aims at to discuss aspects of the Chilean writer's Gabriela Mistral work, winner in 1945 of the first Nobel Prize in Literature granted to a Latin-American writer. Mistral is known by her lyrical poetry, and for some poems destined to children. The work approaches the writer's path, seeking to evidence theoretical aspects and passages of essays written by Mistral that point to the concepts of Children's Literature, as the connection between the childish and the popular, the narrator, the subject of the themes and the preferences, as well as and the child as receptor. The work includes the analysis of two poems of the book *Ternura*, edition of 1945, of Gabriela Mistral: "Invitación" and "Ronda de los Colores".

Keywords: Hispanic American Literature; Children's Literature; Gabriela Mistral; Children's Poetry.

A VITALIDADE DA RETÓRICA: ATRAVESSANDO OS SÉCULOS

Lineide Salvador Mosca*

RESUMO: A reflexão sobre a Retórica ao longo de sua trajetória e com vistas a uma avaliação de sua atualidade toca de perto à questão de sua natureza, de seus limites e alcance. Diversas funções lhe foram sendo atribuídas segundo os diferentes modos de pensar o mundo e as coisas, isto é, nos diferentes paradigmas. Restrições e alargamentos foram responsáveis por crises e questionamentos ou trouxeram pontos altos e valorizações até excessivas. A Retórica tem sido colocada à prova pelos mesmos princípios que a norteiam internamente e que fazem parte de sua própria natureza : campo propício à controvérsia, à discussão e ao debate e, conseqüentemente, à formação de opinião. Não é, pois, de estranhar tenha ela sido palco de divergências, de crença/descrença, de aceitação/rejeição. Esse cenário leva o presente estudo a uma *mise au point* que destaque os pontos básicos sobre os quais ela se baseia ao longo de sua história e que são responsáveis pelo seu reflorescimento contínuo e pela vitalidade que desfruta nos tempos atuais, tanto por seu caráter teórico (como teoria do discurso) quanto prático (construção e elaboração do discurso em suas diversas modalidades). As questões sobre identidade que se colocam em nossos dias remetem a noções caras à Retórica, tais como as de senso comum, de partilha de valores, de adesão e outras. Nosso objetivo é mostrar que o espaço de confronto de intersubjetividades, próprio da argumentação, é também um espaço de encontro, de possibilidade de mudança e de interação. Estamos hoje bem próximos dos conceitos originais da Retórica e de seu sistema de princípios integrados. Como ação sobre o entendimento e a vontade, ela conjuga as capacidades intelectivas e afetivas, tratando-as como indissociáveis, sendo essa uma de suas grandes forças na atualidade.

* FFLCH/USP

Palavras-chave: Discurso; Retórica; Argumentação; Persuasão; Negociação; Acordo.

O presente artigo coloca-nos diante da oportunidade de fazer uma revisão crítica sobre a disciplina milenar constituída pela Retórica, uma das mais respeitadas desde a sua fase mais antiga, no que toca aos estudos do discurso e de seus procedimentos.

Tendo a argumentação e a persuasão como centro de suas preocupações, ou seja, uma teoria do discurso persuasivo, – tal como postulada por Aristóteles que sistematizou aquilo que se praticava nos tribunais, nas assembléias, nas praças públicas, – a Retórica está sempre em pauta, uma vez que essas atividades fazem parte do dia a dia de todo cidadão em seu fazer comunicativo. Apesar de as circunstâncias em que nos encontramos hoje serem bem diferentes das de sua origem na Antiguidade, os mecanismos argumentativos não diferem em muito daqueles processados pelas comunidades que deles se valiam para a consecução de seus objetivos. Trata-se, portanto, de escolhas deliberadas, que têm um alvo certo e um destinatário também configurado a seus olhos. Essa perspectiva nos leva a indagar o que significa argumentar e por que é que se argumenta, recaindo-se necessariamente nas formas de agenciamento das idéias e no modo de conduzi-las aos propósitos desejados.

Num quadro teórico já reexaminado à luz de outras teorias que foram emergindo ao longo dos tempos, destacam-se na atualidade estudos que enfatizam o caráter essencialmente argumentativo da própria língua, outros que dão ênfase à argumentação como um acontecimento enunciativo, ainda há aqueles que se situam sob um prisma essencialmente pragmático, em que a legitimidade dos argumentos não é garantida senão dentro de um determinado paradigma e não por seus próprios méritos de convencibilidade. Pensa-se também,

depois dos estudos sobre ética e cidadania, numa argumentação crítica, baseada na convivialidade e que estimula o trato com a diferença e o respeito à alteridade, numa sociedade plural, a despeito dos efeitos da globalização. É evidente que essas diversas abordagens podem vir conjuntas, uma vez que a própria atividade argumentativa as autoriza, por sua natureza e função. O lugar do memorável, daquilo que é armazenado pela memória coletiva vem a constituir o pano de fundo presente em toda e qualquer argumentação. Há que contar com o conjunto de idéias, crenças e sentimentos aceitos pelas comunidades em questão. A *doxa*, enfim, vigente em determinada época ou sistema.

Em virtude de o âmbito próprio da argumentação ser o da controvérsia e não o da unanimidade, decorrem necessariamente implicações éticas envolvidas nas situações de conflito em que ela se dá, pelo choque da diversidade de pontos de vista, lugar da opinião, e pelos interesses em jogo. É quando entra em cena a ação retórica da atividade argumentativa, que pretende levar à persuasão e conseqüente adesão a um determinado ponto de vista. O diálogo é, então, a melhor forma de negociação. Fala-se, em nossos dias, em aproximação entre culturas diferentes, bem como em articulação de saberes que, somando-se, contribuem para o alcance de melhores soluções. Não se trata de categorias absolutas, mas de formas diversas de concepções, guardando cada uma das partes envolvidas a sua visão de mundo.

No fundo de tudo, está mesmo a questão do sentido e este também é negociado, em se tratando de argumentação. Isto, porém, em termos, porque o sentido nos ultrapassa e é uma ilusão pensar que o detemos e que estamos na sua origem. Mesmo nas escolhas voluntárias, há todo um conjunto de dados que não nos pertencem individualmente e que estão subjacentes nas trocas e práticas comunicativas, vale dizer, nem todas as opções estão sob nosso domínio. Vê-se, pois, que a argumentação não dá conta de todo o processo discursivo e que ela depende de uma semântica mais global.

É ela, entretanto, parte essencial para fundamentar pontos de vista, para ganhar a adesão do outro, para entrosar saberes e sentimentos.

Conforme se pode depreender, não é atividade fácil a de chegar a um consenso nessas condições e, muitas vezes, são dolorosos os trâmites envolvidos. Assim, a negociação é uma etapa importante do processo argumentativo, comportando avanços e recuos, concessões e habilidades no trato das questões. A mediação retórica através da argumentação se faz necessária para o bom entendimento e para uma troca salutar e eficaz, em que as perdas e ganhos sejam partilhados, não se estigmatizando a situação em perdedores e vencedores.

Considerando o fato de que a Retórica, ao longo de sua trajetória não se restringe a um determinado objeto discursivo, nem a um gênero próprio e determinado, servindo a todas as línguas e às culturas, poder-se-ia pensar que ela independe de elementos éticos. Não é, entretanto, o que se dá, inseparável que é das diversas práticas sociais.

Conquanto Aristóteles tenha sido o sistematizador dos princípios básicos da Retórica e da Poética, dando corpo a essas disciplinas teorizadoras do discurso na Antiguidade, não resta dúvida de que a Política foi o grande destaque de sua obra e, entremeada nesta, a Ética. Para ele, Ética e Política andam absolutamente juntas e se apresentam quase como sinônimas, podendo-se falar em vontade ética e em sentido político. Ao tratar do Bem Supremo, na *Ética a Nicômaco*, que para ele seria o bem-estar individual e coletivo, Aristóteles afirma que “esse fim parece pertencer à mais superior das artes, ou melhor, àquela que realmente é a arte suprema. E a política parece ser dessa natureza” (I,1094^a). Unindo o individual e o coletivo, a preocupação básica seria, então, a formação do cidadão como ser político, em que a comunidade, a nação, o Estado alçariam ao primeiro plano. Sob essa perspectiva a ação humana só teria sentido se vinculada à vida da coletividade, sob o testemunho e a validação constante do outro, sendo que é o âmbito político que permitiria essa interação.

Os problemas práticos do comportamento humano procuram sua solução num núcleo de normas, atos, juízos ou argumentos a fim de justificar as atitudes tomadas. O fenômeno ético é, pois, intrínseco ao comportamento humano. Entretanto, a obra de Aristóteles não se apresenta como um conjunto de regras e de princípios morais, e sim com a preocupação básica quanto ao caráter do cidadão, concebido como um querer racional, ou seja, como uma atividade da razão e da vontade, em que têm assento a virtude e a honra. Para ele, dada a sua preocupação educativa, o saber escolher é fundamental, mas se trata de uma escolha consciente.

O que presenciamos, entretanto, em nossos dias, é uma disjunção cada vez maior do ético e do político, diante da profusão de fatos ligados à corrupção, ao suborno, a atitudes ditatoriais, a exclusões étnicas e sociais. A questão dos meios e dos fins constitui um ponto delicado para a Retórica, uma vez que para a consecução dos objetivos perseguidos deve-se munir de um arsenal de recursos e de técnicas, sem contudo desvincular-se dos princípios éticos. Falou-se até numa retórica marrom, sob essa suspeição, ou seja, aquela para a qual seriam válidos todos os meios possíveis para atingir os fins almejados.

Dentro desse quadro, a argumentação se torna uma atividade essencial, quer o seu foco esteja na mensagem, quer na própria interação construída no processo argumentativo. Justificar, dar explicações, fazer afirmações ou declarações sobre o que se considera incerto, mas provável, sobre o que se crê ou o que se aprecia, sem ter que dar provas contundentes, próprias da demonstração (do apodítico), faz parte do ato de argumentar, qual seja, dar razões plausíveis, aceitáveis a um determinado auditório, seja ele um leitor ou um ouvinte. Pode-se dizer que a argumentação é tradicionalmente ligada à retórica, conforme apontam Perelman (*o Império Retórico*) e Meyer (*A Retórica*), a ponto de nem sempre haver necessidade de distingui-las. Veja-se o título do *Tratado* de Perelman e Tyteca, em que as duas designações estão presentes: *Tratado da argumentação: A Nova Retórica* (orig, 1958).

Agir retoricamente, uma vez que falar é agir sobre o outro, requer, portanto, a consideração das predisposições do auditório, o conhecimento de suas crenças e valores e a aceitação do fato de que as colocações não podem ser coercitivas, em última análise, tratar-se-á de uma argumentação colaborativa ou crítica. As pessoas reagem, uma vez que a influência exercida não é inquestionável e que há que contar com a experiência acumulada, além da memória já atrás mencionada, surgindo então os desacordos. É por este motivo que a Nova Retórica dá tanta ênfase ao que chama *assentimento*. São palavras de Perelman & Tyteca ao definir a teoria da argumentação em seu *Tratado* : “Com efeito, o objeto desta teoria é o estudo das técnicas argumentativas que permitem provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento” (p.04). Pode-se dizer que assentimento é aceitação e que esta pode conduzir à adesão desejada, isto é, à persuasão final. Neste fazer retórico, a sedução desempenha um papel dos mais relevantes.

O raciocínio retórico parte do já conhecido para postular alguma nova posição, o que já é uma forma de acordo, aliado à predisposição para discutir, primeiro passo do processo argumentativo, que permite avançar outras propostas e direções, isto é, apresentar o diferente ou o novo, fundamentando-o nas mais diversas razões.

A retórica vista hoje como ação do homem sobre outros homens assume um caráter pragmático-enunciativo discursivo, uma vez que na enunciação se encontra enraizada a intenção de influenciar o outro e de ganhar a sua adesão. Entram, portanto, não só os componentes lógicos sob o ângulo da racionalidade, mas as disposições psicológicas devidas às emoções, à afetividade e aos estados patêmicos em geral. Todos esses atributos conjugados é que levam a atividade argumentativo-persuasiva a culminar na sedução. Ela não se dá de forma unilateral, mas entre as partes, que podem aceitar ou rejeitar o proposto. É o pleno campo da intersubjetividade, com avanços e recuos, em que o *ethos* das

partes, com as representações que tramitam e as imagens que projetam, e o conseqüente despertar dos respectivos *pathos* se orquestram num jogo sutil de convencimento e de persuasão. O *logos* é também o lugar do provável, do possível, da opinião e, por extensão, das paixões, sendo também capaz de emocionar. Portanto, o retórico pode se enunciar também neste âmbito, que não é um nicho incólume a componentes de ordem emocional. A racionalidade, contrariamente ao que se pode pensar, está na base dos sentimentos morais, das crenças e das reações experimentadas, do domínio do “vivido”.

É pela argumentação que se pode legitimar o discurso que se aplica à moral. Bárbara Cassin, conhecida helenista, em Congresso realizado em Paris, afirmou que seria uma vergonha se a verdade (aqui, o Bem) não sobrepujasse o falso, por falta de uma defesa (Argumentação) condizente e eficaz.

Há que se considerar o fato de que a racionalidade e a emoção fazem parte integrante da atividade argumentativa, em que se somam a voz da razão e das paixões, diante dos fatos, das reações e das atitudes. Estas, por sua vez, apontam o lugar do humano, do contingente, por abrigarem oposições alternativas e ambigüidades. Como não existe sujeito sem essa contingência que o afeta e que ele tem de encarar, mostrando a sua fragilidade, fica a questão da liberdade comprometida com a ética e a ação.

Deve, entretanto, haver um acordo entre as partes, por mínimo que seja, como ponto de partida, para que se possa iniciar o debate ou a negociação do alvo da argumentação. A simples disposição para o diálogo já constitui um início de acordo e uma condição básica para que o processo argumentativo possa se desenrolar, caracterizado como é pela controvérsia, pela divergência de pontos de vista, pela existência de uma situação conflitual. Além disso, outro ponto comum é o domínio das idéias partilhadas, daquilo que não se discute e que constitui o núcleo aceito pelos envolvidos no processo de negociação.

Do ponto de vista da Retórica, pode-se associar a questão do elemento emotivo aos valores da *doxa* do auditório, ou seja, a emoção vem sustentada e justificada por razões aceitas consensualmente, tal como os lugares comuns, o reconhecimento das paixões, que se vêem assim fundamentadas e legitimadas.

Dois tipos de acordos podem servir de premissas para uma argumentação : os relativos ao real, que têm a pretensão de serem válidos para o auditório universal e os relativos ao preferível, que pretendem a adesão apenas dos auditórios particulares, sendo relativos a valores e hierarquias. Os lugares, também chamados *lugares comuns*,

são os da *quantidade* (algo é melhor por razões quantitativas) e da *qualidade* (dá valor não à quantidade, mas ao que é único, raro). Há ainda os lugares da *ordem* (afirma a superioridade do que é anterior ou posterior, do que é causa ou princípio, fim ou meio), da *existência* (afirma a superioridade do que existe, do que é atual, do que é real, sobre o possível, o eventual, o impossível), da *essência* (dá-se valor aos indivíduos enquanto representantes bem caracterizados dessa essência, da função ou do padrão) e da *pessoa* (os valores da pessoa são vinculados à sua dignidade, ao seu mérito, à sua autonomia, ao que é feito com esforço e com cuidado).

Para a presente exposição, interessam mais de perto os *lugares da essência*, que podemos aproximar às noções de modelo/anti-modelo, exemplo e ilustração na teoria perelmaniana, assim como os *lugares da pessoa*, que remetem à questão do ato e da pessoa. Quando os protagonistas de uma negociação não confrontam mais seus discursos à realidade dos fatos, nenhuma compreensão entre eles se torna recíproca ou reversível. Exemplos dessa natureza são abundantes na esfera política e em outras, em que esta distância ato-pessoa se alarga.

A Nova Retórica, assim chamada *Teoria da Argumentação*, por Perelman e Olbrechts-Tyteca, conferindo o nome ao

próprio *Tratado*, ao partir do conceito de razoabilidade, que seria uma espécie de terceira via, por lidar com a razão prática, com uma lógica de julgamento de valores, situa-se sob uma dimensão comunicativa e não apenas formal ou instrumental e tecnicista. A reformulação do conceito de razão e de racionalidade trouxe um novo papel para a retórica no estudo da argumentação, o que reativou o interesse por seu estudo e aplicação. Esta postura epistemológica abre-se para a consideração da diversidade e da diferença, especialmente no que toca ao tratamento do auditório ou audiência, em que o outro (o destinatário) se torna o pivô das propostas e seu principal alvo. Ele adquire, então, o estatuto de um autêntico sujeito coletivo, em termos semióticos, um todo que como tal manifesta uma identidade própria que transcende a individualidade de que se compõe. Daí poder-se entender as reações do público, as emoções e comoções coletivas, que podem ir da consagração às vaias e chegar mesmo a atos de rebeldia e a manifestações de violência e agressão físicas. Ao procurar compreender como as pessoas raciocinam sobre a justiça, Perelman lança os fundamentos de uma retórica jurídica, baseada numa teoria da argumentação.

A Nova Retórica irá introduzir outras perspectivas, fundamentadas na noção de *valor* e de *razão prática*, colocando em equilíbrio e harmonia o que muitas vezes se viu de forma opositiva.

Outras abordagens da argumentação também não toam o raciocínio formal como único válido: Toulmin, na mesma data em que Perelman publicava o seu tratado, em sua obra *The Uses of argument* (1958) intenta explicar o raciocínio ético, numa perspectiva mais ampla de raciocínio não formal. Hamblin, por sua vez, em sua obra de 1970 (*Fallacies*) opõe o saber convencional à existência das falácias, dentro de uma perspectiva diferente da lógica formal. Na França, Ducrot, ao considerar os pressupostos e subentendidos em sua semântica argumentativa e fazer as distinções entre o dizer e o dito, além de mostrar as escalas argumentativas possibilita-

das pela própria língua, propiciou um avanço significativo para os estudos da argumentação. O grupo de Liège, na Bélgica, conhecido como Grupo ?, revê o papel argumentativo das figuras e, mais recentemente, a sua função cognitiva, sob a perspectiva dos estudos que se desenvolvem nessa linha, sobretudo a partir da década de 80. Enfim, o estudo das figuras, sempre central na retórica, vem recebendo novas luzes, trazidas pelos estudos mais recentes. O enfoque argumentativo mostra, por exemplo, que evitar afrontar uma questão diretamente, pela evasiva, é também uma técnica argumentativa; a figura da alusão faz apelo a elementos de acordo e de partilha, à memória e ao repertório do auditório. Estes e outros casos apontam o fato de que a figura, compreendida em sua função argumentativa, assume outras funções, que não a de puro ornato, como era vista em algumas fases da retórica, assim denominada “retórica restrita”. De fato, o que levou por muito tempo a um descrédito da retórica foi a ênfase colocada no uso das figuras, que apareciam como algo postiço ou como acréscimo no plano de expressão. O equilíbrio entre as partes do sistema retórico, postulado em suas origens, e que compreendia a *inventio* (o repertório dos temas, os *topoi*), a *dispositio* (o arranjo e a articulação daqueles), a *elocutio* (a expressão), a *actio* (a cenarização e os movimentos, gestos, voz e demais elementos), acrescidos posteriormente da *memoria*, ficara reduzido ao plano da manifestação, uma vez que as demais partes tinham-se atrofiado. Durante parte de sua história, em algumas culturas, a retórica ficou assim confinada ao estudo das figuras, projetando a imagem de algo supérfluo e de discurso vazio. Longe estava do que Aristóteles havia sistematizado em seus trabalhos. Não é senão com o questionamento sobre o racionalismo cartesiano do século das luzes e o embate contra o positivismo do final do séc. XIX e prolongamentos no século XX, que o reexame das antigas teorias recolocaram a Retórica nos seus legítimos trilhos, redimensionando as suas funções e apontando o seu alcance nas práticas sociais do mundo contemporâneo.

O grupo da pragma-dialética, da Universidade de Amsterdã, liderado por Frans van Eemeren, descreve as normas subjacentes a uma boa discussão crítica, indicando os desequilíbrios causados pelas principais violações a esses princípios. Entre muitas, cabe citar a *falácia ética*, que consiste no fato de o orador/falante vangloria-se de suas próprias qualidades, num abuso de autoridade; a *falácia patética*, em que há o apelo aos sentimentos alheios indevidamente. Christian Plantin e o grupo de Lyon atuam numa perspectiva de comunicação interativa em cenários informais, tendo a argumentação como ponto de partida. Para Plantin, a argumentação é essencialmente uma práxis e não um exercício puramente especulativo, uma vez que se trata de influenciar o outro e de fazer pressão (impressão) sobre ele. Catherine Orecchioni, da Universidade de Lyon II, em seu livro *Análise da Conversação* (orig. 1996), no capítulo relativo à polidez, em que faz um balanço sobre a necessidade de considerar esse fator como fundamental na “gestão harmoniosa da relação interpessoal” (p.93), aponta o fato de que não é de bom tom o elogio a si próprio e de que a sua ocorrência vem socialmente mitigada pela lei da modéstia, para que não seja sentido como expressão de superioridade em relação ao outro da troca comunicativa. Como tudo isto se combina e entrosa para uma melhor compreensão do processo argumentativo ?

A tentativa, em nossos dias, é a de chegar a um modelo integrador, sem perda das respectivas identidades. Com os avanços dos estudos do discurso, as intersecções entre as disciplinas foram sendo bem acolhidas e as abordagens interdisciplinares encorajadas, como sinal dos novos tempos. A internacionalização das pesquisas é também uma característica atual.

Conforme se pode observar, o “estado da arte” no que toca à argumentação é a coexistência de várias abordagens, que diferem na conceituação, na finalidade e no grau de refinamento teórico. Todas, porém, não se limitam ao enfoque lógico e incluem a perspectiva pragmática. Conforme se pode

depreender, deu-se todo um movimento de renovação nos estudos contemporâneos voltados para a Retórica e, como parte dela, para os estudos da teoria da argumentação. Sendo o seu objeto o discurso, em toda a diversidade de suas manifestações, ela dialoga com as demais disciplinas que dele se ocupam, segundo as diferentes ênfases a que se aplicam. Para Barilli (1980, p.158) a nova função da retórica é identificada com o “fazer-nos tomar consciência do discurso”.

Michel Meyer e os continuadores de Perelman desenvolveram, a partir de alguns postulados, os trâmites envolvidos nas negociações, conceito hoje utilizado em vários campos das ciências humanas. Pode-se mesmo fazer confluir o conceito de negociação para o de argumentação. Nesta sempre se negocia o sentido. Para Meyer, trata-se de diminuir as distâncias entre os sujeitos, o que equivale a dizer, aplainar as diferenças a fim de chegar a um termo satisfatório e eficaz. Entra aí a questão da identidade, uma vez que concessões mútuas se dão, resguardando-se tanto quanto possível as identidades em jogo. É neste ponto que a retórica funciona como mediadora, não só na produção de falas competentes, como também no reconhecimento das principais estratégias de construção das diversas modalidades discursivas. Este é o caminho mais seguro nas negociações para desvencilhar-se das possíveis armadilhas, ditadas pelos interesses antagônicos em jogo. A construção retórica se dá, portanto, nas duas pontas, como produção e como leitura. Assim como se dá uma construção retórica do mundo, dá-se também uma leitura retórica do mesmo, estando a retoricidade sempre presente neste “ser/estar no mundo”. É por isso que não se pode prescindir dela, não ocorrendo situação alguma em que o seu grau seja zero.

Se hoje já não falamos em *adversários*, tal como os velhos manuais e dicionários de retórica e de estilo apontavam, mas em *oponentes* e até mesmo em *parceiros*, isto se deve ao fato de as negociações serem vistas como interlocuções ou como argumentações do tipo colaborativo, em que não há

perdedores ou ganhadores, mas soluções a encontrar. O discurso deliberativo, de que tratava a velha retórica, encontra aqui o seu campo adequado, uma vez que o útil, o benéfico, o bem-estar da coletividade são desejados e procurados. Haja vista a observação da razão social das empresas, hoje considerada importante para a recepção de investimentos e determinante de boa parte de seu êxito. Em última análise, os empreendimentos, quer de ordem estatal, quer de ordem privada, estarão sob o olhar crítico da sociedade, visto que o paradigma atual da economia deve necessariamente incluir preocupações que vão além do estritamente racional. Elementos da ordem do imprevisível, do comportamental, das preferências e paixões são muitas vezes determinantes. Tal é o caso da confiabilidade e da esperança que alicerçam os mais diferentes trâmites. O discurso jurídico ou forense, modalidade bastante prestigiada na antiguidade greco-latina, deu início ao exercício da Retórica, na tentativa do uso da palavra em lugar da força física e da violência, na recuperação das terras em poder de invasores. Por sua vez, o discurso epidítico, de louvor ou de censura, sempre teve em todas as épocas o seu cultivo, dada a própria natureza do ser humano, que se compraz nas homenagens, em discursos de ocasião, nas mais diversas manifestações rituais ou em atitudes de protesto e de insurgência. Perelman dá grande ênfase a este tipo de discurso, citando no *Tratado* o caso de uma homilia, que resultou numa revolta, pois as referências ao falecido despertaram nos ouvintes uma atitude de rebeldia, não tendo uma função puramente estética.

Evidentemente, quando há interesses em jogo, questões de prestígio e jogo de influências, conta-se com elementos adversos, contudo numa situação de confronto há que fazer concessões e, mais que isto, correr riscos, aceitando a possibilidade do erro, do equívoco e de ser alvo de juízo crítico. Num processo de negociação pode-se mesmo chegar a um rearranjo dos sistemas já aceitos ou a soluções inteiramente imprevistas. A argumentação funciona, então, como um meio

de aferir se aquilo em que crêem é viável, a ponto de as partes poderem tomar decisões dela decorrentes. Para tanto, há de haver das partes a aquiescência para ouvir e, igualmente, para aceitar ser convencido.

Esse processo não é isento de agressões à face, de desqualificações e de manipulações bastante sutis, já que as situações são sempre de natureza polêmica, envolvendo um jogo de forças. O processo de desqualificação, por exemplo, ultrapassa as prescrições estabelecidas pela ética, pelo sistema de valores, como é o caso do argumento *ad hominem*, do *ad personam*. e outros semelhantes. É quando ao invés de os argumentos se voltarem para o objeto em questão (*ad rem*), voltarem-se para as pessoas implicadas na contenda, apontando falhas de seu caráter, de sua conduta. Os casos mais graves são previstos pelo quadro jurídico, como é o caso da calúnia e da difamação. Não estão ausentes, de igual modo, as perversidades, tais como a má fé, a falsidade ideológica e outros artifícios que a inventividade humana é capaz de produzir.

Não há por que dissimular essa situação, uma vez que é uma ilusão negar a existência do conflito e pensar em poder eliminá-lo de vez, como adverte Paul Ricoeur em *Interpretação e Ideologias* (1988, p.158). A argumentação participativa ou a discussão crítica, entretanto, procuram se dar dentro dos processos democráticos, tão duramente conquistados ao longo da história dos povos e muitas vezes ainda abalados em nossos dias. Como bem se sabe, no exercício do poder há escolhas, priorizações, decisões políticas que se revestem de uma natureza irredutivelmente polêmica e conflitual. Ficam banidos, contudo, a força física, as pressões e as coerções referentes ao corpo, como os sequestros, a manutenção de reféns, os atentados, o estupro, enfim, os atos de violência. É assunto que toca à Retórica, uma vez que a mediação se dá pela competência argumentativa, que procurará aplinar as diferenças, por vias da justa medida (não é o caso de falar em tolerância) e da consideração da identidade do outro. A argumentação está ligada à idéia de liberdade de pensar, de experi-

mir o pensamento e de contradizer o pensamento do outro. Entretanto, ela só será eficaz quando este outro a aceita e lhe dá a sua adesão. Foi, então persuadido, completando-se o circuito. As situações de negociação requerem, pois, um constante trabalho de ajustamento e de acomodações. É o que intenta fazer a diplomacia através dos canais legais, evitando a todo custo as intervenções da força física e sim da força de persuasão verbal.

Cabe considerar que há pseudo-tipos de negociação, bem diferentes daquela que pretende fazer os protagonistas entrarem num acordo, de que poderá resultar um pacto, com um compromisso entre as partes. Na negociação de tipo interativo, a finalidade é a de superar uma divergência e de produzir uma decisão partilhada, em que se procuram resultados satisfatórios para as partes envolvidas.

Como se pode observar, vários componentes se superpõem : o apodítico (a demonstração), o retórico, o dialético (em relação direta com o retórico), o poético, o político e o ético. A grande dificuldade hoje é a de separar o político do econômico. Pode-se discutir o estatuto de estabilidade das verdades científicas, submetidas que são às circunstâncias e aos sistemas vigentes, aos paradigmas. Também é possível que o ético possa vir a estetizar-se. De fato, na visão dos gregos, o belo e o bom coincidiam. Pode-se, assim, considerar uma tridimensionalidade para a Retórica/Argumentação: dialética (ligada aos objetivos do *logos*: compreender, sustentar, justificar, refutar), ética (na dependência do *ethos*: representar, legitimar, viabilizar) e estética (resultante do *pathos*: expressar, impressionar, motivar). Para Aristóteles, a retórica aliava-se à Poiesis, porque é também criação e pressupõe a invenção de uma nova forma de atingir o fim desejado. Ela era uma forma de poética, uma vez que persuadir seria também agradar (*delectare*), escolher os recursos mais expressivos para fazê-lo. Está aí uma dimensão estética da Retórica/Argumentação. Seria esta uma forma de eufemização do mundo, como parte de um reencantamento, como se afirma em

várias ciências humanas da atualidade, tais como em Mafezoli, Gilbert Durand , Baudrillard e outros). Vê-se na poesia uma forma de apreensão da realidade, a possibilidade de entrever as coisas na sua dimensão própria. A esse respeito, gostaria de citar as palavras de Saramago :

Não falta por aí, nunca faltou, quem afirme que os poetas verdadeiramente não são indispensáveis, e eu pergunto o que seria de todos nós se não viesse a poesia ajudar-nos a compreender o quão pouca clareza têm as coisas a que chamamos claras

(A Jangada de Pedra, p.304).

Vejamos um excelente exemplo da atualidade, em que um fato desta natureza, de estetização do ético se deu à vista de milhões de telespectadores, que perplexos tiveram a oportunidade de misturar as várias esferas. Foi assim que o jornalista francês, Jacques Drillon, em artigo publicado na revista *Le Nouvel Observateur* se referiu ao episódio da partida de futebol com o Brasil, em que o jogador Zinedine Zidane golpeou o peito do oponente que o insultara : “A nitidez do embate, a limpidez controlada de seu caráter voluntário eleva a cena a uma beleza ética”. Esta afirmação, reproduzida por Jorge Coli, historiador da arte, no artigo por ele intitulado “A cólera de Aquiles”, publicado no Caderno MAIS do jornal *Folha de São Paulo*, de 23/07/06, deu origem a outros desdobramentos na mesma direção:

Mas a cólera de Zidane não se amesquinha. Ele prefere a exposição franca. Zidane adiantou-se com uma pequena corrida, traçando um semicírculo. Voltou-se. Diante do mundo inteiro, sem disfarce, sem vulgaridade, abaixou a cabeça e, com precisão, golpeou o peito do oponente. A nitidez do embate, a limpidez controlada de seu caráter voluntário eleva a cena a uma beleza ética.

Pode-se ver que, neste caso, o conflito inicial dissolveu-se para a opinião pública: a cólera transformou-se num ato grandioso, mítico quase, insinuado pela figura emblemática de Aquiles. Não se poderia julgar o protagonista da cena futebolística sem a consideração da beleza do ato em sua plasticidade e do conjunto das atitudes que caracterizam a sua personalidade. O cineasta e crítico italiano, Pasolini, fez uma leitura semiótica do futebol, apresentando-o como uma prosa poética, em que caracteriza com valores estéticos os principais lances do futebol.

Também o discurso publicitário pode exemplificar o fato de que se trata de um texto verbo-visual, comprometido com uma estética e que é portador de valores (incitação de comportamentos desejáveis, aspirações etc), quer concordemos ou não com eles. Numa página publicitária de um produto de beleza feminino, explora-se esse aspecto, sobrepondo-se a um *close* de rosto de mulher, uma expressão de Platão, aspeada, cumprindo a função de uma epígrafe: “A beleza, o esplendor da verdade” a que se segue um texto com a rubrica de uma publicitária, unindo as duas categorias:

Beleza e verdade devem andar juntas.

Você não precisa ser jovem de novo para ser bonita. Essa é a verdade.

A fórmula mágica que faz você voltar no tempo não existe. Mas existe uma fórmula que faz você bonita por mais tempo.

Por outro lado, em algumas práticas sociais da atualidade (como a do mundo *fashion*), os termos *conduta*, *atitude* trazem à tona uma relação do estético com comportamentos éticos, fundindo-se as duas esferas. Esta seria uma forma de minimizar os conflitos, numa sociedade como a nossa, de grandes desigualdades. Alguns estilistas fazem inclusive questão de mostrar essa contradição nas passarelas (caso do mineiro

Ronaldo Fraga), fazendo-se contestadores e até mesmo panfletários.

Ao falar em estetização do ético, pensamos também numa forma de convivialidade, que torna possível evitar as rupturas e manter vivas as formas de diálogo, necessárias a todo tipo de argumentação cooperativa. É uma espécie de salvaguarda para a natureza humana, sujeita a falhas e a deslizes, um corretivo enfim, de todas as nossas imperfeições. A estetização viria minimizar uma situação de confronto, em que as hostilidades se fazem presentes. Abrem-se possibilidades alternativas e modos de pensar a realidade, quando se reflete sobre as implicações de uma ou outra escolha, de um determinado ponto de vista, de uma preferência, de um desejo ou aspiração. Expressões como “estamos todos no mesmo barco” metaforizam essa situação e apontam para o fato de que onde há conflito, também pode haver acordo. Para isto, cabe estar sensibilizado para as possíveis saídas diante do emaranhado a que estamos expostos e de que somos parte, a *mise en discours* e a textualização não nos dando senão uma parte deste universo.

Ética e responsabilidade não deixam de ser uma maneira de fazer política. Há uma ética pública que se torna um fato político, no sentido de Bem Comum, tal como está sendo por nós compreendido aqui e que tomamos ao saber de nossos antepassados.

Com a democratização, o habitante da *polis* grega ganhava o direito de defender nas assembleias suas opiniões sobre os caminhos que aquela deveria tomar nas questões políticas e sociais, configurando a idéia de cidadania.

Influência, poder, decisão, ação pela palavra, formação de opinião continuam a ser termos-chave nas práticas sociais discursivas da contemporaneidade, podendo-se falar numa *atitude retórica*, em que são convocadas várias dimensões, consistindo numa estratégia global : a dimensão textual, a interacional mediante a troca, a emocional, com os ele-

mentos provindos da sensibilidade. São esses pilares que estão na base da argumentação, em que as barreiras são muitas, pois “mexe” não só com a racionalidade, com o entendimento, mas com as vontades e desejos envolvidos.

A cláusula da confiança é, pois, a base de todo acordo e, aliado a ela tem-se a credibilidade. Por todas essas razões, a Retórica/Argumentação em nossos dias não se aparta das questões da ética. O trajeto que aqui fizemos mostra a relação entre identidade (que toca ao sujeito e ao seu *ethos*), valor e ética, mediados pela competência argumentativa. Diante de tudo isto, não podemos nos furtar à questão do pessimismo. É frequente, nas análises dos panoramas atuais da economia e da política, fazer-se um balanço daquilo que pensam os otimistas e os pessimistas, havendo alternativas acerca dos mesmos fatos e de suas representações. Não se pode, entretanto, esquecer que se se deseja construir uma sociedade menos injusta, baseada na confiança e na reciprocidade, tem-se que descartar o pessimismo e propor novas atitudes e aspirações. Neste sentido, a Retórica liga-se a uma teoria da ação sobre as mentes, sobre o mundo, sem a qual ela não seria senão um discurso vazio.

BIBLIOGRAFIA

- ARISTÓTELES. *Nicomachean Ethics*. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc, 1952, Volume II.
- _____. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional/casa da Moeda, s/d.
- BARILLI, Renato. *Curso de Estética*. Lisboa: Ed. Estampa, 1992.
- _____. *Retórica*. Lisboa: Presença, 1985.
- DUCROT, O. *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987.
- _____. *Provar e Dizer*. Linguagem e Lógica. São Paulo: Global, 1981.
- EEMEREN, Frans H. van et alii. *Argumentative Indicators in Discourse*. Dordrecht: Springer, 2007.
- GROUPE. *Traité du signe visuel. Pour une rhétorique de l'image*. Paris: Seuil, 1992.

- _____. Structure et rhétorique du signe iconique. In: PARRET, H. e RUPRECHT, H.G. *Exigences et Perspectives de la Sémiotique*. Recueil d'hommages à A .J. Greimas. John Benjamins, T. II,1985, P.449-462.
- HAMBLIN, C.L. *Fallacies*. London: Methuen, 1970.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Cath. *Análise da Conversação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 (orig.1996).
- KOREN, R. *Les enjeux éthiques de l'écriture de presse*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- MEYER, Michel. *A Retórica*. São Paulo: Ed. Ática, 2007 (orig.2004).
- _____. *Questões de Retórica: Linguagem, Razão e Sedução*. Lisboa, Ed. 70, 1998 [orig. *Questions de rhétorique: langage, raison et séduction*. Paris.Lib. Générale Française, 1993].
- _____. (org.) *De la métaphysique à la rhétorique*. Essais à la mémoire de Chaïm Perelman. Bruxelles: Ed. de l'Université de Bruxelles, 1986.
- MOSCA, Lineide (org.) *Retóricas de ontem e de Hoje*. 3ª ed. São Paulo, Humanitas, 2004.
- _____. A teoria perelmaniana e a questão da afetividade. In: Chagas Oliveira, Eduardo (org.) *Chaïm Perelman: Direito, Retórica e Teoria da Argumentação*.Feira de Santana: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Filosofia/ Universidade estadual de Feira de Santana, 2004, p.129-140.
- _____. A atualidade da retórica e seus estudos : encontros e desencontros. *I Congresso Virtual da Universidade de Lisboa sobre Retórica* (Departamento de Literaturas Românicas), CD-ROM, 2005 (Conferência de abertura).
- PARRET, Herman. *A Estética da Comunicação*. Além da Pragmática. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.
- PERELMAN, Chaïm. *Lógica Jurídica*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.[orig. *Logique juridique*. Paris: Dalloz-Sirey, 1979].
- _____. *O Império Retórico. Retórica e Argumentação*. Porto, Ed. ASA, 1993 [orig.*L'Empire Rhétorique*. Paris, Vrin, 1977].

_____. e TYTECA, L.O. *Tratado da Argumentação. A Nova Retórica*. São Paulo, Martins Fontes, 1996. [orig. *Traité de l'argumentation. La nouvelle Rhétorique*. Paris, PUF, 1958].

PLANTIN, Christian. La argumentación entre enunciación e interacción. *Escritos 17/18*, Revista del Centro de Ciencias del Lenguaje, México, 1999, p.07-21.

_____. *A Argumentação*. São Paulo : Parábola, 2008 (orig. 2005).

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. 3ª de. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

TOULMIN, S. *The Uses of Argument*. Cambridge/ Massachussets : Cambridge University Press, 1958.

ABSTRACT: Throughout its journey, the reflection upon Rhetorics, aiming at an evaluation of its present state of affairs, closely touches the question of its nature, its limits and its reach. Several functions have been given to it, according to different ways of thinking the world and the things, i.e., following different paradigms. Restrictions and enlargements have been responsible for crises and questionings or have brought high points and even excessive valorizations. Rhetorics has been tested by the same principles which internally steer it and which are part of its own nature: a propitious field to controversy, to discussion, to debate and, consequently, to opinion formation. Hence, it is not strange that it has been the stage of divergences, of beliefs/ disbeliefs, of acceptance/rejection. This scenario brings the present study to a *mise au point* which highlights the basic points on which it has been based, along with its history, and which are responsible for its continuous blossom, for the vitality it takes advantage of at the present - not only due to its theoretical character (as a discourse theory), but also to its practical one (discourse construction and elaboration in its several modalities). The questions about identity take us to notions, which are expensive to Rhetorics, such as common sense, sharing of values, adherence and the like. Our objective is to show that the place of confrontation of intersubjectivities, typical of argumentation, is also a place of values, of possibilities in terms of change and interaction. Today, we are very close to Rhetorics' original concepts and its system of integrated principles. As an action about understanding and will, it conjoins the intellectual and affective capacities, treating them as indissociable, being it one of its biggest strengths at the present.

Keywords: Discourse; Rhetorics; Argumentation; Persuasion; Negotiation; Agreement.

VOTOS DE JUÍZES: EMBATES DE INTERPRETAÇÕES QUANTO À ADOÇÃO POR HOMOSSEXUAIS

Angela Plath da Costa*

RESUMO: Seguindo a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, refletimos sobre o modo de constituição dos sentidos, a partir das diferentes interpretações da lei sobre a adoção por casais de homossexuais e suas relações com os acontecimentos sociais. As análises ilustram os embates entre a aplicação das normas jurídicas na esfera social e a heterogeneidade constitutiva da interpretação, que trabalha em cima não apenas do discurso da normatização, mas de qualquer manifestação discursiva.

Palavras-chave: Direito; FD; posições-sujeito; acontecimento.

INTRODUÇÃO

As reflexões deste trabalho compõem a nossa dissertação de mestrado orientada pela professora Solange Mittmann¹, com enfoque nas práticas discursivas jurídicas, especificamente no âmbito do Direito de Família. Constituem o *corpus* de análises as sequências discursivas de um acórdão sobre a adoção por casais de homossexuais, considerado este o *corpus* de arquivo. O acórdão é composto pelo voto de três de-

* Mestre pela UFRGS em 2009; professora da rede estadual e municipal de ensino da Grande Porto Alegre

¹ A dissertação foi defendida em janeiro de 2009, intitulada “Votos de Juizes: construções de sentido sobre adoção por casais de homossexuais”.

sempargadores, em resposta ao parecer interposto pelo Ministério Público, que vetava uma adoção. O veto do Ministério Público foi negado por unanimidade, através de um rearranjo dos saberes que determinam as diferentes concepções da instituição familiar, a partir de uma das posições-sujeito constituída nesta prática discursiva, do âmbito da Formação Discursiva do Direito de Família (FD-DF). Este rearranjo contempla os deslizamentos de sentidos, que produzem desde a inclusão, até a ruptura dos saberes, o que constitui o acontecimento enunciativo.

As noções de formação discursiva, interdiscurso e posição-sujeito formam o dispositivo analítico. Nomeamos de sujeito-procurador o magistrado que representa o Ministério Público, cuja formulação emerge (filtrada) na formulação dos desembargadores. Designamos como sujeito-desembargador 1 e 3, os desembargadores cujas formulações aqui analisadas compõem o acórdão, pela ordem em que aparecem (o sujeito-desembargador 2 apenas produz o voto de concordância). Os confrontos de sentidos entre as noções de *família*, produzidas no discurso dos sujeitos-desembargadores e do sujeito-procurador, mostram as diferentes possibilidades de relação entre os sujeitos e os sentidos, em relação à lei, ou as conformações das posições nas quais se inscrevem os sujeitos ao produzirem interpretações distintas para a mesma lei.

Compreendemos que a reflexão, nas práticas discursivas nas quais se constituem os discursos que analisamos, contribui para a compreensão do funcionamento do Direito como Formação Ideológica, em meio ao intrincamento das Formações Discursivas que a compõem, e que produz a constituição do *sujeito de Direito*. O que mostra, pela configuração discursiva destas noções, o funcionamento “*regional*” interno e externo deste âmbito de saber. Nos discursos, emergem tanto esse funcionamento interno, como as relações com as demais regiões de saber, uma vez que o Direito busca a regulação do social em sua amplitude.

No enfoque da Análise do Discurso, olhamos para as diferentes denominações e caracterizações de *família*, que compõem os discursos analisados, como a constituição discursiva da realidade que se dá através da interpretação do sujeito, a partir de sua filiação ideológica. Entendemos que é a partir da noção de *família* que, nesta prática discursiva, materializa-se o que é chamado, no âmbito jurídico (Ferraz Júnior, [1988]/1994), de funcionamento dogmático (ou aplicação dos dogmas às situações concretas, considerados como “verdades” inquestionáveis) e de funcionamento zetético (de onde os dogmas, tidos como “verdades” provisórias, são questionados). Dessa forma, através das análises, buscamos compreender a forma pela qual os dogmas podem ser retomados no âmbito do Direito de Família. Entendemos que, especificamente nesta prática discursiva, o sujeito-procurador inscreve-se no modo de pensar que privilegia a decisão a partir da opinião sobre *o que é a família* – portanto dogmático –, o que constitui a posição-sujeito dogmática. Já os sujeitos-desembargadores produzem a discussão de cunho questionador em torno de *como deve ser a família* – incluído no pensamento zetético – de onde se constitui a posição-sujeito zetética.

Entretanto, lembramos que, dadas as complexas relações dos sujeitos com o interdiscurso das formações discursivas a cada enunciação, nossas considerações não se reportam a uma generalização do funcionamento jurídico. Abordamos, na heterogeneidade do Direito, não “o”, mas sim “*um dos*” modos de funcionamento dos sentidos em relação à memória, dadas as condições de produção específicas nas quais os discursos são produzidos.

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO-EDEOLÓGICO DA FD-DF

A referência entre as palavras e os sentidos depende do lugar que o sujeito atribui a si mesmo e ao outro na engrenagem social. Segundo Pêcheux ([1969]/1997, p. 83),

o referente ou o sentido trata-se “*de um objeto imaginário (a saber, o ponto de vista do sujeito) e não da realidade física*”. Através das relações sintáticas, é organizado o funcionamento sistemático da materialidade linguística que, segundo Pêcheux (idem, p. 173), articula-se ao “*não-sistemático*”, aos processos discursivos. Esta articulação não ocorre de maneira simétrica e, por isso, a língua em sua incompletude é passível de falhas.

Do âmbito jurídico (Ferraz Júnior, [1998]/1994), tem-se que a hermenêutica prevê o estabelecimento dos “sentidos básicos” para a interpretação da norma jurídica, vinculando o sistema normativo aos problemas sobre os quais se refere. Neste caso específico, os sentidos básicos referem-se à noção de *família* – a partir dos quais serão construídas as relações de sentidos ou a interpretação da lei, que possibilitará ou não a adoção. Portanto, o procedimento hermenêutico vincula a adoção por casais de homossexuais aos sentidos do que seja a entidade familiar.

Vemos que os “*sentidos básicos*” são concebidos diferentemente pelos sujeitos que interpretam a normatização. Quando concebidos pelo sujeito-procurador, *família* é a que decorre da união entre homem e mulher: “*de acordo com a doutrina, a adoção deve imitar a família biológica, inviabilizando a adoção por pares do mesmo sexo*”. Se construídos pelo sujeito-desembargador 1, os sentidos de *família* vinculam-se às uniões baseadas na afetividade, às *uniões pelo amor*.

Ainda no âmbito do Direito, é admitido (Ferraz Júnior, 1998]/1994) que a dogmática parte dos princípios da “*inegabilidade dos pontos de partida*” – os dogmas – e da “*compulsoriedade de uma decisão*”. Diante desta inegabilidade, o funcionamento através do procedimento hermenêutico, que conduz os sentidos entre o dogma e a liberdade do interpretante, constitui o desafio de encontrar a “*interpretação verdadeira*”, ou de conciliar os objetivos de racionalidade do saber dogmático com a sua aplicabilidade através do “*atos de vontades competentes*”.

Já pela Análise do Discurso, encaramos o sujeito em sua interpelação ideológica, que o torna (inconscientemente) parte da engrenagem social através de sua constituição *na e pela* linguagem. Sendo assim, não é o sujeito que “*prende a norma a certos sentidos*” escolhidos a partir de um “*ato de vontade*”, mas ele é constituído ao se inscrever nos sentidos. É a identificação do sujeito a uma das posições existentes que o fará assumir certos sentidos como seus, na ilusão de ser deles a sua origem. A vinculação do sujeito aos sentidos, em outras palavras, é produto de sua constituição ideológica, sendo o “ato de vontade” interpretado por nós, a partir desses estudos, como a própria inscrição inconsciente do sujeito em uma das posições em confronto, produzida pelo mecanismo ideológico que faz com que a filiação assuma a aparência de escolha.

Quanto à interpretação, entendemos que o que Ferraz Júnior chama de “*interpretação verdadeira*”, aquela produzida pelo “*ato da vontade competente*” é, na verdade, a interpretação que resulta como a dominante nos confrontos discursivos. Assim, o ato de considerar verdadeira a interpretação dominante oculta os mecanismos produtores do seu destaque nos confrontos discursivos em relação às demais interpretações, que são tanto a filiação ideológica dos sujeitos, como também a “*autoridade*” conferida.

A FD-DF NA FORMAÇÃO IDEOLÓGICA DO DIREITO (FI-DIREITO)

Pêcheux parte das noções de ideologia e de interpelação, abordadas nos estudos marxistas realizados por Althusser. O jogo de confrontos – com dominância – entre as classes corresponde, segundo Althusser, à instância político-ideológica e remete à reprodução das condições de produção, que ocorre nos Aparelhos Ideológicos de Estado, ou AIE. (Althusser, 1983, p. 85-87).

Pêcheux retoma a questão dos AIE de Althusser para concebê-los, a partir do afrontamento dos interesses de classes em seu interior, como o lugar onde pode se dar não somente a reprodução, mas também a transformação das relações de produção (Pêcheux [1975]/1995, p. 145). Dessa forma, é produzido e reproduzido o funcionamento da Ideologia (com “i” maiúsculo), estrutura que Pêcheux caracteriza como “*omni-histórica*” (idem, p. 151) e inerente à natureza humana, sendo o processo natural que move a história, cujo funcionamento é dissimulado através da produção das “*evidências subjetivas*” (ibidem, p. 152-153) nas quais se constituem os sujeitos e os sentidos.

No interior dos AIE, o confronto entre as classes faz com que se organizem em formações em contato umas com as outras, as quais, segundo Pêcheux, Haroche e Henry ([1971]/2007), mantém entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação, as Formações Ideológicas constituem as representações “*que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras*”. Os autores concebem as formações discursivas (FDs) como componentes das FIs. Interligadas, as FDs correspondem à materialização da FI no plano discursivo; são elas que determinam “*o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada*” (idem, p. 26).

Os sentidos, para os autores, emergem a partir dos processos discursivos característicos das FDs -- desenvolvidos sobre a base linguística e inscritos nas relações ideológicas de classe. Assim, a língua opaca e não transparente, por intrinchar-se à exterioridade constitutiva dos sentidos, traz as evidências – fornecidas pela ideologia – de que os sentidos são aqueles e não outros. São “*evidências que mascaram, sob a **transparência da linguagem**, aquilo que chamaremos o **caráter material do sentido** das palavras e dos enunciados*”. (Pêcheux, [1975]/1995, p. 160). (o grifo é do autor).

A partir das características “*regionais*” apresentadas pelas FIs, em função das especificidades nos confrontos de

classe por elas representados, Pêcheux as diferencia em: “o *Direito, a Moral, o Conhecimento, Deus, etc*” (Pêcheux [1975]/1995, p. 145 a 147). No interior do complexo das FIs com dominância (o interdiscurso) cuja materialidade se dá através das relações discursivas, *o sujeito inscreve-se em uma posição* e discursiviza as atitudes e representações daquela FI a partir da região de saberes com a qual se identifica. Assim, *no discurso deste sujeito emergem as posições* de classes em confronto; as relações ideológicas materializam-se discursivamente *no e pelo* sujeito.

Enquanto conjunto de componentes que discursivizam atitudes e representações no interior Direito como FI (que chamaremos de FI-Direito), com papéis desiguais decorrentes de suas características específicas, situamos o Direito de Família como FD. Analogicamente, identificamos a intervenção, enquanto componentes, de campos de saberes como o Direito de Família, o Direito Comercial, o Direito Civil, o Direito Ambiental, etc., todos tratando das leis que regem as relações entre os sujeitos ou destes com o meio ambiente e o meio social, mas de formas distintas. Cada um traduzindo de forma diferente os saberes da FI. Materializam-se nas práticas discursivas jurídicas as complexas relações entre as regiões de saberes, internas e externas à FI-Direito, determinando as fronteiras entre o *dizível* e aquilo que *não pode* e *não deve* ser dito. Ao inscreverem-se nas regiões de saberes, os sujeitos passam a ocupar lugares nas relações de classe e movimentam os discursos e sentidos dessas regiões e FIs que os atravessam, podendo repetir ou constituir novas relações ideológicas, remodelando as fronteiras instáveis da região na qual se inserem ou fornecendo elementos para colocar em jogo novos campos de saberes.

AS relações internas da FD são concebidas em meio às suas relações externas com o complexo de FDs – o interdiscurso – determinando a sua heterogeneidade e instabilidade. É o interdiscurso ou o complexo de FDs em relações de “*dominação, subordinação e contradição*” (Pêcheux, 1975/

1995), intrincadas às FIs, que fornece as “*evidências discursivas fundamentais (por exemplo, sob a forma de pré-construídos e de discursos transversos)*”, devido à própria estrutura que retorna sobre si mesma pela interpelação do sujeito. Nos esquecimentos (1 e 2) do que o determinam, o sujeito retoma os saberes anteriores enquanto “*sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas*” (idem) e os devolve ao interdiscurso que o constituiu. O que faz a FD mostrar-se como a região heterogênea que, em seu interior, abriga a contradição e a desigualdade.

O autor mostra que a heterogeneidade da FD dá-se em virtude do funcionamento ideológico, no qual suas fronteiras permitem a migração dos saberes. Fronteiras que, segundo Courtine (Courtine, 1981, p. 49), “*se deslocam*”, em virtude das relações da FD com o interdiscurso. Assim, através da re-significação dos saberes, o trânsito dos saberes pelo complexo de FDs produz a reconfiguração das FDs e o deslocar de suas fronteiras. Courtine (idem, p. 35), retomando Pêcheux, concebe a sequência discursiva em sua coerência horizontal, no nível da formulação ou intradiscurso, constituinto um nó na rede de relações interdiscursivas. Pela dependência da FD em relação ao interdiscurso, considera indissociável o estudo dos processos discursivos internos à FD, de suas relações externas.

Indursky (2000, p. 75), retomando Pêcheux e Courtine, concebe a FD “*na heterogeneidade em relação a si mesma*”, por abrigar em seu interior a diferença e a ambiguidade. A Forma-sujeito, segundo o autor (idem, p. 76), fragmenta-se em diferentes posições-sujeito, através das relações que Pêcheux define como de identificação, de contra-identificação (a partir da relação crítica do sujeito com os saberes da FD), ou até mesmo na forma da desidentificação, caracterizada pelo distanciamento capaz de produzir o deslocamento do sujeito para o exterior das fronteiras da FD e o surgimento de uma nova FD. O desdobramento da Forma-sujeito faz da FD o lugar da unidade, a partir das relações de paráfrases, e

também da heterogeneidade, dada a possibilidade de dos sentidos tornarem-se outros, através das relações polissêmicas.

A INSCRIÇÃO DOS SUJEITOS NAS POSIÇÕES-SUJEITO DA FD-DP

Em nossas análises, tomamos os processos discursivos da FD-DF para compreendê-los nas relações internas a esta região de saber, de acordo com as relações entre as posições-sujeito, entrelaçando-se às relações externas, constituídas, nesta prática discursiva, entre a FD-DF e o complexo de FDs com dominância. Esse intrincado de relações permite que tecamos algumas considerações a respeito da reconfiguração da FD-DF e do movimento de suas fronteiras, ou seja, de sua heterogeneidade. As formulações dos enunciadores da FD-DF, representados pelo sujeito-procurador e pelos sujeitos-desembargadores, trazem os discursos que ilustram os diferentes modos de identificação ao sujeito universal, através das tomadas de posição, onde são produzidos processos discursivos distintos e constituídas desde as relações parafrásticas até as relações polissêmicas de sentidos. Os confrontos de sentidos que se dão na prática discursiva analisada mostram a heterogeneidade da FD-DF, a partir da fragmentação da Forma-sujeito na posição-sujeito dogmática e na posição-sujeito zetética.

Consideramos sujeitos enunciadores o procurador e os sujeitos desembargadores 1, 2 e 3, os quais se inscrevem nessas posições de sujeito. Trabalharemos, portanto, com a posição-sujeito *dogmática* – que mantém relação de identificação plena aos saberes admitidos pela forma-sujeito – e com a posição-sujeito zetética. Através das análises, mostraremos o desmembramento da posição-sujeito zetética em *zetética-1* – pelas relações de encadeamento dos novos saberes ao já estabilizado através da relação de inclusão – e *zetética-2* – pela contra-identificação aos saberes admitidos pela forma-sujei-

to, que introduz os novos saberes através da ruptura nas redes de saberes estabilizados.

Iniciamos por alguns sentidos construídos em torno do conceito de *família*, o qual atravessa os discursos das posições-sujeito confrontadas no âmbito da FD-DF. Antecedendo as formulações dos sujeitos-desembargadores 1 e 3², destacamos, primeiramente, a formulação do sujeito-procurador, emergindo (filtrada) na formulação do sujeito-Desembargador 1. Essa parte figura como trecho inicial de qualquer processo, objetivando narrar suscintamente fatos e procedimentos anteriores à situação, o que temos na sequência discursiva (Sd) 1:

Sustenta que: (1) há vedação legal (CC, art. 1622) ao deferimento de adoção a duas pessoas, salvo se forem casadas ou viverem em união estável; (2) é reconhecida como entidade familiar a união estável, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família, entre homem e mulher; (3) nem as normas constitucionais nem as infraconstitucionais albergam o reconhecimento jurídico da união homossexual; (4) de acordo com a doutrina, a adoção deve imitar a família biológica, inviabilizando a adoção por parcerias do mesmo sexo. Pede provimento.

No relato inicial, o sujeito-desembargador-1 apresenta a noção de família admitida pela posição-sujeito dogmática. Antecedida pelo conector *salvo se*, é explicitada a condição, no discurso da lei, sem a qual o fato da oração principal não se realiza. Ou seja, a condição para a adoção a duas pessoas é a forma de união admitida pela lei como o casamento ou a união estável.

A união admitida como *família* pela posição-sujeito dogmática é caracterizada como *estável, pública, biológica*,

² O voto do sujeito-Desembargador 2 é de concordância com o discurso do sujeito-Desembargador 1.

contínua e duradoura. Entendemos o efeito de fechamento dos sentidos, construído através da adjetivação, como um modo de atribuir qualidade positiva ou negativa em relação à procedência dos sentidos. Ou seja, os adjetivos constituem a representação imaginária de família a partir desta posição admitida pelo Estado e, por isso, apresentam a qualificação positiva. Positiva porque normatizada pela lei, porque é aquilo que “*pode*” e “*deve*” ser dito em relação à união familiar na FI-Direito, de onde se tem autorização para determinar os sentidos possíveis (os positivos, abrigados no discurso da lei) e os não possíveis (os negativos, excluídos do discurso da lei), que determinam o sujeito universal das FDs que a compõem.

Pela expressão *família biológica*, tem-se a idéia de que a união familiar possui a finalidade de continuidade da espécie, ou da geração dos filhos. Na *estabilidade* encontra-se o determinante da manutenção, ou seja, do cuidado com a descendência. E, finalmente, *pública* por ter o conhecimento (que significa o aval) da sociedade e do Estado.

O fechamento dos sentidos ou saturação, que neste caso se dá com a adjetivação positiva, deixa outros sentidos de fora, os quais também são discursivizados, mas ficando do outro lado de uma relação de oposição, cujas fronteiras são marcadas através da exclusão *nem... nem...* Os sentidos de união *homossexual* e formada por *parelhas do mesmo sexo* são aqueles que mantêm relações de antagonismo com a representação imaginária de *família* construída pelo Estado. Encontram-se fora do abrigo das normas *constitucionais* e *infraconstitucionais* e, por isso, tornam-se carregados de uma qualificação negativa.

A posição-sujeito *zetética-1*, a partir da qual o discurso fará emergir a inscrição dos sujeitos-desembargadores 1, 2 e 3, mais adiante é discursivizada na formulação do sujeito-desembargador-1, conforme Sd 2:

No entanto, a jurisprudência deste colegiado já se consolidou, por ampla maioria, no sentido de conferir às uniões

entre pessoas do mesmo sexo tratamento em tudo equivalente ao que nosso ordenamento jurídico confere às uniões estáveis.

O sujeito-desembargador-1 antecede o seu dizer com o conector *no entanto*, que marca a oposição aos sentidos advindos do discurso da lei. A seguir, explicita a filiação à FD-DF dos sentidos que admite. Mesmo não identificados com a Forma-sujeito, encontram-se presentes no interdiscurso da FD, mantendo relações de identificação com uma jurisprudência que faz parte da memória da FD.

Ao dizer que confere às uniões entre *pessoas do mesmo sexo o tratamento em tudo equivalente às uniões estáveis*, o sujeito-desembargador-1 inscreve em uma relação de igualdade os sentidos que a posição-sujeito-dogmática deixou de fora pela relação de exclusão. E o faz valorando positivamente a união formada por casais de homossexuais. À valoração negativa da noção desse tipo de família, mobilizada pela posição-sujeito dogmática na forma da qualificação que inclui e que exclui sentidos, opõe-se a valoração positiva na formulação do sujeito-desembargador-1, construída pela relação de igualdade, a partir da posição-sujeito zetética-1.

Em seu discurso, este sujeito apresenta sentidos referentes à noção de *família*, diferentes daqueles mobilizados na formulação do sujeito-procurador, conforme Sd 3:

A união pelo amor é que caracteriza a entidade familiar e não apenas a diversidade de gêneros. E, antes disso, é o afeto a mais pura exteriorização do ser e do viver, de forma que a marginalização das relações mantidas entre pessoas do mesmo sexo constitui forma de privação do Direito à vida, bem como viola os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade.

Nesta sequência discursiva, pertencente à formulação do sujeito-desembargador-1, o deslizamento se dá não pela rejeição dos saberes da FD-DF, mas pela busca de inclusão

dos sentidos construídos no conjunto do já sedimentado. Ao se inscrever na posição-sujeito zetética-1, o sujeito-desembargador-1 opõe-se ao modo como a posição-sujeito dogmática constrói as fronteiras entre os sentidos: separando aqueles que compõem dos que não compõem o sujeito-universal da FD e admitindo apenas aqueles reconhecidos juridicamente através das *normas constitucionais e infraconstitucionais*.

Enquanto a posição-sujeito dogmática delimita através da expressão *salvo se* os sentidos possíveis (em torno da família constituída pelo casamento ou pela união estável), a posição-sujeito zetética-1 força a entrada dos sentidos que antecede com a expressão *não apenas...*, *a união pelo amor...* no interior dessa “região do oficializado”, que reconhece a família formada a partir da união entre a diversidade de gêneros. A oposição *salvo se x não apenas* constitui-se na marca linguística do confronto discursivo entre os saberes que irão ou não irão permanecer no interior do que é admitido pela Forma-sujeito da FD. Um confronto pela inclusão de sentidos, na forma de: *Não apenas X é que.... → y é que....*. O que é diferente da relação entre os saberes estabelecida a partir desta mesma posição, na sequência discursiva abaixo, advinda da formulação do sujeito-Desembargador 1, conforme Sd 4: “Pode-se dizer que não é união estável, mas é uma entidade familiar à qual devem ser atribuídos iguais Direitos”.

Aqui a relação entre os sentidos se dá na forma de: *.... não é x, mas é y*. A posição-sujeito zetética-1 produziu os deslizamentos de sentidos (“**x** é que... e não apenas **y**”) que permitem uma nova caracterização da família, inscrita em relação de inclusão na Sd 3: *a união pelo amor* é que caracteriza a entidade familiar e não apenas *a diversidade de gêneros*. Sobre a inclusão, constrói a outra relação de sentidos a partir da nominalização: *(a relação entre pessoas do mesmo sexo) não é... união estável... mas é.... entidade familiar...*

O processo discursivo, assim, materializa-se, no discurso da posição-sujeito zetética-1, na forma de um novo determinante para o funcionamento das relações familiares, que é a *afetividade*. Em seguida, encadeia-o às práticas de relações familiares ainda não discursivizadas no discurso jurídico: as relações entre casais de homossexuais. Após, segue-se inscrição das uniões entre homossexuais como entidade familiar. O que pode ser resumido com:

Novo funcionamento das relações familiares (pelo amor) → *encadeamento* (união de homossexuais é baseada no amor) → *inclusão* (união de homossexuais, já que baseada no amor, é entidade familiar). Ou seja, os sentidos inscrevem-se na forma de: *Encadeamento* → *inclusão de sentidos* → *nova noção de família*.

Os novos sentidos, dessa forma, entram na discursivização da FD-DF através de um emparelhamento com os saberes admitidos em seu interior, em relação de confronto, para serem incluídos entre as noções já existentes. Se a estrutura familiar abarca novas práticas no social, estas práticas são trazidas pela posição-sujeito zetética-1 para serem, através do encadeamento que acabamos de identificar, admitidas na caracterização de *família* admitida pela Forma-sujeito da FD-DF (discursivizada na Sd 1). Resumindo o que foi apontado num quadro comparativo, temos duas noções diferentes para *família*, a partir de cada uma das posições-sujeito:

União estável	Posição-sujeito dogmática	A partir da convivência pública, contínua e duradoura, com o objetivo de constituir família, entre homem e mulher
	Posição-sujeito zetética-1	Idem ao anterior, incluindo a união pelo amor além da diversidade de gêneros

De onde se tem a seguinte nominalização para a união entre casais de homossexuais:

União de homossexuais	Nominalização	Vinculação à noção de família	Vinculação à questão de adoção
Posição-sujeito dogmática	Parellhas do mesmo sexo	Identificação com o determinante diversidade de gêneros	Negada, pelo fato de a união não ser reconhecida pelas normas jurídicas
Posição-sujeito zetética-1	União entre pessoas do mesmo sexo	Identificação com o determinante afetividade	Admitida, por haver ligação entre o determinante afetividade e os princípios da dignidade e da igualdade

AS FORMAS INSCRIÇÃO DO INTERDISCURSO NA FORMULAÇÃO

A partir do quadro acima, vemos que a adoção não é concedida ao casal de mulheres a partir da posição-sujeito dogmática, pelo fato de a união não identificar-se ao determinante admitido pelos saberes que compõem a Forma-sujeito da FD-DF: a diversidade de gêneros. Esta posição filia-se à FD-DF enquanto pré-construído, identificando-se na forma de repetição dos saberes discursivizados pela lei, que determinam como deve caracterizar-se a entidade familiar.

A segunda posição, por outro lado, admite a adoção. Também filia-se à FD-DF e traz os saberes do discurso da lei. Mas encadeando-os, de forma a produzir o deslocamento, através da nova caracterização para a noção de *família* (a partir da afetividade). Este deslocamento de sentidos produz o retorno do interdiscurso sobre si, conforme descrito por Pêcheux, pelo encadeamento do discurso transversal ([1975]/1997, p.

167). Assim, se a afetividade não é admitida como determinante da noção de *família* a partir da posição-sujeito dogmática, encontra-se vinculada aos princípios da dignidade e da igualdade a partir da posição-sujeito zetética-1 que inscreve-a entre os saberes que compõem a FD-DF, através da articulação dos saberes advindos do interdiscurso.

Os modos de articulação dos saberes que identificamos no parágrafo anterior produzem as diferentes concepções de *família* que se confrontam no interior da FD-DF, ou o confronto entre a repetição e a articulação do interdiscurso, enquanto pré-construído e enquanto discurso transversal, conforme admitido pelas posições-sujeito dogmática e zetética-1, respectivamente. É como discurso transversal que a posição-sujeito zetética-1 aciona os sentidos anteriores, advindos da própria FD-DF, conforme Sd 5:

Estamos hoje, como muito bem ensina Luiz Edson Fachin, na perspectiva da família eudemonista, ou seja, aquela que se justifica exclusivamente pela busca da felicidade, da realização pessoal dos seus indivíduos. E essa realização pessoal pode dar-se dentro da heterossexualidade ou da homossexualidade.

A observação desta sequência discursiva, que compõe a formulação do sujeito-Desembargador-1, inscrito na posição-sujeito zetética-1, remete a uma anterioridade já reconhecida no âmbito da FD. Entendemos que a concepção de *família eudemonista* está inscrita entre os saberes da FD-DF, por ser admitida a partir de um sujeito que ocupa uma posição no interior das práticas que compõem esta região de saber, em CP anteriores. Assim, a argumentação, que do ponto de vista da AD não significa constituição de sentidos pelo sujeito, mas filiação aos saberes pré-existentes, se dá neste confronto discursivo, de dois modos. A partir da posição-sujeito dogmática, na forma de repetição do pré-construído, excluindo sentidos outros que não os da união constituída a partir da diversidade de gêneros e da estabilidade. A partir da posi-

ção-sujeito zetética-1, articulando o discurso transversal e incluindo os outros sentidos, estabelecendo inicialmente uma relação de coexistência entre estes e aqueles com os quais se confrontam (**não apenas x é que...; y é que...**) para, a seguir, construir uma relação de oposição (**não é x, mas é y**). Como veremos mais adiante, é a partir desta relação de oposição que se dará a ruptura dos saberes, o que constituirá a posição-sujeito zetética-2. A argumentação, como inscrição nos sentidos, constitui-se no elo que permite a discursivização do fato social *união e adoção por casais homossexuais* dentro da abrangência da FD-DF.

Ao relacionar a noção de *família* aos sentidos de *eudemonista*, a posição-sujeito zetética-1 qualifica-a através do advérbio *exclusivamente*, o qual restringe como os únicos possíveis sentidos da noção de *família* aqueles em torno da *busca da felicidade*. O efeito de restrição aqui funciona como o modo de colocar estes sentidos em relação de oposição àqueles que, primeiramente, foram confrontados através da relação de inclusão. Sintetizando o que foi dito nos parágrafos anteriores, a posição-sujeito zetética-1 primeiro constrói a inclusão dos outros sentidos para a noção de família e de adoção. Depois produz a restrição em torno destes sentidos, para os colocar, então, em relação de oposição aos saberes admitidos pela Forma-sujeito, no interior da FD-DF, o que irá configurar a posição-sujeito zetética-2. Assim é que interpretações diferentes podem trazer aplicabilidades distintas para a mesma normatização, o que significa considerar as consequências diversas, no social, advindas das construções de sentidos dos discursos do sujeito-procurador e dos sujeitos-desembargadores.

Ainda na formulação do sujeito-desembargador 1, emergem os saberes da FD do Direito de Família francês. Nestas outras CP, os deslizamentos de sentido também foram possíveis a partir das relações polissêmicas, permitindo a construção de novos sentidos e de novas posições-sujeito, conforme Sd 7:

Com efeito, o tratamento analógico das uniões homossexuais como entidades familiares segue a evolução jurisprudencial iniciada em meados do séc. XIX no Direito francês, que culminou no reconhecimento da sociedade de fato nas formações familiares entre homem e mulher não consagradas pelo casamento.

O sujeito-desembargador 1, inscrito na posição-sujeito zetética-1, traz o *tratamento analógico*, que permite inscrever a união entre casais de homossexuais na concepção das *entidades familiares*, da mesma forma como constituiu-se pela jurisprudência do Direito francês a concepção das uniões não consagradas pelo casamento como *família*. A construção dos saberes, naquelas condições de produção, se deu no sentido de passar a considerar:

Uniões extra-matrimoniais como sociedades de fato

↓

→ movimento dos sentidos→

↓

Uniões extra-matrimoniais como entidades familiares.

O movimento dos sentidos permitiu, assim, que a concepção de família passasse a abranger também as relações não consagradas pelo ritual do casamento, institucionalizado no âmbito da FD-DF. Ou seja: as uniões extra-matrimoniais deixam de ser consideradas “sociedades de fato” para serem admitidas com entidades familiares. A posição-sujeito zetética-1, identificada à anterioridade que remete a uma ruptura dos sentidos, pela analogia, busca a inclusão de novos saberes à noção, já ampliada, das entidades familiares:

Unões entre homossexuais como *sociedades de fato*

↓

→ movimento dos sentidos→

↓

Unões entre homossexuais como *entidades familiares*.

Estamos na região dos movimentos dos sentidos onde se encontram as fronteiras entre os deslizamentos e a ruptura, onde constitui-se a posição-sujeito zetética-2. Admitir a *família homossexual* significa a desestruturação dos parâmetros tradicionais de reconhecimento da relação familiar, a ponto de romper com as regras já estabelecidas e aceitas socialmente, representadas pelas leis vigentes. Na Sd 7 (acima), pela expressão *segue a evolução*, as relações remetem à posição-sujeito contra-identificada com a Forma-sujeito no Direito Francês, a qual emergiu com as construções de sentidos responsáveis pela legalização do concubinato. Ou seja, no discurso da posição-sujeito zetética-1, pela analogia ao Direito francês, é buscada a legitimidade de um discurso pela sua filiação. A polissemia é autorizada, por identificar-se à posição que desestabilizou os sentidos oficiais em CP anteriores.

Se, em condições anteriores, a noção de *família* “descola-se” do casamento como determinante, passando a incluir as uniões extra-matrimoniais, hoje é concebido, a partir da posição-sujeito zetética-2, um novo “descolamento”: entre a noção de *família* e o determinante ligado à diversidade de gêneros. Entendemos a analogia com a jurisprudência do Direito francês, como o movimento de legitimação dos sentidos que infiltram-se nas “*lacunas*” apontadas do âmbito jurídico como parte da “incompletude” do discurso da Lei, dada a impossibilidade de abranger todo e qualquer fato social (Bobbio, 1999). A infiltração dos sentidos permite o abarcamento, no discurso jurídico, de saberes que irão compor, nesta prática discursiva, inicialmente, a inclusão, seguindo-se a ruptura

nas redes de sentidos, para dar-se, posteriormente, talvez, a sua ampliação/transformação. Neste momento, o “outro”, antes mantido fora dos limites da FD-DF, transpõe as fronteiras da FD e passa a ser incluído, senão entre os saberes que compõem a Forma-sujeito, pelo menos entre aqueles admitidos pela posição-sujeito-zetética-2, no interior da FD.

CONTRA-IDENTIFICAÇÃO: A ABERTURA PARA AS RELAÇÕES DE TRANSFORMAÇÃO

Indursky (2000, p. 84-85), reportando-se à heterogeneidade da FD, concebe que a interpelação não acontece sem falhas, já que os sentidos podem ser questionados e tornarem-se outros quando o sujeito, contra-identificado, questiona os saberes da FD. Como uma das falhas do ritual de interpelação, o autor reporta-se ao acontecimento enunciativo, que é “*capturado*” (idem, p. 85) no momento de instauração de uma nova posição-sujeito, capaz de fragmentar a Forma-sujeito e trazer para o interior da FD os sentidos que antes não eram admitidos naquela região de saber. A nova posição-sujeito “*traz para o interior da identidade a alteridade, provocando estranhamento nas fileiras do sentido...*” (ibidem).

De acordo com a concepção do autor, na prática discursiva aqui analisada, temos o surgimento da posição-sujeito zetética-2 como o acontecimento enunciativo que produz a divisão no interior da FD-DF, em relação aos saberes em torno da família homossexual realizando a prática da adoção. A inclusão destes saberes no interior da FD produz a fragmentação da Forma-sujeito, já que ali não são incluídos a partir da posição-sujeito dogmática.

Vemos que a identificação dos sujeitos-desembargadores à inclusão de novos saberes vincula-se à concepção de *família* constituída a partir da posição-sujeito na qual se

inscrevem. Além da inclusão do “outro” dentro da legitimidade, buscada através da analogia com saberes internos à FD, temos a discursivização da posição-sujeito zetética-2, neste discurso, pelas relações deste “outro” com a região externa à FD. Lembremos que a posição-sujeito, de acordo com Pêcheux ([1975]/1995), é atravessada pelos saberes do complexo de FDs em relação, que a perpassam. No discurso da posição-sujeito zetética-2, emergem as relações com os saberes pertencentes ao interdiscurso, conforme SD 8, que contém a formulação do sujeito-Desembargador-1: “*Os estudos especializados não apontam qualquer inconveniente em que crianças sejam adotadas por casais homossexuais...*”.

Ao referir-se aos “*estudos especializados*”, esta posição-sujeito traz, para o interior da FD-DF, saberes advindos de outras FDs, neste caso, da antropologia, conforme podemos observar na Sd 34, que traz a formulação do sujeito-Desembargador 1: “*... é novamente Héritier quem nos traz da antropologia um exemplo que evidencia que em organizações sociais tidas por primitivas o papel de pai nem sempre é exercido por um indivíduo do sexo masculino*”.

A qualificação dos saberes pertencentes à FD-antropologia como *estudos especializados*, confere-lhes o status do reconhecimento jurídico e aponta as relações com dominância entre o complexo de FDs. Ao dizer que estes estudos *não apontam qualquer inconveniente...*, o sujeito-desembargador-1, inscrito na posição-sujeito zetética-2, traz saberes antecidos pela expressão *especializados* para o interior da FD-DF como autorização, advinda da FD da ciência antropológica, para o descolamento da noção de família do determinante ligado à diversidade de gêneros.

O funcionamento discursivo descrito no parágrafo anterior ilustra a interrelação de dominância entre o complexo de FDs: a dominância da FD-DF em relação à família e a dominância da FD antropológica em relação à FD-DF. Enquanto a FD-DF mantém a dominância nas relações com a

família, por determinar as práticas possíveis em seu interior através das normas jurídicas, também se submete, a partir do discurso da posição-sujeito zetética-2, à dominância da FD-Antropologia, pelo funcionamento que se dá através do trânsito dos saberes através das fronteiras de ambas as FDs, tal como apontado em Pêcheux e mostrado através destas análises. Assim, se uma posição inscrita na outra FD “*não aponta qualquer inconveniente em que crianças sejam adotadas por casais homossexuais*”, estes saberes são trazidos para a FD-DF pela posição-sujeito zetética-2 para articulá-los ao pré-construído da FD-DF e construir a formulação que inclui este tipo de união entre aquelas abarcadas pela noção de *entidades familiares* admitidas pela Forma-sujeito. A complexidade dos movimentos dos saberes pelo complexo de FDs, que produz a instabilidade das fronteiras da FD-DF, é ressaltada pelas nuances da relação de dominância. Se emergem as relações de dominância da FD-Antropologia em relação à FD-DF no discurso da posição-sujeito zetética-1, é porque lhe foi conferido este caráter, através da tomada de posição do sujeito que superpõe as duas FDs, ao constituir o processo discursivo.

Dessa forma temos, na FD-DF, de acordo com a inscrição dos sujeitos nos sentidos, modos diferentes de promover a aplicabilidade da lei. Construindo relações de paráfrases em relação ao pré-construído, a posição-sujeito dogmática promove a igualdade dos sujeitos sociais a partir da exclusão dos sentidos novos (das uniões não formadas a partir da diversidade de gêneros), distintos daqueles já sedimentados. Já a posição-sujeito zetética-1 promove a aplicabilidade da lei e concebe a igualdade social justamente através do funcionamento discursivo antagônico: para tornar-se “igual”, o diferente precisa ser “incluído” nas relações de identificação com a Forma-sujeito da FD-DF.

Ao abrigar em suas práticas discursivas os saberes e práticas referentes às relações familiares por meio do confronto destes dois discursos que mantêm entre si relações de antagonismo, a FD-DF mostra a heterogeneidade inerente a

esta região de saber. Os sentidos construídos a partir da posição-sujeito zetética-2 referem-se à exclusão do determinante do gênero ou identidade sexual dos casais como capacitação para adoção. Instauram a nova posição-sujeito no interior da FD-DF, o que significa a concessão da primeira adoção para um casal de homossexuais no Brasil. Dada a heterogeneidade de uma FD admitida por Pêcheux ([1975]/1995) e Courtine (1981), vemos a entrada destes novos saberes no interior da FD-DF somente a partir das posições-sujeito zetéticas 1 e 2. Uma vez instalados, estes saberes passam a manter outras relações de confronto com a Forma-sujeito da FD, além daquelas referentes à capacitação para adoção.

Em um discurso posterior ao que compõe o nosso corpus de estudo, referindo-se à questão da constituição de famílias *homoafetivas*³ e da adoção por casais de homossexuais, o sujeito-desembargador 3 formula, em uma enunciação posterior: “*temos de superar a dicotomia das diferenciações das pessoas pelo sexo masculino ou feminino*”. (Dias, 2008)⁴. Ou seja, os sentidos em torno da família *homoafetiva*, anteriormente inscritos no lado externo da fronteira caracterizada pela expressão *há vedação*, passaram a fazer parte da FD-DF, instalando-se concomitantemente com aqueles permitidos pela expressão *salvo se* e instaurando a divergência de sentidos no interior da FD.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter ilustrado, através das análises, o modo como as práticas discursivas jurídicas produzem o funcionamento do Direito como FI quanto aos aspectos internos, re-

³ A expressão é introduzida no funcionamento discursivo-ideológico da FD-DF pelo sujeito-desembargador-3, para referir as famílias formadas por casais homossexuais.

⁴ Nesta formulação tomamos o sujeito-desembargador-1 como autor do âmbito do Direito.

ferentes ao seu funcionamento sistemático, intrincados às relações externas a esta região de saber. Tanto as práticas sociais de famílias formadas pela heterossexualidade como pela homossexualidade passam a ser possíveis de obter o reconhecimento jurídico. Entretanto, somente as primeiras são reconhecidas a partir da posição-sujeito dogmática, ambas são reconhecidas pela posição-sujeito zetética-1, e somente as segundas são admitidas pela posição-sujeito zetética-2.

Essa reunião dos contrários que se confrontam promove a possibilidades distintas e antagônicas, gerenciadas pelo funcionamento da FD-DF, de certas práticas na formação social. Assim é que a constituição da família a partir do determinante da afetividade, em substituição do determinante ligado ao gênero, constitui o acontecimento enunciativo, a ruptura que causa estranhamento e alvoroço nas fileiras de saberes (Indursky, 2000 e 2003). É a ruptura a partir da proposta de substituição dos sentidos admitidos a partir da posição-sujeito dogmática, pelos sentidos admitidos a partir da posição-sujeito zetética-2.

Assim, o surcimento da posição-sujeito zetética-2, que caracteriza o acontecimento enunciativo da FD-DF, em meio aos *indefinidos e instáveis lançares de interpretação*, uns sobre os outros, mostra-se nesta prática discursiva. Os futuros confrontos de sentidos, de acordo com os intrincamentos entre a dominância interna e externa da FD, ao tensionarem as relações de dominância no interior da FD-DF, é que determinarão ou a transformação das práticas na família, ou a reprodução das mesmas.

A partir das análises, temos que as relações de identificação ao sujeito de Direito conferem aos indivíduos – entre eles o indivíduo homossexual – a sua capacidade jurídica de constituir a unidade familiar e de adotar, dando-lhes os direitos e as obrigações inerentes ao “*bom sujeito*” descrito por Pêcheux. A adoção encontra-se entre esses direitos, regulamentada também por obrigações, que conduzem os sujeitos a

submeter-se ao que é permitido pela Forma-sujeito da FD-DF, para ser realizada como prática social.

Entendemos que o duplo “trânsito” de reprodução/trans-formação entre o discursivo e o social, caracterizado nesta prática discursiva, pela regulação jurídica da prática de adoção, é ilustrado pelo intrincado de relações da FD-DF, através dos embates entre a posição-sujeito dogmática e as posições-sujeito zetéticas 1 e 2, na busca dos determinantes para a noção da *família*, cujo confronto permitirá a regularização de certos sentidos no interior da FD, em detrimento de outros. A regularização dos sentidos na FD-DF, acompanhada da sedimentação, produzirá a regularização e sedimentação dos sentidos e práticas na *família*, na medida em que serão definidos os papéis possíveis de serem desempenhados em seu interior, ou quais as práticas possíveis de compor os seus rituais de funcionamento, e por quais sujeitos.

Quanto à discussão sobre a adoção, partindo dos *nós* formados em torno do conceito de *família*, pudemos observar que irá mexer também com outros sentidos e fazê-los deslizar, compondo outros *nós* na rede de sentidos. A função da paternidade vai ser discutida como prática de relação entre os sujeitos sociais, envolvendo sentidos baseadas no ato da procriação, no afeto, no cuidado. As relações entre os sujeitos sociais são discursivizadas no interior da FD-Direito-família, através do jogo entre os sentidos para as noções família/paternidade, que irão permitir não somente a construção dos saberes capazes de legitimar as práticas de adoção, mas também outras práticas sociais familiares, entre elas a união entre os homossexuais.

Assim, os sentidos intrincam-se a outros, compondo uma região de conceitos e de noções. Estes giram em torno das práticas de reprodução daquelas já existentes, a partir das interpretações que se identificam com os sentidos já oficializados, e buscam mantê-los. Ou giram em torno das práticas de transformação, pelas interpretações capazes de juntar ao pré-construído os sentidos determinados por outras regiões

da FD, para transformá-lo. Esperamos que as reflexões aqui tecidas, sobre o jogo entre a reprodução/transformações dos sentidos e práticas, produzidos no heterogêneo funcionamento discursivo/ideológico da FD-DF, possam conduzir para reflexões a respeito da igualdade social, lançada sobre as bases (ideológicas) dos gestos de interpretação, que intrincam o discursivo e o social, dentro e fora das instáveis fronteiras de um domínio de saber.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis.(1968). *Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.
- COURTINE, Jean-Jaquecs. Analyse du discours politique. *Langages*, n.61, juin, 1981.
- DIAS, Berenice. *Famílias - um adjetivo plural*. Palestra na Faculdade IDC, Porto Alegre, 2008.
- FERRAZ JR., Tercio S (1988). *Introdução ao Estudo do Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- HAROCHE, Claudine, PÊCHEUX, Michel & HENRY, Paul. A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso (1971).In: BARONAS, Roberto Leiser.(org). *Análise do Discurso, apontamentos para uma história da noção de Formação Discursiva*. São Carlos: Pedro & João, 2007. p. 13-31.
- INDURKY, Freda. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda. & CAMPOS, Maria do Carmo. (orgs) *Ensaio: discurso, memória, identidade*. Porto Alegre, Ed. Sagra Luzzatto: 2000.
- PÊCHEUX, M. (1969). Por uma análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Análise do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p.61-89.
- _____. (1975). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

ABSTRACT: Following the prospect of French analysis of speech, reflect on how the constitution of the senses, from different interpretations of the law on adoption by homosexual couples and their relationships to the social events. The analysis illustrates the conflicts between the application of legal standards in the social sphere and heterogeneity of constitutive interpretation, which works on top not only the discourse of normalization, but in any event discursive.

Keywords: *law; FD; subject-positions; event.*

GUARDE-SE DE FALAR: PRUDÊNCIA E LINGUAGEM EM CONFÚCIO

Chen Tsung Jye*

Antonio José Bezerra de Menezes Jr*

RESUMO: Neste artigo são examinadas algumas proposições confucianas sobre a linguagem existentes nos Analectos (Lun Yu), a principal obra de Confúcio (551 – 479 a.C.). Em especial, destaca-se a importância de seu uso prudente na comunicação. Também são ilustradas algumas posições contrastantes do taoísmo.

Palavras-Chave: Linguagem, Confucionismo, China Antiga.

DO USO PRUDENTE DAS PALAVRAS

O cuidado com a expressão, o uso correto das palavras, o sentido de adequação da linguagem constituem questões centrais no pensamento confuciano¹. No último parágrafo dos Analectos (论语 Lun Yu), a principal obra de Confúcio (551 – 479 a.C.), encontramos a seguinte frase que sintetiza, como derradeira lição, os três elementos decisivos que formam o homem superior:

子曰：不知命，无以为君子也；不知礼，无以立也；不知言，无以知人也。

* FFLCH-USP

¹ Não iremos tratar aqui da questão da Retificação dos Nomes, que abordaremos num próximo trabalho.

zì yuē : bù zhī mìng wú yǐ wéi jūn zì yě; bù zhī lǐ
wú yǐ lì yě; bù zhī yán wú yǐ zhī rén yě.

Confúcio disse: Quem não compreende o destino é incapaz de se comportar como um cavalheiro. Quem não compreende os ritos é incapaz de ocupar seu lugar. Quem não compreende palavras () é incapaz de compreender os homens. (Analectos, XX,3)²

Para Confúcio, “compreender palavras” ou “conhecer a linguagem” mais do que uma competência linguística que permite comunicar-se com os homens, e também saber interpretar aquilo que realmente querem dizer, é a expressão do caráter moral do indivíduo, da sua veracidade e senso de adequação. Li Fu Chen assim comenta essa passagem de Confúcio:

Words, when they truly show loyalty and sincerity, are the badge of superior men. When words are fashioned into flattery and lack sincerity, however, they brand a man as a despicable person.³

A palavra 言 yán significa: “discurso, palavras, dizer, falar, significar, expressar, linguagem, idioma, dialeto”. O sinólogo e jesuíta português Joaquim Guerra (1908-1993) recolhe ainda os seguintes significados: “1) dizer, ênfase, encarecer, palavra, falar, expressão, sentença, frase, dizeres, discurso, linguagem; 2) ordenar, ordem, ensinamento, aviso, enviar aviso; 3) sentido, significado; 4) deliberar, perguntar; 5) alto; 6) eu próprio; 7) flageote;”⁴

² Utilizamos neste artigo a tradução dos Analectos feita por Simon Leys (vide bibliografia).

³ CHEN, Li Fu - The Confucian Way, p. 131.

⁴ GUERRA - Dicionário Chinês-Português de Análise Semântica Universal, p. 284.

Embora não seja unânime, a etimologia do carácter 言 yán parece indicar uma língua que sai da boca e algo que a recobre ou detém. Comparando-se a evolução dos caracteres 舌 shé (a língua da boca) e 言 yán (a língua idioma) percebe-se uma grande semelhança:

	Escrita dos Ossos Oraculares	Escrita do Selo	Escrita Atual
舌 shé Língua (da boca)			
言 yán Falar, Palavras, Língua, Linguagem			

O famoso sinólogo Wieger, ao tratar do carácter 言 yán associa-o com “the sounds of the heart, says the Glose; 心声也 (xīn shēng yě)”⁵. Temos ainda a expressão 言为心声 (yán wéi xīn shēng) literalmente “as palavras são a voz (som) do coração” similar a famosa passagem do Novo Testamento: “A boca fala daquilo de que o coração está cheio.” (Mt 12,34). Curiosamente, algumas variantes da Escrita do Selo para o carácter 言 yán sugerem algo que sai do coração (心 xīn):

⁵ WIEGER – Chinese Characters, p. 186.

	Escrita do Selo	Escrita do Selo	Escrita Atual
心 xīn Coração, Mente, Consciência, Natureza Moral.			
言 yán Falar, Palavras, Língua, Linguagem			

Esse aspecto moral da linguagem, fundamental em Confúcio, no sentido de que não se deve falsear os dados da realidade e da consciência, fica muito clara na palavra 信 xìn que significa principalmente “verdadeiro, confiança, acreditar”. O ideograma é formado por 亻 (人 rén) “pessoa, homem, ser humano” e 言 (yán) “palavras”. Wiegler comenta:

Sincerity; the quality that the 言 words of every man 人 should have. Faith, truthfulness, the effect produced upon a 人 man by the 言 words of another.”⁶

Se o discurso do outro é sempre revelador, de seu caráter e de suas intenções, cabe expressar-se com o máximo de cuidado ou então calar-se. A prudência, ao lado da clareza e da sinceridade, passa a ter uma importância vital na comunicação. Assim, lemos nos Analectos:

⁶ WIEGLER, op.cit. p. 186.

子贡曰：君子一言以为知，一言以为不知，言不可不慎也。

zǐ gòng yuē: jūn zǐ yī yán yǐ wéi zhī, yī yán yǐ wéi
bù zhī, yán bù kě bù shèn yě.

“Zigong disse: Com uma palavra, um cavalheiro revela sua sabedoria; com uma palavra, ele trai sua ignorância – e é por isso que ele pondera suas palavras cuidadosamente” (Analectos, XIX,25)

A seguinte passagem do 礼记 Li Ji (Livro dos Ritos) também é bastante significativa, mostrando que não existe nada tão imprudente quanto a irreverência:

曲礼曰：毋不敬，俨若思，安定辞。安民哉。

qū lǐ yuē : wú bù jìng, yǎn ruò sī, ān dìng cí. ān
mín zāi。

“Diz o amigo das boas maneiras: Não haja faltas de respeito. Que se veja que somos conscientes, e que as nossas palavras são reflectidas. Isso dará confiança às pessoas.”⁷

DO PRUDENTE USO DAS PALAVRAS

Representando a ideologia do campo, Laozi (604? – ? a.C.), fundador do taoísmo, irá desenvolver sua crítica ao confucionismo e seu projeto de ordenar a sociedade urbana e complexa a partir dos valores comunitários, reproduzindo a mesma forma de expressão concisa do universo rural. Valorizando mais um saber prático e integrado do que um saber

⁷ Guerra – Cerimonial, p. 89. Acrescentamos a tradução de James Legge (1815-1897) para esse mesmo trecho, dada a sua importância: “The Summary of the Rules of Propriety says: Always and in everything let there be reverence; with the deportment grave as when one is thinking (deeply), and with speech composed and definite. This will make the people tranquil.” (The LIKI, Livro 1, Capítulo1).

teórico e isolado, Laozi irá afirmar que o mais perfeito é o ensino que se faz sem a mediação da linguagem:

是以圣人处无为之事，行不言之教。

shì yǐ shèng rén chǔ wú wéi zhī shì, xíng bù yán zhī jiào.

“O homem santo / cumpre os atos sem atuar / pratica a doutrina sem falar (言)” (Dao De Jing, Cap. 2)⁸

Laozi por isso irá criticar o “falatório” dos especialistas, cujas fórmulas para reverter o quadro da crise política e social do final da dinastia Zhou (1028 – 256 a.C.), estavam longe de compreender sua verdadeira natureza e exatamente por isso produziam maior desordem:

知者不言，言者不知。

zhī zhě bù yán, yán zhě bù zhī.

“Quem sabe (知), não fala / Quem fala (言), não sabe” (Dao De Jing, Cap. 56)

Elias Cannetti, citado por Simon Leys em sua introdução aos Analectos, observou que “os Analectos são um livro importante não apenas pelo que diz, mas também pelo que não diz” e prossegue “de fato, os Analectos fazem um uso muito significativo do não-dito”⁹. Entretanto deve-se notar que esse silêncio em Confúcio é o símbolo de uma personalidade reservada e modesta. Confúcio não é contrário a eloquência, sabendo fazer bom uso dela quando necessário, mas certamente rejeita todo discurso de autopromoção:

⁸ Utilizamos neste artigo a tradução do Dao De Jing feita por Mario Bruno Sproviero (vide bibliografia).

⁹ CONFÚCIO – Os Analectos. Tradução, apresentação e notas de Simon Leys, p. XXXIII.

孔子于乡党，恂恂如也，似不能言者。其在宗庙朝廷，便便然；唯谨尔。

kǒng zǐ yú xiāng dǎng, xún xún rú yě, sì bù néng yán zhě。 qí zài zōng miào cháo tíng, biàn biàn rán; wéi jǐn ěr。

“No seu vilarejo, Confúcio tinha modos despretenciosos e falava com hesitação. No templo ancestral e na corte, sua fala era eloquente mas circunspecta.” (Analectos, X,1)

Poderíamos dizer que, apesar de Laozi e Confúcio seguirem por caminhos diferentes, o estilo sapiencial de suas obras convergem para o ideal chinês de compor utilizando sempre 言近旨远 (yán jìn zhǐ yuǎn) “palavras simples e significados profundos”.

DA PRUDÊNCIA EM POUCAS PALAVRAS

A extrema preocupação com a expressão irá produzir uma cultura que valoriza sobremaneira o discurso sintético e o uso de provérbios, aforismos e expressões idiomáticas como formas consagradas de pensamento, muitos dos quais tirados da literatura clássica. Em resumo, valoriza-se o uso parcimonioso das palavras. Como observa Granet:

A literatura chinesa é uma literatura de centões. Quando querem provar ou explicar, quando pensam em narrar ou descrever, os autores mais originais servem-se de historietas estereotipadas e expressões convencionais, hauridas num fundo comum. Esse fundo não é muito abundante e, além disso, não se procura renová-lo. Boa parte dos temas que têm gozado de aceitação permanente encontra-se nas produções mais antigas e mais espontâneas da poesia chinesa.¹⁰

¹⁰ GRANET, Marcel – O Pensamento Chinês, p. 48. Aproveitamos para dar a definição do vocábulo Centão: “Texto poético (ou musical) composto por versos

Mesmo nos Analectos encontramos o uso de provérbios. No capítulo XII, repreende-se um desatino verbal com a expressão: 驷不及舌, (sì bù jí shé) literalmente “uma parrelha de quatro cavalos não consegue alcançar uma língua solta” ou seja “aquilo que foi dito, não pode ser desdito”. No chinês coloquial moderno ainda se utiliza a expressão equivalente 一言既出驷马难追 (yī yán jì chū sì mǎ nán zhuī) “uma palavra que saiu, nem quatro cavalos podem alcançar”.

Para encerrar, bem ao estilo chinês, reproduzimos aqui uma tradicional anedota de valor moral sobre o tema:

慎言

孔子之周。观于太庙。石阶之前。有金人。三缄其口。铭其背曰。古之慎言人也。戒之哉。毋多言。多言多败。

shèn yán

kǒng liǎo zhī zhōu. guān yú tài miào. shí jiē zhī qián.
yǒu jīn rén. sān jiān qí kǒu. míng qí bèi yuē. gǔ zhī
shèn yán rén yě. jiè zhī zāi. wú duō yán. duō yán
duō bài.

Guarde-se de falar.

Quando Confúcio dirigia-se a Zhôu foi contemplar no Templo Sublime. Em frente ao degrau direito havia um homem de metal – três vezes tinha selada a sua boca e gravado nas suas costas o seguinte: Este é um homem de guardar-se de falar (de falar pouco) da antiguidade - cuidem-se! Não falem muito. Tantas palavras, tantas derrotas.¹¹

(ou melodias) de vários autores, os quais ganham uma nova significação distinta da das composições originais. Da nossa Literatura fazem parte alguns centões em latim e poucos em português. Divertimento erudito, de João Pacheco, de 1738, é exemplo de um.” In Infopédia disponível em: <URL: [http://www.infopedia.pt/\\$centao](http://www.infopedia.pt/$centao)>, acesso em: 30 de julho de 2009.

¹¹ Tradução do Prof. Dr. Mario Bruno Sproviero (DLO-FFLCH-USP).

BIBLIOGRAFIA

- CHEN, Li Fu - *The Confucian Way: A new and systematic study of the "Four Books"*. Republic of China: The Commercial Press Ltd., 1972.
- CHINESE ETIMOLOGY (dicionário eletrônico) Disponível em <http://www.internationalscientific.org/>>. Acesso em: 29 de julho de 2009.
- CONFÚCIO - *Analects*. Disponível em <<http://sangle.web.wesleyan.edu/etext/pre-qin/lunyu.html>>. Acesso em: 29 de julho de 2009.
- CONFÚCIO - *Os Analectos*. Tradução, apresentação e notas de Simon Leys. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GRANET, Marcel - *O Pensamento Chinês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- GUERRA, Joaquim A. de Jesus - *Cerimonial (Li Ji)*. Macau: Editora dos Jesuítas Portugueses, 1987.
- GUERRA, Joaquim A. de Jesus - *Dicionário Chinês-Português de Análise Semântica Universal*. Macau: Editora dos Jesuítas Portugueses, 1981.
- GUERRA, Joaquim A. de Jesus - *Quadrivolume de Confúcio*. Macau: Editora dos Jesuítas Portugueses, 1984.
- HAENISCH, E. - *Lehrgang der Klassischen Chinesischen Schriftsprache*. Leipzig: Veb Verlag Enzyklopädie, 1966.
- LAOZI - *Dao De Jing*. Tradução do chinês por Mario Bruno Sproviero. São Paulo: Hedra, 2002.
- Si Shu Du Ben 四書大全 (Compêndio dos "Quatro Livros"). Taipei, San Min, 1976.
- SPROVIERO, Mario B. - "A Sabedoria em Confúcio nos Analectos (Lun Yu)" in *China em Estudo*, 1996, número 3, pp.81-90, DLO-FFLCH-USP.
- The Contemporary Chinese Dictionary*. Beijing: Foreign Language Teaching and Research Press, 2002.
- The LÍ KÍ (THE BOOK OF RITES)* Translated by James Legge (1885). Disponível em <<http://www.sacred-texts.com/cfu/like/>>. Acesso em: 29 de julho de 2009.
- The Liji (Livro dos Ritos)* in Chinese Text Project. Disponível em <<http://chinese.dsturgeon.net/text.pl?node=9479&if=en>>. Acesso em: 29 de julho de 2009.
- WIEGER, L. - *Chinese Characters: Their origin, etymology, history, classification and signification*. New York: Dover Publications, 1965.

ABSTRACT: In this article some Confucian propositions on language existing in the Analects (Lun Yu), the main work written by Confucius (551 – 479 B.C.), are analyzed. The prudent use of it in communication is especially emphasized. There are also examples of some contrasting positions of the Taoism on this issue.

Keywords: Language, Confucionism, Ancient China.

NO ENTREMEIO DO FUNCIONAMENTO DO DISCURSO DO CORDEL: O RITMO E A ESTEREOTIPIA

Fernanda Moraes D'Olivo*

Suzy Lagazzi*

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise do funcionamento da estereotipia e do ritmo na literatura de cordel. Tomamos como fundamentação teórica e metodológica a Análise de Discurso materialista. Para a constituição do *corpus* discursivo utilizamos folhetos nordestinos que retratam a figura feminina. Esses folhetos se encontram no acervo de Literatura de Cordel do CEDAE/UNICAMP. Compreendemos, nesta análise, que o entrecruzamento entre o ritmo e a estereotipia produz um efeito de ludicidade que permite que a moral, constitutiva dos discursos do cordel, circule mais facilmente entre os interlocutores.

Palavras-chave: Análise de Discurso; ritmo; estereótipo; cordel

INTRODUÇÃO

Quando ouvimos falar em Cordel, ligamos tal palavra às imagens de livros pequenos, feitos de um material bem simples, com um desenho na capa representando o conteúdo do texto, pendurados em cordões ou expostos em bancas nas feiras populares do nordeste para serem comercializados. Ao pegarmos um desses “livrinhos” parece que, a cada verso, começamos a ouvir os próprios autores recitando tais pala-

* IEL/UNICAMP

bras. Vemos, através dos personagens representados nos cordéis, a personificação de várias figuras que nos fazem pensar em uma parcela do povo nordestino, com sua força e jogo de cintura para sobreviver.

Os primeiros desses livretos foram produzidos por trabalhadores rurais com quase nenhuma educação formal, que escreviam para um público também distanciado da educação formal. Tanto os cordelistas quanto o seu público sempre foram muito identificados com os preceitos morais da Igreja e com o regime patriarcal. Os autores de cordel buscavam representar a comunidade onde eles viviam através de versos que traziam temas do cotidiano ou histórias fantásticas. Essas histórias, dispostas no cordel em versos ritmados, perdem muito da sua beleza se forem lidas apenas em voz baixa. O cordel é feito para ser recitado.

O processo de recitação nos folhetos é importante, pois tal literatura vem de uma tradição oral e na sua forma escrita há a marca dessa oralidade. Os poetas usam a recitação dos poemas como atrativo principal para sua circulação e comercialização. Houaiss (1979), no prefácio para o livro *Cordel, do encantamento às histórias de luta*, comenta a relação da oralidade com a Literatura de Cordel:

Nessa síntese - menos descritiva que indagativa - há que ressaltar o convívio perdurante da literatura oral com a literatura de cordel, a partir do advento desta. Esta se baseia na primeira, mas nem por isso a primeira, oral, deixa de subsistir, já que o cordel desde sempre aspira ser 'ouvido', constituindo a forma impressa um meio de expansão da oralidade. (p.15)

Os versos do folheto não são apenas lidos em voz alta, mas sim recitados com um ritmo próprio, proporcionado pela rima e pela métrica, ambas bem marcadas e contínuas, que ajudam na memorização dos versos dos cordéis:

Saber, por exemplo, que o segundo, quarto e sexto versos terminarão com um mesmo som permite prever minimamente o que será dito e auxilia a recordação de uma história já conhecida. A regularidade fornece marcas, 'pistas', sobre o caminho que a composição seguirá, não só com quem a apresenta, mas também para quem a ouve". (ABREU, 1999: 88)

A partir da reflexão de Abreu (1999), podemos afirmar que os indivíduos que se reúnem em volta do recitador para ouvir os poemas são contagiados pelo movimento de repetição de estrutura(s) padrão(ões) dos folhetos e, nesse sentido, queremos ressaltar a presença do ritmo nos cordéis. Se o cordel fugir dessa estruturação esperada será menor a facilidade de guardá-lo na memória. Isso é posto no seguinte trecho de Houaiss (1979) sobre o cordel: "...pois parece âmbito de consumo voluntário em que o marketing se afunda e o que não "pega" – por não interessar ao seu público – não se reimprime e não vinga..."(p.16). Os cordelistas trabalhavam e ainda trabalham dentro de um espaço já estabelecido, cuja ruptura, se por um lado poderia permitir uma maior liberdade de formulação para o autor, por outro lado pode afetar o interesse do público, se vier a comprometer o processo de recitação. Resaltamos que o ritmo é muito importante no processo de circulação dos cordéis.

Mas, como já dissemos, não é só o ritmo que chama a atenção quando lemos os folhetos, os personagens também chamam. Eles são representados no cordel de forma estereotipada, mostrando características de parte do povo nordestino ou de pessoas específicas que fazem parte de populares histórias ou da comunidade em que o cordelista vivia, características estas estabilizadas socialmente. Sobre a estereotipia, a sociologia e a psicologia apresentam tal conceito como sendo constituído por uma idéia pré-formada e simplificada que se impõe como sendo fixa dos membros de uma coletividade ou de cada indivíduo. Complementando essa explicação, Amossy & Herschberg Pierrot (1997) dizem que o estereótipo

é “Fonte de erros e de preconceitos, ele aparece também como um fator de coesão social, um elemento construtivo no relacionamento consigo mesmo e com o Outro” (p: 43)¹. Parece-nos importante chamar a atenção para o fato de a estereotipia estar presente nas relações sociais, tendo um papel marcante na circulação dos versos dos cordéis.

Percebendo esta forte relação do estereótipo e do ritmo com a própria constituição do Cordel, interessou-nos compreender como o ritmo e a estereotipia funcionam no processo de circulação de sentidos dos discursos presentes nos folhetos. Devido à variedade temática, optamos por analisar os discursos sobre a figura feminina representada nessa literatura, sendo este o nosso recorte do material de trabalho.

À ANÁLISE DO DISCURSO NA COMPREENSÃO DO FUNCIONAMENTO DO RITMO E DO ESTEREÓTIPO NA LITERATURA DE CORDEL

Para responder a questão posta acima, tomamos o dispositivo teórico-analítico da Análise de Discurso (AD) de perspectiva materialista, fundada na década de 60 por Michel Pêcheux, que busca compreender os efeitos de sentido que estão presentes nos discursos e explicitar o funcionamento discursivo.

Analisamos a estereotipia mobilizando os conceitos de memória discursiva e de pré-construído. Os estereótipos são configurados por sentidos que sustentam uma determinada discursividade, fazendo parte da instância da memória discursiva. Entendemos esses sentidos como sendo o pré-construído, que, nas palavras de Pêcheux (1975), é “o

¹ Tradução própria. Trecho original: “Source d’erreurs et de préjuges, il apparaît aussi comme un facteur de cohésion sociale, un élément constructif dans le rapport à soi et à l’Autre.” (p. 43)

que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado” (p.99). Nossas compreensões acerca da relação entre pré-construído e estereotipia tiveram como ponto de partida a relação desses dois conceitos feita por Amossy e Hersheberg Pierrot (1997), acima referida. Segundo as autoras, o estereótipo - idéia pré-estabelecida e pré-afirmada pelo sujeito e/ou grupo social sobre determinadas temáticas - pode ser relacionado com o ‘pré-construído’, porque este concebe o sujeito interpelado na linguagem, na qual o pré-afirmado comanda o que ainda está para se afirmar, produzindo um efeito de verdade imediata. Trazendo essa concepção para o quadro teórico discursivo, diremos que o estereótipo é uma “representação” do imaginário social, sendo que a representação, para a AD, não se constitui numa relação direta entre palavras e coisas, linguagem e mundo, e, justamente por isso, sempre falamos que representação é imaginária.

Para uma análise do ritmo precisamos delimitá-lo, pois ele é um elemento de linguagem que pode ser analisado de diversas maneiras, como por exemplo, a análise prosódica feita pela fonética. Vamos concebê-lo como uma repetição ritmada, produzida pela estrutura da rima e pelo jogo entre as palavras, trabalhando para organizar o discurso e produzindo sentidos resultantes dos movimentos rítmicos (Meschonnic, 1982). Assim, tomamos o ritmo no cordel como um elemento fundamental no trabalho da circulação da discursividade presente nos folhetos.

MATERIAL DE PESQUISA E CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DISCURSIVO

Nosso material de análise é composto por cordéis que fazem parte do acervo de Literatura de Cordel pertencente ao

CEDAE/UNICAMP². Estimamos, baseando-nos no período de produtividade dos autores dos folhetos escolhidos para análise, que esses cordéis foram produzidos entre a década de 50 e 70³. Os folhetos são os seguintes: *O valor da mulher*; *Discussão de Amaro Quesesma e José Batista*; *A mulher linguaruda*, *Nascimento, vida e morte de uma coroa*; *A mulher que se casou dezoito vezes*; *Os sinais das mulheres*, *A mulher do compadre Nicolau*.

O *corpus*, na Análise de Discurso, tem um caráter dinâmico e o seu fechamento só se dá com o final das análises. Para analisar o *corpus* nos orientamos pelas condições de produção (relação, não direta, entre o lugar em que o sujeito está inscrito e o ambiente material e institucional em que o discurso é produzido), importantes para se chegar às generalizações e às regularidades, sem o perigo de apagar a polissemia e os funcionamentos discursivos constitutivos desses cordéis. Para a compreensão da nossa questão, nos centramos em folhetos que apresentavam alguns estereótipos femininos e, a partir desses cordéis, fizemos recortes que nos permitiam observar o funcionamento discursivo do ritmo e da estereotipia para compreendermos os efeitos de sentido desse funcionamento.

O FUNCIONAMENTO DA ESTEREOTIPIA E DO RITMO

Nosso *corpus* é constituído por folhetos nos quais há a representação de estereótipos femininos tanto positivos quanto negativos⁴, sendo que estes últimos apresentam um tom pe-

² O CEDAE (Centro de Documentação Alexandre Eulálio) é um centro de documentação onde são arquivados acervos literários, materiais de pesquisa, entre outros. O CEDAE está localizado no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

³ Não temos as datas exatas de produção dos folhetos devido ao fato que eles não as apresentarem impressas nos livretos.

⁴ Pensamos em classificar os estereótipos em positivos ou negativos, baseando-nos no que a sociedade considera bom ou ruim em relação à figura da mulher.

porativo. Durante as nossas primeiras observações dos recortes, chamou-nos a atenção o fato de que esses estereótipos têm seus sentidos formulados por uma discursividade marcada por preceitos morais que circulam na sociedade. Entendemos que essa moral dá base aos sentidos dos estereótipos, determinando-os no discurso do cordel.

Para dar visibilidade ao funcionamento da moral nos folhetos, analisamos os cordéis realizando uma divisão em relação às imagens femininas que fazem parte do nosso *corpus*:

- **Grupo dos estereótipos que seguem um padrão social desejado:** fazem parte desse grupo os estereótipos femininos que se encaixam no ideal de mulher pensado pela sociedade para a qual o cordel é feito. Encontramos nesse agrupamento as figuras da boa esposa, da mulher perfeita e da mulher obediente e submissa ao pai ou ao marido.

- **Grupo dos estereótipos que não seguem um padrão legitimado socialmente:** Classificamos nesse grupo as imagens das mulheres que fogem aos padrões sociais de uma mulher ideal, padrões estes sustentados pela moral. Como exemplo dessas figuras temos a imagem da “coroa”, da “mulher linguaruda” e da “mulher-macho”.

Nos seguintes trechos, podemos observar as imagens femininas representadas no primeiro grupo:

Figura da esposa:

“Bastará para haver grande harmonia/ Cada casa ter dentro uma mulher/ Pois não há casa alguma com mister/ Se faltar lhe a mulher para alegria/ Se a mulher faz nascer à poesia/ Sem mulher não há gosto nem vantagem/ Sem mulher nem um homem tem coragem/ Sem mulher não há festa nem brinquedo/ Sem mulher todo

riso finda cedo/ Sem mulher vive o homem sem imagem.” (trecho do cordel *O valor da mulher*)

“A- Hoje em dia sou casado/ Mas não estou arrependido/ Não sou lá tão bom marido/ Mais dou conta do recado/ Já tenho filho criado/ Mas acho que me convêm/ Em casa de tudo tem/ Não me falta o que comer/ Pois é este o meu prazer/ Sem mulher não sou ninguém// A- Sem mulher nada me graça/ Sem mulher só vive triste/ Sem mulher ninguém resiste/ Sem mulher homem não passa/ Sem mulher tudo embarça/ Sem mulher não me dou bem/ Sem mulher quero morrer/ Sem mulher não há prazer/ Sem mulher não sou ninguém”. (trecho do cordel *Discussão de Amaro Quaresma e José Batista*)

“Se não houvesse mulher/ Era preciso fazê-la/ Uma casa sem mulher/ Não há quem deseje vê-la/ É como um dia sem sol/ E uma noite sem estrela”. (trecho do cordel *Os sinais das mulheres*)

Mulher delicada e bela:

“É de acordo que o homem trate bem/ Da mulher que viver-lhe em companhia/ Para dar a beleza e a primazia/ Que a mulher bem decente sempre tem/ Se a mulher é o ente que convém/ Que o perfume das rosas viva nela/ Deverá ser tratada com cautela/ Para assim não perder sua beleza/ Pois que a mão da Divina Natureza/ Quando fez a mulher foi para ser bela// Compreendo que Deus interessou-se/ Em fazer a mulher com perfeição/ Pois fazendo a primeira para Adão/ Deu-lhe muita candura e um riso doce/ Pois ao vê-la Adão logo contentou-se/ E achou logo o mundo menos triste;/ Já por isto é que o homem não resiste/ Os carinhos e agrados da mulher;/ E a mulher fará tudo

que quiser/ Por ser ela o melhor anjo que existe”. (trecho do cordel *O valor da mulher*)

Mulher submissa:

“Mostra sempre a mulher bom coração/ Quando sofre os maus tratos dum marido”. (trecho do cordel *O valor da mulher*)

“A mulher vivia bamba/ De todo dia apanhar/ Mas na frente do marido/ Não ousava reclamar/ Por ser tímida e bondosa/ Que nem se chega a pensar// No café ela apanhava/ Antes de lavar o rosto/ Quando ela ia para a roça/ Dava-lhe tremendo encosto/ Que a pobre ficava troncha/ Mas não deixava o seu posto”. (trecho do cordel *A mulher do compadre Nicolau*)

Através desses excertos, observamos a presença do efeito do pré-construído moral trabalhando para sustentar os sentidos desses estereótipos. Dizeres como “*Bastará para haver grande harmonia / Cada casa ter dentro uma mulher/ Pois não há casa alguma com mister/ Se faltar lhe a mulher para alegria*”; “*Uma casa sem mulher/ Não há quem deseje vê-la/ É como um dia sem sol/ E uma noite sem estrela*”; “*Compreendo que Deus interessou-se/ Em fazer a mulher com perfeição/ Pois fazendo a primeira para Adão/ Deu-lhe muita candura e um riso doce*”; “*Mostra sempre a mulher bom coração/ Quando sofre os maus tratos do marido*”; “*A mulher vivia bamba/ De todo dia apanhar/ Mas na frente do marido/ Não ousava reclamar (...)//Mas não deixava o seu posto*” nos mostram proposições acerca da figura feminina que tem seus sentidos já reafirmados na sociedade pelo imaginário social da mulher legitimada esteticamente e moralmente. Os enunciados que trazemos acima constituem um processo de reafirmação das características femininas esperadas pela sociedade. Isso fica visível pela relação estabelecida entre a delicadeza da mulher

e a criação divina, entre a ligação esperada da mulher e do bem estar do lar e da obediência feminina ao marido diante de qualquer situação, até mesmo dos maus tratos do marido. São essas características, baseadas em pré-construídos morais de mulher delicada, de boa esposa e de mulher obediente ao homem, que configuram os estereótipos de mulher considerados bons pela sociedade e que ao mesmo tempo endossam os pré-construídos morais que constituem o imaginário popular da figura feminina desejada.

Os estereótipos femininos que não seguem um padrão social se constituem e se significam na contraposição das imagens femininas idealizadas socialmente. Ou seja, eles funcionam na oposição em relação aos pré-construídos morais que sustentam os estereótipos desejados pela sociedade. Observamos essa relação de contraposição nos seguintes trechos:

Mulher faladeira

“Uma mulher faladeira/ É uma viagem sem ter porto,/ É trabalho sem descanso,/ É viúva sem conforto/ Trabalhador sem salário,/ Peixe fora do Aquário/ É urubu sem ter morto!...// Mulher da língua comprida/ É açúcar no feijão,/ É beber café com sal,/ É raiva no coração.../ É condutor sem trocado,/ Bodegueiro no fiado/ É carro na contra-mão!//A mulher que é faladeira/ É professor sem aluno,/ Réu sem ter Advogado,/ É tribunal sem tribuno.../ Viúva sem proteção,/ É playboy sem medalhão/ Pedra pra gatuno!(...)” (trecho do cordel *A língua da mulher faladeira*).

A coroa

“Quem quiser viver em paz/ Se afaste de uma coroa/ Parece que elas todas/ Ou da bonita ou boa/ Carregam o diabo nas costas/ Que até o diabo se acoa.// Coroa é uma rama/ Que nasce duma mulher/ Pois só

existe coroa/ Porque nasceu Lúcifer/ Coroa é uma maldita/ Não meto a minha colher (...)//De 18 aos 25/ Tem a oportunidade/ De encontrar o paletó/ Ou a dura realidade/ De ir para o inferno/ Com toda a sua maldade (...)//A partir dos 33/ Começa o desespero/ Desacredita nos santos/ Vai frequentar o terreiro/ Fazendo uma salada/ Com padre e macumbeiro.// Dos 33 aos 40/ É a fase dos nos acuda/ Vai a São Paulo atrás/ De um marido pra muda/ Mas lá não o encontrando/ Uma nova trama estuda.// Nessa idade a mulher/ É fera imprevisível/ Anda atrás de um Adão/ Que lhe queime o fusível/ Nessa idade ela casa/ Com qualquer homem sofrível...” (trecho do cordel *Nascimento, vida e morte de uma coroa*).

Mulher-macho

“Laça boi, mata cavalo,/ Derruba touro “Pereira”,/ Mulher-Macho, sinsenhor!.../ Usa punhal e peixeira,/ Luta Box e joga bola,/ Numa briga mata, esfola,/ Sabe jogar capoeira!... (...)//Levará para a capela,/ E mandará dizer missa!.../ Choraré fingidamente,/ Clamando aos céus por justiça,/ Tantos maridos valentes,/ Motoristas competentes,/ Seu carro não desenguiça!...(...)/ / Mas em cada sepultura,/ Há de deitar uma flor,/ Dizendo, -Durma feliz,/ Ó meu décimo oitavo amor!.../ Que a terra te seja leve,/ E outro irá muito breve,/ Aliviar tua dor!... (...)//Na capela Dorotea/ Fará sua devoção!/ Diante da sua Santa,/ Virgem da recordação,/ E dirá a meia voz:/ Estou virgem como vós,/ Como doe meu coração!...” (trecho do cordel *A mulher que se casou dezoito vezes*).

Por meio dos recortes apresentados acima, podemos observar que na configuração dos três estereótipos há um efeito de deboche. Esse efeito é produzido, no caso da mulher

faladeira, por meio da comparação desta com a ausência do essencial (*Uma mulher faladeira/ É uma viagem sem ter porto,/ É trabalho sem descanso,/ É viúva sem conforto/ Trabalhador sem salário,/ Peixe fora do Aquário/ É urubu sem ter morto!*) e com o cúmulo do ruim (*Mulher da língua comprida/ É açúcar no feijão, / É beber café com sal, / É raiva no coração.../ É condutor sem trocado,/ Bodegueiro no fiado/ É carro na contra-mão!*"); no caso da 'coroa', pela própria nominalização desta ('coroa'), que tem um apelo a uma sexualidade mal resolvida pela falta do casamento; e, em relação à mulher macho, notamos que as marcas discursivas relacionadas à fibra da personagem do folheto e a sua não possibilidade de perder a virgindade com os seus maridos, devido às suas mortes antes da noite de núpcias, é o que provocam um efeito de deboche no discurso: deboche da mulher de fibra (mulher-macho), que não responde à expectativa imaginária de uma mulher delicada, deboche da mulher linguaruda que não corresponde à imagem da mulher discreta, e deboche da coroa que não segue o padrão desejado socialmente de uma boa moça que deve estar casada até uma determinada idade.

Esses três estereótipos se significam na negação das imagens desejadas socialmente, imagens estas que são pautadas em pré-construídos morais, conforme já dissemos anteriormente. Por meio do deboche, que traz um tom pejorativo ao discurso, e da negação dos estereótipos idealizados socialmente por esses estereótipos, observamos a presença dos pré-construídos morais na sustentação dos estereótipos femininos que não seguem os padrões desejados pela sociedade.

Mas, como os discursos dos cordéis, tendo os preceitos morais como elementos pré-construídos dos seus sentidos, circulam tão facilmente entre os interlocutores? Aí é que entra o funcionamento do ritmo.

Os estereótipos que seguem os padrões desejados socialmente e os que fogem às expectativas do imaginário social em relação às mulheres circulam através de um discurso ritmado, produzido pela estruturação das rimas e da métrica,

que podem ser observadas no texto escrito, mas ficam mais visíveis durante o processo de recitação dos cordéis. A métrica e os esquemas de rimas são regulares ao longo de todos os cordéis, configurando, dessa maneira, um ritmo constante. Os folhetos são estruturados, quanto à métrica, geralmente em sextilhas ou sete sílabas e, quanto ao esquema de rima, ele é sempre regular, ou seja, se na primeira estrofe temos o esquema ABCBDB, as estrofes seguintes seguirão a mesma estrutura. Essa estruturação dos versos e das estrofes do cordel é que garante o seu movimento rítmico. Para darmos visibilidade à produção no ritmo nos folhetos, apresentamos, abaixo, alguns excertos:

<p><i>A mulher do compadre Nicolau</i></p>	<p>Agora eu vou contar A Uma estória que me contou B Minha mãe, um certo dia C E hoje agora, eu vou B Contar para vocês D Como o meu cérebro lembrou: B</p>	<p>Havia nesse sertão A Que todo mundo conhece B Um casal desunido C Que a ninguém apetece B Por culpa mais do marido C Que nessa estória aparece B</p>
<p><i>Discussão de Amaro Quaresma e José Batista</i></p>	<p>A- Eu quando era solteiro A Só vivia aperriado B Nunca me vi descansado B Trabalhava o ano inteiro A Hoje não tenho dinheiro A Mas me sinto muito bem C Muitos sozinhos que tem C Fortuna e vive isolado B Hoje em dia eu sou casado B <u>Sem mulher não sou ninguém C</u></p>	<p>A- Hoje em dia sou casado A Mas não estou arrependido B Não sou lá tão bom marido B Mais dou conta do recado A Já tenho filho criado A Mas acho que me convêm C Em casa de tudo tem C Não me falta o que comerD Pois é este o meu prazerD <u>Sem mulher não sou ninguém C</u></p>

<p><i>O valor da mulher</i></p>	<p>Um dia eu estava liso A Sem ter nada que almoçar B Quando a mulher dum doutor C Mandou a mim convidar B Para cantar um pouquinho D Para ela apreciar B</p>	<p>A mulher é um anjo sem segundo A É a luz que melhor beleza encerra B Sem mulher todo homem nesta terra B Detestava os prazeres deste mundo A Pois a terra seria um vácuo fundo A Se faltasse a mulher que nela habita C Sem mulher toda terra era esquisita C Sem mulher não havia riso e festa D Sem mulher neste mundo nada presta D Se mulher é a prenda mais bonita C</p>
<p><i>A língua da mulher faladeira</i></p>	<p>Existe mulher no mundo A Que tem a língua comprida B Igual a légua de beíço C Porque leva a sua vida B A falar de Deus e o mundo, A Mas a mulher de Raimundo A Essa passa da medida B</p> <p>Raimundo Praxedes Braga A Morador de Amaralina B Tem a mulher que parece C O raio da silibrina, B Fala do fogão, fala da brasa, D Das telhas de sua casa, D Do banheiro, da sentina. B</p>	<p>Que a filha é preguiçosa, A Que os vizinhos são ruins, B Que a mãe dela é sebossa, A Que a rua dela não presta, D Que a sogra é desonesta, D A madrinha é vaidosa. A</p> <p>Julia fala de Totonha, A De Chica, de Damiana, B De Quitéria, de Sofia, C De Zefinha e de Caetana, B Fala do pai Maroca, D Fala da mãe de Finoca, D Do filho de Mariana. B</p>

Obs: As letras em maiúsculo do lado de cada versão representam a estrutura de rima do poema.

Compreendemos aqui, por meio da própria estrutura poética do cordel, que o ritmo funciona nesse discurso produzindo, através das repetições ritmadas, um efeito de brincadeira em forma de jogo de linguagem, o que imprime, juntamente com os estereótipos, um efeito de ludicidade à moral que circula no discurso dos folhetos, permitindo que a circulação da moral e, conseqüentemente, do discurso do cordel, se dê de uma maneira mais naturalizada, com menos resistência por parte dos interlocutores. O efeito de ludicidade, portanto, é produto do jogo que há entre a estereotipia e o ritmo. Esses três elementos funcionam no sentido de fazer com que os preceitos morais sejam reafirmados para o público numa forma artística e não como claramente algo imposto, conforme acontece nos sermões das igrejas, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada neste artigo nos permitiu compreender o papel fundamental do estereótipo e do ritmo em relação à circulação de dizeres sustentados por pré-construídos morais. Observamos que os sentidos que se constituem nos discursos dos folhetos nordestinos circulam de maneira amena pelo entrecruzamento que há entre ritmo e estereotipia, entrecruzamento este que produz o efeito de ludicidade aos preceitos morais que estão presentes na discursividade do cordel.

Essa compreensão acerca do funcionamento e dos efeitos de sentido do jogo entre estereotipia e ritmo produzindo um efeito de ludicidade, nos possibilitaram ver que o cordel é um modo de textualização no qual discursos que causariam polêmica entre os interlocutores, devido à forte presença de elementos morais – como é o caso da mulher obediente e passiva ao marido ou da coroa – são ouvidos por todos com um tom de graça e de brincadeira.

Assim, quando estivermos lendo, ou melhor ainda , ou-vindo um simples cordel, não é apenas uma história engraçada que estamos vendo e sim um jogo complexo e interessante de linguagem que torna tal história, repleta de moral e muitas vezes coercitiva socialmente, engraçada.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Márcia – Histórias de cordéis e folhetos, Campinas: Ed. Mercado das letras, 1999.
- AMOSSY, R. & HERSCHERBERG Pierrot, A. – Stéréotypes et clichés, Paris : Ed. Nathan, 1997.
- CURRAN, M. J. – A Literatura de Cordel: Antes e Agora – in *Hispania*, Vol. 74, no. 3, Special Issue Devoted to Luso-Brazilian Language, Literature and Culture, 1991, pp. 570-576.
- LONDRES, Maria José Fialo – Cordel: do encantamento às histórias de luta, São Paulo, Ed. Duas Cidades, 1983.
- MESCHONNIC, H. – Critique du Rythme: antropologie historique du langage – Paris, Ed. Verdier, 1982.
- MEYER, Marlyse – Autores de cordel, São Paulo, Abril Educação, 1980.
- OLIVEIRA, Maria Francinete – A representação da mulher na literatura de cordel, PUC Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, 1981.
- ORLANDI, E. Análise de discurso, princípios e procedimentos, Campinas, Ed. Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, M. – Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio, Campinas, Ed. Unicamp, 1975.

FOLHETOS UTILIZADOS COMO MATERIAL DE PESQUISA

- BATISTA, A. Nascimento, vida e morte de uma coroa. s. d.
_____. A mulher do Compadre Nicolau, s.d.
- CAVALCANTE, R. C. A língua da mulher faladeira. s. d.
- QUARESMA, A. Discussão de Amaro Quaresma e José Batista. s. d.
- SANTOS, J. Os sinais das mulheres, s.d.
- SANTOS, F. S. A mulher que se casou dezoito vezes, s.d.
- SILVA, J. B. O valor da mulher. s. d.

ABSTRACT: This article, supported by the Materialist Discourse Analysis theory, presents the analysis of the role of stereotypes and rhythm in Cordel Literature. We used booklets with women stereotypes as research material to constitute the *corpus* of this work, which are part of the Cordel Literature archive from CEDAE/UNICAMP. In this article we comprehend that the intersection between rhythm and stereotype produces a ludic effect which enables the moral in cordel discourse to have an easier circulation among the public.

Keywords: Discourse Analysis; rhythm, stereotype, corde

ATAVISMO NEOCLÁSSICO DE GONÇALVES DIAS

Cilaine Alves Cunha*

Resumo: O texto analisa a prática poética de Gonçalves Dias como resultado da apropriação de princípios e técnicas inerentes à poética neoclássica e à estética romântica. Não se pretende com isso representá-lo como um árcade tardio, nem como um romântico deslocado, mas como parte de um tempo, a primeira metade do século XIX, em que o amálgama entre sistemas artísticos distintos é norma.

Palavras-chave: Gonçalves Dias, neoclassicismo, romantismo.

No Prefácio de *Primeiros Cantos*, Gonçalves Dias discorre sobre sua poesia, simulando, como é praxe, desapego à convenção poética então prevista. Na definição de seu sistema artístico, adota certos preceitos do romantismo, adaptando-os, no entanto, ao fim didático comumente praticado pelo neoclassicismo. O objetivo de disseminar na cultura valores religiosos, estéticos e ético-políticos concilia-se com o princípio de que o centro regulador da arte é a subjetividade, ou melhor, a expressão do sentimento, a imaginação e a razão:

* Cilaine Alves Cunha é professora de literatura brasileira (FFLCH/USP) e autora de *O belo e o disforme*, *Álvares de Azevedo e a ironia romântica* (Edusp/FAPESP).

Dei o nome de *Primeiros Cantos* às poesias que agora publico, porque espero que não serão as últimas.

Muitas delas não têm uniformidade nas estrofes, porque menosprezo regras de mera convenção; adotei todos os ritmos da metrificação portuguesa, e usei deles como me parecem quadrar melhor com o que eu pretendia exprimir.

Não têm unidade de pensamento entre si, porque foram compostas em épocas diversas – debaixo do céu diverso – e sob a influência de impressões momentâneas. Foram compostas nas margens viçosas do Mondego e nos píncaros enegrecidos do Gerez – no Doiro e no Tejo – sobre as vagas do Atlântico, e nas florestas virgens da América. Escrevi-as para mim, e não para os outros; contentar-me-ei, se agradarem; se não... é sempre certo que tive o prazer de as ter composto.

Com a vida isolada que vivo, gosto de afastar os olhos de sobre a nossa arena política para ler em minha alma, reduzindo à linguagem harmoniosa e cadente o pensamento que me vem de improviso, e as idéias que em mim despertam a vista de uma paisagem ou do oceano – o aspecto da natureza. Casar assim o pensamento com o sentimento – o coração com o entendimento – a idéia com a paixão – colorir tudo isto com a imaginação, fundir tudo isto com a vida e com a natureza, purificar tudo com o sentimento da religião e da divindade, eis a Poesia” – a Poesia grande e santa – a Poesia como eu a compreendo sem a poder definir, como eu a sinto sem a poder traduzir.¹

No excerto, o desprezo às regras da convenção e a incorporação da mistura dos ritmos põem em funcionamento a rebeldia romântica contra as normas da tradição retórica e poética. A declaração de que a organização dos poemas não possui unidade pode contrariar o fundamento de que a sua disposição pelo livro deve ser feita de acordo com um princípio lógico ordenador. Mesmo a confissão biográfica de que essa suposta carência de unidade deve-se à variedade dos

¹ DIAS, Gonçalves. Prólogo a *Primeiros cantos*, in: *Obras poéticas de*. Org. Manuel Bandeira. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1944, v. 1, p. 18.

lugares em que os poemas foram compostos encontra respaldo na prática discursiva do romantismo. Valendo-se do deslocamento físico quer como ato, quer como modo de enunciação, a obra romântica prevê a absorção da reflexão e das meditações sobre os lugares visitados, tornando verossímel, com isso, o preceito de que o pensamento pode divagar por várias esferas do conhecimento e assim fundir gêneros e estilos distintos.

No Prefácio de Gonçalves Dias, o princípio de que a criação artística é interiormente gerada da contemplação do belo natural e do pensamento de improviso parece apontar para a noção kantiana de que a arte resulta de um impulso desencadeado a partir do jogo estabelecido entre as faculdades sensíveis e espirituais do sujeito criador. Pressupõe-se aí que, no belo ou no sublime, predomina respectivamente ou uma harmonia ou um conflito entre imaginação e razão, o que desemboca num “espontâneo” transbordamento do pensamento. Pela psicologia da invenção poética, a criação artística vincula-se à apreensão do mundo feita pelo poeta em sua experiência imediata. Nesse processo interior, ao serem recolhidos pela percepção sensorial os materiais dispersos na mente são, como numa engrenagem – diferentemente da simples rememoração em que a organização de tais materiais seria mecânica e passiva –, recriados, reelaborados, associados e sintetizados pela imaginação criadora² Nessa sentido, expressões como “sonho” e “visão” metaforizam a esfera em que a poesia é gerada, levando a imaginação a ocupar o centro da representação artística.

A ênfase concedida por esse Prefácio ao sujeito artístico como centro de onde emana a criação artística afasta-se, aparentemente, da convenção neoclássica que a entende como imitação da natureza, seja ela a ação humana, sejam as tópi-

² Cf. ABRAMS. *El Espejo e la lámpara (Teoría romántica y tradición crítica acerca del hecho literario)*. Trad. Gregorio Aráoz. Buenos Aires: Editorial Nova, 1962, p. 246-247.

cas ordenadoras do discurso consagradas pela tradição. No entanto, a postulação do autor de que o material da percepção, da fantasia e do sonho deve ser filtrado pelos princípios da religião não deixa de realizar a heteronímia da arte ao vinculá-la ao público e ao efeito edificante que nele se espera produzir. Esse tipo de vínculo implica a preservação da função da arte como instrumento de disseminação do santo, do justo e do belo. Mesmo o conceito de *imaginação* aí pressuposto afasta-se da função que a estética romântica lhe destinava, pensada como livre curso da fantasia. Em Gonçalves Dias, a idéia de que a harmonia entre pensamento e sentimento deve ser “colorida” com a imaginação indica que o termo possui, para ele, a mesma função regulada pela preceptiva do século XVIII, então concebida como “representação da representação” recebida pelos sentidos ou “projeção do mundo exterior na fantasia”.³ Gonçalves Dias não valoriza a imaginação como uma força criadora que produz um universo ficcional próprio, como em muitos outros românticos, mas como figura prudentemente ordenada de acordo com os ornamentos previstos na elocução, e não conforme a livre associação entre os assuntos e o arbítrio da subjetividade artística.

A concepção neoclássica da arte funde retórica e poética, compreendendo a obra como um artefato voltado para persuadir e ensinar. Fazendo a ênfase de sua doutrina incidir sobre a incorporação de normas, máximas e sentenças, a poética neoclássica procura legitimar o conceito de imitação no princípio de que haveria uma homologia entre ela com a suposta ordem harmônica do universo. Como lembra M. H. Abrams, se a natureza for regida por leis próprias que a tornam ordenada e harmônica, a arte deve imitá-la e reproduzir as suas propriedades.⁴ Nessa compreensão, o conceito de *imitação* pretende alcançar um nível universal de formulação e

³ TEIXEIRA, Ivan. *Mecenato pombalino e poesia neoclássica*. São Paulo: FAPESP/Edusp, 1999, p. 226.

⁴ Cf. ABRAMS. *El Espejo e la lámpara*, op. cit., p. 32.

minimizar o papel do poeta no processo de criação. Tomando por modelo a *bela natureza*, a obra de arte imita não aquilo que foi, mas o que poderia ter sido, isto é, uma natureza melhorada da qual se selecionam aspectos moralmente exemplares. O desprezo da poesia neoclássica pelo elemento fantástico e pelos excessos de imaginação inscreve-se no interior do projeto iluminista de contribuir para aperfeiçoar a racionalidade e a sociabilidade.⁵ A prescrição de que a arte ensina deleitando, de que a imitação seria “um meio para o fim imediato de deleitar, e deleita, por sua vez, como meio para o fim último de ensinar”, faz com que a sua finalidade última seja a produção de um efeito moral sobre o público. Nesse caso, o papel do poeta afeiçoa-se à habilidade e ao domínio que deve possuir das técnicas e tópicos para que, com isso, possa conduzir a virtude a seu auditório.⁶

A teoria expressiva, por sua vez, altera a relação, postulada a partir do século XVIII, entre a obra de arte e os outros elementos que a envolvem: o universo aí representado, a linguagem, o público e o poeta. Apoiando a verossimilhança da obra na linguagem prosaica e no mundo cotidiano, concedendo prioridade ao artista como critério de explicação da gênese da arte, o romantismo situa o sujeito no centro do sistema crítico, desvinculando a arte da orientação e reprodução de normas objetivas. Nesse sentido, seja por tomar as ações humanas e a objetividade das normas por fonte da imitação, seja por enfatizar a audiência, a teoria utilitarista orienta-se para o mundo externo. A romântica, por sua vez, toma a interioridade criativa do gênio imaginativo como o centro de onde emana a arte, sendo então prescrita como expressão de sua reflexão e sentimentos. A função predominante da obra de arte não é mais imitar qualidades e ações humanas típi-

⁵ Cf. HANSEN, João Adolfo. “As líras de Gonzaga”, em: Revista *Via Atlântica*. São Paulo, Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas e Língua Portuguesa. FFLCH/ DLCV/ USP, n. 1, 1997, p. 49.

⁶ Cf. ABRAMS. *El Espejo e la lámpara*, op. cit., p. 28 e 30.

cas, nem educar deleitando, mas expressar, também por meio de artifícios adequados, os sentimentos que devem exteriorizar as lembranças retidas pela percepção sensorial, acrescentando à poesia o aspecto confessional e a dicção do solilóquio. O auditório ideal, nesse caso, torna-se o próprio poeta que, ao desqualificar a retórica, procura antes valorizar a sua originalidade e, assim, a invenção individual como força criadora. Mas, paradoxalmente, ao desprezar a prática poética anterior por sua obediência às regras da convenção, a poesia como sentimento e confissão pressupõe ainda um fim, no caso, expressar as emoções e, conseqüentemente, produzir efeitos capazes não de educar, mas de impressionar, mover e comover a sensibilidade do leitor.⁷

No livro de estréia de Gonçalves Dias, o poema “Prodígio”, da série “Visões”, explicita metadiscursivamente a conciliação estabelecida por sua poética entre um e outro sistema artístico. O poema trata da vingança de Deus contra a “gente impura” de uma vasta capital, condenando seus habitantes a uma morte sisífica. Transformados em pedra viva, penitenciam seus pecados repetindo incessantemente atos praticados em vida, como o entreabrir dos lábios, o cochicho ao ouvido, a contabilidade do ouro, a venda de seda etc. Apenas um velho leitor do Alcorão escapa da maldição. Antes, no entanto, de relatar a sua parábola, o sujeito lírico procura asseverar, na leitura, a autoridade de sua própria voz:

Naquele instante em que vacila a mente
Do sono ao despertar, quando pejada
Vem doutros mundos de visões etéreas;
Quando sobre a manhã surge brilhante
A luz da madrugada, – eu vi!... nem sonhos
Era a minha visão, real não era;

⁷ Id., *ibid.*, p. 43-44.

Mas tinha d'ambos o talvez. – Quem sabe?
Foi capricho falaz da fantasia,
Ou foi certo aventar d'eras venturas?⁸

Ao afirmar que a sua visão foi percebida pela semi-consciência quando ela se situava entre o sonho e o despertar, o sujeito da enunciação procura nivelar a esfera do sonho à da razão, convicto de que as possíveis revelações inscritas no primeiro deles, ao serem transformadas em matéria da poesia, possuem o mesmo estatuto que as profecias. Preservando à dúvida quanto à fonte exata de onde extraiu o seu assunto, se no mundo objetivo ou na esfera do sonho, o sujeito lírico reivindica para a fantasia poética o mesmo estatuto da razão para organizar a realidade. Pretende, com isso, que o material do sonho que conforma a visão seja também uma fonte legítima de conhecimento, talvez superior à objetividade contida na leitura da realidade pelo entendimento, pois, como nas visões de um oráculo, traz em seu bojo a potencialidade do futuro. No verso “tinha d'ambos o talvez”, a insistência na dúvida quanto à origem do material da inspiração figura o processo mesmo da criação artística em que se minimiza a idéia de arte como imitação, ressaltando, antes, o predomínio, nesse processo, das faculdades sensíveis e aperceptíveis. Feito isso, o poeta não deixa de sobrevalorizar a subjetividade artística como o pólo a partir do qual irradiam revelações sobre a vida. Essa discussão metapoética funciona, no entanto, como prescrição e demonstração objetiva de uma regra artística, afastando-se do princípio de que a obra de arte reproduz espontaneamente a galopante imaginação de um romântico mais empedernido, sem peias nem limites reguladores.

Ainda em *Primeiros Cantos*, o poema “Delírio” sobrepõe afetivamente o sonho à realidade, o qual se torna, pela lenta rememoração, uma esfera reveladora das trevas do sujeito.

⁸ DIAS, Gonçalves. *Primeiros cantos*, op. cit., p. 102.

Na situação do pesadelo, este lida com duas imagens antagônicas de uma mesma figura feminina, representada em duas dimensões temporais conflitantes: no presente da enunciação a mulher amada é puro espírito que não se materializa em uma forma física. Sofrendo a danação de alma sem corpo, ela emite mórbidos suspiros pela impossibilidade de desfrutar o prazer da convivência amorosa. Se, na dimensão do passado, ela era fonte de alegria, na do presente transforma-se em pesadelo:

À noite quando durmo, esclarecendo
 As trevas do meu sono,
 Uma etérea visão vem assentar-se
 Junto ao meu leito aflito!
 Anjo ou mulher? não sei. – Ah! se não fôsse
 Um qual véu transparente,
 Com que a alma pura ali se pinta
 Ao través do semblante,
 Eu a crera mulher... – E tentas, louco,
 Recordar o passado,
 Transformando o prazer, que desfrutaste,
 Em lentas agonias?!

Visões, fatal visão, porque derramas
 Sobre o meu rosto pálido
 A luz de um longo olhar, que amor exprime
 E pede compaixão?
 Porque teu coração exala uns fundos,
 Magoados suspiros,
 Que eu não escuto, mas que vejo e sinto
 Nos teus lábios morrer?
 Porque esse gesto e mórbida postura
 De macerado espírito,
 Que vive entre aflições, que já nem sabe
 Desfrutar um prazer?
 Tu falas! Tu que dizes? êste acento
 Esta voz melindrosa,

Noutros tempos ouvi, porém mais lêda;
Era um hino d'amor.
A voz que escuto, é magoada e triste,
- Harmonia celeste,
Que à noite vem nas asas do silêncio
Umedecer as faces
Do que enxergava outra vida além das nuvens.
Esta voz não é sua;
É acorde talvez d'harpa celestes,
Caído sobre a terra!
Balbucias uns sons, que eu mal percebo,
Doridos, compassados,
Fracos, mais fracos; - lágrimas despontam
Nos teus olhos brilhantes...
Choras! tu choras!... Para mim teus braços
Por força irresistível
Estendem-se, procuram-me; procuro-te
Em delírio afanoso,
Fatídico poder entre nós ambos
Ergueu alta barreira;
Ele te enlaça e prende... mal resistes...
Cedes enfim... acordo!.

E fecho os olhos, e de novo intento
O sonho reatar.
Embalde! porque a vida me tem preso;
E eu sou escravo seu!
Acordado ou dormindo, é triste a vida
Des que o amor se perdeu.
Há contudo prazer em nos lembrarmos
Da passada ventura,
Como o que educa flores vicejantes,
Em triste sepultura.⁹

⁹ Id., *ibid.*, p. 95-96.

Num estilo convencional, o poema vale-se da elegia romântica, empregando a ausência física da mulher como justificativa do lamento pela perda de uma época amorosa harmônica. Ao despertar, o sujeito procura recuperar mnemonicamente a imagem feminina para que, com isso, possa encontrar alento para as adversidades da vida, naturalizada como um estado de permanente sofrimento. O convencionalismo do poema deriva da negatividade vazia gerada pelo confronto entre os dois tempos distintos. A particularização dos fatores que fundamentam a angústia do sujeito amoroso alia-se ao culto do sofrimento pelo sofrimento. Os motivos dessa perda são apenas entrevistos por meio da sugestão da morte da mulher amada. Entre tantas perdas a que a vida humana está sujeita essa é apenas mais uma que não pretende desenvolver reflexão alguma, nem estilizar classicamente o pesadelo como um moralmente acontecimento exemplar. Visto em seu conjunto, a intenção que deu origem à composição do poema parece se assentar em um esforço para dar vazão ao luto e à melancolia. Sua exemplaridade consiste, assim, no culto da dor romântica.

No interior do poema o enfraquecimento das causas do sofrimento, sua naturalização com fim em si, assim como a mecânica contraposição entre dois tempos antagônicos devem-se ao privilégio que aí se concede à discussão sobre o estatuto da tristeza como fundamento da arte. Trata-se de valorizar esse estado de ânimo com fim nele próprio, dotando-o de uma nobreza poética que dialoga com os preceitos de certo romantismo, especialmente o modelo fornecido por Lamartine. A suposição gonçalvina de que as “lentas agonias” podem também ser fonte de prazer estético estabelece um vínculo positivo entre dor e poesia. Se a recuperação mnemônica da antiga voz alegre e melindrosa da mulher amada equipara-se a hinos de amor, essa mesma voz, magoada e triste concretiza, no presente da enunciação, uma harmônica melodia que forma acorde para uma harpa. Na comparação final do coveiro que cultiva “flores vicejantes em sepultura”, a

reprodução e o culto do lamento pela perda do passado idílico, tal como exige a elegia, podem quem sabe produzir viçosas poesias.

Esse poema certamente não ilustra a capacidade criativa de seu autor. Seu interesse prende-se antes ao fato de discutir, em seu próprio interior, os critérios do exercício da poesia, o que implica academicismo. Na seleção de seu assunto, o privilégio concedido ao diálogo sobre a prática da elegia acarreta uma restrição do assunto ao corpo de letrados. Nesse sentido, ao afirmar que o alento da vida encontra-se na rememoração e no culto do passado e, simultaneamente, na recusa do presente, o poeta explicita o artifício. Falando à razão do leitor, ele pode enfraquecer a sua comoção.

Também no poema “Prodígio”, conforme dito, a reivindicação de um valor de verdade para a imaginação artística alcança traçar um arrazoado sobre o procedimento. O objetivo de transmitir um ensinamento religioso impõe limites à livre fluência da imaginação e freia os excessos e a irregularidade formal que os românticos em geral, ao valorizar essa faculdade, esperam produzir. Com esse objetivo o eu lírico não deixa também de ferir a exigência de autonomia da arte, concebida no século XIX com uma finalidade sem fim. Analogamente, em “Delírio”, a legalidade objetiva com que se discorre sobre o sofrimento, sua valorização como um estado dotado de nobreza poética contraria a máxima romântica de que a obra de arte deve expressar livremente os sentimentos. Ao explorar a emoção como o próprio assunto da poesia, o poeta suspende a expressão dos sentimentos, evidenciando o próprio recurso que poderia gerar dor. O que implica dizer que, nesses poemas, a metadiscursividade leva à exposição das estratégias que poderiam impressionar afetivamente o leitor. Deixando o artifício a descoberto, Gonçalves Dias trai a intenção de regular a nova tendência que, aqui, estreava com a sua prática. Nesses e em muitos poemas de sua autoria, a prescrição das novas regras no interior dos poemas acaba por demonstrar a adesão do poeta à poética neoclássica. Sua

metadicursividade em nada se aproxima da que um romântico costuma em geral produzir, quando propõe que o poeta deve incorporar, no interior de sua própria obra, uma reflexão sobre a própria poesia, esperando com isso se auto-criticar e reformular infinitamente o próprio pensamento poético à medida que o produz. A metapoesia de Gonçalves Dias pretende regular a totalidade das produções poéticas de seu tempo, dissolvendo-se na objetividade das normas, não em uma individualidade que procure singularizar a sua reflexão sobre e no interior da tradição literária e da concorrência artística.

Essa permanente oscilação entre a poesia mimética e a expressiva, entre uma poesia plástica, que se desenvolve no espaço, e outra dita musical, que expõe, de dentro para fora e progressivamente uma idéia em desenvolvimento, é recorrente nos dois livros iniciais de Gonçalves Dias. A diferença entre uma e outra publicação reside no fato de que se, na primeira delas, predominam poemas de caráter objetivo, *Segundos Cantos* concede privilégio aos sentimentos. Mas entre um e outro pólo observam-se também poemas que se dedicam a confirmar e reafirmar a constância do sofrimento na vida humana (“Sofrimento”, *Primeiros cantos*), submetendo o assunto à ilustração de algum ensinamento moral. Esse tipo de poema se fecha em geral com algum conselho ou uma mensagem moralizadora sobre, por exemplo, os benefícios que a busca de consolo em Deus poderiam propiciar aos habitantes de uma nação em que predomina desde sempre a mais completa arbitrariedade, o que resulta no enobrecimento do conformismo. Isso gera uma desproporção flagrante entre o início e o meio do poema, de um lado, e seu final, de outro. Nesse intervalo, o contraste entre esses dois momentos não deixa de desorientar o leitor e pegá-lo de sobressalto. Ele então pode experimentar uma alteração abrupta na dicção que salta do solilóquio para um diálogo monologado sobre algum preceito moral.

Gonçalves Dias banuiu a mitologia antiga de seu eclético sistema poético, substituindo-a pela do cristianismo. Ainda

que se declare contrário à tendência de reproduzir padrões artísticos previamente estabelecidos, imita os modelos fornecidos pela tradição portuguesa, aproveitando-se do projeto que Alexandre Herculano e Almeida Garret formularam para nacionalizar a literatura portuguesa. Como este, valeu-se da cultura de cavalaria e do trovadorismo, estabelecendo uma aproximação da literatura brasileira com as tradições orais do peninsular folclore popular. Ao lado da tradição portuguesa, a incorporação do modelo fornecido por Byron e Schiller ocupa também, como em Garret, lugar no interior de sua poesia.¹⁰

De seu sistema de enunciação afastou o simulacro do pastor que se dirige a uma pastora muda e estática, mas dele manteve o esforço voltado para transmitir valores edificantes sobre a vida civil. Acentuou a estilização do eu poético individual na literatura, mas procurou paradoxalmente garantir à sua voz a condição de representante da voz coletiva. Ainda que dissolva a impessoalidade do discurso ficcionalizando um eu característico – como em I-Juca Pirama, Leito de Folhas Verdes e Marabá –, a voz que em geral fala nesses poemas espera preservar para si a representatividade dos interesses e dos valores supostamente coletivos. Para tanto, também monta um diálogo interior e solitário sobre tópicos universais. Num moderado esforço que evita em geral explorar reinos fantásticos e sobrenaturais, exerce com discrição a mistura entre grotesco e sublime. Aprofundando a estilização, já iniciada pelos neoclássicos, da experiência pessoal e imediata, aproxima suas poesias da imitação da vida prosaica. Para tanto, concebe uma ficção histórica sobre a gênese do país, subordinando-a, porém, a uma leitura trans-histórica do tempo em que inscreve princípios ético-políticos, fixos e imutáveis. Assentando sua fala num tempo supostamente universal, brada contra as ameaças que o excesso de apego à vida mundana e ao racionalismo

¹⁰ SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. *História da literatura portuguesa*. Lisboa, Porto Editora Ltda, 6ª. Edição, s/d, p. 705.

acarretaria à adoção de valores essencialmente católicos, nacionalistas e reformistas. Esse misto aproveitamento dos princípios da poesia neoclássica com os da romântica permitiu-lhe renovar certos temas e procedimentos da poesia anterior, incorporando o imaginário das elites letradas do país sobre as origens e os traços característicos de uma improvável identidade nacional. O diálogo com as práticas simbólicas da cultura letrada leva, de um lado, à formulação de sentenças ideológicas que afirmam a unidade territorial, o pacto social entre as elites políticas, a fidelidade ao poder central e o respeito às leis por ele instituídas, numa demanda de fim da ingerência patriarcal no governo do país. De outro, a renovação da poesia pela incorporação das práticas discursivas e sociais de seu tempo confere à sua obra um valor de documento histórico e sociológico, o que tanto agrada a iluministas e classicistas.

Ao procurar definir e particularizar a cultura local por meio de uma combinação dos princípios da poética neoclássica com os da romântica, Gonçalves Dias não deixa de afirmar o poder da razão para conciliar os pólos extremos dos contrários. A reação romântica à racionalidade econômica e às probabilidades da lógica, com seu conseqüente culto ao irracionalismo e às esferas mágicas da vida, não encontra espaço em sua obra, a não ser quando se trata de valorizar lendas e tradições orais. Nesse culto à razão, define os contornos da paisagem com traços nítidos, transparentes e diurnos.¹¹ Quando recorre às tintas noturnas e sombrias predominantes no sistema imagético romântico, refere-as ou a algum desastre coletivo, como em “O canto do piaga”, ou ao suposto tipo local, como em “Leito de folhas verdes”. Num esforço de produzir e, ao mesmo tempo, controlar a emoção, funde, por exemplo, metros heróicos e sáficos, construtivos e melodiosos, mistura apta a conquistar uma postura sóbria que possa conter, com juízo e bom senso, o livre fluxo dos sentimentos.

¹¹ Sobre a metáfora da luz no sistema imagético de Gonçalves Dias, cf. GARCIA, Othon M. *Esfinge clara e outros enigmas*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

Caracterizado, assim, como superior e grave, simples e natural o eu poético de Gonçalves Dias assemelha-se ao dos árcades, quando “universaliza o que diz na forma de um aconselhamento ético-político”.¹² Ao modo de Tomás Antônio Gonzaga, produz um discurso plano e objetivo como estratégia para facilitar a recepção de suas poesias. Emprega parcimoniosamente torneios frásicos complexos e os abruptos sobressaltos do hipérbato, perseguindo a clareza e a simplicidade. Evitando abusar dos tropos e figuras, especialmente da ironia, distancia-se da linguagem paradoxal e do estilo excessivamente irregular, fragmentado e hermético de muitos românticos. Essa preocupação com a racionalidade do eu, da arte e da vida delimita a construção de um sistema imagético predominantemente espacial e metonímico. Na metáfora evita a aproximação entre análogos distantes, muito subjetivos ou incongruentes, optando, em geral, por substituí-la e traduzi-la pelo símile de comparação. Na seleção de palavras, prefere vocábulos precisos e usuais. Ao lado da contenção no emprego dos tropos e figuras, sua seleção vocabular evidencia a busca pelo equilíbrio do decoro e faz sua linguagem parecer simples e elegante. Nessa elegância retórica, afeta ingenuidade e bom senso adequados a que ocupe um justo meio que torne natural a representação dos ideais civis e civilizatórios, apropriados à asseveração da ideologia de desenvolvimento da nação.

Ao apontar a inserção intermediária de Gonçalves Dias entre a prática poética do neoclassicismo e a do romantismo, não pretendo representá-lo como um árcade tardio, nem como um romântico deslocado. Entendo antes que a convivência entre duas práticas e modelos diferentes não se limita a esse poeta. Até meados do século XIX, esse fenômeno gerou acirradas discussões entre iluministas e clássicos, de um lado, e

¹² HANSEN, João Adolfo. “As líras de Gonzaga”, in: *Revista Via Atlântica*, op. cit., p. 45.

românticos e modernos, de outro, mesmo no Brasil.¹³ A permanência de escritores que procuram preservar, no auge do romantismo, princípios e práticas inerentes ao sistema poético anterior é apenas um dos traços que evidenciam o caráter heterogêneo dessa estética que já eclode dividida em uma diversidade concomitante de tendências, reproduzindo as contradições ideológicas do sistema.

Se a recepção atual pouco se reconhece nessas poesias, isso não se deve apenas à atual exigência neoliberal de livre circulação mundial das mercadorias que, derrubando fronteiras, abalou a frágil supremacia das nações, seu débil Estado de direito e a singularidade das culturas locais, tornando o nacionalismo obsoleto. No século XX, as poesias de Gonçalves Dias, sobretudo as indianistas, ainda sobrevivem como instrumento de legitimação de outros nacionalismos, à esquerda e à direita. Mas atualmente, a crise da soberania nacional parece ter levado ao ocaso o esforço de seu indianismo de criar e delimitar o sentimento de pertencimento ao país. O

¹³ No século XIX brasileiro, a polêmica entre os partidários da poesia clássica e os da romântica ecoa no interior de muitos poemas do período, encontrando-se dispersa em artigos de revista da época, como em “Anarquia moral”, de um autor anônimo, e em “Harmonias brasileiras, de Macedo Soares, ambos reproduzidos em *Textos que Interessam à história do romantismo*, II, org. Aderaldo Castelo. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1969. Lopes Gama trata alimenta essa polêmica nos seguintes termos: “[...] começo pela grande questão, que ainda hoje divide o campo da literatura acerca da preferência que reclamam uns a favor do classicismo, e outros a favor do romantismo, questão a que alguns têm querido dar certo verniz político, assemelhando os clássicos aos absolutistas, e os românticos aos liberais, como se o verdadeiro liberalismo consistisse no desprezo de toda a lei e norma de proceder; desprezo que aliás soem afetar alguns, que tomam o nome dos românticos em relação às regras e leis da arte”. GAMA, Lopes. “O filósofo na corte a seu compadre na província”, em: *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, 1852, Carta III. Na Carta VI, o Carapuceiro reage, nos seguintes termos, aos excessos românticos que tomariam por base a arte dramática de August Schlegel: “Se porém uma parte, pois, não estou pelo rigorismo dos clássicos, que sob a suposta autoridade de Aristóteles anatematizam toda a composição dramática, que não guarda fiel e escrupulosamente as três unidades; por outra também não me agradam as extravagâncias da escola romântica, da qual tem-se por principal mestre e oráculo ao Alemão Schlegel em seu *Curso de literatura dramática*”.

esquecimento de suas poesias pela recepção atual tampouco se deve apenas ao fato de que a supremacia das nações interessou apenas enquanto interessava às elites econômicas, locais e internacionais em sociedade, formar mercados internos e criar uma jurisdição comercial nos limites de fronteiras circunscritas para que, com isso, as mercadorias circularassem e o sistema se expandisse. Entre os fatores que permitem compreender o envelhecimento da maioria dessas poesias se soma ainda o fato de que, já em sua época, marcando mais uma vez a complexidade do período, a naturalização das verdades absolutas e divinas estava sendo destronada pela cultura ocidental, no Brasil especialmente por poetas excluídos da proteção do mecenato imperial. No século XXI, o relativismo absoluto do hedonismo consumista banalizou a estupefação do século XIX diante do reconhecimento de que as verdades são em geral interessadas e de que o sistema se reproduz por meio da contradição, subordinando e dissolvendo infinitamente os valores da cultura no primado das mercadorias. Com a naturalização desse espanto, perderam-se os critérios de legibilidade dessas poesias, jogando o leitor contemporâneo numa posição de desconforto diante uma obra que procura, como se num último suspiro, bradar em favor do primado da razão, da crença em uma verdade superior e em uma utópica e harmônica ordem social restrita aos iguais.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMS. *El Espejo e la lámpara (Teoria romántica y tradición crítica acerca del hecho literario)*. Trad. Gregorio Aráoz. Buenos Aires: Editorial Nova, 1962.
- DIAS, Gonçalves. *Prólogo a Primeiros cantos*, in: *Obras poéticas de Org. Manuel Bandeira*. Cia. Editora Nacional. São Paulo, 1944, v. 1 e 2.
- HANSEN, João Adolfo. *As líras de Gonzaga?*, em: *Revista Via Atlântica*. São Paulo, Publicação da Área de Estudos Comparados de Literaturas e Língua Portuguesa. FFLCH/ DLCV/ USP, n. 1, 1997.

GAMA, Lopes. ?O filósofo na corte a seu compadre na província?, em: Marmota Fluminense, Rio de Janeiro, 1852.

GARCIA, Othon M. Esfinge clara e outros enigmas. Rio de Janeiro, Topbooks, 1996.

SARAIVA, Antônio José; LOPES, Oscar. História da literatura portuguesa. Lisboa, Porto Editora Ltda, 6ª. Edição, s/d.

TEIXEIRA, Ivan. Mecenato pombalino e poesia neoclássica. São Paulo: FAPESP/ Edusp, 1999.

Abstract: The text examines the poetical practice of Gonçalves Dias as a result of the appropriation of principles and techniques intrinsic to the neoclassical poetry and the aesthetics of romanticism. This is not intended to represent him as a late Arcadian, nor as an out of place romantic, but as belonging to a time, the first half of the XIX century, in which the amalgamation between different artistic systems was the rule.

Keywords: Gonçalves Dias, neoclassicism, romanticism.

PERCURSOS DE DON JUAN NAS AMÉRICAS

André Cesar Pereira*

RESUMO: Esse trabalho analisa o mito de Don Juan em duas obras das Américas (Le Don Juan chrétien - 1966, do autor quebequense Jacques Ferron, e Don Juan acorrentado -1999, da autora brasileira Wanda Fabian) a partir da análise de Jean Rousset (O mito de Don Juan - 1981), que estuda o mito através de três pontos fundamentais: o ser inconstante, o grupo feminino e a figura do morto. Inicialmente apresenta-se o percurso histórico do mito de Don Juan na literatura escrita da Europa, observando as suas características. Em um segundo momento, desenvolve-se a análise de Jean Rousset e em seguida, estuda-se a migração do mito para o imaginário americano, no Quebec, com a obra de Jacques Ferron e no Brasil, com a obra de Wanda Fabian, tratando-o através dos três pontos fundamentais levantados por Jean Rousset. Por fim, busca-se observar as transformações do mito de Don Juan ao encontrar-se em um novo contexto social e literário, ao migrar para um novo imaginário cultural. Busca-se ainda estudar quais características do mito inicial serão mantidas nessas recorrências americanas e quais o ressemantizarão.

Palavras-chave: Americanidade - Estudos Culturais - Relações Literárias Interamericanas - Estudos Comparativos.

Figura conhecida como sinônimo de sedução, Don Juan também pode ser chamado de sedutor incorrigível, conquistador, mulherengo. Símbolo de libertinagem e inconstância.

* Professor da rede oficial de ensino do RS

Aquele que é movido pelo prazer de conquistar, de seduzir. Algumas de suas características são a vida narcisista e sem escrúpulos e a liberdade diante da opressão religiosa. Através de seus atos, ele pretende desvalorizar o elemento sagrado, que rege as normas sociais, pois a crença em um deus o levaria a seguir uma conduta de respeito para com o próximo, e isso seria uma barreira para a realização dos seus desejos. Essa desvalorização do divino não chega a caracterizá-lo como ateu, mas sim como um debochado. Ele não se preocupa com o castigo divino, pois crê que sua juventude e seu vigor colocam o tempo a seu bel-prazer e lhe proporcionam a possibilidade de buscar o arrependimento de seus atos. Sua virilidade e compulsão sexual descontrolada o tornam um ser sem consciência, uma vez que impossibilitam que ele integre os princípios da lei e da ordem. O distanciamento da honestidade e da decência faz com que Don Juan não siga os ordenamentos morais aceitos pela sociedade, criando sua própria moral, fundamentada no prazer carnal imediato.

Apesar de aparecer em lendas populares medievais em denominações como “don galán” ou “mozo alocado” (ARMESTO, Victor Said. *La leyenda de Don Juan. Orígenes poéticos de El burlador de Sevilla y convidado de piedra*. Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1946), é somente em 1630, na obra espanhola *El burlador de Sevilla y convidado de piedra*, de Tirso de Molina, que encontramos o surgimento da figura de Don Juan na literatura escrita. Molina, que a princípio não teve sua obra valorizada, cria um personagem que dará origem a um mito pela sua busca: seduzir, com a intenção de aniquilar o outro através de sua desgraça, sua desonra. É também a partir dessa obra que Don Juan se tornará um protótipo e mito universal, assim como Don Quixote, Fausto e Hamlet.

A personagem do sedutor representa o mundo rico e poderoso da época, mas isso não foi o suficiente para ele, pois acabou buscando, através da sedução, um espaço para fazer-se conhecido e admirado, principalmente entre as

mulheres, e, por consequência, odiado pelos homens. Ele queria consagrar-se o mais forte, o mais esperto e o mais conhecido entre todos, mas ao invés de usar a espada como instrumento fez-se valer da burla, encontrando no ato de seduzir as mulheres o melhor caminho para alcançar seu objetivo. Sendo elas vistas como objeto na época, seduzi-las, conquistá-las, era apossar-se do bem de um outro e, assim, causar a sua desonra. Mas não é somente para mostrar-se mais forte perante outros que Don Juan seduz. A sedução é algo tão presente em sua vida pelo fato de não ter a capacidade de amar, não conseguir se apegar a nenhuma das suas conquistadas. Para ele o amor não pode existir, pois seus sentimentos se esvaem no momento da conquista. Se conseguisse amar, não seria Don Juan, não teria se constituído como um mito. O amor para o sedutor não tem valia e ao referir-se a esse assunto, “significa apenas que a excitação de sua carne exige alívio imediato” (Ian Watt, 1997, p.108). Isso caracteriza o apetite sexual de um jovem de classe alta que, sem ter o que fazer, entende o amor apenas como ato sexual. Colocando em cena esse jovem que não se preocupa com o poder, mas sim com seu próprio prazer, Molina inicia uma desvalorização dos ideais da nobreza, desconsiderando a aristocracia e fortalecendo o poder religioso.

A peça de Molina trabalhava em cima dos perigos do ateísmo, mexendo com elementos religiosos, sendo uma peça bem escrita, mas que nunca foi considerada importante enquanto o autor vivia. O herói barroco de Tirso de Molina era exagerado em suas aventuras, impulsivo e rebelde, cujo erotismo e sedução enfrentavam a sociedade da época. Ele procurava tornar-se o embusteiro número 1 de Sevilha. Não queria desaparecer, queria tornar conhecido o seu nome, não o Tenório, mas o Don Juan, e conseguirá isso através da desonra, a qual tanto mexe com os brios dos homens da época. Desde o início da peça, as atitudes do sedutor já o caracterizam como cínico e audacioso, não deixando revelar sua verdadeira identidade, como quando tenta seduzir Isabela, passando-se por Duque Octavio.

Molina apresenta a ideologia religiosa em sua trama, em sua maior parte cômica, após Don Juan enganar Ana e matar seu pai, Dom Gonzalo, que tentou defender a honra da filha. Antes de morrer ele promete vingança, a qual se dará após Don Juan convidar a estátua desse, erguida pelo rei em sua homenagem, para jantar; ironia que demonstra o ar zombeteiro do herói. A estátua comparece ao encontro e Don Juan, a princípio espantado, não se deixa temer pelo ser estranho que se encontra a sua frente, o que demonstra ainda mais o seu caráter desumano. Acaba aceitando o convite que ela lhe faz de retribuir o jantar em sua capela na próxima noite. Para não parecer covarde, Don Juan honra sua palavra diante do perigo, indo à capela conforme o combinado. Essa atitude nos leva a observar que a palavra do sedutor não tem valia apenas com as mulheres a quem busca conquistar, pois suas promessas se esvaem logo após a conquista dos seus objetivos. Mesmo sentindo-se perturbado com a estátua, o jovem cheio de vida e destemido, dono de seu próprio destino, deixa-se levar pelo culto a sua própria devoção, aceitando o convite. Segundo Watt, “o irônico, no caso, é que será com a sua própria morte, prestes a chegar, que Don Juan se transformará numa “lenda viva” (1997, p.113); e o que isso significa para ele é a derrota completa. O desfecho, caprichosamente, vira a mesa em relação àquilo que Don Juan mais se orgulhava: o enganador é enganado pela vontade do céu, e enganado para sempre”. A punição do burlador se dará nesse segundo encontro com a estátua de Dom Gonzalo que, pegando-o pela mão, atira-o ao inferno, sem dar tempo para ele se confessar, sem ter direito ao arrependimento final, com o qual contava para saldar suas dívidas. A justiça de Deus está feita.

A obra de Molière, *Don Juan, ou le festin de pierre*, retoma o mito da sedução no ano de 1665, com o intuito de criticar a sociedade da época. Don Juan, em Molière, é um ser repleto de elegância, advindo de uma das famílias mais reconhecidas da Espanha, os Tenório. Ele diverge dos princípios de honra e respeito da sua família, tão bem cultivados pelo

pai Dom Luis, o qual, apesar de estar consciente de seus deveres éticos, sempre vai ao auxílio do filho para livrá-lo de perseguições devido as suas aventuras.

Don Juan inicia a peça casado com Dona Elvira, mas em nenhum momento ele demonstra estar envolvido com esse casamento. Ele escapa dos laços matrimoniais, não se importando com a perseguição dos irmãos dela. Segundo Brunel, “existe nele uma autêntica incapacidade de fixar-se num mesmo objeto, um perpétuo apelo ao outro, e tal ódio ao casamento que ele está sempre parodiando-o” (1997, p.24).

Elvira pode até proclamar-se esposa de Don Juan, mas esse casou-se tanto com ela como com todas as outras, e isso é o que conta seu criado Sganarelle a Gusman:

...Un mariage ne lui coûte rien à contracter;
il ne se sert point d'autres pièges pour attraper
les belles, et c'est un épouseur à toutes mains... (p.24).

Molière procurou retratar a vida de um nobre extravagante, que não temia a Deus, era obcecado pela beleza e voltado para a busca de seu próprio prazer. Para esse nobre, seduzir era saber calcular e, para o cálculo perfeito, usava-se da linguagem hipócrita, pois a característica marcante no Don Juan de Molière “não é a sua sensualidade desenfreada, mas sim sua lábia irresistível” conseguida com “a frieza do cálculo, a precisão e a velocidade do raciocínio” (Ribeiro, 1988, p.27-28). Esse sedutor tem na fala sua principal arma para suas burlas, pois através dela seduz e engana, não somente as mulheres, como ocorre quando dialoga com Charlotte, mas também os homens, como quando distorce as coisas, enganando seu criado Sganarelle.

Outra aparição do mito, agora no século18, está na ópera italiana *Don Giovanni*, do compositor Wolfgang Amadeus Mozart, com texto de Lorenzo da Ponte, estreada em outubro de 1787, na cidade de Praga. Mozart compôs essa ópera para homenagear a mesma cidade e ele próprio foi o regente da

orquestra em sua primeira apresentação. Nessa obra, *Da Ponte* mostra que a força do sedutor está no ato de seduzir, passando-se por alguém que não é, e não no dom da palavra como em Molière, por isso ele seduz com o rosto coberto para não ser reconhecido. Ele sente prazer em acumular conquistas, como é mostrado logo no primeiro ato da peça, sendo “na Itália seiscentas e quarenta; na Alemanha duzentas e trinta e uma; cem na França e noventa e uma na Turquia; mas na Espanha elas já são mil e três” (p.39). Nessa passagem da obra, podemos observar a mobilidade da figura do sedutor; mobilidade essa impulsionada não somente por um insaciável desejo de satisfazer seus instintos, de conquistar o ser feminino, como observada nas personagens de Molina e Molière, mas também por uma renovação, uma atualização do objetivo da figura, que passa a buscar a “conquista simplesmente pela conquista”. Isso é demonstrado através da importância que terá o caderno de anotações com o nome das mulheres conquistadas. Observa-se que Don Giovanni seduz muito mais para aumentar sua lista de conquistas do que pelo prazer carnal, como vemos na passagem abaixo, ao falar com seu criado:

...Enquanto isso, do outro lado, estarei eu, a cortejar aquela garota ali, e também aquela garota acolá.
Ah! Tenho certeza que amanhã de manhã o meu catálogo terá uma dezena de nomes a mais... (p.69).

Entre as seduzidas estão camponesas, criadas, senhoras, burguesas, condessas, baronesas, marquesas, princesas, mulheres de toda cor, toda estatura, não importando a classe social ou o aspecto físico, nem se constringendo em conquistar as mais idosas - mesmo que tenha como preferência as principiantes - o que vem ressaltar ainda mais sua característica de buscar a conquista pela conquista.

O SURGIMENTO DE UM MITO

Como podemos trabalhar o surgimento de um mito? No caso de Don Juan é necessário observar quais as características necessárias para o seu surgimento, desenvolvimento e permanência como tal. Para isso, vamos nos fundamentar no pensamento de Jean Rousset que, em *Le mythe du Don Juan* (1976), nos apresenta a idéia de que as relações donjuanescas, para serem completas e coerentes, devem constituir-se de três características invariantes: o ser **Inconstante**, que para se fazer existir necessita, obrigatoriamente, de um objetivo, o qual constitui a segunda característica, que é o **Grupo feminino**, por sua vez constituído sempre de um objeto plural da conquista inconstante e, por último, o **Morto**, surgindo para finalizar o drama, punir o ser inconstante e trazer uma moral à história. Cada um desses três pontos importantes no desenvolvimento da figura de Don Juan serão retomados e trabalhados mais adiante. Antes é preciso observar que, dentre as três características fundamentais apresentadas, Rousset nos diz que “duas serão fixas: o Inconstante e o Morto; a restante, o grupo das vítimas, será modificável”, podendo variar em um maior ou um menor número de mulheres. Isso porque o sedutor, por estar sempre em constante movimento à procura de seu objetivo, proporciona a liberdade de ser trabalhado com quantidades diversas de conquistas, dependendo da obra na qual é inserido, o que também relaciona um momento histórico e um determinado contexto. Rousset ressalta essas características das relações donjuanescas a partir da análise das três obras apresentadas no percurso histórico acima: *El burlador de Sevilla y convidado de piedra*, *Don Juan ou le festin de pierre* e *Don Giovanni*. Essas três obras foram produzidas para o teatro, primeiro ambiente literário em que se desenvolveu a figura do sedutor e, mesmo surgidas em épocas diferentes, deram vida e traçaram o percurso do mito de Don Juan.

O INCONSTANTE

Podemos observar que o característico da figura de Don Juan é que ela vive em uma constante mudança, sendo essa, consequência de certa incompletude do mito, que não pode ser diferente, pois, mesmo tendo um objetivo, que será sempre o mesmo – a busca pelo prazer, tendo como meio a sedução e como fim a burla –, nunca chegará a uma satisfação completa de seus instintos. O sedutor está sempre atrás de uma nova conquista e, como nos mostram Irlemar Chiampi e Antônio Gómez Moriana, Don Juan “recusa o que é fixo e permanente (...) para entregar-se à paixão de conquistar sem possuir” (1990). Ele recusa fixar-se a um mesmo ser, e essa se torna uma característica tão forte em Don Juan que, mesmo antes de alcançar a conquista visada, já se prepara para um outro objetivo. A figura do sedutor é constituída de uma mobilidade que advém da incapacidade de Don Juan se fixar em um mesmo objeto, e Rousset observa que o sedutor não é inconstante somente em relação ao amor, “mas também quanto a tudo o que poderia fixá-lo no tempo e no espaço, família, moral, sociedade – fixá-lo, e portanto prendê-lo” (p. 32). Ele parece estar em uma constante mudança por ser um “ser de mobilidade”, devido a seu deslocamento de cidade em cidade, onde nem bem se estabelece já está pronto para fugir em função de uma nova conquista.

Apesar da figura ter a característica de estar em constante mobilidade, um tom monótono faz parte de seu percurso. Segundo Pierre Brunel (1997), a mobilidade de Don Juan não exclui certa monotonia do mito, sendo essa observada no objetivo do sedutor, que é sempre o mesmo: estar atrás de uma outra conquista. Essa monotonia se apresenta mais forte ao observarmos que para Don Juan todas as mulheres são iguais, e ele vive em uma rede interminável de seduções que sempre terão o mesmo desfecho. Ele não distingue uma mulher de outra, as conquistas são todas iguais, onde, por fim, pede a mão de suas vítimas e as conduz à perdição, ao enga-

no, ao ponto final da sedução que será caracterizado sempre pela burla.

O GRUPO FEMININO

Esse grupo é muito importante para a existência do mito, para a existência de sua característica de inconstante, de sua incompletude, de sua ambição e de seus desejos. O ser feminino é um meio para o sedutor fazer-se conhecido e realizar seu objetivo de não desaparecer com o tempo. A importância desse grupo se apresentar pluralmente é o fato de ser ele que manterá Don Juan em constante movimento, será ele que dará ao sedutor a possibilidade de satisfazer continuamente seus desejos que são intermináveis. De nada valeria a Don Juan não ter um grupo plural de conquistas. Caso isso acontecesse, ele não poderia se desenvolver como tal, não poderia ser quem ele é. Mesmo tendo um sentimento de insatisfação interminável, sua figura não se desenvolveria em um grupo fechado, singular. Ele necessita de um grupo vasto, que dê possibilidade a uma busca incessante de prazer. Esse trabalho com um número plural de mulheres é, na verdade, essencial para a concretização do mito. A pluralidade deve existir para Don Juan, porque sem ela o sedutor se encontraria em um vazio de possibilidades. A singularidade destruiria seu objetivo, que não está na permanência nem na repetitividade de uma mulher, mas sim na quantidade alcançada. Ele necessita conquistar constantemente diferentes mulheres para poder existir como tal, caso contrário deixaria de “ser” e passaria a igualar-se a todos, se esvairia na impossibilidade de continuar seu percurso.

Outra característica que envolve esse grupo feminino surge da idéia que Don Juan desenvolve a respeito do mesmo; para ele, as mulheres buscam o amor verdadeiro, mas se deixam ser tão facilmente seduzidas que essa busca perde o sentido na primeira aproximação de um homem que lhes pro-

mete o mundo. Dessa forma, o amor se torna algo tão frágil, tão corruptível, que não é merecedor de valor pelo sedutor.

O MORTO

A punição divina, tanto em Molière como em Mozart e Da Ponte, se dá através da estátua, da figura do morto que surge para vingar-se do sedutor, como também acontece na obra de Tirso de Molina. O burlador de Sevilha pensava que dispunha de tempo para se redimir, mas não sabia que o esbanjava, o que só vem a descobrir depois de já ter pegado na mão da estátua.

Para Don Giovanni o tempo acabou; mesmo que ele quisesse se arrepender não conseguiria. Em contrapartida, Don Juan de Molière sabe que o tempo de arrepender-se está no fim e sabe que corre para o precipício. Mesmo assim, ele não se redime; não importa o que aconteça ninguém poderá dizer que ele é capaz de se arrepender. Ele sabe que o arrependimento o descaracterizaria. Se ele se arrepender estará sendo hipócrita consigo mesmo, negando o que ele realmente é, o que ele realmente busca.

Observa-se a aparição da figura do morto como uma característica determinante desenvolvida para representação da religião, onde se procura trabalhar as consequências divinas em decorrência do pecado, nesse caso a sedução e a burla, tomadas como aspectos desencaminhadores da sociedade; busca-se, também, realçar o castigo ao pecador como fim para aqueles que não seguem um caminho estabelecido pelos preceitos religiosos. Ninguém pode fugir do castigo de Deus. O fim para o pecador, caso não se arrependa, é o fogo do inferno, a morte. Através dessa característica podemos observar Deus como uma figura usada para reforçar o papel da religião, para reforçar os preceitos dessa, aquilo que todos deveriam seguir. Estar fora desse caminho seria estar exclu-

ido dos planos divinos. É aí que Don Juan se encontra, pois ele não acredita em uma justiça divina. Em parte ateu a tudo, em parte temente a algo mais forte do que ele - a morte, representada pela possibilidade de deixar de existir -, sua tentativa é a de se manter vivo perante aquilo que ele não pode enfrentar, perante esse destino certo para todos. A figura do morto serve, ainda, para dar um tom irônico ao destino de Don Juan. A estátua do morto vai levar o burlador à perdição pegando-o pela mão, assim como ele fazia com suas vítimas, ao seduzi-las.

O TEMPO: OBSERVAÇÃO DE UMA OUTRA CARACTERÍSTICA

Outro tópico interessante a ser observado na figura de Don Juan além dos três desenvolvidos a partir do pensamento de Jean Rousset, é a importância do tempo para o desenvolvimento do mito. O sedutor pensa ter o tempo a seu favor, pois possui juventude e vigor, que lhe proporcionam uma liberdade de ação, sem a necessidade de preocupar-se com um possível castigo. Mas, mesmo possuindo esse sentimento de desfrutar do tempo a seu bel-prazer, podemos observar nele uma preocupação com o futuro, uma preocupação com sua existência e continuidade. O que ele busca, consciente ou inconscientemente, é a sua permanência, é a vitória diante da morte, diante da inexistência, e essa vitória diante da morte será a principal luta do conquistador, uma luta constante. As três obras trabalhadas por Rousset para estudar o desenvolvimento do mito trazem o aspecto de uma busca incessante atrás de um tempo infinito. Com o pensamento perdido no mar de possibilidades que sua juventude propicia, ele não observará que seu fim está próximo e continuará procurando sempre a sedução como alternativa para tornar-se forte o suficiente para fugir do tempo, para não ser esquecido. Mas, mesmo jovem, ele não terá mais oportunidade para se arrepender de todo o mal causado por suas conquistas, por suas

burlas. A frase dita pelo sedutor na obra de Molina - *Que largo me lo fiáis* -, representa a idéia temporal de Don Juan: ser o dono de si mesmo, de seu próprio destino, ser dono de seu próprio tempo. Mas, como nos observam Chiampi e Gómez Moriana, o castigo de Don Juan se dá “na negação desse ‘senhorio sobre o tempo’” (1990, p. 61), o qual é enfatizado na advertência que o coro lhe faz:

no hay plazo que no se cumpla
ni deuda que no se pague

A mesma característica é observada nas obras de Molière e de Mozart e Da Ponte. O tempo é finito para o burlador e seu fim é repentino, sem possibilidade para absolvição. Mas ele alcança a vitória sobre a morte, sobre a inexistência, ao tornar-se um mito e passar a fazer parte de um imaginário.

O INCONSTANTE, O GRUPO FEMININO E O MORTO NA OBRA DE JACQUES FERRON

O inconstante e o grupo feminino: tópicos invariáveis

Analisando a figura encontrada na obra *Don Juan chrétien*, do escritor quebequense Jacques Ferron, podemos fazer um levantamento das transformações pelas quais as recorrências do mito da sedução passaram ao migrar para a América. O ser inconstante ainda é visível em Ferron, porém a figura quebequense porta diferenças marcantes em relação àquelas primeiras figuras, trabalhadas anteriormente. Nessa aparição, Don Juan é um ser que fala de amor, demonstra possuir esse sentimento, algo não encontrado no mito inicial. Mesmo que seu amor não seja voltado para uma mulher, esse sentimento está presente na figura apresentada por Ferron, pois o sedutor revela que ama as flores e os jardins. Não im-

porta que sejam flores e jardins os objetos amados pelo mito, o interessante é que essa aparição de Don Juan *ama*, e mesmo que não seja um amor carnal, já é uma grande transformação em relação ao mito inicial.

Ferron busca, ao situar o mito em um novo contexto, traçar um perfil diferente para ele, tornando-o um ser que medita, um ser mais passivo, mais calmo. Mas é importante observar a mobilidade encontrada nessa figura quebequense, pois ela apresenta, assim como nas primeiras aparições, um sedutor que já está praticando a fuga desde a primeira cena, e esse deslocamento de espaço, esse movimento de Don Juan é tão intenso que ele aparece em fuga todo o primeiro ato. Interessante também é observar que a mobilidade de Don Juan, inicialmente, não é consequência de uma sedução, pois ele não foge de uma mulher ou de alguém que quer vingar-se dele, mas sim de um pastor que o procura para levá-lo a uma festa na cidade, onde muitas pessoas o esperam para que ele represente o papel de Don Juan em uma peça teatral. Essa mobilidade, apesar de ganhar um traço cômico em Ferron, demonstra a permanência da inconstância do mito inicial nessa aparição americana. Pode-se dizer também que o sedutor está em fuga não apenas para fugir do trabalho que o espera, mas, principalmente, para se libertar da encenação e poder exercer o papel de sedutor fora dos palcos; ele quer ir de cidade em cidade praticando o seu vício, a sedução.

O grupo feminino, assim como foi trabalhado anteriormente, é essencial para constituir o mito, portanto essa característica não poderia ser diferente na obra de Ferron. A obra quebequense não apresenta um número grande de mulheres, mas esse número apresenta-se no plural através das figuras de Martine e Madame Salvarson. O que podemos caracterizar como novo em *Don Juan chrétien*, a respeito do grupo feminino, se coloca através da figura de Martine. Ela é uma mulher que, apesar de buscar um verdadeiro sentimento em uma relação amorosa, como tantas outras mulheres, não se deixa envolver e não tolera os artifícios do sedutor: “Je suis

sans pitié pour l'artifice" (p. 202). Observamos, a partir dessa personagem, o ser feminino ganhando voz na obra de Ferron. As discussões entre Martine e Don Juan representam o confronto entre homem e mulher, possuidor versus possuído, e é nesse momento que a figura feminina se fortifica, pois Martine passa a desenvolver o papel de "consciência" do sedutor - papel esse representado por homens nas aparições européias do mito - demonstrando-lhe tudo o que deixou para trás: mulheres perdidas de amor, enganadas, caídas em sofrimento.

Porém, assim como acontece nas obras iniciais sobre Don Juan, o que sua "consciência" fala não tem importância, pois o sedutor não vê o sofrimento como algo causado por ele. As mulheres sofrem porque buscam no sedutor o amor que nunca tiveram, elas projetam seus sonhos, seus desejos, seus sentimentos nessa relação sem futuro, a qual o amante finaliza no momento em que a inicia. As mulheres direcionam seus amores para Don Juan por serem infelizes, e ele, por sua vez, vai proporcionar felicidade a elas, mesmo que seja por alguns instantes. Ao contrário do que pensa Martine, o sedutor entende estar ajudando as mulheres: " je ne suis qu'un mythe, un mythe dont la présence dans l'histoire servira à comprendre la condition des femmes jusqu'à cette génération" (p. 202). Para ele, sua sedução acaba sendo algo que vai mostrar que o verdadeiro sofrimento das mulheres é causado pelos outros homens, pois esses não seduzem, não proporcionam às mulheres o que elas tanto desejam, não fazem da vida delas uma aventura.

É possível observar que a inconstância do sedutor torna-se tão importante para o desenvolvimento do mito quanto o grupo feminino, ou seja, torna-se fundamental para que o mito se constitua como tal. Assim como observou Jean Rousset (1976, p. 28), o ser inconstante "exige a existência de várias figuras femininas intermutáveis a fim de que se processe a demonstração da inconstância". Observa-se que a obra de Jacques Ferron seguirá a análise de Jean Rousset em relação aos dois primeiros pontos da rede de relações donjuanescas

estabelecida por este, mas, tratando-se do terceiro ponto, pode-se notar que há uma transformação na obra de Ferron. Vejamos como ele trabalha a questão do morto.

O Morto: a variação na obra de Jacques Ferron

Analisando a obra de Jacques Ferron através das invariantes trabalhadas por Jean Rousset para compor a rede de relações donjuanescas (o inconstante, o grupo feminino e o morto), percebemos que é, principalmente, no terceiro tópico que a obra de Ferron se distingue. Ferron ressemantiza o mito da sedução. Uma vez que Don Juan não pratica um assassinato, não há a existência de um ser que busca vingar-se e puni-lo, o que difere das três primeiras obras analisadas anteriormente, nas quais a estátua representa a volta do morto em busca de vingança e punição para o burlador. Inicialmente a estátua buscava fortificar o poder da igreja, pois esta era a representante do poder de Deus. Através dessa figura fantástica, o sedutor era punido, sendo pego pela mão e levado ao inferno, e essa representação servia de exemplo para todos aqueles que não seguissem os preceitos religiosos da época.

Na obra de Ferron, a punição não se dará através de uma figura fantástica, pois o autor não trabalhará com o fantástico. A punição, que anteriormente era aplicada em nome de Deus, mas que na verdade buscava fortificar o papel da igreja, agora será aplicada pela própria igreja, através da figura do pastor que, no momento em que Don Juan se compara a um deus e busca subir ao céu com Arthur, o cavalo do senador, vem tirá-lo de sua ilusão e o faz voltar para a realidade (p. 227):

Le curé

Monsieur ! Monsieur, vous n'y pensez pas ! Descendez, descendez ! Voyons, pas de folie ! Eh, picouille : à terre, je dis !

Don Juan

Arthur ! Arthur, vite !... L'abbé, vous n'avez pas le droit !
 Nous sommes chrétiens : laissez-moi monter au ciel !

Le curé

Ouf ! Je vous ai sauvé de justesse... Chrétien, laissez-moi
 rire ! Depuis quand monte-t-on au ciel à cheval ? Les
 nymphes et les satyres parmi le choeur des anges ! Les
 tritons sans doute au milieu des vierges et des martyres !
 En voilà une panoplie ! Une théologie de jupon !... Mais,
 vous étiez fou, mon ami ! C'est en enfer que vous alliez !...

É o fim para o sedutor, e o céu não é o seu lugar. Agora, ele deve descer de seu pedestal e obedecer ao pastor, que o levará para sua morte simbólica, encenando o papel de Don Juan nos palcos. Observa-se que a estátua não aparece para punir o burlador, mas o poder da igreja, que antes era representado por essa figura fantástica, ainda se faz presente na figura do pastor, que é quem tem poder sobre o sedutor. Apesar do pecador não ser levado à morte, aqui o poder da igreja ainda prevalece.

A NATUREZA DE DON JUAN: O CÔMICO NA OBRA DE FERRON

A busca incessante de Don Juan pela satisfação de seus desejos, sempre atrás de novas mulheres, novas conquistas, sempre em busca de novos prazeres é trabalhada de forma cômica por Jacques Ferron. Ao encontrar o cavalo do senador, Don Juan encontra sua cara-metade, a sua salvação, a satisfação para seu “apetite” descomunal (p. 226):

Don Juan

Nous avons gravi les marches triomphales de l'escalier de gloire. Vous tous qui êtes ici, vous assistez à l'apothéose de Don Juan. Parvenu sur cette scène, je continue dans la légende. J'ai trouvé la voie de mon salut : j'étais un

maquignon qui s'ignorait. Voilà pourquoi passant d'une femme à l'autre je restais sur mon appétit.

O sedutor vive em busca de novas conquistas por não entender sua própria natureza, mas agora, ao encontrar um “amor” que se compara à sua natureza não humana, ele se vê diferente de todos os outros homens, chegando a comparar-se a um deus. O cômico da figura de Don Juan é reforçado pela fala de Martine, ao zombar do sedutor (p. 226):

Don Juan

J'avais besoin d'un amour qui ne fût pas humain ; j'avais besoin de dépasser ma nature. Je l'ai dépassé : je suis dieu.

Martine

Belle réussite : vous n'avez jamais été un homme.

(...)

Martine

Vive le dieu des chevaux !

(...)

Don Juan

Dans le lointain de la légende, avec les satyres, les nymphes, les tritons, je vivrai éternellement.

Don Juan encontrou seu caminho, a satisfação para seus desejos. Agora, montado em Arthur, e com sua natureza revelada, ele poderá subir ao céu (p.226):

Le sénateur

Minute, Don Juan: c'est mon cheval!

Don Juan

Je l'ai ravi ; il m'enlève. Je suis son dieu ; il m'appartient. Homme de peu de foi, tu ne pouvais même pas lui faire monter l'escalier de ta maison ! Guidé par mon bras, il galope dans les airs, il fend l'espace, il se dresse sur les

nuages... Arthur, un instant : je n'ai pas fini ; modère ton impatience... Mortels, regardez-moi une dernière fois : vous pourrez raconter à vos enfants que vous avez vu Don Juan monter au ciel.

O INCONSTANTE, O GRUPO FEMININO E O MORTO: UMA RECORRÊNCIA BRASILEIRA DO MITO DA SEDUÇÃO

O Inconstante: a permanência essencial

A obra brasileira utilizada aqui para a análise da figura do sedutor é *Don Juan acorrentado* (1999), da escritora Wanda Fabian. Nessa obra, o sedutor, conforme trabalhado anteriormente sobre a análise de Jean Rousset, e também exposto na análise feita sobre a obra de Jacques Ferron, é caracterizado por se mostrar como um ser inconstante e não poder se desenvolver de outra forma, não poder se constituir como tal sem possuir essa característica. A inconstância do sedutor é algo tão forte nessa figura brasileira, que sua mobilidade, além de ser consequência de seu desejo incontrollável, passa a ser uma exigência de outra paixão, a música. Ronaldo Lamoureux, nosso Don Juan em questão, une essa paixão ao seu desejo pelas mulheres e viaja pelo mundo para apresentar o seu trabalho de pianista, vivendo entre apresentações e conquistas.

Uma comparação importante entre as primeiras figuras européias do mito, a figura quebequense da obra de Jacques Ferron e o sedutor da obra de Wanda Fabian, é que esse, ao encontrar-se em um mundo moderno, com a tecnologia a seu dispor, tem a possibilidade de chegar a vários lugares em um curto espaço de tempo. Essa possibilidade é uma característica da atualidade que se mostra a favor do mito, pois ele pode aumentar cada vez mais, e muito mais que seus antecessores, o número de suas conquistas.

A inconstância do sedutor estará, durante toda a obra, lutando com a possibilidade dele se fixar em um único lugar,

devido a uma mulher. À medida que o desejo de Lamoureux volta-se para um único ser feminino, Helena de Santa-Maria, a inconstância do sedutor, característica que dá sustentação ao mito, encontra-se ameaçada. Na obra de Fabian, inicialmente, o mito parece perder essa característica tão fundamental para a sua permanência, mas como isso seria o fim para o sedutor, vamos encontrar nessa recorrência uma batalha constante, travada entre o desejo incontrolável de Lamoureux e o seu amor por Helena, a qual não possibilita ao sedutor fixar-se em um mesmo lugar.

O Grupo Feminino: o amor possível

As figuras femininas ganharam espaço, com o passar do tempo, nas aparições do mito da sedução. Conforme a literatura foi se desenvolvendo, tornou-se possível deslocar as mulheres do seu lugar de submissão, dando-lhes a possibilidade de terem outro papel que não o de simples objeto, fazendo com que elas tivessem voz e expressassem seu valor. Como visto anteriormente, na obra de Jacques Ferron, a mulher passa a ser a consciência do sedutor e, mesmo estando, na época, em uma posição inferior, ganha voz ao mostrar para ele os erros cometidos. Em *Don Juan acorrentado*, a mulher também tem seu papel ressignificado, pratica ações importantes no desenvolvimento da obra e seu personagem passa de “ser atingido” para “ser atuante”. Mas mesmo com a figura da mulher recebendo uma ressignificação, uma valorização na obra de Fabian, o grupo feminino não deixa de existir como tal, como uma necessidade para o desenvolvimento do mito. Don Juan, Ronaldo Lamoureux, dispõe de um grupo vasto de possibilidades, até mais do que seus antecessores. Na obra, o personagem possui uma sedução poderosa; sua presença é o suficiente para as mulheres sentirem-se encantadas e atraídas. É nesse momento que a figura feminina ganhará força, pois Helena, ao ser escolhida pelo sedutor, ocasionará a mu-

dança na trajetória do mito, primeiramente ao dizer “não” e, em outro momento, levando-o ao altar. Helena diferencia-se das demais mulheres ao não entregar-se, em um primeiro momento, à sedução de Lamoureux. Com a impossibilidade de possuí-la, a figura do sedutor acaba deparando-se com um novo contexto, o das impossibilidades. Helena vai ressignificar o grupo feminino no momento em que o sedutor vê-se diante da possibilidade de não possuir uma de suas seduzidas. Para ele, isso é algo inaceitável; o seu desejo sexual desenfreado faz com que acabe por violentá-la. Por consequência desse episódio os dois se distanciam, porém Lamoureux, percebendo que a ama, tenta o suicídio e mais tarde aceita o casamento.

O casamento de Lamoureux com Helena não é o fim para o sedutor, pois a sua busca por prazer não se sustenta em Helena, e seu instinto, adormecido no início do casamento, acaba por mostrar-se mais forte que o sentimento pela esposa. Don Juan não permanece em um mesmo lugar, ele não se satisfaz com um mesmo corpo. Ele não quer, ou até podemos dizer que ele não consegue, deixar de viver sua mobilidade para entregar-se ao amor. O amor pode ser um sentimento verdadeiro para ele, mas parece que o casamento foi, antes, a maneira encontrada por Lamoureux para satisfazer sua necessidade de possuir Helena, não apenas sexualmente, mas de ser o “dono” dela, de sentir-se como tal. Antes disso, ele não pôde dizer que a possuiu, pois Helena não se entregou à sedução, ela foi violentada. Para o sedutor, a violação não possibilita o mesmo prazer que a posse. Don Juan necessita conquistar para se satisfazer, não tomar à força. A partir disso, podemos observar que a ação de Don Juan não está fundamentada somente na satisfação de seus desejos sexuais, mas sim numa junção de realizações: a sedução, o prazer, a burla, tendo por fim a negação de tudo aquilo que é imposto como correto pela sociedade e pela religião.

O amor do sedutor, alcançado por uma integrante do grupo feminino, Helena, torna-se libertário para ele na atua-

lidade, mas observamos também que ele não pode sobreviver a esse sentimento. O mito de Don Juan não se enquadra ao amor, pois se caracteriza como uma figura que busca o interminável. Esse sentimento leva à imobilidade, mas Don Juan não pode se acostumar a isso. Para ele, o amor alcançado proporcionará paz, mas uma paz indesejada, uma paz sem gosto, por isso sua inconstância se caracterizará mais forte do que qualquer sentimento.

O Morto: a inexistência da figura fantástica, porém a permanência do castigo

A obra *Don Juan acorrentado*, localizando-se na atualidade, traz características novas para o percurso do sedutor. Lamoureux, além de ser um homem que chama a atenção pela sua beleza e seu porte fino, é um artista conhecido internacionalmente pelas suas interpretações de grandes nomes da música, o que lhe proporciona uma grande mobilidade. Além de casar-se e ter dois filhos, um menino e uma menina, outra característica que se observa, aqui, é a mudança do percurso final do mito. Se, inicialmente, Don Juan era punido por uma figura fantástica, que surgia em seu caminho para dar uma moral religiosa à história, condenando-o à morte e ao fogo do inferno, na atualidade isso não acontece. Na obra de Wanda Fabian, apesar do casamento e do nascimento dos dois filhos, Lamoureux não conseguirá conter seu desejo sexual e trairá Helena a todo o momento. Ela, por sua vez, sendo uma mulher muito religiosa e temente a Deus, tenta manter seu casamento a despeito de tudo, o que - apesar de Helena ser uma figura que valoriza o Grupo feminino ao “acorrentar” Don Juan - demonstra ainda um papel de subordinação da mulher e de dominação do homem.

Vivendo sempre pelo prazer da carne, o sedutor leva seu desejo de posse ao extremo ao tentar seduzir sua própria filha, quando essa completa seus quinze anos de idade. Se-

gundo Ian Watt (1997), “Don Juan habita um mundo no qual, como em quase todos os outros, a aceitação de códigos morais, sociais e religiosos é puro fingimento”. Para Lamoureux tudo era possível, não se importando com os tabus da sociedade, pois, conforme observa Ari, seu criado, “tabu era feito para os homens normais, ele, Lamoureux, é um ser de escol, uma força da natureza” (p.442). Essa natureza de que fala Ari é algo também observado tanto no sedutor quebequense, de Jacques Ferron, quanto nos europeus, de Molina, Molière e Mozart e Da Ponte. Essa natureza desumana não possibilita que o sedutor acredite em preceitos religiosos e dê valor às regras sociais. Mas agora, diferentemente das aparições européias, não há espaço para uma punição divina. É inconcebível, na atualidade, que uma figura fantástica surja para castigar o pecador, apesar da sua descrença e de todos os seus pecados. Entretanto, mesmo sem a aparição de uma figura fantástica, a punição ainda existe para o sedutor. A morte de Helena, a única mulher a quem Lamoureux amou verdadeiramente em toda a sua vida, será o seu castigo. Observamos que nessa obra o castigo ainda se dá através da morte, mas aqui não será a do próprio sedutor, e sim do seu objeto amoroso. A morte pode ser comparada nas aparições européias e nessa aparição brasileira do mito, pois, nas duas, ela atinge aquilo que o sedutor mais ama: nas européias, ele mesmo, ao ser levado pela estátua ao inferno; na brasileira, sua esposa, ao morrer depois de sofrer um acidente de carro.

Na obra de Fabian, o maior duelo de Don Juan não será contra a morte, mas contra a forte religiosidade de sua esposa e também contra o grande amor que compartilha com ela. Ao final da obra podemos encontrar uma valorização da religião e uma justificativa às atitudes do sedutor. Helena, estando à beira da morte, deixa uma gravação para Lamoureux, onde diz:

Eu planejava receber você de braços abertos, mas Deus me chama e ao Seu chamado não posso desobedecer. Ah, meu marido, o nosso amor foi tão belo!... Perdoe, querido,

os vetos da minha religião e os meus ciúmes. Assim como perdôo eu os seus apetites, que tinham de ser mais fortes do que os dum homem comum, porque você é um gênio (...) (p. 648).

A religião é valorizada por Helena, pois ela não nega sua fé, porém acaba por entender que a genialidade de Lamoureux explica sua natureza. Ele não é um homem comum, ele foge à natureza humana, ele é Don Juan. Aqui, Don Juan e o divino não lutam um contra o outro. Lamoureux, que anteriormente havia deixado de se dedicar à música, voltará, a pedido de Helena antes de sua morte, a ser o intérprete da voz de Deus.

CONCLUSÃO

A comparação entre as obras européias, que trazem as primeiras aparições do mito da sedução na literatura escrita, e as obras americanas aqui trabalhadas, dá uma idéia da transformação pela qual o mito de Don Juan passa ao migrar da Europa para a América, sendo incluído em um novo ambiente social e literário. A adaptação do mito para o novo ambiente social e literário da América passa a ser a consciência e em um novo tempo. Ao receber o mito, o imaginário americano vai ressemantizá-lo, colocando-o em conflito com questões antes observadas em seu paradigma, como, por exemplo, a aparição de uma figura fantástica, punitiva para o sedutor, ou outras questões não observadas, como a possibilidade do mito vir a amar.

Se Don Juan caracteriza-se como um ser de um desejo incontrolável e impossível de ser satisfeito, na atualidade ele pode encontrar essa satisfação revelando sua natureza animal, como acontece na obra de Jacques Ferron. A solução encontrada para o sedutor é que somente algo que fuja do humano pode satisfazê-lo. Também pode deparar-se com uma mulher que não deixa envolver-se por sua sedução, que não se entrega ao desejo e acaba acorrentando-o ao casamento,

tirando-o da mobilidade e localizando-o na permanência, mesmo que inicialmente. Ao encontrar-se nesse novo contexto, o mito passa a ter suas ações questionadas. O uso da sedução como tentativa de firmar-se e fazer-se conhecido, e a burla como maneira de mostrar-se mais esperto e mais forte que todos, características observadas no mito europeu, não recebem o mesmo valor estando o mito nesse novo ambiente literário. O mito passa por mudanças, adequando-se à sociedade e à época em que se encontra.

A aparição de uma figura fantástica que surge para punir o mito não tem mais espaço na atualidade. Essa figura, representante do poder divino e do papel da igreja nas primeiras aparições de Don Juan, hoje não pode mais representar os preceitos religiosos, já tão transformados. Também a morte não serve como castigo ao sedutor pelos seus pecados, pois, ela não é mais vista como punição, mas como libertação. A morte de Don Juan, na atualidade, pode trazer-lhe a salvação, porém o que se busca é trabalhar o problema do mito, seja em sua natureza animal ou em sua incapacidade de amar. A descoberta da natureza de Don Juan vai ser para ele, um aprendizado, algo que a morte não proporciona. Da mesma maneira o amor será mais libertário do que esse castigo, mesmo que Don Juan não se entregue de corpo e alma a ele.

A observação de recorrências do mito da sedução nos dias de hoje nos mostra que Don Juan alcançou seu objetivo: sobreviver ao tempo. Se, hoje, essa figura encontra-se em um imaginário distante daquele onde surgiu, se ainda abre espaço para discussões e estudos, é porque Don Juan transpôs o tempo e o espaço e buscou novos ambientes. Suas recorrências podem receber ressignificações, mas nelas ainda podemos observar a permanência da figura primeira, que negou dogmas sociais e religiosos e buscou mostrar-se mais forte do que o destino certo para todos: a morte.

A luta de Don Juan surtiu efeito, pois ainda hoje, quase quatrocentos anos após sua aparição na literatura escrita,

nem o tempo, nem o esquecimento e nem a morte conseguiram apagar a figura do sedutor.

BIBLIOGRAFIA

- FABIAN, Wanda. *Don Juan acorrentado*. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 1999.
- FERRON, Jacques. *Le Don Juan Chrétien*. Montreal: Deom, 1973.
- MOLIÈRE. *Don Juan ou le festin de pierre*. Paris: Hachette, 1979.
- MOLINA, Tirso de. *El burlador de Sevilla*. Bogotá: La oveja negra, 1996.
- MOZART, Wolfgang Amadeus & DA PONTE, Lorenzo. *Don Giovanni*. Edição bilíngue. Tradução de José Antônio pinheiro Machado.
- BRUNEL, Pierre (org.). *Dicionário de Mitos Literários*. Rio de Janeiro: José Olympo, 1997.
- WATT, Ian. *Mitos do individualismo moderno*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- CHIAMPI, Irlemar; MORIANA, Antonio Gómez. O mito literário de Don Juan. In: SCHULER, Donald & GOETTEMS, Miriam Barcellos (orgs.). *Mito ontem e hoje*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1990.
- ROUSSET, Jean et al. *O mito de Don Juan*. Paris: Armand Colin, 1976.
- RIBEIRO, Renato (org.). *A sedução e suas máscaras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- RANK, Otto. *Don Juan et le double*. Paris: Payot, 1992.
- ROUGEMONT, Denis. *Les mythes de l'amour*. Paris: Albin Michel, 1996.
- MARAÑÓN, Gregorio. *Dom João - ensaios sobre a origem de sua lenda*. Tradução portuguesa de António Brochado. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947.
- MEZAN, Renato. *A sombra de Don Juan*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SAENZ-ALONSO, Mercedes. *Don Juan y el donjuanismo*. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1969.

ABSTRACT: This essay analyzes the myth of Don Juan in two works from America (*Le Don Juan Chrétien* - 1966, from the Quebec author Jacques Ferron, and *Don Juan acorrentado* - 1999, from the Brazilian

author Wanda Fabian) from the Jean Rousset's analyzes (The myth of Don Juan - 1981) that studies the myth through three fundamental points of view: the inconstant being, the feminine group and the dead figure. At first, it is presented the myth of Don Juan's historical way in written literature from Europe, watching its characteristics. On a second moment, Jean Rousset's analyzes is developed, and following, it is studied the migration of the myth to the American imaginary, with Jacques Ferron's work in Quebec and Wanda Fabian's in Brazil, dealing with it through three fundamental points of view raised by Jean Rousset. Finally, it is aimed to observe the transformations of the myth of Don Juan when a new literary and social context is met, when migrating to a new cultural imaginary. It is still aimed to study which characteristics of initial myth will be kept in these American appearances and which will give a new meaning to the myth.

Keywords: Culturals Studies - Inter-american Literature - Comparatives Studies

FRASEOLOGIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS LOCUÇÕES VERBAIS

Monissa Mattos*

RESUMO: Por toda diversidade de estruturas e de denominações, e por suas especificidades, a fraseologia é um dos elementos de maior dificuldade para quem estuda um idioma e/ou trabalha com uma língua estrangeira. Um dos maiores empecilhos para a sua compreensão encontra-se na grande quantidade de variação denominativa referente a estruturas muito semelhantes conceitualmente. Portanto, este artigo objetiva apresentar uma delimitação conceitual eficiente de fraseologia, através de um estudo da literatura especializada, a partir do qual se poderá identificar as características deste fenômeno e entendê-lo melhor. Detenho-me, mais especificamente às estruturas sintáticas conhecidas como locuções verbais já que essas unidades são idiomáticas e não permitem uma tradução literal, fato que justifica a sua complexidade.

Palavras-chave: Fraseologia – Locuções verbais – Língua Estrangeira

Conhecer e estudar as expressões típicas de um idioma é fundamental para adquirir-se um desempenho linguístico fluente, já que não basta apenas conhecermos a gramática e o vocabulário de uma língua. Sendo assim, ao aprendermos uma língua estrangeira, o estudo destas unidades possibilita uma aprendizagem ao mesmo tempo linguística e cultural,

* Mestranda da UFRS

posto que através destas expressões o homem fala de seus costumes, de seus pensamentos e ideologias, resultado da história de cada povo.

No entanto, além das dúvidas dos aprendizes referentes a unidades fraseológicas, muitas vezes os próprios professores da língua estrangeira desconhecem o significado dessas expressões, e os livros didáticos, que são repletos dessas unidades, poucas vezes trazem o equivalente na língua do aluno. Diante desses fatos, não é difícil perceber que professores e alunos recorrem a dicionários bilíngues com o objetivo de compreender essas expressões que são tão idiomáticas e de difícil compreensão. Entretanto, muitas vezes, ditos dicionários trazem problemas com relação à apresentação dessas unidades fraseológicas, como falta de metodologia para detectar expressões idiomáticas, falta de critério para marcar o elemento lematizado, falta de critério estatístico (muitas unidades corriqueiras na língua não estão registradas nessas obras, em detrimento de outras pouco utilizadas). Deste modo, o que deveria servir para orientar, acaba deixando o consulente com as mesmas ou mais dúvidas ainda.

Podemos dizer que os problemas que livros didáticos, dicionários e outras obras lexicográficas apresentam com relação ao tratamento das fraseologias ocorrem, em grande parte, devido à insuficiência de estudos mais rigorosos sobre a natureza dessas expressões, dado que o estudo de fraseologia é ainda muito recente e trata-se de um assunto bastante complexo.

Portanto, por toda diversidade de estruturas e de denominações, e por suas especificidades, a fraseologia é um dos elementos de maior dificuldade para quem estuda um idioma e/ou trabalha com uma língua estrangeira. Um dos maiores empecilhos para a compreensão do que é a fraseologia e do que ela trata encontra-se na grande quantidade de variação

denominativa referente a estruturas muito semelhantes conceitualmente. Até mesmo os especialistas têm consciência de que é difícil achar um limite que diferencie todos os tipos de combinatórias de uma língua. Desta maneira, cada autor divide os fraseologismos de uma língua conforme seus estudos e suas convicções.

Considerando que nem sempre o professor está preparado ou tem conhecimentos suficientes acerca do vasto conjunto de fraseologias que contém a língua estrangeira que ensina, e que o aluno que a estuda precisa saber comunicar-se nos diferentes contextos discursivos, os quais exigirão, em algum momento, o domínio de expressões típicas da língua, e, tendo em vista a dificuldade de reconhecimento de fraseologias e a diversidade de designações existentes, este artigo visa apresentar um estudo da literatura especializada, para identificarmos as características deste fenômeno, entendê-lo melhor e buscar uma delimitação conceitual eficiente.

Dentro deste estudo tenho como objetivo reconhecer e identificar as estruturas sintáticas conhecidas como locuções verbais. Opto por estudar esse tipo de locução devido ao grau de figuratividade/não transparência que a maioria apresenta e por serem expressões que, devido a sua idiomaticidade¹, não permitem uma tradução literal, fato que justifica a sua complexidade e implica em dificuldades no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira, principalmente, no momento da produção. A língua estrangeira que serve de base para a pesquisa é a língua espanhola, por ser o idioma com o qual trabalho, e o qual leciono.

¹ Idiomaticidade entendida aqui nos termos de Tagnin (2005): como sinônimo de significando “não transparente” ou “opaco”, na qual a soma dos constituintes da unidade não justifica o significado da expressão, que é compreendido pelo conjunto.

REVISÃO DA LITERATURA: A FRASEOLOGIA DA LÍNGUA COMUM

A fraseologia é ainda objeto de poucos estudos no Brasil, sendo que os primeiros estudos realizados nesta área foram feitos com relação à Língua Comum (LC)². De modo geral, pode-se entender por unidade fraseológica as combinatórias de mais de uma palavra, de caráter estável e típicas de uma determinada língua ou área especializada (*pão duro; reciclar resíduos*). No entanto, diversos autores tratam deste fenômeno linguístico através de diferentes posições com relação ao seu critério de formação e suas características.

Tendo em vista os diferentes tratamentos dado às combinações de palavras de uma língua e à diversidade de denominações que existem, será feito, a seguir, um estudo das contribuições acerca da fraseologia da LC feita por diferentes autores ao longo dos estudos lexicológicos, a fim de identificar os aspectos que caracterizam ditas combinações.

SAUSSURE

Apesar de Saussure não ser frequentemente citado na literatura que trata da fraseologia, não podemos deixar de considerar que ele foi um dos primeiros linguistas que refletiu acerca do caráter sintagmático da língua: “o sintagma se compõe sempre de duas ou mais unidades consecutivas (por exemplo: *re-ler, contra todos; a vida humana; se fizer bom tempo, sairemos* etc.)” (Saussure, 2006, p. 142).

² Língua Comum diferencia-se da Língua Especializada (LE) devido à situação em que é utilizada. Apesar de ambas fazerem uso do mesmo sistema fonológico, morfológico e sintático, a primeira “é utilizada para o intercâmbio de índole geral, sem orientação específica dada por algum campo do saber. Seus usuários são os falantes de uma comunidade linguística e a situação comunicacional é informal” (Bevilacqua, p.18 1996), enquanto que a LE é típica de uma determinada área especializada, como por exemplo: *proteger o meio ambiente, politicamente correto*, etc. e é utilizada por especialistas em uma situação formal.

Qualquer frase, para este autor, é uma sequência de signos, em que a soma de todos os signos colabora para o significado do todo. Os signos, portanto, estão ordenados em uma determinada maneira a fim de ocasionar significação específica. Fica claro perceber, então, que Saussure já trazia a idéia de que as palavras se juntam para formar um significado global específico, diferente da soma do significado de cada palavra.

Em sua obra *Curso de Linguística Geral*, Saussure afirma que existe um grande número de *frases feitas* pertencentes à língua, às quais o uso impede qualquer modificação, como exemplo o autor cita *de que adianta; estar de lua*, (p. 144) entre outros. Segundo o autor, essas expressões são fornecidas pela tradição e, portanto, não podem ser improvisadas. Daí podemos depreender o caráter cultural de ditas unidades.

Conforme o autor, a formação de uma palavra como *desejoso (desej+ojo)* “trata-se de um produto, uma combinação de dois elementos solidários, que só tem valor pela sua ação recíproca em uma unidade superior” (ibid., p. 148). Embora Saussure trate, mas precisamente, da formação morfológica das palavras simples, ou compostas, seu princípio também pode ser aplicado a unidades maiores, assim como afirma Bevilacqua (1996), ao analisar a proposta de Saussure:

Embora possamos considerar sua proposta como um princípio constitutivo dos sintagmas e que, portanto, se vale para unidades mínimas também pode ser aplicado à unidades maiores, ela representa, de certa forma, uma restrição para a análise dos agrupamentos, pois limita-se às regras da língua e desconsidera a liberdade expressiva que ocorre na fala ou em determinado discurso. (Bevilacqua, 1996, p. 21)

Saussure reconhece que a língua apresenta unidades que não estão em uma relação sintagmática, como podemos ver em *sim; não; obrigado* (2006, p.149); no entanto, de acordo com o autor esse fato não é o suficiente para compreender o princípio geral:

Via de regra, não falamos por signos isolados, mas por grupos de signos, por massas organizadas, que são elas próprias signos. Na língua tudo se reduz a agrupamentos. Esse mecanismo que consiste num jogo de termos sucessivos, se assemelha ao funcionamento de uma máquina cujas peças tenham todas uma ação recíproca, se bem que estejam dispostas numa só dimensão. (ibid., p.149).

Essa noção de agrupamento, de relação sintagmática, ou de que não falamos por palavras isoladas, aparecerá nas abordagens de outros autores que tratam, mais diretamente, de fraseologia. Podemos perceber, portanto, que, apesar de Saussure não ser muito citado na bibliografia especializada, ele foi um dos primeiros linguistas que tratou de questões que serão retomadas por outros autores ao se referirem às características e definições das unidades fraseológicas³.

BALLY

Bally, discípulo de Saussure, afirmou, em sua obra **Traité de Stylistique Française** (1951), que a assimilação dos fatos de linguagem se faz por associações e agrupamentos, assim como já havia constatado Saussure. Bally tenta deixar claro que nossa memória retém muito melhor as palavras em grupos do que as palavras isoladas: “Nunca poderíamos conservar, nem empregar todas as palavras que sabemos da língua materna, se tivéssemos de aprendê-las separadamente”⁴ (1951, p. 67). Deste modo, para este autor a associação de palavras é o principal motivo da rápida assimilação do idioma materno.

³ Esse termo *unidade fraseológica*, é utilizado por Corpas Pastor e será utilizado neste trabalho para se referir a fenômenos fraseológicos de todos os tipos, por ser um termo genérico e bastante utilizado na Europa continental, a antiga URSS e os demais países do Leste, conforme Corpas Pastor, 1996, p. 18.

⁴ Original: “jamais nous ne pourrions conserver ni employer tous les mots que nous savons de la langue maternelle, si nous devons les apprendre séparément”.

Portanto, se as combinações de palavras de uma língua são importantes para assimilarmos a língua materna podemos depreender que, sem dúvida nenhuma, elas também são importantes para o aprendizado de uma língua estrangeira e por isso torna-se tão importante estudá-las.

Segundo Bally, os agrupamentos podem ser passageiros, neste caso eles se separam logo após de serem formados; ou, devido à repetição, podem ter mais fixidez, receber um caráter usual e formar unidades indissolúveis, tornando-se mais estáveis:

Pode-se, portanto, dizer que a combinação das palavras entre elas varia de aspecto nos limites formados por dois casos extremos: 1) a associação se desintegra imediatamente após sua formação, e as palavras que a compunham recobrem sua inteira liberdade de se agrupar de outra maneira; 2) as palavras, à força de serem empregadas em conjunto para a expressão de uma mesma idéia, perdem toda a autonomia, não podem mais se separar e só têm sentido pela sua união”⁵ (Saussure, 1951, p. 68).

No entanto, de acordo com o autor, há, ainda, outros grupos intermediários situados entre esses dois casos extremos, os quais são chamados de

- “séries fraseológicas” ou “agrupamentos usuais”: há série ou agrupamento usual quando os componentes do grupo, isoladamente, conservam sua autonomia, mas sempre mostrando no conjunto uma afinidade que os aproxima; como exemplo o autor cita as palavras

⁵ Original: “On peut donc dire que la combinaison des mots entre eux varie d’aspect dans les limites formées par deux cas extrêmes: 1) l’association se désagrège aussitôt après sa formation, et les mots qui la composaient recouvrent leur entière liberté de se grouper autrement; 2) les mots à force d’être employés ensemble pour l’expression d’une même idée, perdent toute autonomie, ne peuvent plus se séparer et n’ont de sens que par leur réunion”.

malade (doença) e *gravement* (grave), que são palavras independentes no seu emprego, mas que, para indicar a intensidade da doença, o uso consagrou um certo número de advérbios para combinar-se com *malade* (*sérieusement*, *gravement*, *dangereusement*), excluindo outros. Neste caso, o grau de coesão é relativo;

- “unidades fraseológicas”: neste caso as palavras que compõem a unidade perdem totalmente sua significação quando separadas do conjunto; é somente através do conjunto, portanto, que se obtém uma significação e não pela soma de seus constituintes, “o sentido se impõe com mais força e o grupo se reproduz tal qual a cada repetição”⁶ (ibid., p. 75). São exemplos deste tipo as locuções verbais e adverbiais, como *sem cessar*; *mais ou menos*, etc. Neste caso o grau é absoluto.

As unidades fraseológicas, segundo Bally, são identificadas por:

a) Índices exteriores (relacionados à forma dos agrupamentos): a unidade é formada por várias palavras separadas pela escrita; a ordem das palavras é invariável e não podem ser separadas por outras; impossibilidade de substituição de alguma palavra do grupo. Bally adverte, no entanto, que essas condições podem não ser suficientes para caracterizar uma locução fraseológica e que há locuções perfeitamente caracterizadas, mas que não respondem a essas condições (*toujours*, por exemplo, é escrita em uma só palavra).

⁶ Original: “le sens total s'impose avec plus de force et le groupe se reproduit tel quel à chaque répétition”.

Assim, para Bally, os verdadeiros índices para se reconhecer um agrupamento fraseológico não são os índices exteriores, mas sim os que vêm a seguir:

b) Índices interiores (relacionados ao modo como os falantes entendem os agrupamentos): equivalência da “locução” a uma palavra única; o esquecimento do sentido dos elementos (o falante não pensa nas palavras isoladas); presença, na “locução”, de arcaísmos (apesar de não serem mais utilizados na linguagem corrente os arcaísmos são “retomados” em algumas unidades) e de elipse.

Enfim, segundo Bally, temos na língua unidades na qual a coesão dos termos é absoluta, enquanto que em outras a coesão é relativa. Assim, a relação entre o fato do pensamento e o fato de linguagem fica gravada na memória e tende a ser reproduzida na linguagem; quando a associação alcança o seu mais alto grau de coesão, o grupo é consagrado pelo uso (Bally chama esses grupos consagrados pelo uso de *locuções fraseológicas*).

Considerando a complexidade do fenômeno fraseológico e a escassez de estudos nesta área na época em que Bally trouxe suas ponderações acerca das unidades fraseológicas, podemos considerá-lo um autor importante para o estudo da fraseologia, posto que ele foi o primeiro estudioso a falar em graus de fixação dos grupos de palavras – ou seja, ele se deu conta de que algumas palavras tendem a se combinar mais “intimamente” do que outras –, além de propor de forma precursora índices para reconhecimento de ditas unidades, os quais serão retomados por outros autores ao longo dos estudos fraseológicos, como veremos.

ZULUAGA

Zuluaga trata da fraseologia a partir da linguística funcional, a qual, segundo ele, apresenta duas distinções fundamentais: a *técnica do discurso* que abarca as unidades linguísticas e os elementos e as regras que são necessários para a sua combinação no falar; e o *texto repetido* constituído pelas unidades “formadas por combinação fixa de duas ou mais palavras” (1975, p.1). Segundo Zuluaga, essas expressões fixas podem ser chamadas de *ditos, modismos, fórmulas, frases feitas, refrões*, etc.

O autor afirma que as regras que formam ditas expressões, por serem fixas, não são as mesmas que formam as unidades livres. Dessa forma, a característica fundamental das expressões fraseológicas para Zuluaga é a estabilidade, decorrente da fixação. Essas unidades são reproduzidas pelos falantes que as utilizam sem alterá-las ou suprimir algum componente, de modo que ditas expressões são repetidas sempre da mesma forma, por isso são unidades de texto repetido.

Zuluaga analisa as características dessas unidades, as quais ele chama de *expressões fixas*. Primeiramente o autor divide a fixação em 4 tipos:

1. Inalterabilidade da ordem dos componentes (*común e corriente* / **corriente y común*).
2. Invariabilidade de alguma categoria gramatical (*pagar los platos rotos* / **pagar el plato roto*).
3. Não admissão da operação de inserção (*poner pies en polvorosa* / **poner ambos pies en polvorosa*).
4. Impossibilidade de substituição dos componentes da unidade (*a brazo partido* / **a brazo quebrado*).

Para Zuluaga, as expressões fixas pertencem à fala: “são produtos de ‘instancias de discurso’ – no sentido de Benveniste –, que logo se repetem sem ser alterados” (ibid.,

p.5)⁷. O autor afirma que a fixação é arbitrária, já que não há nenhuma explicação semântica ou sintática que justifique, por exemplo, o fato da expressão *buenas noches* ser fixada no plural, enquanto que em português está fixada no singular. Essas expressões, portanto, têm a forma que têm devido ao uso repetido dos falantes.

Assim como Bally, Zuluaga também faz algumas observações acerca dos graus de fixação. Segundo o autor, há várias escalas de fixação dentro de uma língua; no entanto, o importante, conforme Zuluaga, é distinguir as combinações fixas das que não são fixas e determinar os tipos de fixação que apresentam. Dessa forma, Zuluaga apresenta casos em que o grau de fixação da expressão não é absoluto:

- intercalação na expressão fraseológica de elementos que não pertencem a ela (*todo queda en familia; todo queda, como quien dice, en familia*). De acordo com Zuluaga, a intercalação permite identificar certa autonomia dos componentes dentro da unidade. Esse tipo de expressão não apresenta coesão absoluta entre seus constituintes, mas devem apresentar outro tipo de fixação (como impossibilidade de substituição dos componentes, por exemplo), caso contrário, não será uma expressão fraseológica;
- alteração da ordem dos elementos componentes: como ocorre com a expressão *caer gordo* para “*qué gordo me caen los gringos*”;
- transferência real de toda expressão fraseológica: por exemplo *afirmación falsa* ’! *la falsedad de la afirmación; tomar el pelo* ’! *tomador de pelo*.

⁷ Original: “son productos de ‘instancias de discurso’- en el sentido de Benveniste - , que luego se repiten sin ser alterados”.

Podemos perceber que algumas expressões fraseológicas podem apresentar variação formal e semântica, sem que percam seu caráter de fixa, sem que haja uma variação semântica de toda a expressão, ou a decomposição do significado. Zuluaga retoma, portanto, a idéia de variação de graus de fixação das unidade já apresentada por Bally.

CORPAS PASTOR

Buscando amenizar a imprecisão de termos utilizados para definir os diferentes tipos de combinações de palavras de uma língua e no intento de encontrar uma denominação que contivesse as características mais sobressalentes de ditas unidades, Corpas Pastor, em sua obra *Manual de fraseología espanhola*, opta pela denominação *unidade fraseológica*⁸ (UFS), por considerá-lo um termo genérico e bem aceito nos lugares onde mais se tem pesquisado sobre os sistemas fraseológicos das línguas⁹.

A partir de trabalhos já escritos sobre o tema¹⁰, a autora identifica as características mais sobressalentes das unidades fraseológicas e conclui:

Las unidades fraseológicas – objeto de estudio de la fraseología – son unidades léxicas formadas por más de dos palabras gráficas en su límite inferior, cuyo límite superior se sitúa en el nivel de la oración compuesta. Dichas unidades se caracterizan por su alta frecuencia de uso, y de coaparición de sus elementos integrantes; por su institucionalización, entendida en términos de fijación y especialización semántica; por su idiomática y variación potenciales; así

⁸ *Unidad fraseológica* em espanhol.

⁹ Estes lugares são a Europa continental, a antiga URSS e os demais países do Leste.

¹⁰ De autores como Casares, 1992; Cowie, 1995; Gläser, 1986b; Braasch, 1988; Gross, 1988; entre outros.

como por el grado en el cual se dan todos estos aspectos en los distintos tipos. (Corpas Pastor, 1996, p. 20)

Corpas Pastor apresenta brevemente estes aspectos, propondo, assim, as características da combinatória léxica:

- a) **Frequência:** apresenta duas vertentes. A primeira chamada de *frequência de coaparição* (os elementos constituintes de uma UFS apresentam uma frequência de aparição conjunta maior do que a frequência de aparição de cada palavra sozinha) e a segunda chamada de *frequência de uso* (alta frequência de aparição das expressões fixas em geral). A frequência torna-se uma característica sobressalente, posto que quanto mais usada for uma combinação, mais chances terá de se consolidar como expressão fixa.
- b) **Institucionalização:** o uso frequente das UFS pode culminar em sua institucionalização, ou convencionalidade. Neste caso, a repetição conduz a fixação da expressão, ficando excluídas outras formas que também poderiam ser usadas, segundo o sistema linguístico. De acordo com Copras Pastor, a institucionalização caracteriza as produções linguísticas dos falantes, uma vez que eles, de modo geral, não criam suas próprias combinações de palavras, mas utilizam combinações pré-fabricadas, ou seja, já criadas e reproduzidas no discurso. Isso justifica a importância de estas combinações serem registradas em dicionários, uma vez que funcionam como “unidades do léxico mental, ou seja, se armazenam e se usam como entidades completas em maior ou menor grau”¹¹. (Pastor, 1996, p. 22)

¹¹ Original: “*unidades del lexicon mental, es decir, se almacenan y se usan como entidades completas en mayor o menor grado*”.

c) Estabilidade: esta característica abarca fenômenos de institucionalização e de lexicalização. De acordo com Pastor, a institucionalização compreende duas características essenciais:

- a fixação/estabilidade formal: trata-se de uma estabilidade arbitrária, estabelecida pelo uso. A fixação pode ser interna ou externa. A fixação interna pode ser de dois tipos: *material*, como a impossibilidade de reordenação, de inserção, supressão, etc., e *de conteúdo*, o qual abarca as peculiaridades semânticas. A fixação externa compreende vários subtipos, que abarcam desde unidades linguísticas utilizadas em determinadas situações sociais (como *encantado en conocerle*) até unidades usadas em determinadas posições na formação de textos (como despedidas de cartas, por exemplo).

- especialização semântica/lexicalização: A comunidade falante ao estabelecer uma associação direta e homogênea entre a UF e a interpretação de seu conteúdo semântico, possibilita que a unidade esteja pronta para sofrer uma mudança semântica. A especialização semântica compreende duas vertentes. A primeira se adquire como resultado da soma do significado¹², e a segunda é o resultado da supressão de significado¹³. Segundo Corpas Pastor, primeiro ocorre a fixação e, posteriormente, pode haver uma mudança semântica.

¹² Corpas Pastor cita como exemplo a expressão *poner el dedo en la llaga* (acertar com a verdadeira origem do mal, com aquilo que mais afeta a uma determinada pessoa, DILE). Podemos pensar na expressão *por o dedo na ferida* em português.

¹³ Corpas Pastor cita como exemplo a expressão *hacer alusión* = “aludir”. Podemos pensar em *levar em consideração* = “considerar” em português.

d) **Idiomaticidade:** essa característica traz consigo a idéia de que o sentido unitário da unidade não se justifica pelo significado individual de cada constituinte. De acordo com Corpas Pastor (p.26), o termo *idiomático* foi empregado tanto no sentido etimológico de ser peculiar a uma língua, quanto no sentido de característica própria de certas combinações fixas (opacidade semântica). As UFS podem apresentar dois tipos de significado denotativo – o *literal* e o *figurativo* (idiomático). O significado denotativo figurativo é resultado de processos metafóricos e/ou metonímicos. De onde podemos deprender que algumas fraseologias são produtos de metáforas e metonímias utilizadas pelos falantes.

e) **Variação:** essa característica está relacionada com a idéia de que a fixação das UFS é relativa¹⁴:

La variación fraseológica constituye un universal lingüístico (Dobrovól'skil, 1988:159), a partir del cual se puede medir el grado de regularidad de un sistema fraseológico dado: cuantas más variaciones, transformaciones y modificaciones presenten los fraseologismos de una lengua, más regular es su sistema fraseológico. (Corpas Pastor, 1996, p.28)

f) **Variantes:** Carpos Pastor retoma as reflexões sobre variantes de Zuluaga, que não foram tratadas neste trabalho, na parte que coube a esse autor. De acordo com Corpas Pastor, duas UFS podem ser consideradas variantes quando fizerem parte de uma mesma língua funcional, não apresentarem significados diferentes, serem independentes dos contex-

¹⁴ A autora cita como exemplo a expressão *alzarse/cargar con el santo y la lismona* (apropriar-se do que pertence a alguém, e, ademais, ao alheio, LDPL). Ao falarmos em fixação relativa podemos pensar em português na unidade *colocar/pôr lenha na fogueira*.

tos onde aparecem, serem parecidas em sua estrutura e em seus componentes e serem fixas no sentido de serem estáveis¹⁵. Corpas Pastor chama atenção para o fato de que as variantes se diferem das variações por derivação (*ser un culo/culillo de mal asiento* – “pessoa que muda muito de emprego, residência”, DUE (1996, pg. 29)), e das transformações (*metedura de pata* a partir de *meter la pata* – “intervir em alguma coisa com ditos ou feitos inoportunos”, DRAE). Não podemos confundir, ainda, variantes com variações diatópicas e diafásicas.

- g) **Modificações:** segundo Corpas Pastor, quanto maior for o grau de fixação de uma UF, maiores são as suas chances de sofrer uma modificação no discurso, de modo que essa modificação seja reconhecida pelos falantes. A autora explica este fato através do conceito de *palavra potencial* das autoras rusas Alexandrova e Ter-Minasova, as quais acreditam que os constituintes das UFS funcionam como palavras potenciais que obtém um novo significado devido o significado global da unidade.
- h) **Gradação:** essa característica se refere ao fato da UFS apresentarem várias das características anteriores em graus diferentes. Há, portanto, uma escala gradual que se dá tanto na estrutura semântica como em outras características (institucionalização, variação e fixação). Essa característica é considera-

¹⁵ Como exemplo a autora cita as variantes *todo queda en casa* e *todo queda en familia* (resolver um assunto sem que transcenda do âmbito familiar, LDPL). Adverte ainda que a unidade **todo queda en hogar* não é usada. Em português podemos pensar nas variantes *soltar o verbo* e *soltar os cachorros*, mas não em **soltar o substantivo* ou **soltar os gatos*.

da muito importante entre os estudiosos de fraseologias, servindo, até mesmo, como parâmetro para classificação das unidades.

A partir do levantamento dessas características e de estudos sobre concepções de fraseologia de diversos autores, Corpas Pastor apresenta sua proposta de classificação das unidades fraseológicas em espanhol. Dita classificação pode nos ajudar a entender o lugar que as locuções do espanhol ocupam para essa autora.

Corpas Pastor estabelece dois grupos de UFS: as que não constituem enunciados completos, e as que são enunciados completos (oração simples ou composta). O primeiro grupo abarca unidades que precisam se combinar com outros signos linguísticos, já que não constituem ato de fala, nem enunciado. Este grupo se divide em duas esferas – esfera I (UFS fixadas pela norma) e esfera II (compreende UFS do sistema). De acordo com Corpas Pastor, as locuções se encaixam na esfera II, do sistema, portanto, são consideradas livres, formadas por regras, mas que apresentam uma fixação demarcada pelo uso. O segundo grupo (enunciados completos), por outro lado, compreende as UFS que “pertencem exclusivamente ao acervo sócio-cultural da comunidade falante (ou seja, são unidades da fala)¹⁶” (Corpas Pastor, 1996, p.51).

TAGNIN

Tagnin se refere às unidades fraseológicas da língua como “o jeito que se diz”, e usa o termo *expressões idiomáticas* para denominar ditas unidades. Ao falar em expressões idiomáticas a autora fala de convenção, daquilo que é aceito por todos:

¹⁶ Original: “pertenencen exclusivamente al acervo sócio-cultural de la comunidad hablante (es decir, son unidades del habla)”.

As convenções linguísticas são os 'jeitos' aceitos pela comunidade que fala determinada língua. Assim, podemos chamar de convencionalidade o aspecto que caracteriza a forma peculiar de expressão numa dada língua ou comunidade linguística. (Tagnin, 2005, pg. 14)

Tagnin explica o fenômeno fraseológico através da convencionalidade¹⁷: “a mesma noção de convenção pode se aplicar à língua, tanto no nível social, isto é, deve-se saber *quando* dizer algo, quanto no nível linguístico, ou seja, saber *como* dizê-lo” (Tagnin, 2005, p. 15).

Segundo Tagnin, existem expressões que são convencionais devido ao fato de estarem relacionadas a um fato social; por outro lado, há outras expressões em que o que é convencional é a sua forma. A autora cita como exemplo do 1º caso a expressão *Feliz Natal*, que é convencional por estar relacionado à celebração do Natal. Como exemplo do 2º caso, Tagnin cita a expressão *mundos e fundos* que se consolidou como expressão pois, convencionou-se combinar as palavras *mundos* e *fundos* e não *universos* e *profundidades*, por exemplo. Além disso, conforme explica a autora, a ordem na qual as palavras aparecem também foi convencionada; não se diz, por exemplo, *fundos e mundos*. Assim, fica claro perceber que Tagnin, embora não use os mesmos termos dos outros autores citados nesse trabalho, ao tratar de fenômenos fraseológicos, também traz características que revelam a fixidez, a estabilidade e a institucionalização (da qual fala Corpas Pastor) dessas unidades.

A convenção, de acordo com Tagnin, também pode estar no nível do significado, e, neste caso, estamos no campo da *idiomaticidade*:

¹⁷ A autora entende por convencionalidade “aquilo que é de uso ou de praxe; consolidado pelo uso ou pela prática” ou “que obedece a padrões aceitos; não original, comum”(HOUAISS)

Dizemos que uma expressão é idiomática apenas quando seu significado não é transparente, isto é, quando o significado da expressão toda não corresponde à somatória do significado de cada um de seus elementos. Assim, bater as botas não significa 'dar pancadas com calçado que envolve o pé e parte da perna', mas quer dizer 'morrer'. (ibid., p. 16)

Assim, Tagnin chega à conclusão de que a expressão idiomática é sempre convencional, mas que nem toda a expressão convencional é sempre idiomática, já que existem expressões que são convencionais, mas são transparentes, portanto, não idiomáticas (como é o caso de *Feliz Natal*).

De acordo com Tagnin, a convencionalidade das expressões idiomáticas pode realizar-se em diversos níveis da língua: no nível sintático, semântico e pragmático. O nível sintático se refere à "combinabilidade dos elementos, sua ordem e sua gramaticalidade" (ibid., p. 17):

- combinabilidade: diz respeito ao fato de algumas palavras se combinarem com determinadas palavras de forma tão natural. Como exemplo, temos o caso do *coroca* que co-ocorre preferencialmente com *velha*, formando a expressão idiomática *velha coroca*. A única explicação possível para fenômenos como esse é a de que essa associação seja consequência do uso;
- ordem: a ordem dos elementos constituintes de uma expressão idiomática também pode ser resultado de convenção. Sempre dizemos, por exemplo, *cama, mesa e banho*, nesta ordem;
- gramaticalidade: há expressões que não estão de acordo com padrões gramaticais, mas que são aceitas pelos falantes; é o caso da expressão em inglês *by and large*, que combina uma expressão com um adjetivo, sendo que em estruturas com *and* as unidades linguísticas devem ser da mesma classe gramatical.

O nível semântico “observa-se a convencionalidade na relação não motivada entre uma expressão e seu significado” (Tagnin, 2005, p.19), como o caso de *bater as botas* significando “morrer”. O significado de uma imagem também pode ser convencionalizado, como na cultura ocidental, na qual tudo que é “para cima” é considerado bom e o que é “para baixo” é considerado ruim. Já o nível pragmático compreende o uso da língua em diferentes situações comunicativas. Neste caso, a situação exige um determinado comportamento social e a expressão que deve ser empregada na ocasião. Podemos pensar em quando se recebe algo de alguém como exemplo, na qual dita situação exige um agradecimento como *Muito obrigado* ou simplesmente *Obrigado*.

AS LOCUÇÕES

Apresento as contribuições acerca das locuções feitas por dois autores, Corpas Pastor e Casares, por considerá-los essenciais para o entendimento deste tipo de UFS. Posteriormente apresento a minha definição de locução sustentada nas afirmações de ditos autores.

Concepção de Corpas Pastor

De acordo com a autora, as locuções se parecem em alguns pontos com as combinações livres da língua e com unidades complexas. O que diferencia a locução de uma combinação livre é sua institucionalização, estabilidade sintático-semântica e sua função denotativa.

Um dos aspectos característicos das locuções é a coesão semântica e morfossintática. A coesão semântica se refere ao caráter de unidade de significação da locução e a coesão morfossintática é resultado da estabilidade formal de ditas unidades, a qual é comprovada a partir de provas e operações

formais. Essas provas de que fala Corpas Pastor é o que Zuluaga já havia apresentado ao subdividir a fixação em 4 tipos. As principais provas aplicadas, conforme cita Corpas Pastor, são:

- a) de **substituição**: consiste em substituir um dos componentes da unidade por um sinônimo, hipônimo ou hiperônimo; o resultado será a obtenção de uma sequência gramaticalmente correta, mas a coesão semântica será perdida¹⁸;
- b) de **eliminação**: com a supressão, ou até mesmo com a adição, apesar de se formar uma sequência gramatical, não se mantém o significado da UF¹⁹;
- c) de **deficiências deformativas**: aplicada, principalmente, às locuções verbais e se refere à ordem das palavras. Neste caso, há a impossibilidade de reordenar os constituintes da unidade, o que é permitido nas combinações livres²⁰.

Certamente as provas aplicadas às locuções descritas por Corpas Pastor e expostas aqui são úteis na identificação das locuções, por isso, neste trabalho, serão utilizadas algumas delas para o reconhecimento das locuções do espanhol. É interessante fazer o teste da substituição e de deficiências deformativas (reordenação) para identificarmos uma locução,

¹⁸ Como exemplo a autora cita a seguinte substituição: de *mírame y no me toques* (frágil, fraco, débil; muito vistoso, FEESC) para **obsérvame y no me toques*. Em português podemos pensar em *lavar a alma* e **lavar o espírito*.

¹⁹ O exemplo citada por Corpas Pastor é *matar dos pájaros de un tiro* (fazer ou conseguir duas coisas com a mesma diligência, DRAE), com uma eliminação poderíamos ter **matar pájaros de un tiro*. Em português podemos pensar na expressão *matar dois coelhos de uma cajadada* para **matar coelhos de uma cajadada*.

²⁰ Como exemplo a autora cita a expressão **dar liebre por gato* no lugar de *dar gato por liebre*. Em português **vender lebre por gato* no lugar de *vender gato por lebre*.

no entanto, devemos estar atento para o fato de existirem outros tipos de UFS que também não permitem a substituição ou a reordenação dos constituintes, como é o caso das colocações (*visita relâmpago* e não **relâmpago visita*) e dos provérbios (*água mole, pedra dura, tanto bate até que fura* e não **água mole, madeira dura, tanto bate até que fura*). Podemos pensar, então, que as locuções, de modo geral, não permitem a substituição e a reordenação, mas nem toda a unidade que não permita essas modificações será uma locução.

Com relação à eliminação, acredito que, em alguns casos, é possível, sim, eliminar um constituinte e manter o significado da expressão, como por exemplo, a locução *pôr lenha na fogueira* admite uma adição: *pôr mais lenha na fogueira*. Portanto, esses critérios nos auxiliam a selecionar e identificar as locuções, mas temos que levar em consideração que, às vezes, eles podem falhar.

Corpas Pastor distingue os tipos de locuções existentes e explora cada um deles – locuções nominais, adjetivas, adverbiais e verbais:

Se trata de construcciones endocéntricas cuyo núcleo o elemento principal del sintagma podría sustituir, desde un punto de vista estrictamente formal (que no semântico), a la estructura entera y desempeñar sus mismas funciones. (Corpas Pastor, 1996, p. 94)

As locuções verbais

De acordo com Corpas Pastor, as locuções verbais “expressam processos, formando os predicados, com ou sem complementos²¹” (p. 102). A autora apresenta a variedade morfossintática dessas expressões, a qual podemos resumir a

²¹ Original: “expresan procesos, formando los predicados, con o sin complementos”.

partir do seguinte quadro que esquematiza a classificação feita pela autora nas páginas 102 e 103:

Tipo de locução	Formação	Exemplos
Binômios	Formados por dois núcleos verbais, unidos por conjunção, que podem receber complemento	<i>nadar y guardar la ropa, ir y venir [en]</i> (insistir em alguma coisa, dando voltas na imaginação, DRAE)
	compostos por verbo e pronome	<i>diñarla</i> (morrer, GDLE)
	verbo, pronome e partícula	<i>tormarla con (alguien/ algo)</i> (professar antipatia a alguém, buscar continuamente a ocasião para repreender, prejudicar, etc., LDPL)
	verbo, mais partícula associada à reação verbal, com ou sem complemento	<i>dar sobre (alguien)</i> (acometer com fúria, DRAE)
Padrões sintáticos complexos	verbo copulativo + atributo	<i>ser el vivo retrato de alguien</i> (parecer-se muito com alguém, DRAE)
	verbo + complemento circunstancial	<i>dormir como un tronco</i> (dormir profundamente, sem que nada pertube o sono, LDPL)
	verbo + suplemento	<i>oler a cuerno quemado</i> (cheirar mal, sentar mal; ficar nervoso; ser suspeito, FEESC)

	verbo + objeto direto com complementação opcional	<i>costar un ojo de la cara</i> (ter um preço muito elevado, LDPL); <i>dar cien vueltas a alguien</i> (avantajar-lhe muito, DALE)
--	---	--

Esquema 3: esquema elaborado a partir da proposta de classificação das locuções verbais apresentada por Corpas Pastor.

Uma questão importante, destacada por Corpas Pastor, é o fato de que essas locuções costumam aparecer em negativas: *no tener vuelta de hoja* (ser clara e indiscutível [uma coisa], DUE); *no tener dos dedos de frente* (ser de pouco entendimento, LDPL); *no tener un pelo de tonto* (ser esperto, DFEM), etc.

As contribuições de Corpas Pastor podem nos ajudar na identificação de locuções do espanhol, posto que além de apontar características dessas unidades, a autora apresenta, ainda, o seu processo de formação, o que nos ajuda a reconhecê-las.

Concepções de Casares

Casares utiliza o termo *locução* para designar as “combinações de vocábulos que oferecem sentido unitário e uma disposição formal inalterável” ²² (Casares, 1992, p. 167). O ator define locução da seguinte maneira:

Combinación estable de dos o más términos, que funciona como elemento oracional y cuyo sentido unitario consabido

²² Original: “combinaciones de vocablos que ofrecen sentido unitario e una disposición formal inalterable”.

no se justifica, sin más, como una suma del significado normal de los componentes. [...] **Noche toledana** es locución, porque el hecho de conectar la 'noche' con 'Toledo' no justifica que con ambos vocablos se designe una 'noche en la que no es posible dormir. (ibid., p. 170)

Ao contrário do que se costuma pensar sobre locuções, Casares acredita que apenas as locuções adverbiais não formam oração cabal, pois equivalem a advérbios e não têm função independente; no entanto, o autor afirma que existem locuções isoladas que são verdadeiras orações, como *nomeolvides* (ou *não me olvides*) que designa uma planta, ou *correveidile* (ou *corre, ve y dile*) que serve para despachar um mensageiro.

Segundo Casares, as locuções podem ser de várias espécies, de acordo com a estrutura, o conteúdo ou função. O autor distingue as locuções que são formadas por um ou mais elemento signifiante, ou seja, palavras as quais corresponde uma representação mental, idéia ou conceito (como “noche”, “oscura”, etc.), das que são formadas por partículas vazias de conteúdo semântico (*con tal que*), chamadas de *conjuntivas* y *prepositivas*. A primeira classe de locuções, chamada de *significantes*, compreende as locuções nominais, adjetivas, verbais, participiais (*hecho un brazo de mar*), pronominais e as interjectivas. O que interessa a este trabalho, no entanto são as locuções verbais.

As locuções verbais

Casares chama de locução verbal as expressões constituídas por um verbo que, ao assimilar seu complemento direto ou preposicional, forma um predicado complexo. Como exemplo o autor cita a locução *ponerla de vuelta y media* que significa “insultar”. Conforme o autor, essa classe de locuções abrange diversas espécies que se caracterizam por sua

estrutura ou funções. O elemento em comum entre todas as espécies é que elas apresentam o aspecto de uma oração, que pode ser transitiva (*beber los vientos por una cosa*), intransitiva (*ir a gusto en el machito*) ou predicativa (*eso es harina de outro costal*); no entanto, quando elas são interpretadas como elemento oracional, suas funções sintáticas podem não coincidir com as do verbo contido na locução, *hacer águas*, por exemplo, significa “urinar”.

Julio Casares diferencia as locuções verbais das nominais e infinitivas, já que as primeiras admitem modificação pessoal, temporal e modal. No entanto, de acordo com o autor, a coesão dessas locuções é diferente em alguns casos, posto que algumas admitem a interpolação de outros elementos, enquanto outras não. Neste caso, o autor considera que a fixação das locuções é relativa, uma vez que elas podem permitir ou não a interferência de outros elementos; reconhece, portanto, assim como os autores já estudados, que existe uma gradação da fixação das unidades fraseológicas, mais precisamente, das locuções.

Uma concepção de locução verbal

Como foi visto, a fraseologia é ainda um assunto bastante complexo, devido à diversidade conceitual acerca dos fenômenos fraseológicos e da dificuldade em reconhecê-los. No entanto, ao estudarmos a bibliografia especializada é possível perceber que há também pontos convergentes entre os autores. A estabilidade formal e a idéia de que o significado da unidade é depreendido pelo conjunto e não pelos elementos constituintes são características tratadas pela maioria dos autores. Embora eles usem termos diferentes para explicar esses fenômenos, todos, desde Bally até Tagnin, admitem que as unidades fraseológicas possuem graus de fixação diferentes, os quais determinam a estabilidade da unidade e permitem, aos autores, classificar e denominar os fenômenos

fraseológicos, que vão desde *frases feitas*, *unidades sintagmáticas* (Saussure); *agrupamentos fraseológicos*, *séries*, *unidade e locuções fraseológicas* (Bally); *expressões fraseológicas*, constitutivas do *texto repetido* (Zuluaga); *unidade fraseológica (colocações, locuções e enunciados fraseológicos)* (Corpas Pastor); *expressões idiomáticas* (Tagnin).

Através das contribuições destes autores e, mais especificamente, das afirmações acerca das locuções feitas por Corpas Pastor e Casares, será possível propor uma concepção mais ampla de locução verbal, através do seu conceito e da identificação de suas características:

Conceito: são expressões de uma língua constituídas por uma combinação estável de duas ou mais palavras que apresentam um sentido não literal, compreendido pelo significado global da combinação, e que são formadas por um ou mais núcleos verbais que podem receber um complemento e/ou vir acompanhadas de pronomes (ver esquema), além de serem expressões que costumam aparecer em negativas.

Características:

- a) são idiomáticas: porque são peculiares a uma língua e porque são combinações de duas ou mais palavras, que funcionam como elemento oracional, cujo sentido unitário não se justifica pelo significado individual de cada constituinte, mas sim pelo conjunto. Assim, as locuções apresentam uma função conotativa ou “figurada”, já que não podemos deduzir o significado da expressão pelo seu sentido literal. São, portanto, opacas, ou não-transparentes.
- b) são estáveis e possuem graus de fixação: possuem uma estabilidade formal, uma coesão sintático-semântica, podendo ser mais ou menos fixas, conforme a possibilidade, ou não, de inserção de elemen-

tos (*colocar (mais) lenha na fogueira*). São muito raros os casos de substituição de elementos, em algumas ocasiões, não sempre, podemos substituir o verbo da locução por outro de igual valor (*pôr/colocar lenha na fogueira*), mas dificilmente poderemos substituir o substantivo, ou o outro elemento que vem junto ao verbo (não podemos dizer, por exemplo **pôr carvão na fogueira*), uma vez que é este elemento que fornece a maior parte do significado conotativo da expressão. Podemos dizer, então, que é mais característico das locuções a não permissão de substituição. Elas não permitem, ainda, a reordenação dos constituintes da unidade (**o pau da barraca chutar*);

- c) frequência: a unidade é consagrada pelo uso, quanto mais alta for sua frequência de coaparição, mais chances há de ela se consagrar como uma locução;
- d) convencionalidade: a repetição faz com que a expressão se torne uma convenção entre os falantes e, conseqüentemente, se fixe mais e mais. Os falantes não criam suas próprias locuções, mas usam combinações já produzidas diversas vezes no discurso, ou seja, já convencionadas;
- e) admitem modificação pessoal, temporal e modal (a *vaca foi/irá/ pro brejo*).

É, enfim, de suma importância identificar e conhecer os fenômenos fraseológicos de uma língua, pois, assim como afirmou Saussure, nós não falamos por palavras isoladas, pelo contrário, a todo momento, usamos combinações “pré-fabricadas” na língua para nos comunicarmos. Por isso, ao se estudar uma língua estrangeira a aprendizagem dessas combinações torna-se essencial para o pleno domínio do idioma, uma vez que ao saber usá-las adequadamente ou entendê-las ao serem produzida por alguém em uma situação comunica-

tiva determinada, o falante demonstra um desenvolvimento linguístico fluente.

O objetivo deste artigo foi, portanto, analisar as locuções do tipo verbal, partindo-se do pressuposto que o primeiro passo ao se trabalhar com fraseologia, seja com relação ao seu tratamento em obras lexicográficas, seja no ensino de línguas estrangeiras, é o de conhecer sua definição, suas características, seu funcionamento e a sua formação, para saber identificá-las e tratá-las de modo eficiente dentro de dicionários, ou dentro de uma sala de aulas em um contexto de ensino e aprendizagem de língua estrangeira.

BIBLIOGRAFIA

- BALLY, C. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.
- CASARES, Julio. *Introducción a la lexicografía moderna*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.
- PASTOR, Glória Corpas. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- TAGNIN, Stella Esther Ortweiler. *O Jeito que a Gente Diz*. São Paulo: Disal Editora, 2005.
- ZULUAGA, Alberto. *La fijación fraseológica*. Bogotá: Instituto Caro y Cuervo, 1975.

ABSTRACT: The phraseology is an element of greatest difficulty to anyone who is studying a language and / or working with a foreign language, due to all its diversity of structures and names, and their specificities. One of the biggest obstacles to understand it is in the large amount of variation for denominative conceptually very similar structures. Therefore, this article aims to present a conceptual definition of efficient phraseology, through a study of literature, from which we can identify the characteristics of this phenomenon and understand it better. This work deals with syntactic structures specifically, known

as verbal phrases as these units are idiomatic and not allow a literal translation, which justifies its complexity.

Keywords: Phraseology – Verbal Phrase – Foreign tips,

APLICAÇÕES DA TEORIA DOS SIGNOS NA ONOMÁSTICA

Patrícia de Jesus Carvalhinhos*

Definida por Leite de Vasconcelos (1887)¹ como “parte da glotologia”, a onomástica (ou onomatologia, termo usado, ainda hoje, em Portugal) é a ciência dos nomes. Seu objeto de estudo pode ser o nome de pessoa (antropônimo) ou nome de

* FFLCH - USP

¹ Mil oitocentos e oitenta e sete é a data da primeira formulação, em língua portuguesa, do conceito de onomatologia ou onomástica. Leite de Vasconcelos retoma o tema em várias oportunidades, mas a primeira citação é feita na primeira edição da **Revista Lusitana**, publicada nesse ano.

lugar (topônimo) e, para o autor mencionado, uma terceira vertente da onomatologia seria a panteonímia, ou “estudo de nomes vários”.

Como se pode perceber, o objeto de estudo das ciências onomásticas é, pois, o nome. Para dissertar sobre como se aplica a teoria dos signos na onomástica, é preciso discorrer um pouco sobre o próprio objeto de estudo e suas especificidades, assim como sobre alguns conceitos específicos à ciência onomástica e sua principal disciplina, toponímia. De caráter transdisciplinar, a toponímia deixa transparecer não apenas um corpo teórico dos signos (seja qual for a corrente linguística aplicada a seu estudo), mas ainda várias outras possibilidades de abordagens teóricas, a partir de variadas disciplinas científicas.

Portanto, nossa exposição seguirá um roteiro nascido na questão histórica, no qual pretendemos abordar de onde provém o atual conceito de nome utilizado nos estudos de onomástica, passando, posteriormente, pela própria essência e estrutura formal do nome (explanando, mais extensamente, o topônimo), discorrendo, neste ponto, sobre a questão do signo na onomástica, e podendo depreender, de tal discussão, a aplicação da teoria dos signos na ciência dos nomes.

O CONCEITO DE NOME

A onomástica abrange, como já se mencionou, o estudo de nomes pessoais e nomes de lugares, além de outros nomes vários. O conceito gramatical de nome próprio, que atualmente se aplica a lugares e pessoas, não é o único necessário à nossa exposição, uma vez que o ato de nomear pode implicar, ainda, espontaneidade na enunciação (pois no caso do topônimo, por exemplo, uma denominação espontânea poderá nascer de um enunciado de língua que paulatinamente se converterá em apenas uma unidade lexical, como exporemos oportunamente).

O atual conceito de nome provém, historicamente, do *onoma* grego, estando ainda presente em vários termos utilizados em linguística (onomatopéia, sinônimo, antônimo, topônimo, exemplificativamente). Segundo John LYONS, no livro *Introdução à linguística teórica*, foi no século II a.C. que o conceito *onoma* apareceu, figurando na primeira gramática sistematizada por Dionísio, o Trácio.

Diferentemente do que ocorre hoje com o nome, cuja distinção entre nome próprio e nome comum é muito mais recente, o *onoma* se aplicava a três categorias: designava seres individuais, atividades humanas e objetos. Já naquela época, havia uma discussão entre os filósofos de duas correntes contrárias, naturalistas e convencionalistas, sobre como as palavras se uniam às coisas. Da discussão entre a corrente platônica (naturalista) e os convencionalistas nasceu a gênese de dois conceitos relacionados à questão do nome próprio em função de topônimo e antropônimo, conceitos que nos interessam: a arbitrariedade do signo e motivação. Para os naturalistas, as palavras eram apropriadas por natureza às coisas que significavam; já para os convencionalistas havia um acordo tácito entre os membros de um grupo, a fim de que uma palavra designasse uma “coisa”.

Podemos, pois, relacionar a concepção naturalista ao signo motivado, assim como a convencionalista à arbitrariedade. Retomaremos esta questão, de modo direcionado à nossa discussão, quando abordarmos a dupla motivação do topônimo. Como objeto de estudo, o nome próprio, atualmente, deve ser encarado por um prisma geral e outro particular. Por esse prisma geral, vale dizer que tanto o topônimo quanto o antropônimo são signos de língua, pertencentes a determinado(s) sistema(s) linguístico(s) e, obviamente, a um universo de discurso. Como tais, são palavras como as outras, estando sujeitas a todas as regras do sistema ao qual pertencem. Ao encarar o nome pelo prisma particular, encetamos a discussão da própria teoria onomástica, suas regras e seus conceitos, singularizando, assim, seu objeto.

CONCEITO DE SIGNO NA ONOMÁSTICA

No início de nossa exposição dissemos que tanto os nomes de lugares quanto os nomes de pessoas fazem parte, como objetos de estudo, da onomástica. Sejam topônimos ou antropônimos, são todos nomes, e o que define sua aplicabilidade é um critério cultural: o que pode ser um nome de pessoa ou não? Existe, como se percebe, uma relação de intersecção entre topônimos e antropônimos, podendo um ser gerado a partir do outro, evidentemente respeitando os critérios culturais de cada grupo.

Já tivemos a oportunidade de expor, em artigo publicado em 2007², as relações que existem entre os nomes de pessoa e os nomes de lugares. Partindo do princípio que todos são nomes, todos nascem como nomes comuns; a passagem a nome próprio ocorre pelos mecanismos próprios de fixação onomástica, como a repetição, aceitação pelo grupo e cristalização (sobretudo em toponímia). Uma vez estabelecidos como topônimos ou antropônimos, é comum haver a migração de um para outro, com aproveitamento do nome na nova categoria. É assim que temos, por exemplo, uma miríade de topônimos provindos de antropônimos, assim como é bastante comum encontrar antropônimos procedentes de topônimos.

Lembrando que uma das principais funções do nome, seja aplicado ao lugar ou a pessoas, é identificar e particularizar o elemento denominado, vale ressaltar que nem sempre o que se considera um nome, em toponímia, pertence à classe gramatical substantiva, mesmo sendo o substantivo o nome por excelência. O nome de lugar, segundo sua estrutura simples ou composta, pode apresentar várias combinações linguísticas, desde o substantivo simples acrescido ou não de

² CARVALHINHOS, P. J.; A. NTUNES, A.M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia. O nome próprio. **Cadernos do CNLF** (CiFEFil). , v.XI, p.108 - 121, 2007. Também disponível em <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/12.htm>, acesso em: 23 nov.2007.

elementos sufixais (rio *Pinheiros*) até formas mais complexas, por exemplo o primeiro nome do município paulista de *Socorro: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Rio do Peixe*. Há, ainda, verdadeiros enunciados com a presença de categorias gramaticais como verbos e ainda assim são considerados nomes de lugares. É o caso dos municípios brasileiros *Sai de Cima* (Piauí), *Valha-me Deus* (Maranhão) e *Há Mais Tempo* (também no estado do Maranhão). Priorizamos, neste ponto, o signo na toponímia, introduzindo o conceito de sintagma toponímico, que permite uma abordagem mais específica e, de certa forma, evidencia a relação existente entre este signo aplicado e outra ciência linguística, a terminologia; a seguir discutiremos, ainda que brevemente, sobre o signo em função de antropônimo.

O SIGNO EM FUNÇÃO TOPONÍMICA E O SINTAGMA TOPONÍMICO

Dick (1980)³ afirma que o topônimo é duplamente marcado, e que o que era arbitrário passa a ser motivado. Esta afirmação parece ser contrária ao que se afirmou anteriormente, de que tanto o topônimo quanto o antropônimo são signos de língua comuns. Na verdade, a questão da motivação é, aqui, dual: trata-se da motivação lexical da própria palavra (ou palavras) que é o nome propriamente dito, assim como do motivo do denominador singular, ou do grupo humano nomeador. Este motivo está condicionado à forma de percepção da realidade, aos fatos significativos para o grupo (como afirmava SAPIR⁴) e até ao momento psicológico do enunciatador/denominador, uma vez que existe a eleição, no eixo paradigmático da linguagem, de uma determinada lexia

³ DICK, MVPA. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

⁴ Cf. .Referências bibliográficas.

em detrimento de outra. Esta definição de “motivo” deixa transparecer o que a escola americana, calcada nos estudos de George R. Stewart (1954)⁵, chama “a humanização da onomástica”, numa referência clara à abordagem diferenciada do mencionado autor priorizando a causa do nome, em relação aos tradicionais estudos onomásticos de vertente fortemente etimológica, na Europa dos anos 50.

O que existe, pois, é um signo de língua *em função* de topônimo. Ele pode não ter nascido topônimo, mas cristalizou-se e converteu-se em um. Esta afirmação retoma o que dissemos anteriormente sobre a mudança que pode haver de nome comum a nome próprio. Na verdade, como também já se deixou transparecer em outro trecho de nossa exposição, pode haver a cristalização de um enunciado inteiro. Por exemplo, tanto no Brasil quanto em Portugal encontramos mapas e cartas geográficas antigas (consultamos, há poucos meses, um mapa português do século XVII⁶) com designações para caminhos que, naquele momento, ainda não eram topônimos – apenas referencializavam percursos: por exemplo, *o caminho que vai para Barcelos*. A mesma estrutura é encontrada em registros da São Paulo do século XVI e XVII, com designações como *rua onde mora o meu irmão Fernão Dias e caminho direto de vai para o Anhangavaí*⁷ (atual rua

⁵ A referência que fazemos a STEWART vem por meio de um artigo de DICK, cf. Referências bibliográficas.

⁶ A referência, feita de memória no momento do exame, era a uma planta do começo do século XVII (1606), de uma localidade portuguesa (Tojal), naquele momento ainda em formação (do ponto de vista toponímico), como se pode comprovar por outros enunciados presentes na mesma planta (*caminho que vai para *Valla Longa, rio que vem de Barcelos*). A figura pode ser visualizada no em um dos arquivos digitais disponibilizados pela Torre do Tombo (Lisboa), como parte do documento “Reportório das fazendas do mosteiro de S. Vicente de Fora situadas no lugar do Tojal e seu limite”, disponível em <http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=dtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=ImageView.tcl&dsqDb=Images&dsqImage=TES05\TT-MSVF-14-022_{-2v}_c0001.jpg>, acesso em 20 fev. 2008.

⁷ Cf. DICK, M.V.P.A. O espontâneo e o popular na toponímia. **Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos**. 2. ed. São Paulo: Serviços Gráficos da FFLCH, 1990, pp. 47-54.

Direita). Considerando a última designação, e desconsiderando outras variadas hipóteses para a motivação da denominação da rua Direita (como ser uso em sociedades européias dar nome a ruas com referência à direita da principal igreja local, ou, ainda, ser a rua Direita assim denominada por uma analogia proposital, por parte dos denominadores, entre o nome São Paulo e a menção bíblica a Paulo de Tarso, curado na rua Direita, em Damasco⁸). No caso da rua Direita paulistana, o nome se teria cristalizado após a eliminação, na fala do usuário, dos outros elementos. Fica caracterizado, pois, o uso de Direita como topônimo, ou signo que está em função de topônimo apenas neste contexto, uma vez que se trata de uma palavra transparente e em uso na língua comum.

Ainda quanto ao signo em função toponímica, é preciso mencionar um aspecto importante: a cristalização ou fossilização. Uma vez estabelecido um topônimo como tal, pelo grupo, e não sendo substituído por outro (como ocorre, frequentemente, nas grandes capitais brasileiras), ele mantém íntegros todos seus elementos constitutivos enquanto signo de língua, inclusive seu significado (ainda que este se possa esvaziar), tornando o topônimo um signo opaco. Aqui está exposta uma característica fundamental do léxico toponímico: é o signo linguístico que melhor se preserva dos efeitos da passagem do tempo, pois uma vez instituído pelo grupo como topônimo, não mais evolui como palavra de língua. O topônimo ou o nome propriamente dito é, contudo, apenas uma parte do que denominamos sintagma toponímico, cujo primeiro elemento é essencial para a compreensão do nome, uma vez que se refere à entidade geográfica denominada.

Sintagma toponímico é, pois, o bloco resultante da entidade geográfica denominada, acrescida do topônimo. A terminologia é ciência fundamental, auxiliar no estudo e na com-

⁸ Encontramos esta hipótese formulada em uma dissertação de mestrado, transformada em livro: KEHL, Luis Augusto Bicalho. **Simbolismo e profecia na fundação de São Paulo. A casa de Piratininga**. São Paulo: Ed. Terceiro nome, 2005.

preensão da função do elemento genérico no sintagma toponímico, uma vez que nos fornece as ferramentas necessárias para tal estudo. O elemento genérico é fonte de estudos na escola canadense e americana, sendo a nomenclatura geográfica crucial nas pesquisas realizadas pelas Comissões de Toponímia mantidas pela ONU⁹, num esforço contínuo de normatização e estandarização. Do ponto de vista do toponimista, também o elemento genérico do sintagma toponímico fornece dados sobre a língua e denominador — por exemplo, por meio das variantes lexicais presentes em determinado território: no Brasil, podemos encontrar, para designar cursos d'água de dimensões equivalentes, *arroio*, *córrego*, *ribeiro*, *vereda*. Portanto, percebe-se, apenas por estes dois conceitos vinculados à essência dos signos em função toponímica, que a teoria dos signos é essencial ao estudo e compreensão dos nomes. Seja pela semiótica, lexicologia, terminologia, ou mesmo valendo-nos das mais variadas concepções de signo, a aplicabilidade nas ciências onomásticas é inegável.

O SIGNO EM FUNÇÃO ANTROPONÍMICA

Em função de antropônimo, podemos afirmar que, pelo menos no caso das sociedades ocidentais, o nome de pessoa se particulariza por ser um signo linguístico parcialmente privado de seu significado original, do mesmo modo que existe o esvaziamento do topônimo, tornando-o opaco. O que emerge desta afirmação e da discussão que tentamos implementar atualmente é não apenas o *status* do antropônimo como signo de língua tão opaco ou desvinculado de seu referente, ou nome etiqueta, como já propunha o filósofo Stuart

⁹ Essas comissões estão vinculadas à **United Nations Statistics Division** (*Department of Economic and Social Affairs*), sob a sigla UNGEEN (*United Nations Group of Experts on Geographical Names*). Informações disponíveis em <<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/ungeen.htm>>, acesso em 16. mar. 2008.

Mill, no século XIX (1846). Vem à tona, também, a questão de se imaginar outras relações estabelecidas no campo mental do denominador, renovando o significado do nome e propondo novos referentes a partir dos pré-existentes. Para que se compreenda essa proposição de estudo, faz-se necessário ver que, em termos de antroponímia, a significação se esvazia muito mais rapidamente que em toponímia. Assim como o sistema toponímico, também um sistema antroponímico varia de sociedade para sociedade, por isso, apesar de alguns aspectos comuns a vários sistemas, não é possível generalizar afirmações. O sistema antroponímico brasileiro veio do português, com contribuições de antropônimos africanos, em pequena parte, e indígenas, em maior parte, além dos atuais estrangeirismos e criações. Por sua vez, os antropônimos portugueses formaram-se a partir do sistema trinominal romano e suas sucessivas mudanças ao longo do tempo, obtendo, após a fragmentação do império, contribuições germânicas e árabes, conforme as invasões na península ibérica.

Contudo, já Leite de Vasconcellos afirmava, na obra *Antroponímia Portuguesa* (1928), que a desvinculação entre o nome atribuído a uma pessoa e suas possíveis características físicas ou atributos psicológicos e morais era presente já na idade média portuguesa, havendo, ainda, registros de nomes de moda — nomes de cavaleiros para meninos, e nomes de princesas para meninas — situação nem um pouco diferente do que encontramos hoje, guardado, devidamente, o lapso temporal e, portanto, a mudança do referente ‘famoso’.

É dessa observação que sobressai a necessidade de ir mais além no estudo dos nomes, sejam eles de pessoas ou atribuídos a lugares. No caso dos antropônimos, a recuperação etimológica não satisfaz, uma vez que os nomes são atribuídos por “beleza”, em grande parte das vezes (ou seja, apenas pela sequência sonora). Estamos buscando, pois, na Semântica Cognitiva, novos elementos que auxiliem na interpretação desse fenômeno, ou seja, o nome-etiqueta e a multiplicação de referentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aplicações da teoria dos signos na onomástica não é um tema que se esgote nesta oportunidade de reflexão, como, aliás, ocorre em qualquer ciência que se constrói todos os dias. Os tópicos aqui abordados tampouco refletem todas as possibilidades de abordagens linguísticas com um corpus onomástico. Tentamos sistematizar algumas características do topônimo e do antropônimo enquanto signos de língua e, mais ainda, enquanto elementos que guardam uma relação estreita entre o objeto denominado e as causas da denominação. A guisa de conclusão, é importante mencionar que, justamente por seus objetos de estudo carregarem não somente marcas linguísticas (por serem palavras comuns) mas também marcas culturais por estarem em função de nome de lugar ou de pessoa, a ciência dos nomes é, por excelência, fonte importante para inúmeras áreas de conhecimento e disciplinas científicas, nomeadamente, além da linguística, geografia, história e cartografia, entre outras.

BIBLIOGRAFIA

- ANÔNIMO. Planta do Tojal. Relatório das fazendas do mosteiro de S. Vicente de Fora situadas no lugar do Tojal e seu limite. 1606. Arquivo da Torre do Tombo (Torre do Tombo On Line), disponível em [http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqInidtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=387&dsqSearch=\(UserText03='Autores'\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/Dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqInidtematico.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=show.tcl&dsqDb=Images&dsqPos=387&dsqSearch=(UserText03='Autores')), acesso em 20. mar. 2008.
- CARVALHINHOS, P. J.; ANTUNES, A.M. Princípios teóricos de toponímia e antroponímia. O nome próprio. Cadernos do CNLF, Rio de Janeiro, CiFEFil, 2007, v.XI, p.108 - 121.
- LYONS, John. Introdução à linguística teórica. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- DICK, M.V.P.A. A motivação toponímica e a realidade brasileira. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

- _____. *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. 2ª ed.*, S.Paulo, Serviços de Arte Gráfica da FFLCH/USP, 1990.
- KEHL, Luis Augusto Bicalho. *Simbolismo e profecia na fundação de São Paulo. A casa de Piratininga*. São Paulo: Ed. Terceiro nome, 2005.
- SAPIR, Edward. *Língua e ambiente. Linguística como ciência. Ensaio*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969, p. 43-62.
- STEWART, G. *A classification for place names. Apud DICK, Maria Vicentina de P. do Amaral. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. 2ª ed.*, S.Paulo, Serviços de Arte Gráfica da FFLCH/USP, 1990.
- STUART MILL, J. *A system of logic, ratiocinative and inductive*. New York: Harper & Brothers Publishers, 1846.
- VASCONCELLOS, José Leite de. *Opúsculos. V. III* Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.
- _____. *Antroponímia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1928.

AS LÍNGUAS DE TIMOR LESTE: PERSPECTIVAS E PROSPECTIVAS

Davi Borges de Albuquerque*

RESUMO: O presente artigo objetiva apresentar ao público brasileiro uma introdução sobre os estudos lingüísticos em Timor Leste. Assim, serão apresentadas as línguas faladas em Timor Leste seguidas de breves informações e a classificação genética (sec. 2), em seguida serão discutidas informações históricas sobre essas línguas (sec.3). Finalmente, argumento que poucas pesquisas foram feitas e que Timor Leste se apresenta como um amplo campo para as pesquisas lingüísticas.

Palavras-chave: Timor Leste; línguas timóricas; línguas papuásicas.

INTRODUÇÃO

A República Democrática de Timor Leste é uma pequena ilha localizada no extremo sudeste asiático e próxima ao norte da Austrália. O país conquistou sua independência recentemente no ano de 2002, após uma dominação indonésia que se iniciou em 1974. As línguas oficiais de Timor Leste, de acordo com a constituição, são a língua portuguesa e a lín-

* Bolsista CAPES em Timor Leste – Professor Cooperante Universidade Nacional Timor Lorosa'e

gua tétum, ainda são aceitas as línguas inglesa e indonésia¹ como línguas de trabalho.

Além das línguas indo-européias citadas acima e da língua malaio, o Timor Leste possui em um pequeno território 15 línguas nativas somadas ao tétum, também língua nativa, mas que funciona como a língua franca deste mesmo território e dos povos falantes das diferentes línguas.

Os objetivos deste artigo são vários, os principais são: apresentar de maneira breve a situação linguística atual do território timorense e tentar juntar as várias contribuições já feitas pelos acadêmicos de diversas áreas do conhecimento para elaborar um conjunto um pouco mais homogêneo sobre o que se construiu, ou reconstruiu, sobre o passado e presente linguístico de Timor Leste. Ou seja, o que nós podemos afirmar com maior, ou menor grau de certeza até o presente momento da história e das línguas desta ilha.

Sendo assim, na seção seguinte serão apresentadas brevemente as línguas faladas em Timor Leste e algumas de suas características. Na seção (3) serão apresentadas as contribuições já feitas pelas diversas áreas do conhecimento em uma tentativa de reconstruir algumas informações sobre o passado timorense. Finalmente, na seção (4) as futuras e possíveis pesquisas que poderão ser realizadas em diferentes subáreas da linguística serão discutidas seguidas por algumas observações de ordem conclusivas.

¹ A chamada língua indonésia, conhecida também como *bahasa indonésio* ou simplesmente *bahasa*, que significa 'língua', trata-se na realidade da língua malaio que é a língua oficial falada na Indonésia, Malásia e Cingapura. Porém, com a política nacionalista pós-independência na Indonésia, a escolha de uma língua nacional ligada à identidade nacional tornou-se um fator fundamental nesse processo (Guan & Suryadinata 2007).

Desta maneira, houve uma necessidade de diferenciar a variedade do malaio falado na Indonésia das demais variedades faladas em outros países, ao menos no nível terminológico. Assim, doravante referir-me-ei a variedade indonésia somente como 'língua malaio'.

TIMOR LESTE: SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA

As línguas faladas em Timor são 16 e podem ser divididas em dois grandes grupos: austronésico e papuásico (ou não-austronésico)². O número de falantes varia muito³: há o caso do tétum que é falado por 82% da população e do Mambae que é língua materna de cerca de 17% dos timorenses⁴, assim como o Makuva que é uma língua considerada extinta usada somente em rituais pelos mais velhos no distrito de Lautém.

As línguas austronésicas espalhadas pelo território timorense são 12. Segundo Hull (1998, 2000, 2001b), pertencem ao ramo Malaio-Polinésio Ocidental e ao sub-ramo Neo-

² As línguas papuásicas apresentam uma grande dificuldade quanto à filiação genética. Além do grande número de línguas, cerca de 750, muitas não foram estudadas de maneira satisfatória até a atualidade. Ainda, as diversas migrações, intenso contato entre diferentes povos, a vasta quantidade de ilhas, o isolamento geográfico e uma profundidade temporal que ultrapassa o limite do método histórico-comparativo, que cobre aproximadamente até 8000 anos não mais que isso, são fatores que influenciam no estudo dessas línguas.

Desta maneira, chamar esse grupo de línguas de 'línguas papuásicas' pode pressupor um ancestral comum, como o caso das línguas austronésicas que descendem de uma língua mãe comum o proto-austronésio, o que não é correto. Assim, muitas vezes, linguistas se referem a esse grupo de línguas simplesmente como 'não-austronésicas', ou 'pré-austronésicas'.

Finalmente, as 4 línguas faladas em Timor Leste de origem papuásicas – Fataluku, Makalero, Makasae e Bunak – podem ser classificadas, juntamente com as demais línguas papuásicas, como pertencentes ao Filo Trans-Nova-Guiné, que consiste em uma classificação bem mais ampla.

³ Vale a pena comentar que até os dados de recenseamento sobre a população, as línguas e seus falantes em Timor Leste ainda é precário, já que foram realizados por instituições distintas que possuem um interesse ideológico em tais dados. Por isso, os dados apresentados por diferentes instituições são bem divergentes entre si.

Para o presente artigo foram consultados os seguintes trabalhos: *Inquérito aos Sucos de Timor Leste* (2001), *Timor-Leste Census of Population and Housing* (2006) e *Ethnologue* (2009). Sempre que algum número for utilizado será remetida a fonte deste.

⁴ Dados extraídos do *Timor-Leste Census of Population and Housing* (2006). Ainda, segundo a mesma publicação, as porcentagens são de uma população para o Timor Leste de 923.198 habitantes. Tal recenseamento foi realizado no ano de 2004.

Butônico. Ainda, podem ser sub-divididas em dois grupos: o grupo Fabrônico (Tétum, Kawaimina, Habun, Wetarese, Galolen, Bekais e Dawan) e o grupo Ramelaico⁵ (Tokodede, Kemak, Mambae, Idalaka). O Makuva é isolado geograficamente no extremo leste de Timor e, apesar de ser classificado como língua Fabrônica, é provavelmente relacionado às línguas austronésicas da Nautonia (um conjunto de ilhas localizadas a leste de Timor).

Ainda, segundo Hull (2001a, 2001b), essas línguas descendem do Butonês Antigo e foram introduzidas na ilha de Timor através de migrações originárias do sudeste das ilhas Celebes cerca de mil anos atrás. Nesse período, os povos falantes dessas línguas tiveram contato com povos já estabelecidos na ilha que provavelmente eram falantes somente de línguas não-austronésicas. O fator de maior importância no desenvolvimento das línguas faladas em Timor Leste foi a migração de povos originários da região central das Molucas um pouco após esse período da migração dos povos butoneses, que desencadeou um intenso contato e, desta maneira, um processo de crioulização em todas as línguas nativas austronésicas e não-austronésicas.

A seguir, serão apresentadas as línguas separadas de acordo com suas classificações genéticas juntamente com algumas informações sobre elas:

⁵ A terminologia usada pelo linguista australiano Geoffrey Hull, que é o grande estudioso e pioneiro nas línguas de Timor Leste, possui uma arbitrariedade. O termo 'fabrônico' vem do latim *Fabronum Insulae* que é o nome das ilhas de Tukang Besi 'ilhas do ferreiro' umas das ilhas Celebes de onde vieram as migrações butonesas, e 'ramelaico' refere-se à Montanha Ramelau localizada no centro do país e onde se localizam as línguas desse grupo.

LÍNGUAS AUSTRONÉSICAS - GRUPO FABRÔNICO:

Tétum:

é a língua franca de Timor Leste e falada pela maior parte da população. Em 2002, de acordo com a constituição, foi alçada ao status de língua co-oficial ao lado da língua portuguesa, que é a língua oficial⁶. É a língua que está ligada a identidade nacional por diversos motivos (Alves 2005), além de ser a língua franca, foi também a língua melhor documentada no período colonial português; foi a língua escolhida pela igreja católica para a catequese; foi a língua que se manteve durante a ocupação indonésia, já que o português foi proibido e tornou-se a língua de resistência.

Excetuando-se o fato da invasão e posterior ocupação indonésia, o status que a língua tétum ocupou durante o período colonial português assemelhou-se ao tupinambá (e posterior nheegatu) no Brasil.

Entre as línguas faladas em Timor Leste é a que possui um maior número de publicações: diversos artigos de autoria de Esperança (2001), que versam sobre a situação sociolinguística de Timor Leste e analisam o tétum; uma gramática pedagógica (Hull 1993) e uma gramática da língua tétum (Hull & Eccles 2005);

Habun:

é uma língua pouco estudada e possui um número reduzido de falantes, cerca de 1200 falantes, segundo o

⁶ A língua tétum tem três dialetos: o tétum-praça, o tétum-térik e o tétum-belu. O dialeto reconhecido na constituição é o tétum-praça, que consiste em um crioulo que tem a língua portuguesa como língua lexificadora.

O tétum-térik destaca-se por apresentar estruturas arcaizantes e não-crioulas, como um sistema de concordância, uma rica morfologia verbal e um léxico nativo. O tétum-belu difere-se dos demais dialetos por ser falado próximo da fronteira e apresentar uma grande influência da língua malaio.

Ethnologue (2009). Hull (2001a) considera-a uma versão arcaica do tétum;

Galolen:

é a língua nativa do distrito de Manatuto e destaca-se das demais por possuir alguns estudos já publicados: uma gramática (Silva 1900) e um dicionário português-galolen (Silva 1905) e também por ser rica em empréstimos de diversas línguas pelo fato dessa região ser rica em contatos com vários povos através do mar e pelos grandes rios localizados nessa região;

Wetarês:

Wetar é uma ilha localizada ao norte da ilha de Timor e possui diversos dialetos e sub-dialetos espalhados pelas diversas micro-ilhas da região, incluindo a ilha de Ataúro, pequena ilha que pertence à nação timorense.

Nessa ilha, existem três sub-dialetos do wetarês que são denominados: resuk, rahesuk e raklungu;

Kawaimina:

consiste em um complexo dialetal localizado a leste do território timorense e convive com as línguas papuásicas tendo algumas influências destas. O termo 'kawaimina' não é reconhecido pelos falantes, pois se trata da junção dos dialetos, que são: Kairui, Waimoa, Midiki e Naueti;

Bekais:

é falada apenas em uma pequena região, Balibó, perto da fronteira com a Indonésia. No passado, era falada em uma região bem mais extensa, mas foi substituído pelo tétum (dialeto belunês);

Dawan:

em seu dialeto denominado Baikenu, é falado no enclave de Oecussi. O enclave de Oecussi foi a capital até o ano 1769 durante a colonização portuguesa e era conhecido como Lifau. Após esse ano, a capital foi transferida para Díli, que é a capital de Timor Leste até a atualidade.

A língua Dawan também é falada do outro lado da ilha de Timor, na parte oeste que é território indonésio, e possui um grande número de empréstimos malaios. O dialeto Baikenu possui também um grande número de empréstimos portugueses;

Makuva:

a situação sociolinguística atual do makuva ainda é um tanto controversa. Alguns linguistas consideram-na extinta, outros apresentam indícios de que seja uma língua usada somente em rituais e não é ensinada aos mais novos como uma forma para proteger a língua. Desta maneira, os estudos e os dados sobre o makuva ainda são um pouco incertos.

GRUPO RAMELAICO

Mambae:

é uma das línguas de Timor Leste que possui mais falantes nativos. É digno de nota também por ser falado em uma vasta região e apresentar uma grande variação dialetal; traços de forte criouliização com uma morfologia simples; um léxico com uma grande influência papuásica;

Tokodede:

é a língua materna do distrito de Liquiçá (mas também de algumas regiões adjacentes) e apresenta traços ainda mais

fortes de crioulização com a morfologia completamente isolante, e também um léxico papuásico;

Kemak:

é falado perto da fronteira com a indonésia e além de possuir um léxico papuásico, porém distinto das demais línguas do grupo – Mambae, Tokodede e Idalaka –, apresenta também grande influência do malaio;

Idalaka:

também consiste em uma terminologia científica para se referir a esse complexo dialetal formado pelos dialetos: Idaté, Lakalei e Isni, assim como é o caso do Kawaimina. Esses dialetos apresentam alguns traços arcaicos e compartilham certas características com algumas línguas do grupo fabrônico, isso faz com que seja a provável proto-língua do grupo ramelaico.

LÍNGUAS PAPUÁSICAS - GRUPO NEO-BOMBERAICO⁷:

Fataluku:

apresenta uma grande variação dialetal, assim como o Mambae. É falada no extremo leste do país, no distrito de Lautém. Digno de nota é que o povo falante de fataluku é culturalmente distinto dos demais povos de Timor Leste;

Makasae:

é uma das línguas com mais falantes nativos em Timor Leste – juntamente com o Mambae – e é localizada principalmente no distrito de Baucau;

⁷ O nome ‘neo-bomberaico’ é usado pelo fato dessas línguas papuásicas terem um único ancestral comum e de origem da península de Bombera.

Makalero:

é similar ao Makasae, e encontra-se em uma posição intermediária entre o Makasae (porém mais próximo deste) e o Fataluku no que seria um contínuo dialetal papuásico localizado no leste do país;

Bunak:

é falado praticamente na mesma região que o Kemak, com pequenas distinções de alguns espaços. Ainda, convive também com o Tétum-Belu. Apesar de ser uma língua papuásica, é a mais divergente das quatro por ter se separado das demais em um período histórico mais antigo e por sofrer influências mais intensas dos contatos com as línguas vizinhas.

BREVE HISTÓRICO DAS LÍNGUAS TIMORENSES

Os povos que foram os primeiros habitantes do território timorense eram ágrafos, ou seja, não desenvolveram nenhuma forma de escrita. Logo, não há registros escritos que possuam uma grande profundidade temporal contendo informações sobre o Timor ou os povos que aqui viviam. Os primeiros documentos que chegaram até nós contendo informações sobre o Timor datam do século XIV. As ciências que podem nos ajudar a conhecer, então, um pouco mais sobre o Timor Leste em datas anteriores a esse período são a arqueologia e a linguística histórica, já que a história pouco pode fazer com a ausência de registros escritos.

Após o século XIV, alguns documentos começam a mencionar o Timor Leste, pois nesse período já havia uma rota comercial estável. Os principais povos navegadores dessa rota comercial eram os chineses, indianos e os povos islâmicos, e o Timor Leste fazia parte da rota de navegação desses povos

pela importância que o sândalo branco tinha para o comércio da época. Um pouco depois, no século XVI, a documentação sobre o Timor Leste torna-se significativa já que os europeus começam a ter um interesse no sudeste asiático, e Portugal destaca-se por montar feitorias em diversas cidades.

A arqueologia conseguiu poucos avanços significativos no período anterior à invasão indonésia, e cessando por completo durante este período. São da época anterior à invasão os principais trabalhos escritos sobre a arqueologia do Timor. Após a independência do Timor Leste, algumas pesquisas arqueológicas vêm tendo o território timorense como objeto de estudo.

No Neolítico há dois períodos distintos de migrações para o Timor e de duas sociedades diferentes. O mais antigo data de cerca 3500 a.C. e essa civilização é chamada de *machado oval*. As características dela são muito parecidas com alguns povos papuásicos que mantêm suas tradições até a atualidade, são elas: a criação de porcos e galinhas, uma agricultura primitiva baseada somente em uma cultura de tubérculos e uma olaria rudimentar. Acredita-se que a civilização do *machado oval* do Timor é que deu origem as línguas papuásicas hoje faladas na região, a saber: fataluku, makalero, makasae e bunak. Já em 2500 a.C. surgem os vestígios da civilização do *machado quadrangular*, e é esta que deu origem a grande parte dos traços culturais presentes hoje no povo timorense. Entre os traços culturais do povo timorense herdados da civilização do *machado quadrangular* são: a cultura dos cereais (o arroz é parte fundamental da alimentação timorense), a domesticação do búfalo (que possui papel de destaque na alimentação e nas diversas relações inter-pessoais, como o casamento), a tecelagem e a construção de casas sobre estacas. Já a civilização do *machado quadrangular* está ligada com a expansão e as migrações do povo austronésio e, assim, está ligada com as línguas austronésicas (Tomaz 1994: 591 e segs).

Sobre a pesquisa arqueológica realizada em Timor Leste, merece destaque a realizada por Glover, pois os estudos desse autor alcançaram algumas conclusões significativas sobre a pré-história timorense. Glover (1971) afirma que uma agricultura primitiva já havia se instituído na região por volta do ano 3000 A.P.⁸ e que tal agricultura foi possível por causa das migrações austronésicas que ocorreram em um período anterior a esse. Ainda, segundo a análise e a datação de algumas ferramentas de pedra, o autor concluiu que havia, em um período anterior a essas migrações austronésicas, uma população de caçadores e coletores que já se encontrava em Timor por volta do ano 10.000 A.P.

Escavações mais recentes começaram a ser realizadas por diversos arqueólogos, após Timor Leste tornar-se um país independente. Algumas delas revelaram que a ilha de Timor Leste já era ocupada em um período entre 35.000 A.P. e 30.000 A.P. (O'Connor, Spriggs & Veth 2002). Outras evidências baseadas na análise da tecnologia náutica, na pesca e na presença de animais conseguiram trazer datações mais específicas sobre as migrações que ocorreram no passado. Por exemplo, a datação de alguns artefatos encontrados utilizados para pesca, como anzóis, entre outros, foi de 10.000 A.P. (O'Connor & Veth 2005) e remete ao uso dessa tecnologia de pesca anterior ao povo austronésico (que desenvolveu essa tecnologia em um período posterior), e a presença de um marsupial originário da Papua que data 9.000 A.P. (O'Connor 2006) também é outra evidência da presença da ocupação humana em Timor Leste de povos de origem não-austronésicos, assim como essas informações são evidências do período da migração austronésica para a ilha.

A arqueologia na atualidade, todavia, ainda possui muitas questões a serem respondidas, principalmente sobre o período da inserção da agricultura no Timor Leste. Algumas

⁸ A.P. sigla de 'antes do presente'.

datações remetem a um período entre 4.000 A.P. e 3.500 A.P. Mas não foram achados resíduos macro-botânicos significativos que apontem para a atividade de agricultura, somente a presença de cerâmica e artefatos neolíticos (Oliveira 2006: 95).

Já as informações que a linguística traz são diferentes das apresentadas pela arqueologia. As evidências linguísticas mostram que o povo que deu origem às línguas Timóricas⁹ faladas hoje no território do Timor Leste chegou provavelmente no rio de Laleia, no distrito de Manatuto, cerca de um milênio atrás e são originários da região onde estão localizadas as ilhas Muna, Butão e Tukang Besi, mais especificamente sudeste das ilhas Celebes.

As línguas Timóricas são descendentes de uma única língua, o Proto-Timórico, e os processos que geraram as diversas línguas timóricas modernas e suas respectivas crioulizações aconteceram em um período histórico mais recente, por volta do século XII e, depois, no século XV (Hull 2001b: 100 e segs).

A linguística acaba por se diferenciar da arqueologia também em suas evidências quanto ao povoamento pré-histórico do Timor Leste. Elas estão presentes nas línguas papuásicas, a saber: fataluku, makalero, makasae e bunak, e no grupo Ramelaico – mambae, tokodede, kemak e idalaka – das línguas Timóricas.

As línguas papuásicas têm uma origem e uma filiação genética com as línguas faladas na península Bomberaica da Papua Ocidental, e o povo falante da língua bomberaica que as originou parece ter migrado para o Timor cerca de 2000 a.C. A análise dos cognatos das línguas papuásicas do Timor, feita por Hull (2004: 28 e segs), indica que essas línguas derivam de uma única língua mãe, ou seja, de somente um povo falante de uma só língua papuásica que migrou cerca de qua-

⁹ São chamadas de 'línguas timóricas' as línguas faladas em Timor de origem austronésica.

tro mil anos atrás para o Timor. As línguas Timóricas, porém, apresentam outro substrato que indica a presença de línguas pré-austronésicas, e, conseqüentemente, a presença de um povo pré-austronésio anterior ao povo neo-bomberaico que inseriu a língua papuásica que se fragmentou e gerou as quatro línguas conhecidas na atualidade.

O grupo Ramelaico das línguas Timóricas, formado pelas línguas mambae, tokodede e kemak, originou-se do Idalaka Antigo. Esse grupo de línguas merece destaque por ter uma natureza híbrida. Essas línguas são denominadas de semi-austronésicas por possuir apenas superficialmente alguns elementos austronésicos, quando na realidade elas possuem três substratos distintos, o que leva a crer que na região do Monte Ramelau, antes de ser introduzido o Idalaka, ali eram faladas três línguas pré-austronésicas distintas (Hull 2001a: 4 e segs).

A ascensão da língua tétum ao *status* de língua franca deve ter acontecido em uma profundidade temporal relativamente recente: antes da chegada dos portugueses, mas depois do século XI, ou seja, num período entre os anos 1100 e 1400 aproximadamente. O argumento principal é de ordem linguística e baseia-se na distribuição geográfica da língua tétum, já que todas as línguas nativas de Timor Leste apresentam uma distribuição geográfica contínua e uma diferenciação dialetal notável, – principalmente no nível fonológico –, enquanto o tétum apresenta uma distribuição descontínua e os três dialetos – Tétum-Praça, Tétum-Terik e Tétum-Belo – apresentam variações internas mínimas. Há ainda a análise dos topônimos que revela um conjunto numeroso de nomes de origem Tétum, em regiões não-falantes desta língua, como:

- *Cota-boot* ‘aldeia grande’ e ribeira *Mácin* ‘sal, salgado’, na região falante de Bunak;
- *Fatuclaran* ‘entre as pedras’ e *Fatubeci* ‘pedra-ferro’, na região falante de Kemak;

- *Lete-Foho* ‘alto da montanha’, *Manufahi* ‘ave-porco’ e *Ainaro* ‘pau comprido’, na região falante de Mambae;
- *Matebian* ‘alma dos mortos’, na região falante de Makasae (Thomaz 2002: 69 e segs.).

Outro fato digno de nota são as referências feitas às línguas nativas na documentação do período português. A maioria desses documentos faz referência somente a duas línguas nativas do Timor: o Tétum e o Baikenu. O que nos leva a interpretar que, como o Timor Leste era dividido em pequenos reinos que viviam em constantes batalhas, um reino falante de língua tétum deve ter se destacado nas guerras e dominado uma vasta região do território timorense. Desta maneira, muitos foram obrigados a falar tal língua dominante e, posteriormente, quando o tétum já havia se estabelecido nas diversas regiões e sofrido processo de crioulização serviu, então, como língua franca para efetuar a comunicação entre os vários povos nativos do Timor Leste falantes de línguas diferentes.

Além da dominação de uma vasta região geográfica do território da ilha de Timor, outros fatores contribuíram para a crioulização do tétum e das demais línguas nativas do Timor Leste. O principal deles é apontado por Hull (2001a: 100 e segs.) como duas ondas sucessivas de migrações em massa para o Timor Leste em um intervalo de tempo relativamente pequeno. O autor afirma que a primeira onda de migração ocorreu provavelmente no século XIII com a introdução do Ambonês Antigo, uma proto-língua que teve um intenso contato com as línguas que já eram faladas nesta ilha: as línguas austronésicas que foram introduzidas através das migrações das Celebes e as línguas não-austronésicas que datam um período pré-histórico. A segunda onda de migração foi da língua malaio que foi introduzida com os comerciantes, provavelmente no século XV, que navegavam as rotas comerciais asiáticas. Nesse período, a língua malaio sofreu

um processo de crioulização e tornou-se a língua franca de grande parte do sudeste asiático, pois era a língua usada nas relações comerciais, e também foi uma língua regional de troca. Segundo Hull (2001a: 101), essas duas ondas migratórias acabaram por fazer com que as línguas nativas do Timor Leste sofressem um processo de crioulização intenso e em um tempo curto.

PERSPECTIVAS E PROSPECTIVAS DOS ESTUDOS CIENTÍFICOS

As áreas do conhecimento que podem nos ajudar a reconstruir o passado timorense são: a arqueologia, a história e a linguística histórica, conforme já foi discutido. Um breve compêndio sobre alguns dos principais trabalhos, e de seus respectivos resultados, dessas três áreas foi exposto na seção anterior.

O passado pré-histórico por sua natureza é repleto de incertezas, e, mesmo com todo o conhecimento científico e tecnológico da atualidade, conseguimos apreender apenas uma pequena parcela sobre traços da cultura material e imaterial dos antepassados da humanidade. Sobre a antiguidade de Timor Leste acontece a mesma coisa, porém, o grau de incerteza sobre os antepassados do povo timorense é ainda maior, pois as pesquisas realizadas nas áreas de linguística histórica e arqueologia encontram-se em estágio inicial e apresentam resultados distintos.

A pesquisa arqueológica demanda uma tecnologia ímpar, uma equipe qualificada e um orçamento alto, somente para a procura dos objetos para a análise. Todo o processo de procura ainda não garante o sucesso das pesquisas, que necessitam de análises laboratoriais para a datação dos achados. Ainda, poucos são os trabalhos sobre arqueologia realizados em Timor Leste, o que demanda dos pesquisadores da área um esforço bem maior. Os resultados, porém, que po-

dem ser alcançados são muitos, e, dessa forma, eles poderão nos dizer mais sobre a pré-história dos antepassados dos timorenses, cobrindo um intervalo temporal muito maior que o método histórico-comparativo da linguística histórica que possui uma limitação temporal como foi dito. Entre as indagações que a arqueologia pode nos ajudar a responder:

- as migrações para ilha de Timor: quantas foram? Em quais períodos? Quais povos?
- o povoamento desta ilha aconteceu como? Havia povos que foram extintos e não deixaram traços na atualidade?
- Como era o comportamento dos primeiros habitantes do Timor?

Já a linguística histórica em tempos mais recentes apresentou vários resultados, como foi apresentado na seção 3. Entre eles, foram levantadas hipóteses que respondem até algumas das perguntas levantadas anteriormente, principalmente sobre a datação das migrações para a ilha de Timor e os diferentes povos que para aqui outrora migraram, sobre as migrações dos povos papuásicos, ver Hull (2004), e sobre os austronésios, ver Hull (1998). A pesquisa na área da linguística histórica necessita dos resultados obtidos das pesquisas da descrição linguística, ou seja, o método histórico-comparativo trabalha com os dados presentes nas descrições gramaticais das línguas.

Dessa forma, os estudos linguísticos, além de estarem interligados, resolverão diversos problemas de caráter emergencial pelos quais as línguas do Timor Leste estão sofrendo. Como a linguística histórica necessita da linguística descritiva, a linguística descritiva é necessária para resolver os seguintes problemas das línguas nativas timorenses:

- Estabelecer uma ortografia e uma normalização;
- Elaboração da descrição gramatical;
- Promover o ensino das línguas nativas em suas respectivas comunidades falantes;
- Revitalização das línguas nativas que estão ameaçadas.

Os primeiros habitantes da ilha de Timor, assim como seus descendentes, eram povos de cultura ágrafa, ou seja, povos que não desenvolveram a tradição da escrita. Dessa maneira, cabe ao linguista, juntamente com a comunidade falante, desenvolver uma ortografia padronizada e refletir sobre qual variedade da língua será adotada como padrão, já que algumas das línguas aqui faladas apresentam uma diversidade dialetal notável. Como exemplo de variante dialetal que não apresenta problema algum entre os falantes é o caso da língua Fataluku que apresenta cinco dialetos mutuamente inteligíveis, com apenas pequenas diferenças fonológicas. Já o oposto é o complexo dialetal Kawaimina, formado pelos dialetos Kairui, Waimua, Midiki e Naueti, que apresentam características linguísticas distintas umas das outras e uma distribuição geográfica descontínua (Hull 2001a : 5).

Depois de estabelecidos os problemas de padronização linguística, o linguista deve elaborar a descrição gramatical da língua. O processo de elaboração da descrição linguística deve ser permeado por alguns parâmetros que são necessários para a melhor acessibilidade do povo timorense a esse material, são eles: a descrição que deve procurar abster-se, na medida do possível, de referenciais teóricos e/ou metodológicos, pois o objetivo da elaboração do material é o registro e a documentação das línguas para a comunidade, e não para a defesa de algum referencial teórico adotado pelo pesquisador; o material que deve ser elaborado nas línguas oficiais, de acordo com a Constituição da República Democrática do Timor Leste, são elas: a língua tétum e a língua

portuguesa, pois entre os objetivos secundários da elaboração desse material está o auxílio para o Timor Leste ser autônomo em todas as áreas, inclusive nas diversas áreas do conhecimento, e a elaboração de material em outras línguas acaba por tornar a nação timorense ainda mais dependente de línguas não-nacionais e dos respectivos pesquisadores que escrevem nessas línguas.

A elaboração da gramática da língua, sua publicação e distribuição, servem como base para a comunidade começar a pensar o ensino de sua língua paralelamente ao ensino das línguas oficiais nas escolas. Dessa forma, a língua nativa quando começar a ser ensinada nas escolas: estará protegida da ameaça de redução do número de falantes, servirá como um instrumento para a comunidade manter e eternizar suas tradições e formas de pensamento, terá seu prestígio social aumentado, e estará devidamente documentada.

Finalmente, esse processo todo ainda servirá como um instrumento para a revitalização das línguas nativas timorenses que estão ameaçadas atualmente. Pois como foi dito anteriormente, o ensino das línguas nativas na escola com um material adequado será o fator principal para a manutenção e também da revitalização das línguas ameaçadas.

Com o que foi dito acima, pôde ser percebido que a pesquisa nas diversas áreas da linguística, desde as áreas mais teóricas até as mais práticas que visam o ensino, estão interligadas. E, ainda, a partir do momento que o pesquisador se debruça sobre problemas a respeito do passado linguístico, ele estará também se debruçando sobre questões da atualidade linguística e seus resultados é que auxiliarão, ou não, o futuro dessas mesmas comunidades linguísticas por ele estudadas.

CONCLUSÃO: A FUNDAÇÃO DA “LINGÜÍSTICA TIMORENSE”

A ciência que tem muito a contribuir para o povo timorense e para os estudos culturais do Timor é a linguística. Em outro trabalho (Albuquerque 2008), argumentei que a própria linguística também tem muito a ganhar nos estudos das línguas nativas do Timor Leste. A linguística destaca-se da grande parte das ciências por precisar de um objeto de estudo humano – as línguas e seus respectivos falantes – e pelo fator de o método de análise linguística ser economicamente viável para um país em crescimento, como o Timor Leste.

Outro fator de extrema importância é a questão da ecologia linguística e das línguas ameaçadas. A ecologia linguística aqui é entendida de acordo com Muhlhäusler (1996): o exercício de pensar as línguas como “espécies biológicas” é interessante para se entender questões linguísticas como a importância da biodiversidade, o prejuízo da extinção de espécies, o perigo de espécies ameaçadas, entre outras, porém, deve-se ter em mente outro fator: a língua não é uma entidade *per se*. Segundo Hale (1992a, 1992b), uma língua somente é considerada não-ameaçada quando possui um número de falantes superior a 100.000 e, ainda, quando os problemas que podem levar a língua de uma comunidade específica à extinção estão solucionados. Desta forma, a grande parte das línguas nativas faladas em Timor Leste está ameaçada, já que somente as línguas Tétum (200.000 falantes), Mambae (180.000 falantes) e Makasae (110.000 falantes) possuem um número de falantes superior a 100.000, enquanto as demais línguas estão ameaçadas, outras correm sério risco de extinção como o Isni, falado por 290 pessoas¹⁰, e o caso da língua Makuva que é somente usada em contextos sociais específicos e falada por um número insignificante de pessoas o que a torna seriamente ameaçada de extinção (Himmelman & Hajek 2001).

¹⁰ O número de falantes das línguas aqui citados são aqueles que constam no *Inquérito aos Sucos de Timor Leste* (2001).

O linguista deve agir nessas questões com o apoio das autoridades competentes, o Instituto Nacional de Linguística (INL), universidades interessadas e demais instituições de apoio e fomento a pesquisa, para realizar um processo que possui várias fases:

- levantamento de dados linguístico de cada língua nativa (realização de pesquisa linguística intensa em cada comunidade);
- análise e publicação de resultados preliminares sobre seus estudos (através de artigos científicos, encontros, simpósios etc.);
- publicação da descrição gramatical da língua nativa;
- com a descrição gramatical, elaborar e publicar materiais didáticos sobre a língua ameaçada, como livros de alfabetização, cartilhas, dicionários etc.;
- iniciar um processo de revitalização das línguas ameaçadas que envolva o linguista, os professores da comunidade e os alunos da mesma comunidade, e a posse dos materiais elaborados;
- Tal processo exigirá uma parcela de investimento pelas autoridades responsáveis e por demais entidades para contratar a mão de obra (linguistas, professores nativos, auxiliares) e apoio financeiro (viagens, publicação de material, incentivo à pesquisa).

Após esse processo entrar em andamento, o linguista que tem objetivo de atuar na linguística histórica, deve ter em suas mãos a posse das divulgações dos resultados preliminares, para iniciar as suas pesquisas de natureza teórica, mas que muito tem para contribuir para a nação timorense sobre seus antepassados e para a teoria linguística sobre a história das diversas línguas aqui faladas.

Logo, o processo de pesquisa e a fundação de uma linguística do Timor Leste ainda estão por fazer, e é um pro-

cesso complexo que somente pode se estabilizar em longo prazo. Mesmo, porém, que tal processo demande um investimento de pessoal, financeiro e de planejamento, ele é de extrema importância para a cultura do povo timorense. Outro argumento que foi apresentado no presente estudo, e não será exaustivo se repetido, é que o estudo da linguística histórica está interligado com as diversas áreas da linguística, e a ciência das línguas acaba por perpassar por diversos níveis do sistema educacional já que está presente na elaboração do material, no planejamento do currículo, nas atividades escolares, entre outras. Isto faz com que a linguística e os linguistas tenham um papel fundamental na construção de um Timor Leste genuinamente independente.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, D. B. *Contribuições de Timor Leste à linguística*. MS. 2008.
- ALVES, S. B. *O tétum-praça e a construção da identidade de Timór Lorosa'e*. UnB: Dissertação de Mestrado, 2005.
- ESPERANÇA, J. P. T. *Estudos de Linguística Timorense*. Aveiro: SUL, 2001.
- GUAN, L. H. & SURYADINATA, L. (eds.) *Language, Nation and Development in Southeast Asia*. Cingapura: ISEAS, 2007.
- GLOVER, I. "Prehistoric research in Timor" In Mulvaney, D.J. and J. Golson (eds.) *Aboriginal Man and Environment in Australia*. pp.158-81. Canberra: The Australian National University, 1971.
- HALE, K. "On endangered languages and the safeguarding of diversity". *Language*. 68. 1-3, 1992a.
- _____. "Language endangerment and the human value of linguistic diversity". *Language*. 68. 35-42, 1992b.
- HIMMELMANN, N. & HAJEK, J. "A Report on the Current Sociolinguistics Situation in Lautém (East Timor)". *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. 4, 2001. pp. 88-97.
- HULL, G. *Mai koalia Tetun: A beginner's Course in Tetum-Praça, the Lingua Franca of East Timor*. Sydney: Australian Catholic Relief/ Australian Catholic Social Justice Council, 1993.

- _____. "The Basic Lexical Affinities of Timor's Austronesian Languages: A Preliminary Investigation". *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. 1, 1998. pp. 97-202.
- _____. "Historical phonology of Tetum". *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol.3, 2000. pp. 158-212.
- _____. "O Mapa Linguístico de Timor Leste: Uma Orientação Dialectológica". *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol.4, 2001a. pp. 1-19.
- _____. "A Morphological overview of the Timoric Sprachbund". *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol. 4, 2001b. pp. 98-205.
- _____. "The Papuan Languages of Timor". *Studies in Languages and Cultures of East Timor*, vol.6, 2004. pp. 23 -100.
- HULL, G & ECCLES, L. *Gramática da Língua Tétum*. Lisboa: Lidel, 2005.
- INQUÉRITO AOS SUCOS DE TIMOR LESTE, 2001.
- LEWIS, P. (ed.). *Ethnologue: Languages of the World*, Sixteenth edition. Dallas: SIL International, 2009. Online version: <http://www.ethnologue.com/>.
- MUHLHÄUSLER, P. *Linguistic ecology: language change and linguistic imperialism in the Pacific regions*. London / New York: Routledge, 1996.
- NATIONAL BOARD OF STATISTICS. *Timor-Leste Census of Population and Housing 2004*. Priority Tables Editions: National Board of Statistics and the United Nation Fund for Population, 2006.
- O'CONNOR, S. "Unpacking the Island Southeast Asian Neolithic Cultural Package, and Finding Local Complexity". I. C. GLOVER; E. A. BACUS & V. C. PIGOTT (eds.). *Uncovering Southeast Asia's Past. Selected Papers from the 10th International Conference of the European Association of Southeast Asian Archaeologists*, The British Museum, London 14th-17th September 2004. Singapore: National University of Singapore, 2006. pp. 74 87.
- O'CONNOR, S. & VETH, P. "Early Holocene shell fish hooks from Lene Hara Cave, East Timor establish complex fishing technology was in use in Island Southeast Asia five thousand years before Austronesian settlement". *Antiquity* 79. 1-8, 2005.
- O'CONNOR, S; SPRIGGS, M. & VETH, P. "Excavation at Lene Hara Cave establishes occupation in East Timor at least 30,000-35,000 years ago". *Antiquity* 76. 45-50, 2002.
- OLIVEIRA, N. V. "Returning to East Timor: Prospects and Possibilities from an Archaeobotanical Project in the New Country". *Uncovering*

Southeast Asia's Past. *Selected Papers from the 10th International Conference of the European Association of Southeast Asian Archaeologists*, The British Museum, London 14th-17th September 2004. I. C. G. E. A. Bacus, V. C. Pigott. Singapore: National University of Singapore, 2006. pp. 88-97.

SILVA, M. M. A. *Noções da gramática galoli, dialecto de Timor*. Macau: Typographia do Seminário de São José, 1900.

_____. *Diccionario portuguez-galoli*. Macau: Typographia Mercantil, 1905.

THOMAZ, L. F. F. R. *De Ceuta a Timor*. Carnaxide: Difel, 1994.

_____. *Babel Loro Sa'e: O Problema Linguístico de Timor Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

ABSTRACT: The present paper intends to present to the Brazilian reader an introduction to East Timor linguistics studies. In that case, it will be briefly discussed East Timor spoken languages with its genetic classification (sec. 2), followed by some historical information (sec.3). Finally, I argue that only a few researches on East Timor languages have been elaborate, and there are a lot of studies that should be conducted on different linguistics areas.

Keywords: East Timor; Timoric Languages; Papuasic Languages.

O ESTABELECIMENTO DA EMPATIA ATRAVÉS DO *ETHOS*: UM MECANISMO DE PERSUASÃO¹

Ivani Cristina Silva Fernandes*

RESUMO: O presente trabalho tem como finalidade tecer algumas considerações sobre a construção da empatia entre enunciadores nas crônicas, consideradas como gênero híbrido (jornalístico-literário). Com base em um *corpus* formado por 16 textos publicados nas revistas *Veja São Paulo* e *Veja Rio* entre as semanas de 26 de dezembro de 2007 e 13 de fevereiro de 2008, analisaremos os principais mecanismos linguísticos relacionados diretamente à imagem do locutor, ou seja, o *ethos* discursivo. Tais mecanismos demonstram um labor persuasivo, revelando uma face opinativa desse tipo de texto, além das faces poéticas e interpretativas.

Palavras-chave: ethos, crônica, Linguística da Enunciação, Teoria da Argumentação.

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira, a questão da empatia entre enunciadores é importante em qualquer interação, seja ela de qualquer modalidade ou registro. Assim, ao centrar como eixo de observação as formas como a empatia se estabelece,

* UFSM- RS

¹ Parte da análise comentada neste artigo foi apresentada no *III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso: emoções, ethos e argumentação* (abril de 2008, UFMG, Belo Horizonte).

pensamos que este caminho poderá elucidar algumas características sobre a construção do *ethos*, o que nos auxiliaria a refletir, em última instância, sobre determinados aspectos da identidade brasileira de um ponto de vista sociológico. Assim, nos interessa entender como a materialidade linguística de textos escritos deixa marcas que possibilitam perfilar um *ethos* empático, elaborado com a finalidade de criar um vínculo entre enunciadores e, deste modo, persuadir ao Outro e criar uma espécie de opinião e concepção da realidade semelhantes dentro de um grupo.

Como *corpus*, escolhemos as crônicas por acreditar que é um modelo idôneo para analisar as relações entre enunciadores nos textos escritos, uma vez que capta instantes de fatos cotidianos e os interpreta, muitas vezes, de forma irônica ou poética. Convém ressaltar que entendemos este movimento de construção da crônica como um fenômeno persuasivo, posto que tem como objetivo não só mostrar o ponto de vista do cronista sobre um acontecimento cotidiano, um sentimento ou uma sensação de caráter coletivo, mas também buscar, implícita ou explicitamente, aceitação, apoio e cumplicidade por parte do leitor sobre determinado tema.

Esta forma de persuadir, através da cumplicidade e empatia, é muito eficaz para conseguir o resultado almejado na sociedade brasileira. Desta forma, consideramos que refletir sobre este assunto é essencial para reelaborar perspectivas sobre a relação entre Língua, Literatura e Sociologia.

CONCEITOS BÁSICOS

Em primeiro lugar, é coerente definir o conceito de “empatia”. De acordo com o dicionário Houaiss, tal termo se entende como:

Datação

1958 cf. AA

Acepções

■ substantivo feminino

1 faculdade de compreender emocionalmente um objeto (um quadro, p.ex.).

2 capacidade de projetar a personalidade de alguém num objeto, de forma que este pareça como que impregnado dela.

3 capacidade de se identificar com outra pessoa, de sentir o que ela sente, de querer o que ela quer, de apreender do modo como ela apreende etc.

3.1 Rubrica: psicologia.

processo de identificação em que o indivíduo se coloca no lugar do outro e, com base em suas próprias suposições ou impressões, tenta compreender o comportamento do outro.

3.2 Rubrica: sociologia.

forma de cognição do eu social mediante três aptidões: para se ver do ponto de vista de outrem, para ver os outros do ponto de vista de outrem ou para ver os outros do ponto de vista deles mesmos.

Obs.: cf. *antipatia* e *simpatia*

Etimologia

prov. do ing. *empathy* (1904), trad. do al. *einfihlung*, der. do gr. *empátheia*, as 'paixão'; ver *em-* e *-patia*

Sinônimos

ver antonímia de *repulsão*

Antônimos

simpatia; ver sinonímia de *repulsão*

<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=empatia&styp=k&x=14&y=9>

Ao observar a definição de “empatia”, verificamos que há termos derivados dos substantivos *compreensão*, *interpretação* e *identificação*. Organizados nessa sequência, podemos ver que representam um método para construir a empatia. Identifico determinado fato e o seleciono para, posteriormente, elaborar um sentido segundo as minhas intenções, cir-

cunstâncias, valores e, por fim, conceber uma identidade que dialogue com as minhas perspectivas e com a dos demais.

O resultado do processo descrito antes é estabelecer vínculos entre a foma como o enunciador concebe a realidade e como seus coenunciadores constroem suas perspectivas sobre a mesma. Isto, em última análise, edifica uma identidade coletiva, caracterizando, mesmo de modo aproximado, uma identidade nacional.

Escolher a questão da empatia como eixo de nossa análise implica examinar a problemática da identidade brasileira. Dados os objetivos desse trabalho, limitar-nos-emos a traçar, em linhas gerais, esta definição de acordo com os estudos sociológicos de Sérgio Buarque de Holanda e Alberto Carlos Almeida.

Antes de continuar, convém advertir que a identidade, em especial na pós-modernidade, é uma elaboração historicamente formada pela diversidade, mutabilidade e deslocamentos de várias identificações como podemos apreender dos estudos de Hall (2006). Portanto, definir uma identidade é, *a priori*, um paradoxo, visto que a peculiaridade essencial se localiza na indefinição, no ato de aproximações e perspectivas instáveis e permanentemente perfiladas, mas não sendo nunca algo acabado. Compartilhamos da opinião de Bauman (2005: 21-22) de que

a 'identidade' só nós é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto, como alvo de um esforço, 'um objetivo' como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais — mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa de identidade deva ser, e tenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta.

Depois desse esclarecimento, aproximar-nos-emos da identidade brasileira mediante o conceito do "homem cordi-

al”, elaborado por Buarque de Holanda no antológico *Raízes do Brasil* (1936). De acordo com o historiador paulista, a partir do tipo de colonização portuguesa e no decorrer da história brasileira, os responsáveis por cargos públicos sempre tiveram dificuldade para separar os domínios do público e do privado, devido à forte influência da família patriarcal no Brasil. Desta maneira, o estilo patrimonialista imperava na gestão pública.

A vida social se pautava por relações baseadas nos laços afetivos criados na vida doméstica, o que beneficiou a definição do caráter brasileiro através da “lanceza no trato, a hospitalidade, a generosidade”; características que não significam necessariamente “boas maneiras, civilidade”, mas sim “expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante” (Holanda, 2008: 146-147).

Como peculiaridades desse caráter, Buarque de Holanda nos aponta a existência de poucos ritos na vida social brasileira, a tendência de viver em sociedade, a dificuldade de reverenciar um superior, o desejo de manter a intimidade, o uso de diminutivos e dos nomes de batismo, o estabelecimento de uma intimidade com as entidades religiosas e a falta de coesão e disciplina na vida brasileira.

Em 2007, após sete décadas do lançamento da obra de Sérgio Buarque de Holanda, o sociólogo Alberto Almeida publica *A cabeça de brasileiro*, e nos mostra os resultados da “Pesquisa Social Brasileira”, um levantamento que tenta esboçar os principais valores na vida social brasileira, através de dados estatísticos que levam em consideração, primordialmente, o grau de instrução e a região onde vivem os participantes da pesquisa.

Almeida (2007: 26) conclui que:

como a maior parte da população brasileira tem escolaridade baixa, pode-se afirmar que o Brasil é arcaico. Assim, a mentalidade de grande parte de sua população obedecerá às seguintes características: apóia o ‘jeitinho brasilei-

ro; é hierárquica; é patrimonialista; é fatalista, não confia nos amigos; não tem espírito público; defende a lei de Talião [olho por olho, dente por dente], é contra o liberalismo sexual, é a favor de mais intervenção do Estado na economia; é a favor da censura.

Por conseguinte, apesar da herança ibérica, Almeida acredita que o aumento da educação formal no Brasil, em particular o ensino superior, pode levar a sociedade brasileira à modernidade.

Com relação aos objetivos desse trabalho, destacamos o capítulo 4 que verifica a tendência fatalista, familiar e com pouco espírito público no Brasil.

A primeira informação que merece destaque é que a confiança na família une todas as regiões do Brasil. Não há variação significativa entre capitais e não-capitais, entre as cinco diferentes faixas de idade, para sexo ou escolaridade, o que indica que enorme crédito na família é fato presente em toda a sociedade brasileira, independente de classe social, sexo, idade e região. (Almeida, 2007: 121)

Com base nos estudos anteriormente comentados, podemos confirmar que existe uma tendência de relacionar a identidade brasileira à cordialidade e ao estabelecimento de laços amistosos e familiares. Essas características têm relevantes influências na construção do *ethos* discursivo em textos brasileiros.

Em linhas gerais, o *ethos* se refere à figura do locutor na língua. Por esse motivo, essa noção circula em diferentes campos, desde a Pragmática até a Análise do Discurso, o que nos obriga a empregar também conceitos desses campos.

Esse conceito nasce no âmbito dos estudos da Retórica e faz parte da trilogia aristotélica (*ethos*, *pathos* e *logos*) dos meios de prova. Nesse contexto, o termo se refere à imagem que o orador constrói de si no discurso a partir de duas dimensões: a individual (a que alude às características pesso-

ais que garantem a credibilidade) e a social (a que se relaciona ao modo de se expressar com a meta de provocar o convencimento dos ouvintes). Essa última dimensão é a que se relaciona ao *ethos* discursivo, pois

como la Retórica pretende que se llegue a una decisión (pues en las deliberaciones se decide y un juicio es una decisión), es necesario que no sólo se atienda a que el argumento sea convincente y fidedigno, sino a ponerse a sí mismo y al juez en una determinada disposición, pues tiene mucha importancia para la persuasión, especialmente en las deliberaciones, aunque también en los juicios, la actitud que muestra el que habla y que dé la impresión a los oyentes de que se encuentra en determinada disposición respecto a ellos y además que también se dé el caso de que ellos lo estén respecto al orador. (Aristóteles, *Retórica II*: 139)

Em outras palavras, Aristóteles valoriza a atitude do orador ante o auditório. No entanto, se considera nesse contexto o *ethos* como um elemento extralinguístico, já que tal entidade está ligada às características individuais do orador. Por outro lado, a Pragmática e a Linguística da Enunciação, outros campos que empregam a noção de *ethos*, o veem como um elemento discursivo.

Podemos apreciar tal perspectiva nos trabalhos de Ducrot em *O dizer e o dito* (1987), que diferencia o sujeito empírico do sujeito discursivo na enunciação. De acordo com Ducrot (1987: 186-188),

(...) do ponto de vista empírico, a enunciação é uma ação de um único sujeito falante, mas a imagem que o enunciado dá dela é a de uma troca, de um diálogo, ou ainda de uma hierarquia de falas. Não há paradoxo neste caso se não se confunde o locutor ?que para mim é uma ficção discursiva ?com o sujeito falante ?que é um elemento da experiência (...).

Já que o locutor (ser do discurso) foi distinguido do sujeito falante (ser empírico), proporei ainda distinguir, no próprio interior da noção de locutor, o 'locutor enquanto tal' (por abreviação 'L') e o locutor enquanto ser do mundo ('ë').

Nesse caso, temos o sujeito psíquico (falante) e o locutor (o *ethos*). Esse se subdivide em locutor L (o responsável pela enunciação) e o locutor *ë* (o ser no mundo responsável por diversas perspectivas que o locutor L pode assumir ou não). De qualquer forma, o conceito desse locutor provém da noção do *ethos* como confirma o próprio Ducrot (1987: 189) ao afirmar que “na minha terminologia, direi que o *ethos* está ligado a L, o locutor enquanto tal: é enquanto fonte da enunciação que ele se vê dotado [*affublé*] de certos caracteres que, por contraponto, tornam esta enunciação agradável ou desagradável”.

Contudo, é na Análise do Discurso de linha francesa que o conceito de *ethos* é atualmente mais explorado. Mais precisamente, utilizaremos os estudos de Amossy y Maingueneau, pesquisadores que dedicam parte de suas reflexões à questão do *ethos*. Amossy (In Charaudeau, Maingueneau, 2006: 220) o define como “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário”.

Maingueneau (2008: 98) o especifica ao afirmar que o *ethos* possui um conjunto de características físicas e psicológicas que constrói a figura do *fiador* ao qual se atribui um caráter (traços psicológicos) e uma corporalidade (compleição corporal e modo de se vestir e de se movimentar no âmbito social). Tal figura é produto de representações coletivas que se faz do enunciador. Na verdade, o *ethos* se revela através da forma de dizer.

O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo ethos como pelas 'idéias' que transmite; na realidade, essas idéias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida. (Maingueneau, 2008: 99)

Para caracterizar essa maneira de dizer, esse tom transmitido ao enunciado, observamos a forma como diversos mecanismos linguísticos são ordenados e trabalhados. Dita for-

ma imprime ao enunciado uma tendência enunciativa que definimos aqui como a recorrência de uma ou algumas estruturas linguísticas que caracterizam uma forma de dizer em um discurso oral ou escrito. Através dessa tendência podemos perfilar um tom, um matiz enunciativo que nos auxilia a caracterizar o *ethos* na sua maneira de dizer.

Por fim, nos falta justificar a escolha da crônica como *corpus* desse trabalho. Analisando o gênero jornalístico e seus vários modelos textuais, verificamos que a crônica é um dos modelos mais complexos por dois motivos. Em primeiro lugar, na tradição brasileira, este modelo transita entre dois gêneros: o jornalístico e o literário. Sá (2008) observa que a Literatura Brasileira oficialmente nasceu da crônica, já que a Pero Vaz de Caminha foi o nosso primeiro cronista.

Foi a partir do século XX que a crônica se estabeleceu como integrante do gênero literário com escritores como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e, em especial, Rubem Braga. Recentemente, nomes como Raquel de Queiroz, João Ubaldo, Mário Prata, Carlos Heitor Cony, Walcir Carrasco, Ivan Ângelo se destacam na elaboração de crônicas.

Em segundo lugar, a crônica “fotografa” um instante que varia entre o poético e o irônico, o que exige um olhar acurado e uma reflexão que sintonize com a subjetividade do interlocutor. Como nos lembra Soares (2007: 65), a força de tal gênero é constituir-se como um texto conscientemente fragmentário e que não pretende captar a totalidade dos acontecimentos. É produto de um labor diário através de fatos cotidianos, pois, impressa em jornais e revistas que logo são lidos e deixados a sua sorte, a crônica une a provisoriade própria de sua forma de produção com a perenização de um instante através de um olhar sutil, irônico e sentimental sobre um fato. Este olhar deve chamar a atenção do leitor, comumente apressado e dispersivo, que busca na rotina da pós-modernidade de relações pragmáticas, um vínculo que lhe devolva a tranquilidade dos laços do conhecido e do familiar.

A idéia do instante, do “flash” na crônica é o cerne para entender a importância do estabelecimento da empatia, pois tal instante “nos projeta em diferentes direções, todas basicamente voltadas para a elaboração de nossa identidade” (Sá, 2008: 15).

Dadas estas razões, pensamos que este tipo de texto se apresenta como material adequado para observar o modo como o estabelecimento da empatia pode ser uma estratégia de persuasão, visto que atualmente a crônica

é um registro poético e muitas vezes irônico, através do que se capta o imaginário coletivo em suas manifestações cotidianas. Polimórfico, ela se utiliza afetivamente do diálogo, do monólogo, da alegoria, da confissão, da entrevista, do verso, da resenha, de personalidades reais, de personagens ficcionais..., afastando-se sempre da mera reprodução dos fatos. (Soares, 2007: 64)

Vale esclarecer que definimos a crônica, em especial a de âmbito jornalístico, como um texto de características argumentativas, uma vez que tem como objetivo não só mostrar o ponto de vista do cronista sobre um acontecimento cotidiano, um sentimento ou uma sensação de caráter coletivo, mas também buscar, implícita ou explicitamente, aceitação, apoio e cumplicidade por parte do leitor sobre determinado tema. Considerando que “argumentar es dirigir a un interlocutor un argumento, es decir, un motivo para hacerle admitir una conclusión e incitarlo a adoptar los comportamientos adecuados” (Plantin, 2001: 39), pensamos que o papel de um texto argumentativo é o de induzir, refutar, consolidar experiências e crenças compartilhadas pelos interlocutores. E ditas peculiaridades estão presentes no labor do cronista.

Por outra parte, na crônica, o locutor elabora um “perfil textual” que mostra uma maneira de ser e comportar-se diante dos acontecimentos. Tal perfil representa uma forma e um estilo próprios, representados através dos mecanis-

mos linguísticos. Muitas vezes, o enunciador se apresenta como o “narrador-repórter” que “representa um ser coletivo com quem nos identificamos e através de quem procuramos vencer as limitações do nosso olhar” (Sá, 2008: 15). O trabalho com todos estes mecanismos pode levar inclusive à mudança de gênero como no caso da crônica brasileira que é um modelo híbrido.

De acordo com Antonio Cândido (1992, p. 13), “por meio de assuntos, da composição aparentemente solta, do ar de coisa sem necessidade que costuma assumir, ela se ajusta à sensibilidade de todo o dia. Principalmente porque elabora uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural”. Nesse aspecto, podemos observar que a assinatura do cronista ou colunista se converte em um fator de credibilidade e, inclusive, de prestígio, construindo a imagem do fiador. Em muitos casos, estabelece-se uma relação de identificação e confiança entre escritor e leitor, ou seja, a empatia, que facilita a adesão do leitor aos argumentos do escritor.

De todo modo, este *ethos* se revela por meio de marcas na enunciação, uma vez que, como nos afirma Ruth Amossy (2005: 09),

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem para si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa. Assim, deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma representação de si. Que a maneira de dizer induz a uma imagem que facilita, ou mesmo condiciona a boa realização do projeto, é algo que ninguém ignora sem arcar com as consequências.

Com base nas características essenciais apresentadas neste trabalho, podemos considerar que um dos modelos textuais que mais explicitam a elaboração da empatia entre os

interlocutores é o da crônica e, para entender tal relação, antes devemos identificar a figura do cronista, sujeito discursivo a partir do ponto de vista da Linguística da Enunciação. Uma das características é a credibilidade, refletida principalmente no prestígio de sua assinatura no espaço da crônica. Inclusive, o nome do cronista por si mesmo se torna um argumento de persuasão para a leitura do texto, uma vez que existe uma identificação entre escritor e leitor que leva ao estabelecimento de uma relação de confiança que facilita a adesão aos argumentos apresentados.

Possivelmente, mediante a construção de uma forma e de um estilo próprios no discurso, o enunciador mostra uma maneira de ser e de comportar-se diante dos acontecimentos e co-enunciadores, o que revela intenções, valores e finalidades defendidas, explícita ou implicitamente, pelo cronista. Em resumo, os mecanismos linguísticos utilizados se revelam como estratégias de persuasão que seguem por dois eixos: o dos argumentos propriamente ditos e o da imagem positiva do escritor que reforça sua credibilidade e empatia com o público leitor. Assim, o interlocutor que interage com o cronista tem um perfil seletivo, já que tende a ler a crônica não necessariamente pelo assunto, mas sim pela perspectiva, imagem e estilo do locutor. Nesse aspecto, a figura do fiador se torna primordial no processo de empatia entre os enunciadores. Como nos lembra Amossy (2005: 16),

a maneira de dizer autoriza a construção de uma verdadeira imagem de si e, na medida em que o locutário se vê obrigado a depreendê-la a partir de diversos índices discursivos, ela contribui para o estabelecimento de uma inter-relação entre o locutor e seu parceiro.

Desse modo, a crônica é um dos textos idôneos para perfilar *ethos* no discurso, posto que a interação estabelecida entre escritor e leitor é uma das razões de existência deste modelo discursivo. É a partir desta interação que se criam

condições de persuasão, pois aqui o convencimento, as informações técnicas, os números não possuem integralmente o poder argumentativo.

Por outro lado, ao relacionar o *ethos* com a Teoria da Cortesia, podemos afirmar que o cronista elabora cuidadosamente a sua imagem positiva. Tal conceito de imagem provém da Teoria de Brown e Levinson (1987), baseada nos estudos de Goffman na década de sessenta. Este autor defende a idéia de que os indivíduos comprometem sua imagem nas relações sociais e, portanto, cada sujeito estabelece uma linha dentro da interação, responsável por um conjunto de valores e características positivas; e esta linha constrói uma imagem ou face de cada sujeito em uma interação. O modelo de Brown e Levinson tem como ponto de partida o conceito de imagem pública (um perfil de certo prestígio que todo o sujeito reclama para si no seio de uma sociedade). Tal imagem se divide em positiva (através da qual o locutor pretende transmitir impressões positivas de si aos demais) e em negativa (na qual o locutor resguarda o desejo de autonomia e liberdade na atuação com o interlocutor). Para cada imagem, existe um tipo de cortesia (positiva ou negativa) que se concretiza em um grupo de ações com o intuito de preservar a imagem.

Dessa forma, o cronista desempenha várias ações de cortesia positiva para reforçar a sua imagem, tais como demonstrar interesse, simpatia ou aprovação ao interlocutor; mostrar-se identificado com o grupo do interlocutor (uso de 1ª pessoa do plural, de gírias ou dialetos, contrações); buscar concordância, promover ou pressupor que os interlocutores fazem parte do mesmo grupo (ajuste de perspectivas, colocar-se no lugar do interlocutor, uso de estruturas que indicam familiaridade entre interlocutores etc.).

Com a meta de indicar as principais estratégias de estabelecimento da empatia presentes na materialidade linguística, construímos um *corpus* formado por 16 textos publicados nas

revistas *Veja São Paulo* e *Veja Rio* entre as semanas de 26 de dezembro de 2007 e 13 de fevereiro de 2008.

Devido à multiplicidade de crônicas que transitam entre os gêneros jornalístico e literário, foi complexo estabelecer um conjunto que não nos levasse a uma análise necessariamente de crítica literária. Buscamos aqui observar somente as marcas enunciativas do *ethos* discursivo.

Por esse motivo, decidimos que o mais adequado seria buscar as amostras em um veículo de comunicação escrita de grande circulação e que tivesse uma tradição em reservar um espaço para este modelo textual. Portanto, descartamos tanto coletâneas e obras reconhecidas como literárias, quanto textos que não estavam em espaços que se configurassem explicitamente como crônicas, pelo menos por parte da avaliação da equipe editorial.

Guiados por este parâmetro, escolhemos textos publicados nas revistas *Veja São Paulo* e *Veja Rio* entre as semanas de 26 de dezembro de 2007 e 13 de fevereiro de 2008. Assim, recolhemos durante dois meses um total de 16 textos, equanimente divididos entre quatro escritores: Walcir Carasco, Ivan Ângelo, Manoel Carlos e Tutty Vasques (os dois primeiros cronistas da *Veja São Paulo* e os dois últimos da *Veja Rio*). Além de cronistas, são conhecidos pelo grande público como jornalistas ou autores de telenovelas.

Embora seja difícil prever os temas tratados, já que estes são escolhidos de acordo com a perspectiva do locutor sobre um fato corrente, em virtude das datas de publicação podemos classificá-los em três grandes grupos: Natal, Final de Ano e Carnaval. Estes três acontecimentos conjugam fatores que fazem despertar algumas questões e sentimentos mais ou menos unânimes na sociedade brasileira e que são abordados pelos cronistas, cada um com sua peculiaridade deixada na materialidade linguística.

A CONSTRUÇÃO DA EMPATIA COMO FORMA DE PERSUASÃO

Uma das principais peculiaridades do *ethos* na crônica é reconhecer-se no papel de cronista e, inclusive, muitas vezes, remeter-se ao esforço do seu trabalho como observamos nos exemplos a seguir (grifos nossos em todas as amostras textuais):

O caminho do cronista é um meio de vida. Tudo o que a gente escreve está espalhado por aí como aquela pedra que virou poesia do Drummond. Coisas que estão bem embaixo do nariz de qualquer um, mas só têm serventia a quem anda à procura de assunto para sobreviver (...).

Cronistas precisam dar asas à imaginação ou acabam botando em seu lugar um repórter para apurar o que acontece, no caso que diabos de construção é aquela. E vocês estariam lendo aqui uma notícia sem graça nenhuma a respeito do que me esclareceu no início do ano o gigante Chiquinho, um dos gerentes do Guimas da Gávea, a quem pedi ajuda para desvendar que pedra era aquela no meu caminho (...). (Veja Rio; 13/02/2008)

Escrevo sobre esse tema [celebridades], considerado irrelevante, porque há três ou quatro semanas ele ocupa a atenção da mídia e do grande público, a propósito do novo BBB, o grande produtor de bolhas de sabão – digo, de celebridades. (Veja Rio; 06/02/2008)

Através desta menção explícita do texto, em um movimento metalinguístico, se estabelece o papel de cada enunciador no discurso. Contudo, não é de uma forma objetiva, mas sim de um modo que busca a cumplicidade e a identificação entre escritor e leitor. No exemplo apresentado, o locutor descreve o seu trabalho árduo (o de encontrar assunto no cotidiano e apresentá-lo de forma original). As dificuldades de tal ofício estão sugeridas pelas escolhas do léxico e verbos no primeiro exemplo tais como “meio de vida, sobreviver, precisam”. Expressar as dificuldades e obrigatoriedade

de algumas tarefas cria uma cenografia compreendida como uma cena da enunciação imposta pelo gênero e construída pelo próprio texto (Maingueneau. In Amossy, 2005: 75). Tal mecanismo auxilia a aproximação entre os interlocutores, uma vez que legitima um enunciado e inscreve um sujeito. Maingueneau (In Amossy, 2005: 77) nos resume a tríade entre interlocutores, discurso e cenografia:

O leitor reconstrói a cenografia de um discurso com o auxílio de indícios diversificados, cuja descoberta se apóia no conhecimento do gênero de discurso, na consideração dos níveis da língua, do ritmo etc., ou mesmo em conteúdos explícitos. Em uma cenografia, como em qualquer situação de comunicação, a figura do enunciador, o fiador, e a figura correlativa do co-enunciador são associadas a uma cronologia (um momento) e uma topografia (um lugar) das quais supostamente o discurso surge.

Com tal estratégia, o leitor se identifica com a situação do cronista e, inclusive, tem a ilusão de que acontece a mesma identificação por parte do locutor, já que este explicita em seu texto a existência do leitor e considera a sua opinião, enfatizando a imagem negativa do mesmo e, conseqüentemente, reforça a imagem positiva do cronista:

Sim, meus amigos, eu sei que existem celebridades e Celebidades, com C maiúsculo, como se costumava dizer antigamente para enfatizar algum atributo. (Veja Rio, 06/02/2008)

Aqui se pretende potencializar a sensação de proximidade com o leitor utilizando o vocativo “meus amigos”, ao mesmo tempo em que se emprega um marcador conversacional de modalidade epistêmica (*sim*) que explicita uma reafirmação do conteúdo com o objetivo de indicar a recepção da mensagem de forma que sugira uma atitude cooperativa por parte do interlocutor. O mais interessante é que este fragmento se

localiza no início do texto, o que estabelece um alto grau de proximidade, na medida em que apresenta a cenografia de uma conversa de registro coloquial em que os pontos de vista dos interlocutores coincidem.

Além disso, o cronista sempre alude a uma situação trivial, que aconteceu com ele, com um amigo ou com um conhecido. Este mecanismo relaciona a crônica a uma estrutura dramática. Entre tais aspectos, temos pelo menos duas marcas linguísticas: predomínio de sequências narrativas e/ou descritivas e uso da primeira pessoa do singular:

Um de meus amigos avisou a futura esposa:

– Não tenho nenhuma habilidade manual. Sou incapaz de trocar uma lâmpada. Topa continuar o namoro?

Casaram-se há 23 anos. Nunca foi obrigado a pendurar quadros, desobstruir ralos ou consertar torneiras.

As liberadas de hoje já não têm obrigação de lavar o chão nem de cozinhar. Estranham quando um homem confessa não saber se virar diante de uma pane elétrica. Ou de um computador em crise. Mas um número crescente de representantes do sexo masculino não tem a menor idéia de como agir diante de uma torneira pingando.

– É só trocar a borrachinha – me explicaram.

E onde está essa terrível borrachinha? *Um amigo* acabou com a impressora na tenebrosa tarefa de trocar o cartucho. *Outro* perpetrou a proeza de quebrar uma escova de dentes dentro da embalagem enquanto se esforçava para retirá-la.

Reconheço. Também *sofro* da mesma sina de desajeitado. Desde criança. *Jovenzinho, causei* um blecaute na tentativa de trocar um fusível. Com os primeiros videocassetes rapidamente *aprendi* a programar gravações. Os aparelhos se sofisticaram com o tempo e nunca mais! *Sou* o rei do chuvisco na fita! Agora *tenho* um DVD que grava. Mas é tanta confusão com TV por assinatura, canal correto, programação que desisti! *Dias atrás quase chorei quando o telefone ficou mudo. Por sorte, um conhecido foi em casa. Simplesmente, consertou a tomada. E pronto!*

– Viu como é fácil? – comentou.

Fácil para ele! Se *vou* tirar um parafuso, ele entorta e fica preso. Se, por um milagre, sai, nunca mais entra no lugar. *Uso* uma correntinha. Alguém tem idéia da tortura que é para um míope tirar e pôr correntinha? Não *consigo* lidar com o fecho! Quando, depois de várias tentativas, *tenho* sucesso, a medalhinha sempre cai no chão. Sempre! (...). (Veja São Paulo, 13/02/2008)

(...) Gente comum, que se encontra nas ruas. Mas que no Carnaval manda ver! *Nunca vou me esquecer de uma amiga* que ligou horrorizada, querendo saber se eu conhecia alguém de determinada revista. *Perguntei* qual era o problema.

– *Eu fui fotografada fazendo topless em cima do ombro de um rapaz. Meu marido pensava que tivesse ido para o interior ver minha mãe!* (...). (Veja São Paulo, 30/01/2008)

Jantar fora é, às vezes, uma surpresa e tanto! *Uma conhecida* que é gourmet já me fez sofrer. Convidou-me para um jantar em sua casa. *Nós, os convidados, sentamos. Observei os lindos talheres de prata, a porcelana e pensei: “Ái vem coisa boa!”.* *Ela serviu pão com manteiga e salame, orgulhosíssima:*

– Eu mesma fiz o pão! (...)

Tenho um amigo que adora receber. Mas é, no mínimo, cauteloso na quantidade. Se convida dez pessoas, compra 1 quilo de carne para o estrogonofe (...).

Outro amigo adquiriu o hábito de sempre chegar com alguma coisa quando o anfitrião é suspeito (...).

Certa vez eu *soube* de uma mulher que fazia paellas maravilhosas. Era meu aniversário e *ia chamar* trinta amigos. *Telefonei* (...). (Veja São Paulo, 16/01/2008)

Considerando que na crônica é inerente o olhar especial e súbito do locutor com relação a uma situação ou sentimento cotidiano, com o pintoresco de cada momento ('Há uns quatro meses fui tomado de assalto por maus presságios. De repente me dei conta da vizinhança: à esquerda de quem olha para o prédio em construção, um espaço de culto evangélico.' Veja Rio, 13/02/2008), observamos o uso de verbos e léxico

do campo semântico da memória e percepção (*olhar, ver, ouvir, perceber, dar-se conta, lembrar, recordar, esquecer, etc.*). Por conseguinte, a memória e a percepção não só aparecem como tema, mas também estão presentes na maioria das crônicas através do léxico como os exemplos aqui destacados:

(...) *Repare só quando as escolas começarem a passar no início da noite do domingo que vem: tem certas mulatas que cruzam com a gente todo dia e não as reconhecemos no Carnaval, quando viram outras pessoas, iguaizinhas às gatas borralheiras em noites de baile no castelo (...).* (Veja Rio, 30/01/2008)

(...) Sempre que *me lembro* dele, também *me vem à memória* uma conhecida história contada por Jorge Luis Borges, para mostrar a admiração e a eternidade do grande intérprete de *El Día que Me Quieras*: até hoje, na Argentina, quando se ouve Gardel, há quem diga que ele está cantando cada dia melhor.

Nós, brasileiros, temos *memória* mais curta e os grandes nomes da nossa música (para ficarmos apenas na música), quando morrem, morrem de verdade, para sempre (...). (Veja Rio, 09/01/2008)

(...) *A memória* pode ser um bálsamo e também um algoz. *Quantas coisas gostaríamos de esquecer, de não conseguir lembrar*, como os amores perdidos e a morte de pessoas queridas. Mas ficam lá, no fundo de nós mesmos, acenando, provocando. *Gosto das recordações* da infância e da juventude, e não me incomodam as *más recordações*, porque delas extraímos também o doce-amargo aprendizado de viver. Alguém escreveu: *só me lembro* do que é bom. Discordo. *Eu me lembro de tudo. E me aquece lembrar* (...). (Veja Rio, 20/12/2007)

(...) *Evocação é mais do que memória*, pouca coisa mais. Acrescenta à *lembrança* um sentimento de simpatia que transborda para o rosto; a atenção se ausenta, *os olhos já não fixam* o presente, *os ouvidos se fecham*. A pequena fuga para o passado faz brotar a pergunta: onde está? Muitas vezes é a nós mesmos que buscamos. Onde está, em que

espelho da *memória se fixou a imagem* daquele menino magro, testando o físico em pose de halterofilista? (...).

Evocação não traz nada ruim, é um passeio por alguma coisa que acabou sem nos ter sido tirada. É diferente do sentimento de perda, que causa sofrimento; diferente da saudade, que traz tristeza. É uma conversa afetuosa com o que foi.

Aquela cidade perfumada por magnólias, por exemplo. *Gostoso lembrar* seu aroma no frescor da noite, e transportar-se até lá. Um ano bom que passou – não qualquer um, mas aquele. Um amorzinho bom. Umas comidas, uns lugares (...)” (Veja São Paulo, 09/01/2008).

(...) *Se tiverem tempo e olhos de ver, paulistanos, prestem atenção* nas nossas árvores do Natal, as verdadeiras, as das ruas e dos quintais. *Reparem* (...).

Reparem, paulistanos, principalmente nas árvores que se enfeitam de flores neste Natal (...). (Veja São Paulo, 26/12/2008)

Outro mecanismo linguístico de inscrição do *ethos* discursivo do cronista neste processo de identificação entre interlocutores é o de sugerir que ambos pertencem a um mesmo grupo, a um mesmo “mundo ético”. Como ressalta Maingueneau (In Mota e Salgado, 2008, p. 16), “o *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente”. Como podemos observar nos exemplos, há indicações quanto às situações vividas e aos registros utilizados (informal e semi-formal). Tais registros se revelam pela expressividade de léxico e pelas estruturas sintáticas:

Passei a semana na maior expectativa. *Evoquei meu Menininho Jesus de Praga, minha Nossa Senhora Aparecida, pedi aos céus que unissem forças para proteger a passagem de Gisele Bundchen pelo Rio de Janeiro.* Depois que

assaltaram o Paulinho da Viola, *francamente*, o crime organizado carioca *perdeu inteiramente o juízo, já nem presta atenção em quem está atacando. Dá para imaginar alguém dando um bote no Paulinho da Viola, caramba? Se eu sou o bandido, francamente, peço desculpas no ato. 'Ô, seu Paulinho, foi mal, aí, não vi que era o senhor, vai com Deus!'* E saía de fininho, morto de vergonha o bastante até para mudar de vida. Antes que descobrissem que eu tentei roubar o Paulinho da Viola – *meu Deus do céu, já pensou?! Teria me faltado, talvez, presença de espírito para, ao reconhecê-lo, disfarçar a abordagem cantando 'olá, como vai/tudo bem, eu vou indo, e você?/tudo bem eu vou indo...' – e fui!*

Os caras, não! Levaram-lhe carro, celular e 200 reais. Ficou no ar uma notícia truncada sobre a possibilidade de, depois do episódio, o autor de *Um Rio que Passou em Minha Vida* deixar o seu Rio para trás. *Era só o que faltava:* o carioca começar 2008 com Paulinho da Viola declarando que não dá mais para viver no Rio de Janeiro: *'Estou de mudança para São Paulo'. Deus me livre!* – pensei –, mas nem foi preciso apelar a tal recurso extremo. O sambista encarou a coisa como risco comum a todo brasileiro em qualquer grande cidade do país. Sobreviveu sem marcas de desenganos à brutalidade das ruas. Digam ao povo que Paulinho da Viola fica, mas não se pode exigir a mesma *nonchalance* de alguém que veio aqui só para desfilhar beleza e simpatia nas primeiras páginas dos jornais. (...)

Qualquer lugar do mundo que fizer mal a Gisele Bündchen terá sua imagem internacional irremediavelmente arranhada pelos próximos vinte anos. Mais ou menos o mesmo tempo que o Rio de Janeiro levaria para refazer sua auto-estima de uma reação indignada de Paulinho da Viola na virada do ano. Motivos não lhe faltavam, mas *o sambista resistiu à tentação: não posou de celebridade à beira de um ataque de nervos. Foi cuidar da vida, preparar as rabanadas do réveillon. Pior se o carro não estivesse no seguro, né?*

Ninguém merece ser assaltado, mas certos cariocas deveriam estar completamente imunes à ação dos bandidos. Pelas leis do crime, teriam uma espécie de salvo-conduto válido em todo o estado do Rio de Janeiro. Seria terminantemente proibido assaltar, molestar, constranger ou bolinar a contragosto gente como Fernanda Montenegro, por exemplo. *Voltamos com a atriz ao xis da questão: dá para imaginar alguém dizendo para a primei-*

*ra-dama do teatro brasileiro 'aí, Fernandona, perdeu!?'
Francamente! Só se for no palco.*

Quem mais a gente não consegue conceber assaltado? A Dona Ivone Lara é outra, né não? Dá para imaginá-la fugindo em disparada de um bando na Linha Amarela? (...). (Veja Rio, 16/01/2008)

Em primeiro lugar, temos algumas expressões pertencentes ao registro informal ('perder o juízo, no ato, não posar de celebridade, à beira de um ataque de nervos' etc.). Como já afirmamos, existe uma aproximação entre interlocutores, através da evocação de *conversas*. Em especial, o emprego de marcadores conversacionais de modalidade deóntica (como *não é, né*) e modalizadores (como *francamente*). Todos estes elementos indicam evidencia com o objetivo de reforçar asserção, mostrar a atitude do locutor diante do dito (aceitação, consentimento, admissão do mencionado), desencadeando uma atitude de cooperação por parte do interlocutor.

Também observamos muitos fragmentos de discurso direto e discurso indireto livre como forma de atribuir intencionalmente palavras ou idéias a outros, tentando representar um aspecto de vários discursos, além de facilitar a digressão que sutilmente conduz o leitor do assunto secundário ao tema central da crônica. Tal fator também possibilita a aproximação dos interlocutores, pois geralmente estes discursos se referem aos fatos de conhecimento da comunidade linguística. Aliás, encontramos crônicas que se constroem integralmente através do discurso direto entre dois enunciadoreis ou entre locutor e um terceiro:

Vô, cê tem medo de monstro?

- Não sei. Nunca vi um.

- Nunca?

- Nunca.

- Eu tenho medo de monstro.

- Você já viu um?

- Não, mas eu tenho medo de ver.
- E se não aparecer nenhum? Aí você gastou medo à toa.
- E se aparecer?
- Você acha que pode aparecer? Agora, de dia, aqui no parque?
- Agora não.
- Então agora você não tá com medo.
- É, agora não.
- Então é só às vezes que você tem medo.
- É, não é toda hora (...).
- Já sei: vou te dar uma lanterna! De três pilhas, de gente grande, prateada! Vai ser a sua espada!
- Uma espada luminosa!
- Isso! Uma espada de luz, de Cavaleiro Jedi. Você mata o seu monstro na hora. Monstro não vive na luz, ele desaparece.
- Legal! "Aí, vô, se o seu Capeta aparecer, pode me chamar." (Veja São Paulo, 23/01/2008).

De forma direta ou indireta, a idéia do dialogismo está implícita na crônica através da imitação de estruturas conversacionais de registro coloquial (como conversas entre amigos), porque é necessário criar um arcabouço que motive a receptividade da crítica e do interlocutor. Dita reciprocidade favorece a empatia que, por sua vez, possibilita o vislumbre da essência de cada tema.

Mencionar a presença do discurso citado e outros procedimentos de citação encoberta como ecos, ironias e negações nos remetem ao aspecto da intertextualidade que não se refere apenas a situações ou paródias (como, por exemplo, 'Digam ao povo que Paulinho da Viola fica'), mas também a conhecimentos enciclopédicos e de outros textos diretamente relacionados com o assunto da crônica em questão:

Dizem que a primeira de todas foi criada no ano 860 a.C., na China. Outras versões da personagem surgiram em livro do escritor francês Charles Perrault e na obra dos ir-

mãos Grimm, até a consagração no cinema em adaptação que Walt Disney levou às telas em 1950. Há, entre tantas, muitas diferenças – a começar pelas fadas que não constam de todos os contos –, mas preserva-se sempre o momento mágico do baile, o encanto da menina pobre se esvaindo na noite e aquele sapatinho perdido no rastro de sua aparição de pura beleza e fantasia. Cinderelas existem por toda parte, em qualquer época, mas nunca aos montes e na mesma festa como nos desfiles das escolas de samba do Carnaval carioca” (...) (Veja Rio, 30/01/2008).

*(...) A propósito da última crônica que deixei neste espaço, “Guardados”, na qual mencionei num dos tópicos a atriz Cacilda Becker, recebo da leitora Márcia Ladeira, de Búzios, o recorte de uma crônica que escrevi em 2002, no jornal **Extra**, em que também menciono a grande atriz (...). (Veja Rio, 06/02/2008)*

Tal como o escritor argentino Bioy Casares, também eu colho flores nos jardins alheios. Jornais, revistas e livros que leio, filmes e programas de televisão que vejo, músicas que ouço, fragmentos de conversas alheias, muitas vezes em mesas ao lado da minha, em bares e restaurantes, além de lembranças de viagens e de pessoas. Coisas que, de uma maneira ou de outra, me impressionam ou simplesmente me chamam a atenção. Enfim: cacos de vida (...). (Veja Rio, 23/01/2008).

Continuando nossa análise, podemos verificar a existência de outros mecanismos mais evidentes de persuasão. Um dos principais e mais usados é a pergunta retórica como forma de implicar o interlocutor no assunto, mostrar-lhe a complexidade do tema e levá-lo a conclusões e raciocínios mais convenientes aos objetivos do locutor, guiando-o sem agredir sua imagem negativa, ou seja, sem coagi-lo diretamente e sem restringir-lhe sua liberdade de pensamento. É interessante notar que, algumas vezes, estas perguntas aparecem como evocações do locutor, evocações estas de matiz quase dramático.

(...) *Onde está o pecado? Não existe mais, vale tudo?*

Onde está aquele secreto hotelzinho na Praia de Iporanga, no caminho de Bertioga, a única construção que havia naquela baixada, só três quartos, sem telefone, sem luz elétrica, iluminada a lampião, na qual vivia o dono quase como um ermitão, e onde a única concessão era uma fantástica geladeira a gás?

E aquele cão, onde está, aquele divertido cão que gostava de ver a telenovela Pecado Capital, bastava ouvir a música-tema e ele se aboletava no sofá? Por falar nisso, era gostoso cantarolar a música da corujinha junto com as crianças (“Já é hora de dormir, não espere mamãe mandar”), dar um beijinho enroscado nelas e mandá-las para a cama. A televisão ajudava a pôr ordem no fim do dia.

Mais um ano se foi. *Que terá deixado na vida pessoal de cada um, criança, adulto ou idoso, para ser evocado com um sorriso nos lábios numa dessas fugas da realidade que nos realimentam de otimismo?*

Não ter mais a coisa não significa que ela faz falta, significa apenas que acabou. Um doce: ficou o prazer de tê-lo desfrutado, seu sabor permanece conosco. Como se alguém dissesse num fim de tarde em uma varanda: lembra-se? O cérebro passa o filme, mas não exclui a varanda e a tarde. Evocação é estar lá, sem sair daqui. (Veja São Paulo, 09/01/2008)

Também encontramos a estratégia de descrever ou expressar-se através de um conjunto de estruturas que mostram negação / exclusão. Isto não só exige maior complexidade de processamento por parte do leitor, mas também é uma forma de contra-argumentar, afastando possíveis refutações ou encaminhamentos lógicos contrários ao objetivo textual.

(...) Jamais entendi direito de onde vêm e para onde vão todas aquelas mulatas anônimas que atravessam o Sambódromo protagonizando sonhos de Gata Borralheira. *Não estou falando* dessas que na Quarta-Feira de Cinzas voltam para a novela das 8 – atual celeiro da raça – ou saem dos desfiles direto para as capas de revistas de mulher pelada. *Nada disso! Não me refiro também* a nenhuma ex-namorada do cantor Belo, desafeta do batuqueiro Ivo

Meirelles ou dona de ponta fixa em quadro do **Zorra Total**. *Tampouco interessam* aqui princesas ou rainhas, Luizas, Lumas, Moniques, Julianas ou Grazis da vida. Não! Dessas que me chamam a atenção no gargarejo da avenida, nenhuma tem chances reais de virar musa da noite de domingo até a manhã de terça. Pois se nem book elas têm...(...). (Veja Rio, 30/01/2008)

Outra estratégia linguística de persuasão é o uso da primeira pessoa do plural como forma de envolver o interlocutor na situação ou sensação evocada. Também se integram estruturas que indicam conselho ou desejo, tais como o uso de imperativo.

Agradecemos às nossas árvores do Natal seu delicado presente. (Veja São Paulo, 26/12/2007)

Sonhe o impossível, *proveite!* Quarta-feira que vem será de novo um dia depois do outro. (Veja Rio, 29/12/2007)

Depois de comentar os principais mecanismos linguísticos presentes no nosso *corpus*, pensamos que existem algumas constantes relacionadas com a construção do *ethos*. Tais constantes se apresentam na materialidade linguística e são mecanismos que revelam a principal estratégia argumentativa: a persuasão do leitor mediante o estabelecimento da empatia entre enunciadores.

Primeiramente, esclarecemos que a inclinação pelo uso de alguns mecanismos linguísticos indica uma tendência enunciativa (que pode ser interpretada por alguns pesquisadores como um *tom* discursivo). Entendemos o presente termo como a recorrência de uma ou algumas estruturas linguísticas que caracterizam uma forma de dizer em um discurso oral ou escrito. Tal forma pode representar marcas deixadas pelo sujeito discursivo, e a partir destas, se esboçam não só perfis (ou *ethe*), mas também estratégias discursivas utilizadas para alcançar determinadas metas.

Esta tendência pode auxiliar na caracterização da discursividade de uma língua, definida como os aspectos relacionados ao funcionamento do discurso nos enunciados do(s) falante(s), o que não significa necessariamente uma homogeneidade de uso entre os indivíduos de uma mesma comunidade linguística. Como esclarece Fanjul (2002: 41):

quando se propõe a discursividade X, o que se faz é um recorte no imenso campo da produção discursiva para referir-se aos enunciados produzidos por falantes empíricos de um setor da humanidade, especificamente ao funcionamento do discurso neles (não, por exemplo, à sintaxe ou ao vocabulário isoladamente).

Deste modo, o emprego sistematizado de alguns mecanismos pode revelar uma forma de dizer de determinados indivíduos de uma comunidade, dentre os quais se encontram os cronistas que necessitam apreender e empregar as tendências enunciativas desta mesma comunidade para atingir seus objetivos, seja ele persuadir pessoas, ganhar notoriedade e prestígio, conseguir empatia ou, mais pragmaticamente, conseguir maior número de leitores e garantir-lhe a continuidade do ofício. Tal panorama nos traz a primeira indagação e um desafio: seria possível delimitar a tendência enunciativa de uma comunidade do estilo discursivo de um determinado sujeito?

Independente da problemática da questão anterior, podemos verificar que nas crônicas analisadas as marcas deixadas pelo emprego sistematizado de alguns mecanismos linguísticos constituem uma importante forma de esboçar um *ethos* discursivo, mais particularmente um *ethos* que poderia ser coletivo. Contudo, neste momento, nos surge uma segunda questão relacionada à natureza do sujeito. Considerando que a crônica basicamente trabalha com a empatia entre interlocutores e com a construção de uma subjetividade como um instrumento persuasivo, poderíamos indagar

qual é a figura do sujeito que predomina neste tipo de texto: seria a figura do sujeito pragmático, objeto da retórica ou, ao contrário, seria o sujeito do enunciado, elemento coadjuvante na Linguística da Enunciação? Ou ainda, a figura do fiador como elemento chave para estabelecer o tipo de estratégia persuasiva.

Acreditamos na hipótese de que o sujeito da crônica possua dois níveis que trabalham paralelamente. Em um primeiro nível estaria o sujeito pragmático, aquele que é responsável pela enunciação; o *ethos* da retórica aristotélica, revestido de um caráter e corporalidade, ou seja, a figura do fiador. Tal fator é essencial para a elaboração de um *ethos* prévio (a imagem preexistente do locutor) que, por sua vez, encaminha o projeto discursivo. Como ressalta Haddad (In Amossy, 2005, p. 163):

É, pois, a partir da imagem que o público já fez de sua pessoa que o locutor elabora em seu discurso a imagem que deseja transmitir.

Resulta que a imagem preestabelecida afeta e, até condiciona, a construção do *ethos* no discurso. Longe de constituir um elemento exterior ao discurso, cuja análise não deve ser levada em conta, o *ethos* prévio está, ao contrário, estreitamente ligado ao *ethos* discursivo. A análise argumentativa tem como dever, portanto, estudar a dinâmica pela qual a imagem produzida no discurso leva em conta, corrige e refaz a representação prévia que o público faz do orador

Vale enfatizar que a maioria dos cronistas possui uma notoriedade e credibilidade decorrente de outros ofícios paralelos à função de escritor. No caso de nosso *corpus*, todos os cronistas também exercem a função de jornalistas ou autores de telenovelas, ocupações que supõem grande contato com as massas; inclusive na era dos meios multimídias e uso de blogs como forma de expressão e inter-relação com o público. Como consequência, este contato permite a formação desse *ethos* prévio que influencia na elaboração de outro sujeito.

Este locutor, situado em um segundo nível, é o *ethos* discursivo ou enunciador, construído a partir dos mecanismos linguísticos e de um projeto textual (que inclui um labor persuasivo e as imagens do locutor e do interlocutor).

Não necessariamente estes dois sujeitos, estes dois *ethe* coincidem. Em qualquer caso, os dois contribuem paralelamente para um projeto textual, pelo menos no caso das crônicas. As amostras analisadas indicam, através da materialidade linguística, que o sujeito discursivo se revela com um tom didático, narrativo, cordial, reflexivo, concessivo e, sobretudo, que busca a comunhão de sensações e atitudes com seu interlocutor. Concordamos com Sá (2008: 56) que a empatia não significa somente a relação de cumplicidade entre os enunciadores, “mas também a elaboração de uma linguagem que traduza, para o leitor, as muitas linguagens cifradas do mundo” e, assim, “deflaga uma profunda visão das relações entre o fato e as pessoas, entre cada um de nós e o mundo em que vivemos e morremos”.

Este tom se adapta com o conceito de cordialidade brasileira como uma das formas de refletir a identidade. Assim, a empatia construída como um simulacro de vínculo afetivo entre enunciadores em situações cotidianas é um instrumento eficaz e sutil de persuasão em uma sociedade familiar e patrimonialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das crônicas a partir da perspectiva enunciativa se revelou um caminho promissor para estudar as multiplicidades dos sujeitos discursivos. É essencial que nos perguntemos que *ethos* se encaixa a determinados modelos e projetos textuais; sempre nos guiando pela materialidade linguística combinada com elementos situacionais e contextuais.

Em primeiro lugar, é importante considerar duas dimensões do sujeito: o escritor e o locutor. A complementação en-

tre as duas análises nos oferecerá uma aproximação mais detalhada do texto e das estratégias discursivas, além de poder sistematizar conjuntos de instrumentos linguísticos de natureza fonológica, morfológica, sintática e semântica e (re)elaborar os empregos destes elementos na tradição da Gramática Normativa.

Em segundo lugar, acreditamos que observar o *ethos* e suas estratégias persuasivas, que no presente caso se dá através da empatia, contribui de forma significativa com os estudos sobre as análises enunciativas-discursivas em português como língua materna e estrangeira, da Análise do Discurso e da Sociolinguística. Não se pretende trazer respostas categóricas, mas sim promover discussões em que as várias posturas teóricas possam complementar-se.

Por fim, estudar a linguagem como elemento fundador da subjetividade e expressão das identidades coletivas é um desafio recompensador. Esperamos que estes comentários promovam algumas outras questões e abram novos caminhos de pesquisas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A. C. (2007). *A cabeça do Brasil*. Rio de Janeiro: Record.
- AMOSSY, R. (org.) (2005). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto.
- ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. (1994). *La Argumentación en la lengua*. Madrid: Gredos.
- BAUMAN, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BROWN, P. y LEVINSON, S. (1987). *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CÂNDIDO, A. (org) (1992). *A crônica. O gênero, a fixação e suas transformações no Brasil*. São Paulo: Unicamp.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (2006). *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto.

- DICIONÁRIO HOUAISS. Disponível em: [Http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=empatia&stype=k&x=14&y=9](http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=empatia&stype=k&x=14&y=9).
- DUCROT, O. (1987). *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes.
- FANJUL, A. P. (2002). *Potuguês e Espanhol: línguas próximas sob o olhar discursivo*. São Carlos: Claraluz.
- FERNANDES, I. C. S. (2005). *Los marcadores discursivos en la argumentación escrita: estudio comparado en el español de España y en el Portugués de Brasil*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, , 1 CD-ROM, (Colección Vítor).
- FLORES, V. N.; TEIXEIRA, M. (2005). *Introdução à Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto.
- GOFFMAN, E. (1997). *La presentación de la persona en la vida cotidiana*. Buenos Aires: Amorrortu editores.
- HALL, S. (2006). *A identidade cultural*. Rio Janeiro: DP&A.
- HOLANDA, S. B. (2008). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAINGUENEAU, D. (1997). *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes.
- MAINGUENEAU, D. (2008). *Análise de textos de comunicação*. São Paulo. Cortez.
- MARTÍN VIVALDI, G. (1997). *Géneros periodísticos*. Madrid: Paraninfo.
- MARTÍNEZ ALBERTOS, J. L. (1990). "El uso de la lengua en la comunicación periodística: aspectos culturales, políticos y sociales". In *Linguística Española Actual*, nº 12, p. 175-196.
- MOTA, A. R.; SALGADO, L. (orgs.) (2001). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PLANTIN, C. (2001). *La argumentación*. Barcelona: Ariel.
- SANTOS, J. A. (org.) (2007). *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- SÁ, J. (2008). *A crônica*. São Paulo: Ática.
- SOARES, A. (2007). *Gêneros literários*. São Paulo: Ática.
- VEJA SÃO PAULO, São Paulo, dez. 2007.- fev. 2008. Disponível em: <http://vejasaopaulo.abril.com.br/>.
- VEJA RIO, Rio de Janeiro, dez. 2007.- fev. 2008. Disponível em: <http://vejabrasil.abril.com.br/rio-de-janeiro>.
- XAVIER, A. C.; CORTEZ, S. (2005). *Conversas com linguistas: virtudes e controvérsias da Linguística*. São Paulo: Parábola.

ABSTRACT: This study aims at discussing the construction of empathy by chronicle writers. Chronicles have been considered as a hybrid genre (journalistic-literary). Based on a corpus of 16 texts published in the magazines *Veja São Paulo* and *Veja Rio* between December 26, 2007, and February 13, 2008, the prevailing linguistic mechanisms directly related to the image of the writer were analyzed, i.e., the discursive *ethos*. These mechanisms show an exhortative endeavor, revealing an opinionative angle in this kind of texts, in addition to its poetic and interpretative angles.

Keywords: ethos, chronicle, enunciation, argumentation

Resenha

ALTHUSSER, LOUIS. *Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre aparelhos ideológicos de estado*. Trad. Maria Laura Viveiros de Castro. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. 129 p.

Maira Coutinho Ferreira*

O francês Louis Althusser (1918-1990) é considerado um dos principais nomes do estruturalismo francês dos anos 60, mas criticou o estruturalismo como espécie de ideologia burguesa. Seus escritos são complexos e de leitura difícil, passíveis de suscitar diversas reações e interpretações; ele foi considerado ora um analista ousado das premissas e dos dilemas profundos do pensamento socialista, ora um colecionador de frases herméticas e fórmulas explicativas, e até mesmo um apologista dos fracassos do socialismo.

Althusser foi um dos mais influentes teóricos políticos e sociais marxistas do século XX. Filiou-se ao Partido Comunista Francês em 1948, mas era contrário ao socialismo real da Europa Oriental e, ao oferecer uma nova interpretação dos textos de Marx, iniciou uma renovação da teoria revolucionária.

Tal renovação parte do princípio de que o funcionamento da política e da sociedade não poderia ser inteiramente explicado como resultado da luta de classes na esfera econômica. Para Althusser, a cultura e a ideologia também deviam ser consideradas, uma vez que toda sociedade, para se manter, necessita daquilo que ele chamou de aparelhos *ideológicos de estado*: uma intrincada rede de instituições e práticas

* Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa - FCL/UNESP - Araraquara

políticas e culturais, que abrange desde igrejas e meios de comunicação de massa até o sistema escolar e a família.

Em seu livro *Aparelhos Ideológicos de Estado*, a ideologia é apontada como essencial para a manutenção da divisão e organização do trabalho de uma formação social, ou seja, para a reprodução das condições de produção. Por condições de produção entendam-se as forças produtivas que atuam na geração do capital, e as relações de produção, que são relações entre as classes sociais, marcadas pela submissão da classe operária.

O autor explica que, para Marx, a estrutura de toda sociedade constitui-se de uma infra-estrutura ou base econômica e de uma superestrutura, que compreende as instâncias jurídico-política e ideológica. Na infra-estrutura estão as relações do homem com a natureza, as relações entre os não-proprietários e os proprietários, e entre estes e os meios e objetos do trabalho.

A instância jurídico-política é representada pelo Estado e pelo direito, estando o Estado a serviço da classe dominante, refletindo a relação de exploração de classe do nível econômico. Já a instância ideológica compreende a religião, as leis, a educação, a literatura, a filosofia, a ciência, a arte etc, sujeitas, também, às idéias e aos valores da classe dominante¹.

A relação entre a infra-estrutura e a superestrutura é semelhante à relação entre andares de um edifício: a superestrutura, ou andares superiores, sustenta-se sobre a infra-estrutura, base do edifício, de modo que aquela depende desta. Há uma relação de determinação em última instância da base econômica sobre a superestrutura, ao mesmo tempo em

¹ Desse modo, se o Estado reflete e perpetua a dominação de uma classe pela outra, ele deve ser extinto. Marx acreditava que a luta do proletariado contra a burguesia começaria por uma revolução que substituísse o Estado por um novo, a *ditadura do proletariado*, e terminaria com o fim da luta de classes e o desaparecimento do Estado.

que esta tem uma “autonomia relativa” e exerce uma “ação de retorno” sobre aquela.

A metáfora marxista do “edifício social” é, para Althusser, de caráter descritivo, pois descreve o funcionamento da sociedade, de modo que ele se propõe a superá-la, partindo do ponto de vista da reprodução das condições de produção, para esclarecer questões cuja existência a metáfora clássica apenas indica sem dar-lhes resposta conceitual. O autor explica que toda teoria passa por uma etapa descritiva, que é “transitória e necessária ao desenvolvimento da teoria”, mas que necessita ser superada.

Dessa forma, a teoria marxista do Estado é descritiva: o Estado é definido como Estado de classe que se confunde com o aparelho repressivo do Estado, “a serviço das classes dominantes”, na luta de classes da burguesia conta o proletariado. A fim de desenvolver essa teoria descritiva, para que se compreenda os mecanismos do Estado, Althusser propõe acrescentar a ela o conceito de *aparelhos ideológicos de Estado*, AIE.

A teoria marxista distingue o *poder* de Estado, em torno do qual giram todas as lutas políticas de classes, do aparelho de Estado, que compreende a política, os tribunais, as prisões, o exército e a administração (estão incluídos aqui o Chefe de Estado e o Governo, mas estes podem ser também vistos como a materialidade do próprio poder de Estado). A consequência dessa distinção é que o aparelho de Estado não se altera necessariamente nem simultaneamente à alteração da posse do poder de Estado; mas ela não é suficiente para fazer avançar a teoria.

Para Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado são uma realidade que se manifesta junto ao aparelho (repressivo) do Estado, com ele não se confundindo. As diferenças entre eles estão em que há uma pluralidade de aparelhos ideológicos e apenas um aparelho (repressivo); e as instituições que constituem os primeiros estão, em sua maioria, no domínio privado, enquanto o segundo pertence inteiramente ao

domínio público. Para o autor, no entanto, esta última distinção é irrelevante, uma vez que o que importa é o funcionamento das instituições de caráter ideológico.

A diferença realmente relevante é a de que o aparelho repressivo do Estado funciona predominantemente através da violência, e os Aparelhos Ideológicos funcionam principalmente através da ideologia. Fazem parte destes últimos a Igreja, a Família, o Direito, o sistema político com seus diferentes Partidos, os sindicatos, a imprensa, o rádio e a televisão, a cultura (artes, esporte etc) e a Escola. Esta, para Althusser, é o aparelho ideológico dominante nas formações capitalistas maduras, que conta com a audiência obrigatória das crianças de todas as classes sociais durante os anos de sua formação técnica.

Aparentemente, essas instituições formam um corpo disperso, mas o autor afirma que elas funcionam em uma ideologia unificada sob a ideologia da classe dominante, pois “nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado”. Mas essa hegemonia não é plena, uma vez que a classe dominante não dita a lei nos AIE com a mesma facilidade que o faz no aparelho (repressivo) do Estado.

Aí reside o ponto alto do texto de Althusser, no que concerne a possibilidade de fuga do determinismo predominante: a duplicidade de funções dos AIE numa formação social, sendo, ao mesmo tempo, instrumento de dominação e, nas palavras do autor, o lugar da luta de classes. Isso porque as antigas classes dominantes podem ocupar posições nesses aparelhos, atuando dentro deles, e eles são o meio e o lugar de expressão e resistência das classes exploradas.

Quanto à função de instrumento de dominação dos AIE, para Althusser, a importância deles está em, ao lado do Aparelho (repressivo) do Estado, assegurar a reprodução das relações de produção. É esta a chamada “ação de retorno” da

superestrutura para a infra-estrutura, apontada pela teoria marxista. Vejamos como o autor explica esse fenômeno.

A sobrevivência de uma formação social depende da produção e da reprodução das condições dessa produção. Embragados pelas evidências do ponto de vista da produção e da prática produtiva presentes em nosso cotidiano, não conseguimos alcançar o ponto de vista da reprodução, qual seja: a reprodução das forças produtivas e a reprodução das relações de produção existentes.

Ao lado da reprodução dos meios de produção, ou seja, das condições materiais da produção, como matéria-prima, instalações e maquinaria, é necessária a reprodução da força de trabalho, ou “forças produtivas”. Ela é garantida pelo salário, que assegura a subsistência do trabalhador e de sua família, e pelo sistema escolar que, além de cuidar da formação técnica dos futuros trabalhadores, garante a reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente (regras do bom comportamento, de moral e de consciência cívica e profissional), ou seja, à ideologia dominante.

Já a reprodução das relações de produção é entendida como a manutenção do *status quo* da formação social, em relação às posições que cada classe social ocupa na divisão do trabalho, ou seja, a reprodução das relações de exploração capitalistas. Ela é assegurada pelo aparelho repressivo do Estado, que contribui para a sua própria reprodução (vide as dinastias políticas, militares etc) e garante as condições políticas da atuação dos AIE. Estes, por sua vez, garantem a reprodução das relações de produção através da ideologia da classe dominante.

Althusser faz a seguinte distinção em relação à ideologia: as ideologias particulares, que expressam posições de classe, têm uma história, determinada pela luta de classes, que se encontra fora delas, enquanto a ideologia *em geral* não tem história. Ela é autônoma em relação à história e funciona como um sistema independente, e é eterna porque é imutável enquanto sistema.

Para entender essa noção de sistema, podemos nos valer da oposição saussuriana entre sincronia e diacronia. Saussure chama de sincronia (eixo sincrônico) o estágio a que uma determinada língua tenha chegado em um determinado momento de sua história, vista como sistema, e de diacronia (eixo diacrônico) as mudanças pelas quais a língua passa ao longo do tempo. Daí poder-se dizer que a ideologia em geral situa-se apenas no eixo sincrônico, eterna em seu funcionamento enquanto sistema, e as ideologias individuais têm aspectos sincrônicos e diacrônicos.

Neste momento ele rompe com Marx, que concebe a ideologia como pura ilusão, sonho, “idéia” (formada pelos “resíduos diurnos” da realidade concreta dos indivíduos), e empresta de Freud a noção de que *o inconsciente é eterno*, para afirmar que “a ideologia tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica”.

Se a estrutura e o funcionamento da ideologia são os mesmos, assumem a mesma forma em toda história, a ideologia assume um caráter eterno, no sentido de sua onipresença e imutabilidade em sua forma. Duas outras formulações que Althusser faz acerca da ideologia são essenciais para a compreensão do que ele chama de sua “tese central”.

A primeira é a de que “a ideologia é uma representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, ou seja, a ideologia não representa o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, e sim a relação (sempre) imaginária deles com as relações reais sob as quais eles vivem, ou seja, com as relações de produção e de classe. Essa representação imaginária é um reflexo imperfeito da realidade, uma relação deformada que o homem tem com suas condições de existência; é sempre imaginária porque é influenciada pela interpelação ideológica.

A segunda diz respeito à materialidade da ideologia, presente na maneira como o indivíduo que vive na ideologia se

conduz, se comporta, em sua participação nas práticas, inscritas em rituais, de um aparelho ideológico. A prática depende da ideologia e a ideologia depende do sujeito, e tanto o aparelho e seus rituais e práticas, quanto os atos do sujeito, que age segundo sua crença, são materiais. Há substituição do termo “idéia” de Marx pela materialidade das práticas, rituais e aparelhos ideológicos.

Uma vez que a ideologia existe para sujeitos concretos e pelo sujeito, ou seja, através dele, a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia. Dessa relação de dupla constituição, que caracteriza o funcionamento de toda ideologia, resulta a tese central de Althusser: a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos, ela tem por função constituir indivíduos em sujeitos. A explicação dessa tese está na chamada “função de reconhecimento ideológico”.

Nós tomamos por “evidência” o fato de sermos sujeitos, essa “evidência” nada mais é do que um efeito ideológico. Nos tornamos sujeitos pela primeira vez antes mesmo de nascer, pela interpelação da ideologia familiar/paternal/maternal, que nos dá um nome, uma identidade. Nós nos reconhecemos como sujeitos em função da interpelação ideológica: esse reconhecimento é o efeito ideológico elementar e, como sujeitos, ocupamos um lugar no aparelho ideológico e realizamos práticas sociais, e não reconhecemos esse mecanismo pelo qual somos interpelados.

Isso porque vivemos na ideologia e não fora dela. Um dos efeitos da ideologia é exatamente negar seu caráter ideológico, de modo que o que parece acontecer fora da ideologia acontece, na verdade, dentro dela. Os sujeitos, interpelados, não percebem que sua realidade é uma realidade ideológica, não se enxergam dentro da ideologia, porque esta não se lhes apresenta como tal.

Althusser acredita que estar fora da ideologia significa situar-se no conhecimento científico, a fim de alcançar a consciência de que se está ou se esteve na ideologia. A consciência do funcionamento e da estrutura dos aparelhos ideo-

lógicos é o primeiro passo a caminho da revolução, pois o indivíduo se torna capaz de reconhecer as formas de penetrar nos aparelhos ideológicos e de, neles e através deles, tomar o poder.

Ele toma como exemplo a ideologia cristã para ilustrar a estrutura comum a toda ideologia, em primeiro lugar quanto à interpelação dos indivíduos como sujeitos. A ideologia “recruta” ou “transforma” indivíduos em sujeitos, e a existência dessa multidão de sujeitos depende da existência de um Sujeito único, absoluto: Deus.

Em segundo lugar, quanto à submissão dos sujeitos a esse Sujeito único (Deus) e ao reconhecimento mútuo intersujeitos e entre esses e o Sujeito: somos espelho e reflexos do Sujeito, desdobramentos Dele. Ou seja, a ideologia tem uma estrutura especular que pressupõe o desdobramento do Sujeito em sujeitos (interpelados) e o reconhecimento do indivíduo no Sujeito. Este último define a ideologia em particular e é em nome dele que se procede às práticas, ante a crença de que desse reconhecimento e da obediência a certas normas resulta a “salvação”.

Para Althusser, o aparelho ideológico de Estado dominante nas formações capitalistas maduras é o aparelho ideológico escolar, que conta com a audiência obrigatória das crianças de todas as classes sociais. Ao sair da escola, elas entram “na produção”, como operários ou camponeses, continuam os estudos para ocuparem cargos de baixo e médio escalão ou ainda chegam ao final do percurso e tornam-se “agentes da exploração” (capitalistas), “agentes da repressão” (do aparelho repressivo do Estado) e “profissionais da ideologia” (nas instituições ideológicas).

Segundo a ideologia burguesa dominante a escola é neutra e leiga, portanto desprovida de ideologia, e conduz as crianças à liberdade, à moralidade e à responsabilidade adulta. Quando fala da escola, Althusser dá um exemplo de resistência dentro de um aparelho ideológico: a dos professores, a

quem chama de heróis, que tentam voltar contra a ideologia, seu sistema e suas práticas as poucas armas que encontram na história e no saber que ensinam.

Finalmente se chega à questão da reprodução das relações de produção pelos aparelhos ideológicos de Estado através da ideologia: o funcionamento desta condiciona de tal forma os sujeitos, que eles “caminham por si mesmos”. O indivíduo interpelado enxerga-se como sujeito livre e responsável por seus atos, submetido por sua própria vontade a uma autoridade superior (o Sujeito), em nome do qual realiza os gestos e atos que constituem a materialidade da ideologia que o interpelou.

A ideologia é, portanto, necessária e suficiente para que todos continuem ocupando os postos que a divisão social-técnica do trabalho lhes designa na produção, na exploração, na repressão, na ideologização etc. A classe dominante pode ainda valer-se do aparelho repressivo para conter a (re)ação dos “maus sujeitos”.

Assim, nas palavras de Althusser, “o ponto de vista da reprodução é então, em última instância, o ponto de vista da luta de classes”, porque a divisão “técnica” do trabalho é, na verdade, a forma e a máscara de uma divisão social (de classe) do trabalho: a reprodução das relações de produção é a forma de luta de classe vital para a classe dominante.

Só é possível entender o funcionamento do edifício social de Marx sob o ponto de vista da reprodução das relações de produção: a ideologia e suas instituições, que são partes da superestrutura, dependem da base econômica (infra-estrutura), que as determina em última instância. Mas o domínio da infra-estrutura não é total, apesar de predominante, já que a superestrutura tem autonomia relativa e é através dela que o proletariado pode agir.

Ou seja, a possibilidade de mudança do *status quo* está, ironicamente, nos próprios aparelhos ideológicos de Estado, onde o controle da classe dominante não é pleno. Eles são unificados pela ideologia da classe dominante e é neles que se

reproduz a exploração, mas é também neles, no seio das instituições ideológicas, que aparecem as contradições, que podem haver luta de classes e revoluções. A tomada de consciência – conhecer como se dá a reprodução das relações de produção – é que garante a revolução.

Muitas vezes as formas repressivas dos AIE não dão conta de garantir a dominação, pois quando se questiona uma ideologia, questionam-se com ela seus rituais, práticas e formas de sanção e repressão. Althusser mesmo deixou claro que os AIE são o lugar onde se apresentam as contradições que expressam os efeitos dos choques entre a luta de classes, e onde, queremos acreditar, germina toda semente de mudança.

BIBLIOGRAFIA

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 1993. 395 p.
- CARMO-NETO, Dionísio Gomes do. **Metodologia científica para principiantes**. 3 ed. Salvador: American World University Press, 1996. 560 p.
- ILARI, Rodolfo. O estruturalismo linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Cristina (Orgs.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. v.3. São Paulo: Cortez, 2007. 480 p.
- NOVA ENCICLOPÉDIA ILUSTRADA FOLHA. v. 1. São Paulo: Publifolha, 1996. 512 p.

Traduções

O CORISTA EUROPEU: TRADUÇÃO DE UM TEXTO ANÔNIMO, EM LÍNGUA GERAL DA AMAZÔNIA, DO SÉCULO XVIII.

Eduardo de Almeida Navarro*

O texto que traduzimos abaixo faz parte de um manuscrito anônimo guardado na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, sob o número 569 e intitulado *Vocabulário da Língua*, em Língua Geral Amazônica do século XVIII. Está ainda inédito.

Tal manuscrito inclui alguns interessantes textos, um dos quais, intitulado “*Lida dos missionários com os sertanejos*”, que narra a vida numa missão religiosa católica às margens de um rio amazônico, foi traduzido e publicado por nós na Revista USP, no ano de 2008. Traduzimos, agora, mais um dos textos insertos no referido manuscrito.

Revelam-se, então, interessantes aspectos do dia-a-dia da vida missionária no século XVIII, a saber, o relacionamento nem sempre muito fácil dos missionários entre si, que tomavam a seus cuidados a educação de seminaristas muito novos, inclusive nascidos fora do Brasil, como é o caso do autor deste texto, que se afirma um “*corista europeu*”. Este fala de suas travessuras durante o período de sua formação na ordem religiosa, algo bem *sui generis* e raramente visto em textos de missionários do período colonial brasileiro.

* FFLCH - USP

Este é um dos raríssimos textos em língua geral amazônica setecentista que não se insere na categoria de *dicionário*, *gramática* ou *catecismo*. É, na verdade, um poema, com rimas, embora tendo métrica irregular. Ele evidencia a transformação histórica pela qual já havia passado o tupi antigo, em vários níveis: morfológico, sintático, semântico, etc. Reservaremos para outra oportunidade a análise linguística do presente texto, uma verdadeira preciosidade proveniente do Brasil colonial.

O texto original não contém travessões nem aspas para assinalar a ocorrência de discurso direto. Na tradução em português, no entanto, utilizamo-los normalmente. A pontuação que utilizamos na tradução também não corresponde àquela utilizada pelo autor no original.

Algumas notas são inseridas no final do trabalho, além de uma cópia do manuscrito.

Xe remimotara rupí	Por minha vontade
Erimbäé ¹ icó ára acéár,	Outrora eu deixei este mundo
Aimocuár aóáma xe ri,	Para cuidar de mim
Tupã nheënga aiporacár;	e cumprir a palavra de Deus.
Acéár abé xe retáma,	Deixei também minha terra
Opacatù abé xe anàma.	E todos os meus parentes também.
Paietà rocupe cöyté aiké,	Finalmente entrei numa ordem religiosa;
Paietà miri irúmo aicó,	Morava com os seminaristas,
Äiba porëauçúba amondé,	Reprimia as maldades e as misérias,
Aimopór catú xe recó;	Realizava bem meu modo de viver.
Anhenuñanupã iepí,	Flagelava-me sempre,
Cecoabanhè bé akiriri ² .	Guardava silêncio de costume.
Päigoaçü rerecoára aicó,	Era criado do padre superior;
Çocapú recé aimocuár,	Cuidava dos aposentos dele,
Äé apëír ára iabiõ,	Varria-os cada dia,
Camutí ý çuí aiporacár;	Enchia os potes de água.
Äé xébo onhëngãtä	Ele comigo gritava

Äébé xe möapyçacà.
Iabé xebo ocepymëeng
Aimocuar agoéra cecé;
Ixupé aanangài anhëeng,
Aiporarà Tupã recè,
Xebo ocepymëeng mirí,
Cemimotárëýma rupí
Äé Paígoaçù ogoerecò
Çoca=púpe mbäé cetá;
Ixuí äereme aipycyrò
Vinho catú frasco cetá,
Cauacas³, marmelada abé.
Aiöóc aipò meuémeué.
Çupi guabirú nungára,
Açuúçuú i mbäé rí,
Cuiabé oçaçáo àra cetá,
Iabé abé xe rorý mirí;
Iabé ixébo ocepymëeng;
Äé rí cecé nanhëeng.
Äé cöyté xe ri omondár
Ixébo äéreme oporandúb,
Nde çuí acuáb potâr,
Abápe, ëi, xe momorëauçúb,
Ouatár ixébo caõi),
Cëe) abé amò mbäé mirí.
Äereme, aé ixupé, cé;
Nde mbäé rí naiabyký,
Nde rocapúpe ipó oiké
Amó amó cunumi goaçù,
Nde mbäé niti apycyrò,
Aanangái=té abé amōdarō.
Aipobäé Paí norobiár,
Xe nhëenga rupi noicó,
Cöyté ybý xe pytér ucár,

E igualmente me censurava.
Assim a mim retribuía
Por eu cuidar dele.
A ele de modo nenhum respondia,
Suportava por causa de Deus.
A mim pagava pouco,
Contra a minha vontade.
Aquele padre superior tinha
Dentro de sua casa muitas coisas.
Delas então eu me apossava:
Muitos frascos de bom vinho,
Cavacas e marmelada.
Eu retirava isso bem devagar.
Na verdade, como um rato,
Eu roía as coisas dele.
Deste modo passou-se muito tempo.
Assim como eu estava pouco feliz,
Da mesma forma ele me retribuía.
Com ele sobre isso eu não falava.
Ele, afinal, suspeitou de mim.
A mim, então, perguntou:
-De ti quero saber
Quem me prejudica.
Faltam-me vinho,
Doces também e outras pequenas coisas.
Então, disse a ele: -Sei lá!
Nas tuas coisas não toquei.
Nos teus aposentos entraram, talvez,
Alguns rapazes.
Tuas coisas não tomei
E de modo nenhum as furtei.
Nisso o padre não acreditou,
Não estava de acordo com minhas palavras.
Finalmente, mandou-me beijar o chão,

Niti catù xe rerecò:
 Çocapù çuí xe mocèm,
 Xe remimotára agoacem.
 Erimbäe oiepe Päi
 Xe irunamo omaramonhang,
 Çupí äe acangaíba mirí,
 Äé rí xe räarááng,
 Xe roçanguán ára iabé,
 Aë cöyté onhemöabäetè.
 Amomorandüb Pai goaçù
 Äé catú omöapyçacá;
 Xe rapixára nopöuçù,
 Ixébo onhemopurâtâ;
 Ixébo abè ojurupoxí,
 Cecoabanhè abè oicò xe rí.
 Ixe roçanga opàb cöyté,
 Ae; xe nde mböé potár
 Iabé ipó nde xe möeté,
 Ybyraçanga cöyté aiár,
 Anupã çäängába rupí,
 Cuiabé oiemböé mirí.
 Eçapyà Pai goaçú pýri ocó
 Onhëengaôáma xe rí,
 Xe recè Paigoaçù oicò,
 Äé çupí xe mopoxi,
 Xe rerecò äíb potár abé,
 Anhëeng cöyté ixupé.
 Aipóbäe tenhé erobiár
 Paigoaçù gui; çupí ipoité,
 I nhëenga tenhé eiporacár,
 Äé xe recé ï abäeté,
 Aipobäe taimoçupi,
 Ocepiác agoéra amò Päi.
 Äé amò Pai nocenöi cuáb,

Não me tratou bem,
 Expulsou-me de seus aposentos.
 Achei o que queria.
 Um padre, outrora,
 Comigo brigou;
 Na verdade, ele era um pouco mau.
 Por causa disso, ficou provando a mim
 E a minha paciência o dia todo.
 Ele, enfim, se enfureceu.
 Avisei o padre superior;
 Ele o censurou muito.
 Meu confrade não teve medo,
 Fartou-se muito de mim;
 A mim também xingou.
 De costume também brigava comigo.
 Minha paciência acabou, enfim.
 Disse: -Eu quero ensinar-te
 assim, talvez, a me respeitar.
 Tomei, enfim, um cacete;
 Bati nele à medida da sua provocação.
 Deste modo aprendeu um pouco.
 Imediatamente foi para junto do padre superior
 Para falar a meu respeito.
 Comigo o padre superior discutiu;
 Ele, na verdade, me denegriu,
 Quis-me tratar mal também.
 Falei, afinal, a ele:
 - Não creias nisso,
 Ó padre superior! Realmente é mentira.
 À palavra dele não obedexas.
 Ele foi terrível comigo.
 Hei de esclarecer isso.
 Um outro seminarista o viu?
 Ele não pôde chamar outro seminarista?

Porque xe äé anupã ramé,
Niti abá äéreme oiecuáb;
Niti abá xe repiác abé;
Paigoaçù cöyté xe mondó,
Xe abè coritéité açò.
Amò Paí omimòì ucár
Oiepè payo turuçù⁴;
Vinho çuí äé oiporacar
Opò pupé oiepè frascù,
Tapiti catù oiepè abé,
Oinong çocapùpe cöyté.
Opotàr äé almoço mirí
Paietá irúmo öü aõama,
Uataçàba aíra rupí;
Araçò äéreme xe anáma⁵
Äé Paí rocapúpe catú,
Aiöóc almoço, äé oröú.
Cöemramè almoço ocecar,
Ogoacem nhò çurú coéra,
Amò abá recé omondár,
Nocuáb mondaçára agoéra;
Oçacem nhò äé ára pupè
Ojurù ocekendáo cöyté.
Oiepè xe rapixára
Cëe) oiucéiucéi eté,
Äé oicò cëe) rupiàra,
Cëe) xe çuí oierurè;
Aganan mirí äé Paí,
Cöytè opöír cëe) çuí
Päygoaçù aretè pupé
Apycýc mirí nhò yãtã
Cöyté apokéc lenço pupé,
Aé ixupè; ëiár cëe)=etá;
Ixé çuí yãtã oiàr cöyté,

Por que, quando eu bati nele,
Ninguém, então, apareceu?
Ninguém me viu também.
O padre superior enfim me fez ir.
Eu também fui bem rapidinho.
Outro padre mandou cozinhar
Um paio grande.
De vinho também encheu
Um frasco em suas mãos.
Uma boa lebre também
Pôs dentro de seus aposentos.
Queria ele um pequeno almoço
Para comer com os padres
Durante um passeio.
Levei, então, meu amigo
para dentro dos aposentos daquele padre.
Tomei o almoço, comemo-lo.
De manhã, ele procurou o almoço;
Achou somente as vasilhas.
Suspeitou de outro;
Não soube quem foi o que o furtou.
Gritou somente naquele dia;
Sua boca fechou-se, afinal.
Um colega meu
Queria muito comer doces.
Ele era caçador de doces.
Doces pediu para mim.
Enganei um pouco aquele religioso.
Enfim, partiu sem doces.
No aniversário do padre superior
Apanhei um pouco de gelo;
Então, embrulhei-o num lenço.
Disse a ele: -Pega os doces.
De mim pegou o gelo, então,

Oinong algebeyra pupè.
 Çacúb äepe äereme,
 Oäóba guype otykír,
 Mira recé cecóreme,
 I xuí aangái opöír,
 Opuam apycába çuí,
 Otykýtykír pé rupí.
 Ipyäíbeté xe recé,
 Äé abé xeiaciáciao,
 Cöyté apocàpocà cecé,
 Aé i tenhé: nde putupáb,
 Nde irúnamo amoiarú,
 Ameengne cëe) catú.
 Cöyté cëe) rurù pupé
 Ainong uëena poçanga,
 Äéreme amëeng ixupè,
 Cecè, aé, çorý cuáb nde anga;
 Ixuí öú maiabé catú,
 Ouëéuëen turuçù.
 Xe oiamotoarëym catú,
 Xe iaciáciao eté eté,
 Cëe) çuí äé oiogoarù,
 Cuiabé catù äé oiemböé,
 Niti iebýr oieruré,
 Xe çuí cëe), ou amò mbäé
 Paí goaçù cöyté xe mondé
 Mbäé rerecoàra ráma,
 Aicò despenseiro ràma;
 Aiopói pabe) xe anàma⁵,
 Xe rory xe recò recé,
 Nouatár ixébo mbäé.
 Almoço catú äü ára iabé,
 Presunto, payo, cambý ätä,
 Vinho cee) catú bäé:

E o pôs na algibeira.
 Estava quente ali, então.
 Debaixo de sua roupa gotejava.
 Por haver pessoas (ali),
 Não se livrou dele.
 Levantou da cadeira,
 Ficou pingando pelo caminho.
 Ficou com muita raiva de mim;
 Ele também ficou gritando comigo.
 Entretanto, fiquei rindo dele
 E disse, então: farta-te (deles).
 De ti eu zombei;
 Hei de dar bons doces (a ti) .
 Entretanto, dentro da vasilha de doces
 Pus um remédio para vomitar.
 Então o dei a ele.
 Disse: -Por isso, possa alegrar-se tua alma
 Dele comeu a valer.
 Ficou vomitando muito.
 Ficou com muito ódio de mim;
 Ficou gritando muito comigo.
 De doces ele ficou com nojo.
 Bem deste modo ele aprendeu
 A não pedir de novo
 Doces ou outras coisas para mim.
 O padre superior enfim me pôs
 Como provedor;
 Fui despenseiro.
 Alimentava todos os meus amigos.
 Eu fiquei contente com minha tarefa;
 Não faltava nada para mim;
 Bons almoços eu comia todo dia:
 Presuntos, paios, queijos,
 Vinhos, bons doces.

Xe köytè anhemopurâtã,
Coritéi abé xe kyrá,
Ambyacý nití aporará.
Cöytè naxeporëauçúb,
Ybà cëe) catù bãé,
Äéreme çupí açauçúb,
Aiotým xe righé pupé:
Despenseyro recó icatú
Äé xe tomaramo pucù.
Oiepè acajù nhò,
Aimocuár despensa recé,
Xe iöecé abé ára iabiô;
Paigoaçú xe mocem cöyté
Despenseiro recò çuí,
Xe äéreme aiacëó mirí.
Ambyacý çupí aiporará,
Meza porá ixébo nocýc,
Äéreme aipyàmonketá,
Icatú amò tecò apycýc,
Infermeyro recò apotár,
Temiú cöyténe nouatár.
Paí goaçù çuí aieruré
Infermeyro mirí recó:
Äé xe rí omäémäé,
Öacanga oimocatác nhó:
Ëí: eimocuár nde iöecé,
Epotárumè amò mbäé.
Ambyacý çupí oicò xe rí,
Infermeyro ráma naicò,
Xébo ouatár temiú mirí,
Äéreme pyaíba aicò;
Cöyté xe mbäéacý möang,
Iabé temiú catù açääng.
Anhëeng Päi goaçù cupè,

Eu, então, me fartei muito;
Logo também fiquei gordo;
Fome não passava.
Enfim, não estava triste.
Frutas doces e boas
Amava, então, na verdade:
Enterrava-as na minha barriga.
O ofício de despenseiro é bom.
Disse eu: -Oxalá seja por longo tempo.
Um ano somente
Cuidei da despensa
E de mim também a cada dia.
O padre superior me fez sair, entretanto,
Da função de despenseiro.
Eu, então, chorei um pouco;
Passei fome, na verdade,
O que era posto na mesa não me bastava.
Então pensei:
-Seria bom eu tomar algum ofício;
Quis ser enfermeiro.
-Comida, afinal, não vai faltar.
Do padre superior pedi
A função de enfermeiro mirim.
Ele para mim ficou olhando;
Em sua cabeça bateu, somente:
Disse: -Cuida de ti mesmo;
Não queiras outras coisas
A fome, na verdade, vivia em mim.
Enfermeiro não fui.
A mim faltava um pouco de comida.
Então, eu fiquei triste.
Enfim, eu pensei em ficar doente
E, assim, boa comida eu provaria.
Falei ao padre superior:

Paigoaçù guí mbäéacý aicó,
 Naimonhangcuáb amò mbäé,
 Çacý xe çuí xe acanga nhò:
 Ecoai) enfermaria pupè,
 Ēí, toimocuar nde recè.
 Infermeyro çapyà acecár,
 Ixébo oporandù cöytè,
 Eré; mbäépe erepotár?
 Indè robá pirangetè:
 Çacý xe acanga Irmão guí,
 Tupã recè eimocuar xe rí.
 Xe inong infermeyria pupè
 Çapucáia ikyrà bää nouatár,
 Cëe) abé, marmelada abé,
 Aipò xe righè oiporacár;
 Sete ára pupé äépe aicò,
 Xe righè goaçù onhepyçò.
 Pái goaçù mirí erimbäé
 Omanhan maiabé catú
 Orè Pabe) Paí mirí recè;
 Àra iabè noputuú,
 Äébé oromocanëð,
 Çupí catú ára iabið.
 Ocëár cöytè oçapatù
 Ouata meuégoaráma,
 Xe roca robaké catú
 Äé norocendú aóama,
 Çapatu aiaticà cöyté
 Itàpyuà catú pupè.
 Manhána çuí öúr ramé
 Oçapatù omondé potár,
 Noimoçác cuab cöyté:
 Xe recé äéreme omondár;
 Çupí oporabyký catú

-Ó padre superior, estou doente,
 Não posso fazer nada
 Minha cabeça só doi.
 -Vai para a enfermaria,
 Disse, -hão de cuidar de ti.
 O enfermeiro logo procurei;
 A mim perguntou, então:
 -Dize, que queres?
 Teu rosto está muito vermelho.
 -Doi minha cabeça, ó irmão;
 Cuida de mim, por Deus.
 Puseram-me na enfermaria.
 Frangos gordos não faltavam,
 Doces também e marmelada.
 Isso enchia minha barriga.
 Sete dias ali estive.
 Minha grande barriga distendeu-se.
 O padre regente outrora
 Espionava a valer
 A todos nós, seminaristas;
 O dia todo não descansava.
 Nós o cansávamos também,
 Na verdade, a cada dia.
 Tirava, então, seus sapatos
 Para andar devagarzinho
 Bem na frente de meu aposento,
 Para nós não o ouvirmos.
 Eu preguei os sapatos, então,
 Com bons pregos
 Quando vinha de espião.
 Seus sapatos querendo colocar,
 Não pôde despregá-los, entretanto.
 De mim, então, desconfiou.
 Na verdade, trabalhou muito

Omoçac aõáma oçapatù.
Omotëapùapú catú
Omoçac aõáma ixuí
Aiaticà agoéra oçapatú,
Ereipotárpe Paígoaçú guí,
Aé, mbäé amò xe çuí,
Aicò nde nhëenga rupí.
Nitimbäè, éi, apotár;
Moçaráitáruçù ereicó;
Tenhè xe recè emondâr,
Aé, naxe nhò iquè aicó,
Martello erepotárpe ipò,
Coipó tenaz, ou mbäé amò?
Corista recó opáb cöytè,
Penitencia cetà amonhang,
Äü ybýpe, anhenupã abé,
Amò mbäé racý açãang,
Cöýr Paí abaré aicó,
Aiporacâr potár xe recò.
Corista⁶ pabe) aimonghetà;
Peiemböè umè xe çuí,
Pe recò peimopurâtã,
Tenhè umè peicò cunumí;
Peicò tuibäé nungára;
Aipò opotár iandé Íara.
Tuibäé äéreme peicò
Abá catú peicóramé,
Angaturàma abe toicó,
Pe irúmo auieramanhè,
Cöytè Míra pemöeté,
Paigoaçù çorý nhè nhè.

Finis.

Para despregar seus sapatos.
Ficou fazendo muito barulho
Para arrancá-los deles.
Pregando seus sapatos,
Eu disse: -Queres, ó padre regente,
alguma coisa de mim?
Procedo segundo tuas palavras.
-Nada quero, disse.
És um grande zombador.
Eu disse: -Em vão suspeitas de mim.
Não somente eu moro aqui.
Queres um martelo, porventura,
Ou uma tenaz ou outra coisa?
O ofício de corista acabou, afinal.
Muita penitência eu fiz,
Comi no chão, castiguei-me também;
Provei algumas coisas ruins.
Agora um senhor padre eu sou.
Quero cumprir minha missão.
Falo a todos os coristas:
-Não aprendais de mim;
Vossos ofícios realizai bem.
Não sejais meninos.
Agí como se fósseis velhos
Isso quer Nosso Senhor.
Sede, então, velhos.
Se fordes homens bons,
Que a virtude também esteja
Convosco para sempre.
Enfim, respeitai as pessoas,
E o padre superior, sem mais, fica feliz.

Fim.

NOTAS

1. Tanto a consoante oclusiva glotal / quanto os hiatos são representados aqui por trema. O autor sistematicamente utiliza, outrossim, acento gráfico para assinalar as sílabas tônicas.
2. Cecoabanhê bé *akiriri*. - *Guardava silêncio de costume*. O tema nominal *kyriri*) converteu-se, na Língua Geral Amazônica, num tema verbal.
3. Cauacas, marmelada abé. - *Cavacas e marmelada*. Cavaca é um biscoito seco, arredondado, com um dos lados revestido de açúcar de confeitiro.
4. Oiepè payo turuçù - *Um paio grande*. Paio é carne de porco ensacada em tripa de intestino grosso; *linguiça de padre*. Por outro lado, a forma nominal *turusu* somente era usada, em tupi antigo, como predicado e não como qualificativo, como vemos no texto.
5. Araçò àéreme xe *anáma* - *Levei, então, meu amigo*. *Anama*, em tupi antigo, é 1) *família, parentela*; 2) *parente*; 3) *raça, nação, povo, gente do mesmo grupo ou da mesma sociedade*. Na Língua Geral Amazônica do século XVIII tal palavra assume, também, o sentido de *amigo*. Stradelli (p. 97), mostra-nos que, em nheengatu, *anama* também tem esse sentido.
6. *Corista* - segundo Moraes (p. 472), é um “*religioso novo que serve no coro*”.

BIBLIOGRAFIA

- ANÔNIMO, Dicionario da lingua geral do Brasil, que se falla em todas as villas, lugares, e aldeas deste vastissimo Estado, escrito na cidade do Pará, anno de 1771.
- ARRONCHES, João de, *O Caderno da Língua ou Vocabulário Português-Tupi* (Notas e comentários à margem de um manuscrito do século XVIII por Plínio Ayrosa). Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1935.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, 2^a edição.

NAVARRO, Eduardo de Almeida, Dicionário de Tupi Antigo - A língua indígena clássica do Brasil. São Paulo, Editora Global [no prelo].

STRADELLI, E., Vocabulário da Língua Geral: Português-Nheengatu e Nheengatu-Português. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 104 (158). Rio de Janeiro, 1929.

Pá: goasú cûi atesurê
 Infermeyro miri recô:
 Aê xe ri omâemêê,
 Ôacanga oimocatâc nêo:
 Xê: eimociâr nde iôeca,
 Gotarumê amô mbâe.
 Ambiyacî çupî oicô xe ri,
 Infermeyro râma nâicô,
 Xêbô ouatâr tembûl miri,
 Aêseme pyaiba aicô;
 Cöyte xe mbâeacî mông;
 Jabê tembûl catû açang.
 Anhâng Pá: goasú çupê,
 Pá: goasú qui mbâeacî aicô,
 Naimonhangualb amô mbâe,
 Çacî xe çûi xe açanga nêo.
 Coatî infirmaria pupê,
 Êi, toimociâr nde recô.
 Infermeyro çapya açecâr,
 Xêbô oporandû cöyte,
 Êrê; mbâepe erepotâr?
 Indê robâ pirangetê:
 Çacî xe açanga Armadîqui,
 Çupâ recê eimociâr xe ri.
 Xe inong infirmeyria pupê
 Çapucâia ityra bâe nouatâr,
 Cê abê, marmelada abê,
 Apô xe righê oporacâr;
 Xêbê ava pupê âepe aicô,
 Xe righê goasú onhapysô.

Pá: goasú resti, eximbbê
 91
 Amanhan: mais abê catû
 Ore: Pabê Pál ma: recô,
 Ava iabê nopucûi,
 Xêbê oimocanêê,
 Çupî catû ava iabê
 Ociâr cöyte açapatî
 Ouatâ meue goarima,
 Xe recâ rebakê catû
 Aê novocendû açama,
 Çapatî aiatîcâ cöyte
 Itâ pyua catû pupê.
 Manhâna çûi õur râmê
 Açapatî omõnde potatî,
 Naimosêc õidb cöyte:
 Xe recê âêseme omõndâr,
 Çupî oporabykî catû
 Omosêc açâma açapatî
 Omotêapû apû catû
 Omocê açâma ixui
 Aiatîcâ apõera açapatî,
 Êreipotêpe Pá: goasú qui;
 Aê, mbâd amô xe çûi,
 Aicô nde nhêenga rûpî
 Xitimbê, êi, apotâr,
 Mocavâitârucû ereico,
 Tenhê xe recê emõndâr,
 Aê naxê nêo iquê aicô,
 Martellê erepotêpe ipô,
 Çipô tenar, õu mbâe amô.

Coyta reco opab coyte,
 Penitencia catã amonhang,
 Au ylype, anhenupã abe,
 Amo mbãe xacy açãang,
 Coyr Pai abavê aicô,
 Aporacãr potãr xe reco.
 Coyta pabê aimonghetã:
 Peimboê umê xe çui,
 Pe reco peimopurãtã,
 Tenhê umê peicô curumi,
 Peicô tuiãe nungãra,
 Apô opotãr iandê Jãra.
 Tuiãe açreme peicô
 Abã catã peicãramê,
 Angaturãma abê toicô,
 Pe irũmo auivãmanhê,
 Coyte Mira pemõetê,
 Paigoaçũ, coyr nhê nhê.
 Finy.

TRADUÇÃO DE *AD FAMILIARES* 5, 12^{II},
DE MARCO TÚLIO CÍCERO

Adriano Scatolin*

M. Tulli Ciceronis
Ad Familiares V, 12

Scr. Cumis (?) c. prid. Id. Apr. an. 55

M. CICERO S. D. L. LUCCEIO Q. F.

1. Coram me tecum eadem haec agere saepe conantem deterruit pudor quidam paene subrusticus quae nunc expromam absens audacius; epistula enim non erubescit.

Ardeo cupiditate incredibili neque, ut ego arbitror, reprehendenda nomen ut nostrum scriptis illustretur et celebretur tuis. quod etsi mihi saepe ostendis te esse facturum, tamen ignoscas velim huic festinationi meae. genus enim scriptorum tuorum, etsi erat semper a me vehementer exspectatum, tamen vicit opinionem meam meque ita vel cepit vel incendit ut cuperem quam celerrime res nostras monumentis commendari tuis. neque enim me solum commemoratio posteritatis ac spes quaedam immortalitatis rapit sed etiam illa cupiditas ut vel auctoritate testimoni tui vel indicio benevolentiae vel suavitate ingeni vivi perfruamur.

* FFLCH - USP

2. Neque tamen haec cum scribebam eram nescius quantis oneribus premerere susceptarum rerum et iam institutarum. sed quia videbam Italici belli et civilis historiam iam a te paene esse perfectam, dixeras autem mihi te reliquas res ordiri, deesse mihi nolui quin te admonerem ut cogitares coniunctene malles cum reliquis rebus nostra contexere an, ut multi Graeci fecerunt, Callisthenes Phocicum bellum, Timaeus Pyrrhi, Polybius Numantinum, qui omnes a perpetuis suis historiis ea quae dixi bella separaverunt, tu quoque item civilem coniurationem ab hostilibus externisque bellis seiungeres. equidem ad nostram laudem non multum video interesse, sed ad properationem meam quiddam interest non te exspectare dum ad locum venias ac statim causam illam totam et tempus arripere; et simul, si uno in argumento unaque in persona mens tua tota versabitur, cerno iam animo quanto omnia uberiora atque ornatiores futura sint.

Neque tamen ignoro quam impudenter faciam qui primum tibi tantum oneris imponam (potest enim mihi denegare occupatio tua), deinde etiam ut ornes me postulem. quid si illa tibi non tanto opere videntur ornanda? **3.** sed tamen, qui semel verecundiae finis transierit, eum bene et naviter oportet esse impudentem. itaque te plane etiam atque etiam rogo ut et ornes ea vehementius etiam quam fortasse sentis et in eo leges historiae negligas gratiamque illam de qua suavissime quodam in prohoemio scripsisti, a qua te flecti non magis potuisse demonstras quam Herculem Xenophontium illum a Voluptate, eam, si me tibi vehementius commendabit, ne aspernere amorique nostro plusculum etiam quam concedet veritas largiare.

Quod si te adducemus ut hoc suscipias, erit, ut mihi persuadeo, materies digna facultate et copia tua. **4.** a principio enim coniurationis usque ad reditum nostrum videtur mihi modicum quoddam corpus confici posse, in quo et illa poteris uti civilium commutationum scientia vel in explicandis causis rerum novarum vel in remediis incommodorum, cum et reprehendes ea quae vituperanda duces et quae placebunt

exponendis rationibus comprobabis et, si liberius, ut consuesti, agendum putabis, multorum in nos perfidiam, insidias, proditionem notabis. multam etiam casus nostri varietatem tibi in scribendo suppeditabunt plenam cuiusdam voluptatis, quae vehementer animos hominum in legendo te scriptore tenere possit. nihil est enim aptius ad delectationem lectoris quam temporum varietates fortunaeque vicissitudines. Quae etsi nobis optabiles in experiendo non fuerunt, in legendo tamen erunt iucundae. habet enim praeteriti doloris segura recordatio delectationem; **5.** ceteris vero nulla perfunctis propria molestia, casus autem alienos sine ullo dolore intuentibus, etiam ipsa misericordia est iucunda. quem enim nostrum ille moriens apud Mantineam Epaminondas non cum quadam miseratione delectat? qui tum denique sibi evelli iubet spiculum postea quam ei percontanti dictum est clipeum esse salvum, ut etiam in vulneris dolore aequo animo cum laude moreretur. cuius studium in legendo non erectum Themistocli fuga †redituque† retinetur? Etenim ordo ipse annalium mediocriter nos retinet quasi enumeratione fastorum; at viri saepe excellentis ancipites variique casus habent admirationem, expectationem, laetitiam, molestiam, spem, timorem; si vero exitu notabili concluduntur, expletur animus iucundissima lectionis voluptate.

6. Quo mihi acciderit optatius si in hac sententia fueris, ut a continentibus tuis scriptis, in quibus perpetuam rerum gestarum historiam complecteris, secernas hanc quasi fabulam rerum eventorumque nostrorum. habet enim varios actus multasque <mut>ationes et consiliorum et temporum. ac non vereor ne adsentatiuncula quadam aucupari tuam gratiam videar cum hoc demonstrarem, me a te potissimum ornari celebrarique velle. neque enim tu is es qui quid sis nescias et qui non eos magis qui te non admirentur invidos quam eos qui laudent adsentatores arbitrere; neque autem ego sum ita demens ut me sempiternae gloriae per eum commendari velim qui non ipse quoque in me commendando propriam ingeni gloriam consequatur. **7.** neque enim

Alexander ille gratiae causa ab Apelle potissimum pingi et a Lysippo fingi volebat, sed quod illorum artem cum ipsis tum etiam sibi gloriae fore putabat. atque illi artifices corporis simulacra ignotis nota faciebant, quae vel si nulla sint, nihilo sint tamen obscuriores clari viri. nec minus est Spartaes Agesilaus ille perhibendus, qui neque pictam neque fictam [tam] imaginem suam passus est esse, quam qui in eo genere laborarunt. unus enim Xenophontis libellus in eo rege laudando facile omnis imagines omnium statuasque superavit.

Atque hoc praestantius mihi fuerit et ad laetitiam animi et ad memoriae dignitatem si in tua scripta pervenero quam si in ceterorum quod non ingenium mihi solum suppeditatum fuerit tuum, sicut Timoleonti a Timaeo aut ab Herodoto Themistocli, sed etiam auctoritas clarissimi et spectatissimi viri et in rei publicae maximis gravissimisque causis cogniti atque in primis probati, ut mihi non solum praeconium, quod, cum in Sigeum venisset, Alexander ab Homero Achilli tributum esse dixit, sed etiam grave testimonium impertitum clari hominis magnique videatur. placet enim Hector ille mihi Naevianus, qui non tantum 'laudari' se laetatur sed addit etiam 'a laudato viro'.

8. Quod si a te non impetro, hoc est, si quae te res impedit (neque enim fas esse arbitror quicquam me rogantem abs te non impetrare), cogar fortasse facere quod non nulli saepe reprehendunt: scribam ipse de me, multorum tamen exemplo et clarorum virorum. sed, quod te non fugit, haec sunt in hoc genere vitia: et verecundius ipsi de sese scribant necesse est si quid est laudandum et praetereant si quid reprehendendum est. accedit etiam ut minor sit fides, minor

auctoritas, multi denique reprehendant et dicant verecundiores esse praecones ludorum gymnorum, qui, cum ceteris coronas imposuerint victoribus eorumque nomina magna voce pronuntiarint, cum ipsi ante ludorum missionem corona donentur, alium praeconem adhibeant, ne sua voce se ipsi victores esse praedicent. **9.** haec nos vitare cupimus et, si recipis causam nostram, vitabimus idque ut facias rogamus.

Ac ne forte mirere cur, cum mihi saepe ostenderis te accuratissime nostrorum temporum consilia atque eventus litteris mandaturum, a te id nunc tanto opere et tam multis verbis petamus, illa nos cupiditas incendit de qua initio scripsi, festinationis, quod alacres animo sumus ut et ceteri viventibus nobis ex libris tuis nos cognoscant et nosmet ipsi vivi gloriola nostra perfruamur.

10. His de rebus quid acturus sis, si tibi non est molestum, rescribas mihi velim. si enim suscipis causam, conficiam commentarios rerum omnium; sin autem differs me in tempus aliud, coram tecum loquar. tu interea non cessabis et ea quae habes instituta perpolies nosque diliges.

TRADUÇÃO

Marco Túlio Cícero
Aos Amigos V, 12ⁱⁱⁱ 1

Cumas (?), c. 12 de abril de 55 a.C.

Marco Cícero saúda Lúcio Luceio, filho de Quinto

1. Embora o tentasse muitas vezes, um pudor um tanto tímido impediu-me de tratar em pessoa, contigo, exatamente deste assunto que agora, à distância, revelarei com bastante audácia – é que uma carta não cora.

Ardo de um desejo incrível e, na minha opinião, nada censurável, de que meu nome ganhe brilho e celebridade por

¹ Tradução feita a partir do texto latino estabelecido por D. R. Shackleton Bailey e publicado em Cicero, *Select Letters*, edited by D. R. Shackleton Bailey. Cambridge, Cambridge University Press, 2000, pp. 41-45. Agradecemos a nosso colega, Prof. Dr. João Angelo Oliva Neto, pela cuidadosa revisão do texto e pelas diversas soluções de tradução sugeridas.

meio de teus escritos. Embora muitas vezes prometas que o farás, gostaria que perdoasses esta minha impaciência: é que, embora eu tenha sempre aguardado ansiosamente conhecer a natureza de teus escritos, ela superou minha expectativa, me tomou e incendiou de tal forma, que desejei que os meus feitos fossem o mais rapidamente possível confiados a teus relatos históricos. De fato, não me arrebatava apenas a idéia da recordação por parte da posteridade e certa esperança de imortalidade, mas também o desejo de desfrutar, ainda vivo, seja da autoridade de teu testemunho, seja da marca de tua benevolência, seja do encanto de teu engenho.

2. No entanto, ao escrever estas palavras, não ignoro o quanto te preme o enorme fardo dos trabalhos que assumiste e já iniciaste. Porém, por perceber que já quase completaste a *História da Guerra Itálica* e a *História da Guerra Civil* (tu me disseste que já havias começado os demais trabalhos), não quis deixar de te advertir que reflitas se preferes reunir minhas façanhas juntamente com as demais ou, como muitos gregos fizeram – Calístenes, no caso da *Guerra da Fócida*; Timeu, no da *Guerra de Pirro*; Políbio, no da *Guerra da Numância*, que separaram, todos, de suas histórias universais as guerras a que fiz menção – se preferes também tu, igualmente, separar a conjuração civil das guerras contra inimigos externos. De minha parte, percebo que não faz muita diferença para o meu louvor, mas faz, sim, alguma diferença para a minha pressa, que não esperes até chegar a esse passo para arrebatares de imediato toda essa oportunidade e ocasião; e se, ao mesmo tempo, tua mente se ocupar de um único argumento e de uma única personagem, sou já capaz de antever o quanto tudo ficará mais rico e ornado.

E, contudo, não ignoro a impudência com que ajo ao te impor, em primeiro lugar, tamanho fardo (na verdade, teus encargos podem me recusar), em seguida, ao exigir também que me ornes. E se esses fatos não te parecerem dignos de tão grande esforço para orná-los? **3.** No entanto, quem ultrapassou uma vez os limites da vergonha deve ser impudente da

cabeça aos pés. Sendo assim, peço-te aberta e reiteradamente que não apenas ornes com maior ardor do que talvez seja tua opinião, mas que também, ao fazê-lo, negligencies as leis da História e, quanto àquela parcialidade – acerca da qual escreveste com extremo encanto em certo proêmio, explicando que não pudeste ser dobrado por ela mais do que o famoso Hércules de Xenofonte pela Volúpia – peço que não a desdenhes, caso me recomendes com muito afinco, e presenteies meu afeto um pouquinho mais do que a verdade permitir.

4. Se te persuadir a tal empresa, a matéria será, em meu entender, digna de tua capacidade e de teus recursos. De fato, parece-me que é possível estabelecer um *corpus* mó-dico a partir do princípio da conjuração até o meu retorno, no qual poderás também fazer uso de teu conhecimento das mudanças civis, quer mostrando as causas das revoluções, quer mostrando os remédios para os reveses, quando não apenas repreenderás o que considerares digno de vitupério, mas também comprovarás, expondo argumentos, o que te aprouver, e, se julgares que debes tratar a matéria com mais franqueza, como é teu costume, apontarás a perfídia, as ciladas, a traição de muitos contra mim. É que, ao escreveres, nossas desventuras te fornecerão uma variedade repleta de prazer tal, que será capaz de reter fortemente a atenção dos leitores, contanto que sejas tu o escritor. De fato, nada é mais adequado ao deleite do leitor do que a mudança das circunstâncias e as vicissitudes da fortuna: e elas, se não foram desejáveis quando as experimentei, serão, porém, prazerosas na leitura. É que a recordação em segurança de uma dor passada provoca prazer; 5. mas para os outros, que não passaram por nenhum pesar pessoal e contemplam as desventuras alheias sem nenhuma dor, até a misericórdia é, por si mesma, prazerosa. Pois a qual de nós o famoso Epaminondas, morrendo em Mantinea, não provoca uma mistura de prazer e comiseração, quando ordena que se arranque a flecha de seu corpo só depois que, em resposta ao que perguntara, disseram que seu escudo estava salvo, de

modo que, mesmo em meio à dor da ferida, pudesse morrer em paz e com honra? A que leitor a fuga e o retorno de Temístocles não retêm a atenção? E, de fato, a própria ordem dos anais nos retém medianamente em virtude da lista, por assim dizer, dos fastos; mas não raro as desventuras incertas e variadas de um homem excelente provocam admiração, expectativa, alegria, pesar, esperança, temor; se se concluem com um fim notável, enche-se a mente de um prazer de ler extremamente agradável.

6. Por isso, eu preferiria que concordasses em separar de teus escritos contínuos, em que contemplos a história universal, esta fábula, por assim dizer, de minhas façanhas e sucessos: é que ela contém ações variadas e muitas mudanças tanto de desígnios como de circunstâncias. E não receio parecer estar à cata de teu favor com uma bajulação barata ao demonstrar que é sobretudo por ti que desejo ser ornado e celebrado: nem tu és do tipo que desconheces o que és, julgando invejosos os que não te admiram e bajuladores os que te elogiam; nem eu sou tão demente a ponto de querer confiar-me à glória eterna por meio de alguém que por si mesmo não consiga também uma glória adequada a seu engenho. **7.** E, de fato, não era por favorecimento que o famoso Alexandre queria ser pintado sobretudo por Apeles e esculpido por Lisipo, mas porque julgava que a sua arte seria motivo de glória tanto para eles quanto para o próprio Alexandre. E aqueles artífices tornavam os simulacros de corpo deles conhecidos a quem não os conhecia, e, se estes simulacros não existissem, os homens ilustres não seriam nem um pouco mais obscuros. E Agesilau, o famoso espartano que não permitiu que se pintasse ou esculpisse sua imagem, não é menos digno de narrar do que aqueles que trabalharam no gênero historiográfico em questão, pois o pequeno livro de Xenofonte, sozinho, ao louvar esse rei, superou facilmente a todas as esculturas e todas as estátuas.

E para mim – quer para minha alegria, quer para a dignidade de minha memória – será mais vantajoso comparecer

nos teus escritos do que nos dos outros, porque não se me fornecerá apenas teu engenho, como ocorreu a Timoleonte no caso de Timeu e, no de Heródoto, a Temístocles, senão também a autoridade de um homem muitíssimo ilustre e distinto, reconhecido e mais que todos aprovado nas causas mais importantes e sérias da República, de modo que parecerá ter-me sido conferido não apenas o panegírico que, ao chegar ao Sigeu, Alexandre disse ter Homero atribuído a Aquiles, mas também o testemunho grave de um ilustre e grande homem. De fato, agrada-me o célebre Heitor de Névio, que não se alegra apenas por “ser louvado”, mas também, acrescenta, “por um homem louvado”.

8. Se não o obtiver de ti, ou seja, se algo te impedir (pois não considero sacrilégio não obter algo que te peça), serei talvez obrigado a fazer o que não raro alguns criticam: escreverei eu mesmo a meu respeito, seguindo, contudo, o exemplo de homens numerosos e ilustres. Porém, como não te escapa, há os seguintes defeitos nesse gênero: é forçoso que escrevam a respeito de si mesmos com muito pudor, se houver algum motivo de elogio, e que omitam, se houver algo censurável. Soma-se ainda o fato de que é menor a credibilidade, menor a autoridade, e que muitos, enfim, criticam essa prática, afirmando que têm maior pudor os arautos dos jogos gímnicos, pois coroam os demais vencedores e anunciam os nomes deles em voz alta, mas quando eles próprios são premiados com a coroa, convidam outro arauto antes do término dos jogos a fim de que não anunciem sua vitória com a própria voz. **9.** Eu gostaria de evitar isso e, se aceitares minha causa, hei de evitar, e peço que aceites.

E para que não te cause admiração que, embora muitas vezes proclames que darás às letras as decisões e os acontecimentos de meu consulado com o maior zelo, eu o peça agora a ti com tamanha insistência e tantas palavras, incendeia-me aquele desejo de pressa sobre o qual escrevi no início, porque anseio que os outros me conheçam pelos teus livros enquanto estou vivo e que, ainda vivo, eu desfrute de minha pequenina glória.

10. Gostaria, se não te fosse incômodo, que me respondesses o que farás a respeito. Se assumires a causa, comporei apontamentos sobre todos os fatos; mas, se me adiares para outra ocasião, falarei pessoalmente contigo. Tu, entretantes, não ficarás ocioso: vais dar lustro ao que iniciaste e conceder-me tua estima.

TRADUÇÃO DO POEMA STUFEN (1941), DE
HERMANN HESSE (1877 – 1962)

Karin Bakke de Araújo

Wie jede Blüte welkt und
jede Jugend

Dem Alter weicht, blüht
jede Lebensstufe,

Blüht jede Weisheit auch
und jede Tugend

Zu ihrer Zeit und darf nicht
ewig dauern.

Es muss das Herz bei
jedem Lebensrufe

Bereit zum Abschied sein
und Neubeginne,

Um sich in Tapferkeit und
ohne Trauern

In andre, neue Bindungen
zu geben.

Und jedem Anfang wohnt
ein Zauber inne,

Der uns beschützt und der
uns hilft, zu leben.

Como toda flor fenece e
toda juventude

À idade se curva, floresce
cada etapa da vida,

Floresce cada sabedoria,
também, e toda virtude

A seu tempo, e não pode
para sempre durar.

O coração, a cada
chamado da vida,

Deve estar pronto para a
despedida e para recomeçar,

Para poder com coragem
se entregar

A outros novos vínculos
sem tristezas.

Para em cada começo
uma magia encontrar,

A nos proteger e para
viver acima das incertezas.

Wir sollen heiter Raum um
 Raum durchschreiten,
 An keinem wie an einer
 Heimat hängen,
 Der Weltgeist will nicht
 fesseln uns und engen,
 Er will uns Stuf' um Stufe
 heben, weiten.
 Kaum sind wir heimisch
 einem Lebenskreise
 Und traulich eingewohnt,
 so droht Erschlaffen,
 Nur wer bereit zu Aufbruch
 ist un Reise,
 Mag lähmender Gewöhnung
 sich entrafen.
 Es wird vielleicht auch
 noch die Tode Stunde
 Uns neuen Räumen jung
 entgegen senden,
 Des Lebens Ruf an uns
 wird niemals enden ...
 Wohlan denn, Herz, nimm
 Abschied und gesunde!

Devemos andar felizes de
 espaço em espaço,
 E a nenhum como a uma
 pátria nos apegar
 O espírito do mundo não
 nos quer acorrentar,
 Mas nos elevar e ampliar
 passo a passo.
 Mal nos aconchegamos
 numa morada
 Confiantes, já nos
 ameaça o desalento,
 Somente quem estiver
 pronto para a jornada
 Conseguirá se libertar do
 hábito sonolento.
 Talvez nos mande a hora
 da morte,
 Ainda jovens, para uma
 nova partida
 Nunca nos abandonará o
 chamado da vida ...
 Avante, pois, coração,
 dize adeus e segue forte!

Poemas

THE “SILVER GRILL”

Arjun Mandal (jovem poeta de Calcutá, na Índia. Atualmente mora em Bombaim, onde trabalha como engenheiro.)

I stood in front of you six years ago.
Today we are again face to face.
Now I am acquainted with the world behind you,
Acquainted with your love to my subconsciousness.

Many a candles are lit today in my darkness.
There was only “Careless Whisper” in your dark physique.
Many things are known to me today.
So, the “Whisper” swings the Light to the left.

Full-fledged smile of my friend filled the Calcutta-16.
And there was your magical Love.
I have to again go to your other side today.
A question arises in my mind:

“I can go but why should I go?”

SIMON, THE STATION

Arjun Mandal

I ring the bell at Simon.
Only One train a day.
The day is not green here, but the night is not grey.

You got down alone last night with just a overcoat.
Dews started sleeping over the rail.
It's too cold & blue; your face was pale.

My ink dried last night.
Alcohol started bleaching my blood, not the page.
You're retorting yourself whole night, sitting on the bench.

I didn't ask you a single word.
Your mind gently asking for a ticket to lay down.
No smoke & spirit, just to be free like a unicorn.

Yes, a smoke's coming out of your mouth.
It's too humid to capture my subconsciousness.
Your heart's burnt, just a little smoke from ash.

Have you ever walked over the ferny life?
I have and I'm walking to see the next sun.
Surely I will ring the bell at Simon.

TWO AUTUMNS AT SIMON

Arjun Mandal

Five years ago:

Winter was late to come.

Yes, days were green then & night was moonlit.

I saw your cherry lips first time at Simon in a starry night.

You're in a world of oblivion, holding someone very tight.

I was the Fool, I did not ask for the Ticket.

You're as beautiful as first drop of melting snow,

Like the green Highland waiting to kiss Autumn Rainbow,

Like your ring finger allows a dew drop to flow,

.....and like

I remember your days at Simon with red maples.

Your eyes told me your transparency for someone,

But your eyes were like mirror, broken!

A wind started blowing from North.

Ficha técnica

<i>Formato</i>	16,3 x 22 cm
<i>Mancha</i>	11,5 x 19 cm
<i>Tipologia</i>	Bookman Old Style
<i>Papel</i>	miolo: off-set 75 g/m ² capa: supremo 180 g/m ²
<i>Impressão e acabamento</i>	GRÁFICA DA FFLCH/USP
<i>Número de páginas</i>	416
<i>Tiragem</i>	200 exemplares